

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	8
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	16
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	17
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	21
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	29
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	30
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	31
Demonstração de Valor Adicionado	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
Notas Explicativas	55
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	286
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	287

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	291
--	-----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	300
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	304
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	306

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.776.801
Preferenciais	2.776.800
Total	5.553.601
Em Tesouraria	
Ordinárias	4.575
Preferenciais	17.142
Total	21.717

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	01/03/2016	Ordinária		0,76770
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	01/03/2016	Preferencial		0,84447
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	01/02/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	18/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	01/02/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	15/01/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/03/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	15/01/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/03/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/04/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/04/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	17/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	02/05/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	17/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	02/05/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	15/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/06/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	15/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/06/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	17/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/07/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	17/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/07/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	22/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	18/07/2016	Ordinária		0,17252
Reunião do Conselho de Administração	22/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	18/07/2016	Preferencial		0,18977
Reunião do Conselho de Administração	16/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/08/2016	Ordinária		0,01724

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/08/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	15/07/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/09/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	15/07/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/09/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	17/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	03/10/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	17/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	03/10/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	16/09/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/11/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	16/09/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/11/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2016	Juros sobre Capital Próprio	08/03/2017	Ordinária		0,57112
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2016	Juros sobre Capital Próprio	08/03/2017	Preferencial		0,62823
Reunião do Conselho de Administração	17/10/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/12/2016	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	17/10/2016	Juros sobre Capital Próprio	01/12/2016	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	16/11/2016	Juros sobre Capital Próprio	02/01/2017	Ordinária		0,01724
Reunião do Conselho de Administração	16/11/2016	Juros sobre Capital Próprio	02/01/2017	Preferencial		0,01897
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	08/03/2017	Ordinária		0,25672
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	08/03/2017	Preferencial		0,28239

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.081.616.451	947.122.904	978.703.169
1.01	Ativo Circulante	523.119.746	484.078.330	601.147.548
1.01.01	Disponibilidades	14.283.454	16.899.827	14.126.024
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	221.412.529	187.944.127	267.845.724
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	169.631.180	130.148.959	214.653.101
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.781.349	57.830.003	53.221.013
1.01.02.05	Provisões para Perdas	0	-34.835	-28.390
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	63.156.422	75.424.381	123.058.123
1.01.03.01	Carteira Própria	23.896.136	16.886.041	20.178.489
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	16.088.021	36.779.746	96.867.711
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	15.614.387	13.181.624	2.755.196
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	53.844	22.065	0
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	5.620.230	4.015.263	3.256.727
1.01.03.07	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	1.883.804	4.539.642	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	57.998.881	53.844.021	50.203.216
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	22.015	73.764	84.000
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	57.960.496	53.764.148	50.109.352
1.01.04.05	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	14.388	5.357	4.981
1.01.04.07	Correspondentes	1.982	752	4.883
1.01.05	Relações Interdependências	156.433	248.477	394.522
1.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	156.433	248.477	394.522
1.01.06	Operações de Crédito	117.514.883	110.326.747	113.984.038
1.01.06.01	Setor Público	311.129	2.320.680	1.063.399
1.01.06.02	Setor Privado	133.047.172	122.523.622	124.007.478
1.01.06.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	806.649	120.130	41.982
1.01.06.04	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-16.650.067	-14.637.685	-11.128.821
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-151	-483	-1.437
1.01.07.02	Setor Privado	145	713	2.289

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.01.07.03	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-145	-713	-2.289
1.01.07.04	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	-151	-483	-1.437
1.01.08	Outros Créditos	46.314.003	37.135.643	30.454.342
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.377.161	104.099	38.498
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	17.630.927	14.369.499	11.774.294
1.01.08.03	Rendas a Receber	3.213.963	5.281.602	3.025.085
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	821.436	931.814	491.657
1.01.08.08	Diversos	25.341.796	16.937.619	15.390.219
1.01.08.09	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.071.280	-488.990	-265.411
1.01.09	Outros Valores e Bens	2.283.292	2.255.590	1.082.996
1.01.09.03	Outros Valores e Bens	2.271.168	1.586.997	1.107.190
1.01.09.04	Provisões para Desvalorizações	-935.987	-571.003	-331.667
1.01.09.05	Despesas Antecipadas	948.111	1.239.596	307.473
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	450.362.632	384.788.106	249.649.679
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.746.078	23.165.420	22.596.708
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.746.078	23.165.420	22.596.708
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	240.752.821	179.808.555	73.880.618
1.02.02.01	Carteira Própria	49.104.098	32.743.895	14.741.571
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	179.764.678	143.863.342	55.083.393
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	98.078	88.945	1.643.843
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	0	0	19.764
1.02.02.05	Moedas de Privatização	5.571	6.001	6.426
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	5.445.238	2.528.345	1.990.500
1.02.02.07	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	6.335.158	578.027	395.121
1.02.03	Relações Interfinanceiras	778.254	680.860	617.154
1.02.03.05	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	778.254	680.860	617.154
1.02.05	Operações de Crédito	145.455.442	140.255.367	128.748.287
1.02.05.01	Setor Público	3.000.000	3.000.000	756.820

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.05.02	Setor Privado	145.100.677	137.991.412	129.607.922
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	7.955.849	7.390.609	4.911.791
1.02.05.04	Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-10.601.084	-8.126.654	-6.528.246
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-3	-43	-494
1.02.06.02	Setor Privado	109	322	1.613
1.02.06.03	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-76	-243	-1.396
1.02.06.04	Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	-36	-122	-711
1.02.07	Outros Créditos	37.682.578	40.766.786	23.636.587
1.02.07.03	Rendas a Receber	0	251.977	0
1.02.07.04	Negociação e Intermediação de Valores	478.290	1.067.781	398.032
1.02.07.08	Diversos	37.220.391	39.474.512	23.249.673
1.02.07.09	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-16.103	-27.484	-11.118
1.02.08	Outros Valores e Bens	947.462	111.161	170.819
1.02.08.05	Despesas Antecipadas	947.462	111.161	170.819
1.03	Ativo Permanente	108.134.073	78.256.468	127.905.942
1.03.01	Investimentos	99.112.893	70.605.645	120.511.163
1.03.01.02	Participações em Controladas	99.094.670	70.597.294	120.506.649
1.03.01.02.01	No País	96.926.003	68.090.691	118.795.143
1.03.01.02.02	No Exterior	2.168.667	2.506.603	1.711.506
1.03.01.04	Outros Investimentos	68.304	51.920	47.863
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-50.081	-43.569	-43.349
1.03.02	Imobilizado de Uso	4.578.415	3.125.193	2.705.169
1.03.02.02	Imóveis de Uso	669.618	17.414	43.108
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	8.364.374	7.257.441	6.579.881
1.03.02.04	Depreciações Acumuladas	-4.455.577	-4.149.662	-3.917.820
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	26.968	65.027	108.207
1.03.03.01	Bens Arrendados	51.071	122.058	252.814
1.03.03.02	Depreciações Acumuladas	-24.103	-57.031	-144.607

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.03.04	Intangível	4.415.797	4.460.603	4.581.403
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	12.317.242	10.223.420	8.815.293
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-7.901.445	-5.762.817	-4.233.890

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.081.616.451	947.122.904	978.703.169
2.01	Passivo Circulante	718.065.645	619.039.916	662.024.658
2.01.01	Depósitos	189.449.882	200.192.100	214.307.379
2.01.01.01	Depósitos à Vista	32.548.413	22.538.282	32.939.201
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	97.088.828	91.878.816	92.154.815
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	26.968.249	47.066.280	49.714.309
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	32.844.392	38.708.722	39.499.054
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	342.193.210	286.839.492	333.863.976
2.01.02.01	Carteira Própria	164.678.836	152.636.473	120.644.942
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	167.967.767	128.638.331	211.980.288
2.01.02.03	Carteira Livre Movimentação	9.546.607	5.564.688	1.238.746
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	92.432.728	53.138.708	46.647.805
2.01.03.03	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	88.688.899	48.794.240	43.302.030
2.01.03.05	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.331.680	3.981.183	3.182.337
2.01.03.06	Certificados de Operações Estruturadas	412.149	363.285	163.438
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.246.655	1.267.083	1.070.798
2.01.04.03	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	9.242	151.460	20.797
2.01.04.04	Correspondentes	1.237.413	1.115.623	1.050.001
2.01.05	Relações Interdependências	5.726.950	5.157.364	4.890.607
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.726.950	5.157.364	4.883.932
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	0	0	6.675
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	19.217.594	23.075.191	12.157.260
2.01.06.03	Empréstimos no Exterior	19.217.594	23.075.191	12.157.260
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	11.191.120	12.004.314	13.067.674
2.01.07.01	Tesouro Nacional	166.565	133.028	151.096
2.01.07.03	BNDES	3.800.239	3.801.626	4.056.723
2.01.07.05	FINAME	7.224.048	8.060.599	8.847.677
2.01.07.06	Outras Instituições	268	9.061	12.178

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	0	2.502	1.498.543
2.01.09	Outras Obrigações	56.607.506	37.363.162	34.520.616
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	591.205	480.707	326.245
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	8.759.475	5.617.070	5.385.332
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	4.586.331	3.713.302	3.068.579
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	1.025.543	857.600	511.550
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	675.998	701.629	1.147.816
2.01.09.08	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.381	4.152	971
2.01.09.11	Dívidas Subordinadas	11.417.346	495.275	2.884.804
2.01.09.13	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.075.991	13.704.940	2.123.189
2.01.09.15	Diversas	17.473.236	11.788.487	19.072.130
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	262.981.893	239.062.288	235.143.226
2.02.01	Depósitos	72.799.021	42.984.125	91.549.846
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.219.795	823.735	46.742.323
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	71.579.226	42.160.390	44.807.523
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	28.357.746	26.972.408	29.539.829
2.02.02.01	Carteira Própria	28.357.746	26.972.408	29.539.829
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	74.426.327	70.097.185	45.000.786
2.02.03.03	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	71.881.204	64.435.698	39.306.698
2.02.03.05	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	2.512.104	5.512.429	5.597.480
2.02.03.06	Certificados de Operações Estruturadas	33.019	149.058	96.608
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	2.349.300	6.930.766	1.992.847
2.02.06.03	Empréstimos no Exterior	2.349.300	6.930.766	1.992.847
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	24.797.430	26.118.444	29.082.393
2.02.07.03	BNDES	10.914.430	8.607.769	8.216.720
2.02.07.05	FINAME	13.883.000	17.510.675	20.857.411
2.02.07.06	Outras Instituições	0	0	8.262
2.02.09	Outras Obrigações	60.252.069	65.959.360	37.977.525

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.09.04	Fiscais e Previdenciárias	3.729.715	3.638.101	3.181.141
2.02.09.11	Dívidas Subordinadas	26.251.948	38.370.136	32.959.551
2.02.09.12	Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	14.959.571	11.444.939	0
2.02.09.13	Instrumentos Financeiros Derivativos	174.543	50.836	1.160.372
2.02.09.15	Diversas	15.136.292	12.455.348	676.461
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	126.500	114.056	27.035
2.05	Patrimônio Líquido	100.442.413	88.906.644	81.508.250
2.05.01	Capital Social Realizado	51.100.000	43.100.000	38.100.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	50.461.644	45.521.283	37.622.363
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	638.356	578.717	477.637
2.05.01.03	Capital a Realizar	0	-3.000.000	0
2.05.02	Reservas de Capital	11.441	11.441	11.441
2.05.02.01	Ágio por Subscrição de Ações	11.441	11.441	11.441
2.05.04	Reservas de Lucro	50.008.088	49.909.758	43.888.120
2.05.04.01	Legal	6.807.128	6.052.949	5.193.467
2.05.04.02	Estatutária	43.641.474	44.287.857	38.992.668
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-440.514	-431.048	-298.015
2.05.04.07.03	Ações em Tesouraria	-440.514	-431.048	-298.015
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-677.116	-4.114.555	-491.311

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	137.790.083	110.968.415	94.339.700
3.01.01	Operações de Crédito	58.625.693	52.664.389	44.099.316
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	49.890	100.309	738.051
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	61.220.923	56.378.759	45.489.043
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	15.806.590	-7.591.762	-1.510.187
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	-3.135.383	5.330.507	1.293.744
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	5.466.722	4.493.821	4.248.402
3.01.08	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-244.352	-407.608	-18.669
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-94.348.474	-121.667.285	-84.845.758
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-85.404.860	-76.656.051	-64.449.629
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	9.034.160	-28.520.091	-8.663.963
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-47.644	-95.447	-730.521
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-17.930.130	-16.395.696	-11.001.645
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	43.441.609	-10.698.870	9.493.942
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-21.905.581	14.193.300	2.622.668
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	13.723.792	12.198.868	10.704.071
3.04.02	Despesas de Pessoal	-14.100.151	-11.797.822	-11.321.243
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-14.518.644	-12.885.149	-11.848.544
3.04.04	Despesas Tributárias	-3.827.074	-2.254.707	-1.881.680
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.908.360	1.381.812	1.326.319
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-8.948.749	-4.779.522	-3.896.939
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	3.856.885	32.329.820	19.540.684
3.05	Resultado Operacional	21.536.028	3.494.430	12.116.610
3.06	Resultado Não Operacional	-838.262	-429.689	-264.258
3.06.01	Receitas	278.972	163.570	102.789
3.06.02	Despesas	-1.117.234	-593.259	-367.047
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	20.697.766	3.064.741	11.852.352
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-5.614.188	14.124.894	3.236.466

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	15.083.578	17.189.635	15.088.818
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,72666	3,41778	3,59652

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	15.083.578	17.189.635	15.088.818
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.437.439	-3.623.244	563.132
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.437.439	-3.623.244	563.132
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.521.017	13.566.391	15.651.950

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	80.113.989	-113.230.736	81.684.844
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.638.334	-5.718.477	-282.456
6.01.01.01	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	17.930.130	16.395.696	11.001.645
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.327.176	2.630.709	2.407.302
6.01.01.03	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	5.622.554	-2.946.761	-692.705
6.01.01.04	Baixas por Impairment	1.612.838	267.609	85.608
6.01.01.05	Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.704.747	2.106.275	2.270.601
6.01.01.07	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-3.856.885	-32.329.820	-19.540.684
6.01.01.08	(Ganho)/Perda na Venda de Investimentos	-38.817	0	-4.016
6.01.01.09	(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	20.940	35.258	36.442
6.01.01.10	(Ganho)/Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	284.347	162.572	110.184
6.01.01.11	Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior/Outros	-5.968.696	7.959.985	4.043.167
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	38.777.888	-110.577.000	70.114.948
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.465.796	18.688.290	11.176.596
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.982.404	-42.806.373	5.818.715
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	15.549.643	559.371	-480.726
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	6.642.894	-24.492.952	-30.379.664
6.01.02.08	(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.422.639	-10.998.905	-3.957.862
6.01.02.09	(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central	-4.196.348	-3.654.796	4.850.635
6.01.02.10	Aumento/(Redução) em Depósitos	-39.016.633	-62.681.000	-23.923.447
6.01.02.11	Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto	52.768.825	-49.591.905	74.552.618
6.01.02.12	Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Títulos	6.609.285	31.587.302	27.980.149
6.01.02.13	Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-15.346.998	10.332.500	3.150.955
6.01.02.14	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	-58.063	22.531.116	1.991.415
6.01.02.15	Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	12.444	87.021	6.288
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-3.058.000	-136.669	-670.724
6.01.03	Outros	20.697.767	3.064.741	11.852.352
6.01.03.01	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	20.697.767	3.064.741	11.852.352

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.946.877	42.962.088	9.224.584
6.02.01	(Aumento)/Redução em Títulos Mantidos até o Vencimento	-179.230	2.218	-9.141
6.02.02	Alienação/Vencimento e Juros Recebidos de Títulos Disponíveis para Venda	80.843.205	18.412.875	23.833.827
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	310.003	297.235	200.475
6.02.05	Alienação de Investimentos	452.246	37.574.564	1.522
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	407.341	282.607	961.720
6.02.07	Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	-102.808.583	-22.751.480	-30.588.286
6.02.10	Aquisição de Investimentos	-15.423.381	-206.577	-243.278
6.02.11	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.545.135	-1.510.352	-1.078.060
6.02.12	Aquisição no Intangível	-1.364.209	-1.928.088	-786.361
6.02.14	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	3.360.866	12.789.086	16.932.166
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.707.894	9.457.540	-4.024.931
6.03.01	Aumento/(Redução) em Dívidas Subordinadas	862.608	14.465.995	-74.359
6.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-5.561.036	-4.875.422	-3.921.650
6.03.05	Aquisições de Ações Próprias	-9.466	-133.033	-28.922
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-5.622.554	2.946.761	692.705
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.836.664	-57.864.347	87.577.202
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	146.858.061	204.722.408	117.145.206
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	180.694.725	146.858.061	204.722.408

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	43.100.000	11.441	0	49.909.758	0	-4.114.555	88.906.644
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	43.100.000	11.441	0	49.909.758	0	-4.114.555	88.906.644
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	15.083.578	0	15.083.578
5.05	Destinações	0	0	0	8.107.796	-15.083.578	0	-6.975.782
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-6.975.782	0	-6.975.782
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	8.107.796	-8.107.796	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	8.107.796	-8.107.796	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.437.439	3.437.439
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	3.437.439	3.437.439
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	8.000.000	0	0	-8.000.000	0	0	0
5.08.01	Aumento do Capital Social com Reservas	8.000.000	0	0	-8.000.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-9.466	0	0	-9.466
5.13	Saldo Final	51.100.000	11.441	0	50.008.088	0	-677.116	100.442.413

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	38.100.000	11.441	0	43.888.120	0	-491.311	81.508.250
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	38.100.000	11.441	0	43.888.120	0	-491.311	81.508.250
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	17.189.635	0	17.189.635
5.05	Destinações	0	0	0	11.154.671	-17.189.635	0	-6.034.964
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-912.000	0	-912.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-5.122.964	0	-5.122.964
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	11.154.671	-11.154.671	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	11.154.671	-11.154.671	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-3.623.244	-3.623.244
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-3.623.244	-3.623.244
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	5.000.000	0	0	-5.000.000	0	0	0
5.08.01	Aumento do Capital Social com Reservas	5.000.000	0	0	-5.000.000	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-133.033	0	0	-133.033
5.13	Saldo Final	43.100.000	11.441	0	49.909.758	0	-4.114.555	88.906.644

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	38.100.000	11.441	0	33.882.804	0	-1.054.443	70.939.802
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	38.100.000	11.441	0	33.882.804	0	-1.054.443	70.939.802
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	15.088.818	0	15.088.818
5.05	Destinações	0	0	0	10.034.238	-15.088.818	0	-5.054.580
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-1.459.572	0	-1.459.572
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.595.008	0	-3.595.008
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	10.034.238	-10.034.238	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	10.034.238	-10.034.238	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	563.132	563.132
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	563.132	563.132
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-28.922	0	0	-28.922
5.13	Saldo Final	38.100.000	11.441	0	43.888.120	0	-491.311	81.508.250

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	126.511.640	103.007.532	91.267.811
7.01.01	Intermediação Financeira	137.790.083	110.968.415	94.339.700
7.01.02	Prestação de Serviços	13.723.792	12.198.868	10.704.071
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-17.930.130	-16.395.696	-11.001.645
7.01.04	Outras	-7.072.105	-3.764.055	-2.774.315
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-76.418.344	-105.271.589	-73.844.113
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.895.178	-8.437.001	-7.775.127
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-552.356	-522.355	-435.539
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.232.487	-1.952.740	-1.795.256
7.03.04	Outros	-7.110.335	-5.961.906	-5.544.332
7.03.04.01	Comunicação	-1.056.157	-934.419	-893.414
7.03.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-814.234	-649.380	-596.862
7.03.04.03	Propaganda, Promoções e Publicidade	-831.136	-701.373	-566.229
7.03.04.04	Transporte	-646.948	-563.445	-659.801
7.03.04.05	Processamento de Dados	-1.176.049	-892.537	-811.707
7.03.04.06	Manutenção e Conservação de Bens	-1.015.693	-907.221	-896.714
7.03.04.09	Segurança e Vigilância	-719.738	-601.168	-552.532
7.03.04.10	Viagens	-81.415	-63.230	-48.553
7.03.04.11	Outras	-768.965	-649.133	-518.520
7.04	Valor Adicionado Bruto	40.198.118	-10.701.058	9.648.571
7.05	Retenções	-3.327.176	-2.630.709	-2.407.302
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.327.176	-2.630.709	-2.407.302
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.870.942	-13.331.767	7.241.269
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.856.885	32.329.820	19.540.684
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.856.885	32.329.820	19.540.684
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.727.827	18.998.053	26.781.953
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	40.727.827	18.998.053	26.781.953
7.09.01	Pessoal	12.368.755	10.229.284	9.835.522

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.01.01	Remuneração Direta	6.821.920	5.335.782	4.965.794
7.09.01.02	Benefícios	3.035.761	2.503.657	2.264.870
7.09.01.03	F.G.T.S.	681.884	517.608	495.471
7.09.01.04	Outros	1.829.190	1.872.237	2.109.387
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.172.658	-10.301.649	130.935
7.09.02.01	Federais	10.621.501	-10.789.279	-291.927
7.09.02.02	Estaduais	2.855	4.232	2.258
7.09.02.03	Municipais	548.302	483.398	420.604
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.102.836	1.880.783	1.726.678
7.09.03.01	Aluguéis	1.469.156	1.292.990	1.206.980
7.09.03.02	Outras	633.680	587.793	519.698
7.09.03.02.01	Arrendamento de Bens	633.680	587.793	519.698
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.083.578	17.189.635	15.088.818
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.975.782	6.034.964	5.054.580
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.107.796	11.154.671	10.034.238

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.192.029.656	1.026.703.522	930.451.016
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	72.554.651	72.091.764	65.430.300
1.01.01	Caixa e Disponibilidades em Bancos	72.554.651	72.091.764	65.430.300
1.02	Aplicações Financeiras	369.260.428	317.322.459	224.531.076
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	326.258.400	277.318.899	199.460.045
1.02.01.01	Títulos para Negociação	213.139.846	159.623.449	78.498.311
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	113.118.554	117.695.450	120.961.734
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	43.002.028	40.003.560	25.071.031
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	43.002.028	40.003.560	25.071.031
1.03	Empréstimos e Recebíveis	462.141.170	380.488.874	401.038.623
1.03.01	Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	94.838.136	35.620.410	72.974.619
1.03.02	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Líquido de Provisão para Perdas	367.303.034	344.868.464	328.064.004
1.04	Tributos Diferidos	45.116.863	45.397.879	28.388.183
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.116.863	45.397.879	28.388.183
1.05	Outros Ativos	211.759.124	192.673.151	194.848.621
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.578.966	1.247.106	1.006.461
1.05.03	Outros	210.180.158	191.426.045	193.842.160
1.05.03.01	Ativos Cedidos em Garantia	155.286.577	144.489.921	152.612.689
1.05.03.02	Impostos a Compensar	7.723.211	6.817.427	6.130.191
1.05.03.03	Outros Ativos	47.170.370	40.118.697	35.099.280
1.06	Investimentos	7.002.778	5.815.325	3.983.780
1.06.01	Participações em Coligadas	7.002.778	5.815.325	3.983.780
1.07	Imobilizado	8.397.116	5.504.435	4.700.518
1.07.03	Ativos Tangíveis	8.397.116	5.504.435	4.700.518
1.08	Intangível	15.797.526	7.409.635	7.529.915
1.08.01	Intangíveis	15.797.526	7.409.635	7.529.915

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.192.029.656	1.026.703.522	930.451.016
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	13.435.678	19.345.729	3.315.573
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	953.963.613	819.487.414	757.383.017
2.03.01	Recursos de Instituições Financeiras	301.662.682	293.903.391	279.940.227
2.03.02	Recursos de Emissão de Títulos	151.101.938	109.850.047	85.030.399
2.03.03	Dívidas Subordinadas	52.611.064	50.282.936	35.821.666
2.03.04	Recursos de Clientes	232.747.929	194.510.100	210.031.505
2.03.05	Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	215.840.000	170.940.940	146.559.220
2.04	Provisões	18.292.409	15.364.317	13.864.401
2.04.01	Outras Provisões	18.292.409	15.364.317	13.864.401
2.05	Passivos Fiscais	3.893.234	3.553.242	4.410.511
2.05.01	Impostos Correntes	2.130.286	2.781.104	3.602.333
2.05.02	Impostos Diferidos	1.762.948	772.138	808.178
2.06	Outros Passivos	96.965.515	78.038.058	69.185.709
2.06.01	Outros Passivos	96.965.515	78.038.058	69.185.709
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	105.479.207	90.914.762	82.291.805
2.08.01	Capital Social Realizado	51.100.000	43.100.000	38.100.000
2.08.02	Reservas de Capital	-334.045	-324.579	-191.546
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-440.514	-431.048	-298.015
2.08.02.06	Reservas de Capital	35.973	35.973	35.973
2.08.02.07	Capital Integralizado Adicional	70.496	70.496	70.496
2.08.04	Reservas de Lucros	50.027.816	49.920.020	43.765.349
2.08.04.01	Reserva Legal	6.807.128	6.052.949	5.193.467
2.08.04.02	Reserva Estatutária	43.220.688	43.867.071	38.571.882
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.907.381	2.096.710	1.153.439
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-398.708	-4.002.724	-659.501
2.08.08.01	Lucro / (Prejuízo) Abrangente Acumulado	-398.708	-4.002.724	-659.501
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	176.763	125.335	124.064

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	162.912.502	114.601.292	99.723.519
3.01.01	Receita de Juros e Similares	147.700.375	127.048.252	103.893.096
3.01.02	Ganhos / (Perdas) Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros para Negociação	16.402.770	-8.252.055	-1.933.003
3.01.03	Ganhos / (Perdas) Líquidos de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-1.341.400	-671.810	-991.894
3.01.04	Ganhos / (Perdas) Líquidos de Operações de Câmbio	150.757	-3.523.095	-1.244.680
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-91.037.386	-71.412.210	-53.847.329
3.02.03	Despesa de Intermediação Financeira	-91.037.386	-71.412.210	-53.847.329
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	71.875.116	43.189.082	45.876.190
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-39.969.660	-33.585.499	-26.545.399
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	20.341.051	17.820.670	16.739.256
3.04.02	Despesas de Pessoal	-17.003.783	-14.058.047	-13.667.639
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-16.149.563	-13.721.970	-12.971.521
3.04.04	Despesas Tributárias	-6.331.651	-4.791.754	-3.926.682
3.04.04.01	Despesas Tributárias	-6.331.651	-4.791.754	-3.926.682
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	4.155.763	5.497.505	5.411.845
3.04.05.01	Resultado de Seguros e Previdência	4.155.763	5.497.505	5.411.845
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-26.681.202	-25.859.954	-19.520.474
3.04.06.01	Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Empréstimos e Adiantamentos	-15.350.278	-14.721.152	-10.291.386
3.04.06.02	Depreciação e Amortização	-3.658.413	-2.942.003	-2.932.687
3.04.06.03	Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	-7.672.511	-8.196.799	-6.296.401
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.699.725	1.528.051	1.389.816
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.905.456	9.603.583	19.330.791
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.912.730	8.634.322	-3.914.313
3.06.01	Corrente	-8.852.947	-6.075.948	-6.959.862
3.06.02	Diferido	-5.059.783	14.710.270	3.045.549
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.992.726	18.237.905	15.416.478
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	17.992.726	18.237.905	15.416.478
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.894.249	18.132.906	15.314.943

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	98.477	104.999	101.535
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,08	3,12	2,63
3.99.01.02	PN	3,39	3,43	2,9

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	17.992.726	18.237.905	15.416.478
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.604.016	-3.343.223	443.386
4.02.01	Ganhos / (Perdas) Não Realizados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.757.475	-4.754.469	2.018.046
4.02.02	Ganhos / (Perdas) Realizados de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-1.459.372	-923.433	-1.287.674
4.02.03	Efeito dos Impostos	-2.587.076	2.273.982	-289.194
4.02.04	Ajuste de Conversão de Subsidiária no Exterior	-194.566	118.485	3.681
4.02.05	Efeito dos Impostos	87.555	-57.788	-1.473
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	21.596.742	14.894.682	15.859.864
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	21.498.265	14.789.683	15.758.329
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	98.477	104.999	101.535

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	53.959.218	-61.354.165	80.799.123
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.417.490	55.704.485	58.006.121
6.01.01.01	Lucro Antes da Tributação sobre o Lucro	31.905.456	9.603.583	19.330.791
6.01.01.02	Perda por Redução ao Valor Recuperável Reconhecido Decorrente de Perda de Crédito	15.350.278	14.721.152	10.291.386
6.01.01.03	Variação de Provisões Técnicas de Seguros e Planos de Previdência	32.781.918	28.286.039	24.008.174
6.01.01.04	(Ganhos) / Perdas Realizados Líquidos nos Títulos Disponíveis para Venda	-764.707	247.288	-222.876
6.01.01.05	Depreciação	1.140.369	1.057.722	1.056.389
6.01.01.06	Amortização de Ativos Intangíveis	2.516.777	1.884.281	1.876.298
6.01.01.07	Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Ativos	2.388.580	650.588	1.300.378
6.01.01.08	Resultado de Participação em Coligadas	-1.699.725	-1.528.051	-1.389.816
6.01.01.09	Perdas na Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	442.251	180.602	310.141
6.01.01.10	Perdas na Alienação do Imobilizado de Uso, Líquido	24.791	96.630	35.706
6.01.01.11	(Ganhos) / Perdas na Venda de Investimentos em Coligadas	0	0	16.254
6.01.01.12	Despesas com Outras Provisões	2.518.761	3.510.916	2.324.505
6.01.01.13	Custo de Aquisição Diferidos (Seguros)	194.994	-95.110	-312.983
6.01.01.14	Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	5.617.747	-2.911.155	-618.226
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-38.458.272	-117.058.650	22.793.002
6.01.02.01	(Aumento) / Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central	11.651.121	-3.866.979	4.456.083
6.01.02.02	(Aumento) / Redução em Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	10.368.220	2.045.985	19.562.317
6.01.02.03	(Aumento) / Redução em Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-49.649.090	-95.025.702	-88.722.859
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-40.248.319	-80.159.223	14.689.614
6.01.02.05	(Aumento) / Redução em Outros Ativos	-8.296.942	-32.926.622	-15.473.866
6.01.02.06	Aumento Líquido em Recursos de Instituições Financeiras	33.269.744	40.729.421	56.473.841
6.01.02.07	Aumento Líquido em Recursos de Clientes	-6.707.994	-3.463.924	6.883.751
6.01.02.08	Aumento / (Redução) em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-9.700.099	16.030.156	1.489.191
6.01.02.09	Redução em Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	-2.042.897	-3.904.319	-7.777.977
6.01.02.10	Redução em Outras Provisões	-3.019.960	-2.011.000	-2.187.792
6.01.02.11	Aumento em Outros Passivos	10.312.756	29.295.296	18.571.777

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01.02.12	Juros Recebidos	70.917.068	62.725.684	54.777.470
6.01.02.13	Juros Pagos	-45.140.018	-38.823.738	-32.704.290
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-9.771.075	-7.419.802	-6.446.222
6.01.02.15	Outras Variações de Impostos	-400.787	-283.883	-798.036
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.152.341	-11.961.302	-3.443.356
6.02.01	Aquisição de Subsidiárias, Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa Pagos	-7.188.659	0	46.068
6.02.02	Aquisições de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-108.296.179	-61.153.632	-48.896.316
6.02.03	Baixas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	115.724.092	39.147.316	37.713.211
6.02.04	Aquisições de Investimentos Mantidos até o Vencimento	0	0	-641.845
6.02.05	Vencimento de investimentos mantidos até o vencimento	0	269.063	0
6.02.06	Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	629.768	742.732	663.789
6.02.07	Aquisição de Investimentos em Coligadas	-376.434	-971.672	-6.000
6.02.09	Dividendos Recebidos de Investimentos em Coligadas	510.285	668.178	804.883
6.02.10	Aquisição de Imobilizado de Uso	-2.779.321	-2.181.549	-1.559.585
6.02.11	Alienação de Imobilizado de Uso	486.303	205.094	263.457
6.02.12	Aquisição de Ativos Intangíveis	-2.343.497	-1.971.881	-1.270.280
6.02.13	Dividendos Recebidos	117.972	251.623	295.780
6.02.14	Juros Recebidos	12.668.011	13.033.426	9.143.482
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.524.819	12.994.265	8.999.501
6.03.01	Emissão de Recursos de Emissão de Títulos	47.253.373	68.385.187	53.526.003
6.03.02	Pagamento de Recursos de Emissão de Títulos	-47.861.607	-49.217.829	-32.577.909
6.03.03	Emissão de Dívidas Subordinadas	3.787.207	11.304.318	0
6.03.04	Pagamento de Dívidas Subordinadas	-581.713	-1.271.261	-2.706.203
6.03.05	Aquisição de Ações Próprias	-9.466	-133.033	-28.922
6.03.06	Aumento / (Redução) da Participação dos Acionistas Não Controladores	3.265	28.446	-192.292
6.03.07	Juros Pagos	-20.504.528	-11.093.967	-4.704.334
6.03.08	Juros Pagos sobre o Capital Próprio e Dividendos	-5.611.350	-5.007.596	-3.925.450
6.03.11	Transação de Capital	0	0	-391.392

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.586.740	-60.321.202	86.355.268
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	147.261.434	204.671.481	118.316.213
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	186.848.174	144.350.279	204.671.481

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	43.100.000	-324.579	49.920.020	2.096.710	-4.002.724	90.789.427	125.335	90.914.762
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	43.100.000	-324.579	49.920.020	2.096.710	-4.002.724	90.789.427	125.335	90.914.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.000.000	-9.466	-8.000.000	-6.975.782	0	-6.985.248	-47.049	-7.032.297
5.04.01	Aumentos de Capital	8.000.000	0	-8.000.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-9.466	0	0	0	-9.466	0	-9.466
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.975.782	0	-6.975.782	-50.314	-7.026.096
5.04.09	Redução de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	3.265	3.265
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.894.249	3.604.016	21.498.265	98.477	21.596.742
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.894.249	0	17.894.249	98.477	17.992.726
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.604.016	3.604.016	0	3.604.016
5.05.02.06	Ativos Financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	3.711.027	3.711.027	0	3.711.027
5.05.02.07	Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	0	0	0	0	-107.011	-107.011	0	-107.011
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.107.796	-8.107.796	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	8.107.796	-8.107.796	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	51.100.000	-334.045	50.027.816	4.907.381	-398.708	105.302.444	176.763	105.479.207

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	38.100.000	-191.546	43.765.349	1.153.439	-659.501	82.167.741	124.064	82.291.805
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	38.100.000	-191.546	43.765.349	1.153.439	-659.501	82.167.741	124.064	82.291.805
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.000.000	-133.033	-5.000.000	-6.034.964	0	-6.167.997	-103.728	-6.271.725
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-133.033	0	0	0	-133.033	0	-133.033
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.034.964	0	-6.034.964	-132.174	-6.167.138
5.04.09	Redução de participação de acionistas	0	0	0	0	0	0	28.446	28.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.132.906	-3.343.223	14.789.683	104.999	14.894.682
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.132.906	0	18.132.906	104.999	18.237.905
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.343.223	-3.343.223	0	-3.343.223
5.05.02.06	Ativos Financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-3.403.920	-3.403.920	0	-3.403.920
5.05.02.07	Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	0	0	0	0	60.697	60.697	0	60.697
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.154.671	-11.154.671	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.154.671	-11.154.671	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	43.100.000	-324.579	49.920.020	2.096.710	-4.002.724	90.789.427	125.335	90.914.762

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	38.100.000	-162.624	34.122.503	927.314	-1.102.887	71.884.306	218.620	72.102.926
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	38.100.000	-162.624	34.122.503	927.314	-1.102.887	71.884.306	218.620	72.102.926
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-28.922	-391.392	-5.054.580	0	-5.474.894	-196.091	-5.670.985
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-28.922	0	0	0	-28.922	0	-28.922
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.054.580	0	-5.054.580	-3.799	-5.058.379
5.04.08	Transação de Capital	0	0	-391.392	0	0	-391.392	0	-391.392
5.04.09	Redução de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-192.292	-192.292
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.314.943	443.386	15.758.329	101.535	15.859.864
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.314.943	0	15.314.943	101.535	15.416.478
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	443.386	443.386	0	443.386
5.05.02.06	Ativos Financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	441.178	441.178	0	441.178
5.05.02.07	Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	0	0	0	0	2.208	2.208	0	2.208
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.034.238	-10.034.238	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.034.238	-10.034.238	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	38.100.000	-191.546	43.765.349	1.153.439	-659.501	82.167.741	124.064	82.291.805

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	164.386.527	115.001.516	105.286.833
7.01.01	Intermediação Financeira	162.912.502	114.601.292	99.723.519
7.01.02	Prestação de Serviços	20.341.051	17.820.670	16.739.256
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-15.350.278	-14.721.152	-10.291.386
7.01.04	Outras	-3.516.748	-2.699.294	-884.556
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-91.037.386	-71.412.210	-53.847.329
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.122.002	-12.834.558	-12.132.678
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-705.578	-654.402	-563.040
7.03.02	Serviços de Terceiros	-4.871.194	-4.139.058	-3.906.581
7.03.04	Outros	-9.545.230	-8.041.098	-7.663.057
7.03.04.01	Comunicação	-1.653.055	-1.427.685	-1.383.228
7.03.04.02	Serviços do Sistema Financeiro	-1.047.618	-830.199	-772.099
7.03.04.03	Propaganda, Promoções e Publicidade	-1.124.659	-963.308	-826.462
7.03.04.04	Transporte	-719.842	-631.085	-756.472
7.03.04.05	Processamento de Dados	-1.612.454	-1.222.433	-1.087.503
7.03.04.06	Manutenção e Conservação de Bens	-1.060.856	-926.001	-628.363
7.03.04.07	Segurança e Vigilância	-736.547	-606.292	-556.705
7.03.04.08	Viagens	-174.772	-157.723	-147.566
7.03.04.09	Outras	-1.415.427	-1.276.372	-1.504.659
7.04	Valor Adicionado Bruto	58.227.139	30.754.748	39.306.826
7.05	Retenções	-3.658.413	-2.942.003	-2.932.687
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.658.413	-2.942.003	-2.932.687
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	54.568.726	27.812.745	36.374.139
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.699.725	1.528.051	1.389.816
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.699.725	1.528.051	1.389.816
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	56.268.451	29.340.796	37.763.955
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	56.268.451	29.340.796	37.763.955
7.09.01	Pessoal	14.931.392	12.244.544	11.900.653

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.01.01	Remuneração Direta	8.236.617	6.369.727	6.051.522
7.09.01.02	Benefícios	3.625.796	2.994.155	2.787.651
7.09.01.03	F.G.T.S.	789.676	588.609	577.076
7.09.01.04	Outros	2.279.303	2.292.053	2.484.404
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.316.772	-2.029.065	9.607.981
7.09.02.01	Federais	21.510.452	-2.758.434	8.998.260
7.09.02.02	Estaduais	11.716	46.444	23.733
7.09.02.03	Municipais	794.604	682.925	585.988
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.027.561	887.412	838.843
7.09.03.01	Aluguéis	1.027.561	887.412	838.843
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.992.726	18.237.905	15.416.478
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.026.096	6.167.138	5.058.379
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.868.153	11.965.768	10.256.564
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	98.477	104.999	101.535

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração - Anual 2016

Banco Bradesco S.A.

Mensagem aos Acionistas

Senhores Acionistas,

2016 foi um ano de grandes acontecimentos. A conclusão da operação de aquisição do HSBC Bank Brasil S. A. – Banco Múltiplo, a maior de nossa história, permitiu ampliar a base de correntistas e expandir atividades em praças estratégicas como Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Em um curto espaço de tempo, tivemos a integração das plataformas, o envolvimento da força de trabalho e a substituição de toda a marca em total sintonia com os objetivos traçados.

O patrocínio das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, no Rio de Janeiro, foi mais uma demonstração de confiança na capacidade de realização do País. Os Jogos deram à marca Bradesco exposição global e tornaram visível o compromisso da Organização com atitudes construtivas que motivam e emocionam as pessoas, maior patrimônio de uma nação.

Diante dos desafios impostos pelo atual cenário econômico, reagimos com investimentos crescentes e persistentes incentivos aos negócios. O planejamento orçamentário e estratégico foi cumprido com êxito, melhoramos processos visando maior eficiência e inovamos em todas as frentes de atuação, apoiado por uma Rede de Atendimento presente em todo o território nacional. Contamos com funcionários comprometidos e determinados a fazer sempre mais e melhor, em linha com as demandas da atualidade.

Comprometidos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, celebramos os 60 anos da Fundação Bradesco, principal ação social da Organização. Com 40 escolas, localizadas prioritariamente em regiões carentes, voltadas para o ensino de crianças e jovens, a Fundação tornou-se referência de educação no País e ilumina os caminhos da inclusão social, proporcionando o bem comum.

O bom desempenho do Bradesco no exercício está expresso na realidade dos números. O Lucro Líquido foi de R\$ 15,084 bilhões, sendo reservado aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, o montante de R\$ 6,976 bilhões, correspondendo a 48,7% (líquido de IR Fonte 41,4%) do resultado ajustado. Nesse resultado, a participação do Grupo Bradesco Seguros foi expressiva com 36,8%. Os Ativos Totais somaram R\$ 1,180 trilhão, com crescimento de 15,8% em relação ao ano anterior, o Patrimônio totalizou R\$ 100,442 bilhões e o Índice de Eficiência Operacional atingiu 39,5%. A grandeza dos números demonstra a solidez e renova a visão de futuro da Organização, que adota as práticas mais eficientes de sustentabilidade corporativa, fortalecendo suas perspectivas de longo prazo.

O Brasil tem credenciais para avançar e retomar o crescimento. Confiantes de que, em 2017, escreveremos mais um capítulo de conquistas em nossa história, reafirmamos a disposição em suplantarmos os obstáculos com investimentos e atitudes construtivas, oferecendo os melhores produtos e serviços aos nossos clientes, acionistas e investidores.

Desejamos registrar agradecimentos a todos, pelo apoio, preferência e, principalmente, confiança que depositam no Bradesco. Pelo empenho, dedicação e total comprometimento, agradecemos, também, os nossos funcionários e demais colaboradores, determinantes para superação e resultados obtidos.

Cidade de Deus, 1º de fevereiro de 2017

Lázaro de Mello Brandão
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A partir de julho de 2016, com a conclusão da operação de aquisição do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, o Bradesco passou a consolidar em suas Demonstrações Contábeis os resultados do HSBC Brasil.

Na Organização Bradesco, entre os acontecimentos importantes no exercício, registra-se a conclusão, em julho, da operação de aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S. A. – Banco Múltiplo e do HSBC Serviços e Participações Ltda., com a devida aprovação das autoridades competentes. A aprovação, em Assembleia Geral, da cisão do HSBC Brasil, possibilitou a integração de pessoas e de plataformas operacionais e tecnológicas, resultando na substituição da marca na sua rede de atendimento e propiciando maior sinergia de suas operações. Assim, desde 8 de outubro, os clientes HSBC Brasil passaram a ter acesso às suas contas e demais serviços como clientes Bradesco. Essa aquisição é a maior já realizada pelo Banco, o que concretiza sua posição no cenário financeiro nacional.

Os Jogos Rio 2016 consolidaram um ciclo de construção de um legado baseado no poder de transformação pelo esporte. O Bradesco acreditou desde o início e tornou-se o primeiro patrocinador oficial dos Jogos, nas categorias Banco e Seguros. Reforçando esse comprometimento, também foi patrocinador do Revezamento da Tocha Olímpica e da Tocha Paralímpica, que levou a emoção e o espírito olímpico em vários rincões do Brasil, imantando o clima global do evento. Os resultados foram percebidos em muitas frentes, sempre alavancando a marca, a geração de negócios e o engajamento de funcionários. Pesquisas atestaram o crescimento do índice de atratividade do Bradesco, além de ser uma das marcas mais lembradas entre todos os patrocinadores.

Destaca-se, também, os seguintes acontecimentos no Bradesco:

- **selecionado, novamente, para integrar o Índice Dow Jones de Sustentabilidade – DJSI**, da Bolsa de Valores de Nova York, na categoria *Dow Jones Sustainability Emerging Markets*. Houve evolução, no desempenho geral, com destaque para os temas “Políticas e Medidas de Prevenção ao Crime”, “Estabilidade Financeira” e “Risco Sistêmico e Inclusão Financeira”;
- **pelo décimo segundo ano consecutivo, foi reconhecido entre as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE** da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A carteira é reavaliada anualmente, por meio de análise dos aspectos econômico-financeiros, sociais, ambientais e de governança corporativa. Integrar o índice reafirma o compromisso do Bradesco com a adoção de boas práticas empresariais; e
- **a conquista, mais uma vez, do Prêmio ABRASCA – Melhor Relatório Anual**, na categoria “Companhia Aberta Grupo 1”, concedido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, que reconhece o compromisso das empresas com a transparência no relacionamento com acionistas, clientes e partes interessadas.

Comentário Econômico

Em 2016, o cenário doméstico foi marcado por grandes ajustes. A inflação iniciou a trajetória de convergência para as metas e o Banco Central conseguiu produzir importante ancoragem das expectativas de inflação para os próximos anos. Ao aprovar importantes medidas, o ajuste fiscal proposto pelo Governo deve ser notado a médio e longo prazo e o equilíbrio fiscal desejado materializado pela estabilização da relação Dívida/PIB. Embora o maior desafio do País continue sendo o fortalecimento econômico, há expectativa de crescimentos trimestrais progressivos ao longo de 2017.

No cenário externo, observa-se a elevação dos juros de mercado nas principais economias, o que contribuiu para diminuição da liquidez global. Porém, as perspectivas de crescimento mundial têm melhorado e impulsionado a alta de preços de *commodities*, o que é favorável para economias emergentes exportadoras desses bens.

1. Resultado no Exercício

Os bons resultados alcançados pelo Bradesco em 2016 e a remuneração aos acionistas confirmam que o planejamento estratégico delineado para o período foi conduzido conforme o esperado. A análise detalhada desses números encontra-se no *site* bradescori.com.br, no Relatório de Análise Econômica e Financeira.

R\$ 15,084 bilhões foi o Lucro Líquido contábil no exercício, correspondente a R\$ 2,73 por ação e rentabilidade de 15,5% sobre o Patrimônio Líquido médio^(*). O retorno sobre os Ativos Totais médios foi de 1,4%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 6,976 bilhões foram destinados aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, mensais, intermediários, extraordinários e complementares, computados no cálculo dos dividendos obrigatórios. Assim, foram atribuídos R\$ 1,33 (R\$ 1,13 líquido de IR Fonte), que incluem o adicional de 10,0% para cada ação preferencial, e R\$ 1,21 (R\$ 1,03 líquido de IR Fonte) para cada ação ordinária. Os juros distribuídos representam 48,7% (líquido de IR Fonte 41,4%) do lucro ajustado do exercício.

Impostos e Contribuições

Parcela significativa dos resultados do Bradesco no exercício foi recolhida aos cofres públicos, em proporção direta ao volume de atividades que desenvolve.

R\$ 18,420 bilhões totalizaram os impostos e contribuições próprios, inclusive previdenciárias, pagos ou provisionados.

R\$ 13,782 bilhões somaram os tributos retidos e recolhidos de terceiros, equivalentes à intermediação financeira.

Na Organização, originaram-se ou por ela transitaram, no conjunto, recursos no expressivo montante de R\$ 32,202 bilhões.

2. Estratégia Empresarial

O Bradesco, sempre comprometido com os interesses de seus clientes e acionistas e com o crescimento econômico e social do País, desenvolve suas atividades com os mais altos níveis de eficiência, buscando prestar serviços bancários de qualidade, aplicar as melhores práticas de Governança Corporativa e alcançar resultados ainda mais consistentes.

Como visão de futuro, tem por objetivo ampliar posição de destaque que ocupa entre as instituições financeiras privadas. A aquisição do HSBC Bank Brasil S. A. – Banco Múltiplo propiciou significativo crescimento de sua base de clientes e consolida ainda mais a sua presença em todo o território nacional.

Alicerçado em valores éticos, respeito e transparência, o Bradesco enfrenta com determinação os desafios da atualidade, demonstrando força e capacidade de intermediador financeiro, incentivando investimentos, democratizando o crédito, expandindo a oferta de produtos, serviços e soluções e promovendo, prioritariamente, inclusão bancária e mobilidade social, por meio de sua ampla Rede de Atendimento, que inclui Agências, Postos Bancários, Correspondentes Bradesco Expresso, máquinas de autoatendimento e, também, pelos Canais Digitais, como o *Internet Banking*, Bradesco Celular, Fone Fácil e Redes Sociais.

No âmbito financeiro, sob perspectiva de uma política monetária rigorosa, o Banco continuará buscando para 2017 o crescimento da sua carteira de crédito, com ênfase no crédito ao consumo, empréstimos consignados em folha de salário e crédito imobiliário, bem como de sua forte atuação em previdência complementar aberta. Para tanto, seguirá adotando critérios eficazes de segurança, que incluem rigorosa avaliação dos processos de concessão e eficiente cobrança diária de valores vencidos, por meio de Programas de Recuperação de Créditos. O foco estratégico na difusão segura e nos resultados dos negócios que conduz, de que são exemplos o banco de investimento, *corporate, private banking* e a gestão de recursos de terceiros, além dos investimentos no mercado de cartões, consórcios, seguros, previdência e capitalização, igualmente relevantes, permanecerá ativo na Organização.

No Exterior, o Bradesco mantém presença em praças estratégicas, oferecendo suporte às empresas brasileiras, clientes que residem fora do País, bem como a investidores e empresas estrangeiras que possuem interesses no Brasil. A Bradesco Securities de Nova York, a de Londres e a de Hong Kong são fundamentais para captar recursos e distribuir títulos nesses centros financeiros, assim como o Banco Bradesco Europa, em Luxemburgo e Londres, com serviços de financiamentos a clientes corporativos e de *private banking*.

A busca contínua pelo crescimento, implica investimentos substanciais em Infraestrutura, Tecnologia da Informação e na área de Recursos Humanos, pilares indispensáveis para o mercado bancário. Foram aplicados R\$ 6,595 bilhões para inovar, atualizar e manter o ambiente de TI, que é destaque no mercado, com as melhores práticas e tecnologias existentes, e realizados investimentos de R\$ 143,614 milhões nos programas de treinamento do quadro de funcionários através da Universidade Corporativa Bradesco - UniBrad, de maneira a garantir motivação, inovação e foco no cliente.

O respeito ao consumidor, a responsabilidade socioambiental, a segurança e a credibilidade estão inseridos na cultura empresarial do Bradesco. Três vetores de maior amplitude alicerçam o planejamento estratégico:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- a) crescer organicamente, sem perder de vista as possibilidades de aquisições, associações e parcerias, desde que comprometidas com a qualidade do atendimento, a segurança dos produtos, soluções e serviços e com a efetiva melhoria dos índices de eficiência operacional e financeira;
- b) manter rígidos controles para identificar, avaliar e mitigar riscos intrínsecos às atividades, bem como definir os níveis aceitáveis em cada operação; e
- c) conduzir os negócios com total transparência, ética e remuneração adequada aos investidores.

3. Capital, Reservas e Dívida Subordinada

No encerramento do exercício, com referência ao Banco Bradesco:

R\$ 51,100 bilhões era o Capital Social subscrito e integralizado;

R\$ 49,342 bilhões totalizaram as Reservas Patrimoniais; e

R\$ 100,442 bilhões foi o Patrimônio Líquido, com crescimento de 13,0% no ano. Em relação ao Ativo Consolidado, que soma R\$ 1,180 trilhão, o Patrimônio Líquido Administrado equivale a 8,6%. O Valor Patrimonial por ação era de R\$ 18,16.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2016, deliberou-se a absorção de parcela do patrimônio do HSBC Bank Brasil S. A. – Banco Múltiplo, sem qualquer efeito no Patrimônio Líquido do Bradesco, uma vez que o HSBC Brasil era sua subsidiária integral.

O índice de solvabilidade foi de 15,4%, superior, portanto, ao mínimo de 10,5% regulamentado pela Resolução nº 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, de acordo com o Comitê de Basileia. Em relação ao Patrimônio de Referência, o índice de imobilização atingiu 44,8% no Consolidado Prudencial, dentro do limite máximo de 50% estipulado pelo Banco Central do Brasil.

A Dívida Subordinada somava R\$ 52,611 bilhões (no Exterior, R\$ 11,455 bilhões e no Brasil, R\$ 41,156 bilhões) no final do exercício, dos quais R\$ 27,380 bilhões foram considerados elegíveis a capital e integraram o Patrimônio de Referência, sendo contemplados na apuração dos índices registrados no parágrafo anterior.

Títulos classificados na Categoria Mantidos até o Vencimento

O Bradesco, em atendimento ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”. Declara, também, que as operações do Banco Bradesco S.A., sua subsidiária, estão adequadas aos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios, nos termos do Artigo 11 do Regulamento Anexo I à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional.

Gerenciamento de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada para garantir que a Organização mantenha níveis adequados de capital para suportar e apoiar o desenvolvimento das suas atividades e fazer frente aos riscos incorridos, considerando os objetivos estratégicos definidos. Adota uma visão prospectiva, que visa antecipar possíveis mudanças nas condições de mercado. A estrutura de gerenciamento de capital é composta por Comitês que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva na tomada de decisões.

4. Desempenho Operacional

4.1. Captação e Administração de Recursos

Os recursos captados e administrados totalizaram R\$ 1,797 trilhão no final do exercício, 23,6% superior ao do ano anterior. O Banco gerencia, ao todo, 26,802 milhões de clientes correntistas, 62,107 milhões de contas de poupança com saldo de R\$ 97,089 bilhões, representando 18,7% do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

R\$ 476,215 bilhões em Depósitos à Vista, a Prazo, Interfinanceiros, de Poupança e Captação no Mercado Aberto.

R\$ 756,488 bilhões em recursos administrados, compreendendo Fundos de Investimento, Carteiras Administradas e Cotas de Fundos de Terceiros, evolução de 37,5%.

R\$ 301,458 bilhões registrados na Carteira de Câmbio, Obrigações por Empréstimos e Repasses no País, Capital de Giro Próprio, Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados, Recursos de Emissão de Títulos no País e Dívida Subordinada no País.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ 223,342 bilhões em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, expansão de 25,6%.

R\$ 39,428 bilhões em Recursos Externos, por meio de emissões públicas e privadas, Dívida Subordinada no Exterior, Securitização de Fluxos Financeiros Futuros e Empréstimos e Repasses no Exterior, correspondente a US\$ 12,098 bilhões.

4.2. Operações de Crédito

O Bradesco, atento ao cenário desafiador para o mercado de crédito, monitora constantemente suas carteiras de crédito para manter sua política sempre atualizada e condizente com o momento atual da economia, preservando a expansão e diversificação da oferta nos diversos canais de distribuição, que abrangem a Rede de Agências, Correspondentes Bancários e Canais Digitais. Diferenciais que têm contribuído para a realização de empréstimos e financiamentos diretos ou em parcerias estratégicas com as diversas cadeias de negócios.

R\$ 514,411 bilhões foi o saldo, ao final do ano, das operações de crédito consolidadas, no conceito expandido, que inclui Avais e Fianças, Cartas de Crédito, Antecipação de Recebíveis de Cartão de Crédito, Debêntures, Notas Promissórias, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, Certificados de Recebíveis Imobiliários e Crédito Rural, com evolução de 8,6% no período.

R\$ 40,614 bilhões foi o saldo consolidado de provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando uma provisão adicional de R\$ 7,490 bilhões, que inclui provisão para garantias prestadas, acima do exigido pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

Crédito ao Consumo

Contribui para o crescimento dos pequenos, médios e grandes negócios, financiando aquisições dos bens produzidos e ofertados pelas diversas cadeias produtivas, por meio de sua carteira diversificada para o Crédito ao Consumo. Entre as Linhas de Crédito para atender a esta demanda, destacam-se o Crédito Pessoal e Financiamentos a Veículos, Bens e Serviços.

R\$ 112,344 bilhões foi o saldo das operações destinadas a crédito ao consumo.

Crédito Consignado

No grupo das modalidades do Crédito ao Consumo, o Crédito Consignado continua sendo uma das carteiras mais representativas no portfólio de crédito pessoa física. No Bradesco, a distribuição do produto é realizada pela Rede de Agências, Bradesco Expresso, Bradesco Promotora e seus Correspondentes parceiros, além dos canais digitais: Máquinas de Autoatendimento e *Internet Banking*.

O público-alvo para a oferta do empréstimo consignado são os aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos e funcionários de empresas que possuem convênio de folha de pagamento com o Bradesco.

R\$ 38,249 bilhões foi o saldo da Carteira no encerramento de 2016, com 9.687.061 contratos ativos.

Crédito Imobiliário

O Bradesco mantém, dado o financiamento à indústria da construção e aquisições dos mutuários finais, um forte compromisso de atender as demandas do setor imobiliário. Está constantemente aprimorando seus canais de origem junto às Incorporadoras, por meio do refinamento nos processos de repasses aos compradores finais e também no mercado secundário, com a consolidação do modelo de atuação junto às diversas Parcerias Imobiliárias que possui.

R\$ 51,802 bilhões foi o saldo da Carteira de Crédito Imobiliário, sendo R\$ 30,763 bilhões destinados a pessoas físicas e R\$ 21,039 bilhões a pessoas jurídicas, e um total de 162.551 unidades financiadas.

No [site banco.bradesco](http://site.banco.bradesco) podem ser consultados os produtos disponíveis, as parcerias firmadas com imobiliárias, dentre outras informações.

Agronegócio

Maior Banco privado em ativos no agronegócio, o Bradesco possui forte presença perante a cadeia produtiva, ofertando soluções para o desenvolvimento da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas. Mantém acordos com os principais fabricantes de máquinas e equipamentos do País, contribuindo para a expansão dos negócios e o crescimento da produtividade.

R\$ 21,670 bilhões foi o saldo das aplicações no final do exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mais informações relativas ao agronegócio, produtos e serviços de crédito podem ser obtidas no [site agronegocio.bradesco](http://site.agronegocio.bradesco).

Operações de Repasse

O Bradesco manteve a sua posição como um dos principais repassadores de recursos do BNDES ao atingir um total de desembolsos de R\$ 7,157 bilhões, equivalente a 16,3% de *Market Share*, mantendo o foco nas liberações para micro, pequenas e médias empresas, que absorveram R\$ 3,181 bilhões ou 13,5% do total desembolsado. Destacamos, ainda, a excelente performance da linha BNDES Exim, voltada ao financiamento de exportações, que atingiu o montante de R\$ 2,703 bilhões, correspondendo a 31,8% de todo o desembolso da modalidade.

R\$ 29,183 bilhões somou o saldo das carteiras de repasse, com 289.886 contratos.

Política de Crédito

A Política de Crédito tem por finalidade orientar a realização rápida de negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados a pessoas e empresas idôneas e de comprovada solvência. Realizadas com rapidez e segurança, essas operações buscam assegurar rentabilidade adequada e liquidez dos ativos aplicados.

Os sistemas especializados de *Credit Scoring* permitem agilizar e amparar o processo decisório com altos padrões de segurança e assertividade no ambiente das Agências. Ao Departamento de Crédito e ao Comitê Executivo de Crédito, instalados na Matriz, competem as decisões sobre os créditos que excedem as alçadas das Agências.

Qualidade da Carteira de Crédito

A qualidade da carteira de crédito mostrou uma leve redução em decorrência da forte crise econômica no Brasil, que causou aumento no desemprego e decréscimo na geração de receita das empresas. Porém, ao final de 2016, em comparação ao ano anterior, observou-se a manutenção da qualidade dos créditos dos novos tomadores, sobretudo em virtude do aperfeiçoamento constante dos modelos e políticas de concessão e de acompanhamento, além da opção por modalidades de crédito mais seguras, tais como consignado e habitacional.

4.3. Cobrança e Recuperação de Créditos

As ações de cobrança e recuperação de créditos são promovidas com o envolvimento de todos os Segmentos, Departamentos Gestores e Jurídico, buscando reduzir o inadimplemento e manter o relacionamento com os clientes. Para tanto, o Bradesco faz uso de modelos estatísticos próprios, atualizados periodicamente e que segmentam os devedores por níveis de risco e de propensão a pagamento, tornando as estratégias de cobrança mais assertivas e com maior eficiência.

A cobrança ocorre de forma sequencial, por meio da Rede de Agências, *Call Centers* e Escritórios de Cobrança Amigável e Judicial, contando inclusive com equipes regionais especializadas em recuperação de créditos que atuam de forma personalizada nos casos mais expressivos.

R\$ 5,508 bilhões de créditos foram recuperados, 32,9% a mais do que no ano anterior.

5. Área Internacional

No Exterior, a Organização Bradesco disponibiliza ampla linha de produtos e serviços, por meio das unidades do Banco Bradesco em Nova York e Grand Cayman, do Bradesco Securities em Londres, Hong Kong e Nova York, do Banco Bradesco Europa em Luxemburgo e Londres, do Banco Bradesco Argentina em Buenos Aires, da Bradescard no México, além das 30 unidades especializadas no Brasil e da extensa rede de bancos correspondentes.

Esta estrutura possibilita uma posição de liderança entre os bancos privados no mercado de câmbio e no financiamento ao comércio exterior no Brasil, com os destaques abaixo:

R\$ 9,226 bilhões em Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, para uma Carteira de US\$ 14,062 bilhões de Financiamento à Exportação;

US\$ 2,282 bilhões de Financiamento de Importação em Moeda Estrangeira;

US\$ 29,219 bilhões em Compras de Exportação, com *market share* de 16,6%;

US\$ 18,186 bilhões de Importação contratados, com *market share* de 14,5%; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

US\$ 1,887 bilhão em colocações públicas e privadas, de médio e longo prazos, no mercado internacional.

6. Ações Bradesco

Com elevado nível de liquidez, as Ações Bradesco mantiveram presença em todos os pregões da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Representavam 9,5% do índice Ibovespa no final de 2016. Também, são negociadas no Exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR-*American Depositary Receipt* - Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, é assegurado 30% do lucro líquido ajustado, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Também, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

R\$ 87,541 bilhões foi o montante negociado em Ações Bradesco durante o ano, na BM&FBOVESPA, composto por 381,833 milhões de ações ordinárias e 2,981 bilhões de preferenciais.

US\$ 25,688 bilhões foram negociados como ADRs, no mercado norte-americano (*New York Stock Exchange – NYSE*), equivalentes a 921 mil de ações ordinárias e 3,396 bilhões de ações preferenciais.

EUR 5,580 milhões foram negociados como DRs, no mercado europeu (Latibex – Madrid), equivalentes a 1,064 milhão de ações preferenciais.

7. Segmentação de Mercado

A estratégia de segmentação no Bradesco reúne grupos de clientes de um mesmo perfil, com atendimento diferenciado e crescentes ganhos de produtividade e rapidez. Além de melhorar a qualidade de relacionamento com o cliente e de proporcionar ao Banco maior flexibilidade e competitividade na condução dos negócios, ajusta e dimensiona as operações, para pessoas físicas ou jurídicas, com base nas demandas de cada cliente.

7.1. Bradesco Corporate

Oferece atendimento especializado a grandes grupos econômicos, com faturamento anual superior a R\$ 250 milhões. O princípio de relacionamento de longo prazo é um importante diferencial, pois gera as melhores soluções para os clientes e os melhores resultados para a Organização, por meio de unidades de negócios nas principais cidades brasileiras.

R\$ 524,383 bilhões foi o total de recursos administrados pela área, compreendendo 2.375 grupos econômicos.

7.2. Bradesco Empresas

Gerencia, com elevado grau de especialização, o relacionamento de grupos econômicos com faturamento anual entre R\$ 30 milhões e R\$ 250 milhões, oferecendo operações estruturadas e amplo portfólio de produtos e serviços.

R\$ 102,694 bilhões foi o total de recursos administrados pela área, de empresas em todos os setores da economia.

7.3. Bradesco Private Banking

O *Private Bank* é estruturado para atender pessoas físicas, *holdings* familiares e empresas de participações, que possuam disponibilidade líquida para investimentos a partir de R\$ 5 milhões. Oferece aos clientes uma exclusiva linha de produtos e serviços dentro do conceito *Tailor-Made* e arquitetura aberta, que compreende assessoria, no Brasil e no Exterior, na alocação de ativos financeiros e não financeiros, bem como em assuntos sucessórios, cambiais e operações estruturadas.

7.4. Bradesco Prime

Com o conceito de relacionamento personalizado entre Banco/Cliente, oferece consultoria financeira, bem como produtos e serviços diferenciados às pessoas físicas, com renda individual mensal comprovada a partir de R\$ 10 mil ou disponibilidade de investimento a partir de R\$ 100 mil. A Rede de Atendimento exclusiva para os clientes do segmento compreendia, no final do exercício, 308 Agências em todo o País e 905 Espaços Bradesco *Prime* em Agências do Varejo, especialmente projetados para prover conforto e privacidade na realização de negócios.

7.5. Bradesco Varejo

O Segmento Varejo, presente em todo território nacional, busca atender, com qualidade e empenho, todas as classes da população, favorecendo o processo de inclusão financeira e de bancarização dos brasileiros, assim como a mobilidade social. O Bradesco, com vistas a alcançar o maior número de clientes, mantém sua vocação de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

banco de portas abertas, democratizando o acesso aos produtos e serviços bancários. O foco do Bradesco Varejo são as Pessoas Físicas com renda mensal de até R\$ 10 mil e Pessoas Jurídicas com faturamento anual de até R\$ 30 milhões. Para os Clientes Pessoas Físicas, com renda mensal entre R\$ 4 mil e R\$ 10 mil, denominados Clientes Exclusive, o Segmento proporciona atendimento personalizado, soluções customizadas, espaços exclusivos em Agências e atendimento preferencial nos caixas. Para os Clientes Pessoas Jurídicas, denominados Empresas e Negócios, oferece equipe de Gerentes especializada e soluções financeiras adequadas ao atendimento das necessidades destes clientes. No encerramento do exercício, o segmento atendia mais de 24,2 milhões de correntistas.

7.6. Bradesco Expresso

Ampliando consistentemente a participação no segmento de correspondentes, o Bradesco Expresso, por meio de parcerias com diversos estabelecimentos comerciais, como Supermercados, Farmácias, Lojas de Departamentos, Panificadoras e outras redes varejistas, propicia aos clientes e comunidades em geral a comodidade de serem atendidos mais próximos da residência ou local de trabalho, em horário estendido, inclusive aos finais de semana. Em 31 de dezembro de 2016, eram 38.430 estabelecimentos credenciados.

8. Produtos e Serviços

8.1. Cartões Bradesco

Os Clientes Bradesco têm à sua disposição a mais completa linha de cartões de crédito do País, como o Elo, American Express, Visa, MasterCard e diversos *Private Labels*.

O Bradesco conta, também, com uma unidade de negócios de cartões no exterior, a Bradescard México, a qual mantém destacada parceria com a rede de lojas C&A, com as lojas Suburbia do Grupo Walmex, com a rede de lojas LOB e Bodega Aurrera, naquele País.

R\$ 159,173 bilhões foi o volume transacionado dos Cartões de Crédito.

R\$ 6,252 bilhões de Receitas de Prestação de Serviços, com crescimento, principalmente, em receitas de comissões sobre compras realizadas com Cartões de Crédito/Débito e tarifas diversas.

8.2. Soluções de Cash Management

O Bradesco oferece soluções customizadas a Empresas, Órgãos do Governo e Concessionárias de Serviços, na administração do Contas a Receber e a Pagar, assim como na arrecadação de taxas e tributos.

De acordo com os respectivos perfis e necessidades, os clientes de nichos específicos de mercado, tais como Franquias, Educação, Condomínios, entre outros, contam com o apoio de equipe qualificada para estruturar soluções que agreguem valor ao seu negócio.

A área de *Global Cash Management* tem como objetivo estruturar soluções para empresas internacionais que atuam no mercado brasileiro e empresas nacionais que atuam no exterior, por meio de parcerias com 45 bancos internacionais e acesso à rede Swift. Dentre os serviços oferecidos, destacamos a abertura de contas de empresas indicadas pelos bancos parceiros e a elaboração e a estruturação de RFPs (*Request for Proposal*) para a centralização de caixa das empresas.

133,338 milhões de documentos arrecadados durante o ano em tributos federais, estaduais, municipais e demais contribuições.

320,609 milhões de documentos recebidos provenientes de contas de luz, água, gás e telefone, sendo 83,570 milhões deles quitados pelo Débito Automático em Conta-Corrente e Poupança, sistema que oferece ampla comodidade ao cliente.

994,422 milhões de recebimentos processados por meio da Cobrança Bradesco, Custódia de Cheques, Depósito Identificado e OCT-Ordem de Crédito por Teleprocessamento.

861,886 milhões de operações realizadas pelo sistema Multipag, que engloba os pagamentos dos principais compromissos do contas a pagar da empresa (fornecedores, salário, tributos e contas de consumo).

119,970 milhões de pagamentos a mais de 10,159 milhões de beneficiários do INSS.

85,222 milhões de processamentos de Folha de Pagamento dos setores público e privado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.3. Soluções de Produtos e Serviços para o Poder Público

O Bradesco disponibiliza, por meio de seu Departamento Bradesco Poder Público e suas plataformas exclusivas de atendimento ao Setor Público, localizadas em todo o território nacional, Gerentes de Negócios capacitados para oferecer produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos Entes e Órgãos Públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, além de Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e de Economia Mista, Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e Forças Auxiliares (Polícias Federal, Militar e Civil).

Mensalmente, mais de 10,128 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, o que lhe confere a posição de maior pagador dentre todos os bancos no País.

Com espaço exclusivo para servidores públicos e militares, o [site bradescopoderpublico.com.br](http://site.bradescopoderpublico.com.br) apresenta Soluções Corporativas de Pagamentos, Recebimentos, RH e Tesouraria.

8.4. Soluções para o Mercado de Capitais

Com moderna infraestrutura e profissionais especializados, o Bradesco está na vanguarda do mercado de capitais, oferecendo amplo leque de soluções e serviços. Dentre os principais, destacam-se:

Custódia Qualificada de Valores Mobiliários para Investidores e Emissores

R\$ 1,331 trilhão em ativos custodiados de clientes;

R\$ 1,873 trilhão em patrimônio dos fundos de investimento e carteiras administradas que utilizam os serviços de controladoria; e

27 Programas de DRs (*Depository Receipts*) registrados, com valor de mercado de R\$ 83,437 bilhões.

Administração Fiduciária para Fundos de Terceiros

R\$ 298,292 bilhões em patrimônio líquido dos fundos de investimento de terceiros administrados pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, empresa do grupo Bradesco.

Escrituração de Valores Mobiliários

242 empresas integram o Sistema Bradesco de Ações Escriturais, abrangendo 4,308 milhões de acionistas;

327 empresas com 441 emissões integram o Sistema Bradesco de Debêntures Escriturais, com valor atualizado de R\$ 319,731 bilhões;

681 fundos de investimento integram o Sistema Bradesco de Cotas Escriturais, com valor atualizado de R\$ 71,708 bilhões; e

36 Programas de BDRs (*Brazilian Depository Receipts*) registrados, com valor de mercado de R\$ 2,122 bilhões.

Depositário (*Escrow Account - Trustee*)

10.882 contratos, com volume financeiro de R\$ 15,183 bilhões.

9. Estrutura Organizacional - Rede de Atendimento Bradesco

A Rede de Atendimento da Organização Bradesco, com extensa e moderna estrutura, está presente em todo o território nacional e em algumas localidades do Exterior, oferecendo excelência em serviços em todos os seus segmentos de atuação.

Com 60.610 pontos de atendimento, ao final do exercício, estava assim distribuída:

9.135 Agências e Postos de Atendimento - PAs no País (Agências: 5.308 do Bradesco, 1 do Banco Bradesco Cartões, 2 do Banco Bradesco Financiamentos, 1 do Banco Bradesco BBI, 1 do Banco Bradesco BERJ e 1 do Banco Alvorada; e PAs: 3.821);

3 Agências no Exterior, sendo 1 em Nova York e 1 em Grand Cayman, do Bradesco, e 1 em Londres, da subsidiária Banco Bradesco Europa;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- 11 Subsidiárias no Exterior (Banco Bradesco Argentina S.A., em Buenos Aires, Banco Bradesco Europa S.A., em Luxemburgo, Bradesco North America LLC, Bradesco Securities, Inc. e BRAM US LLC, em Nova York, Bradesco Securities UK Limited, em Londres, Bradesco Securities Hong Kong Limited e Bradesco Trade Services Limited, em Hong Kong, Bradesco Services Co., Ltd, em Tóquio, Cidade Capital Markets Ltd., em Grand Cayman, e Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada, no México);
- 797 Correspondentes da Bradesco Promotora, no segmento consignado;
- 38.430 Pontos Bradesco Expresso;
- 1.013 Postos de Atendimento Eletrônico - PAEs;
- 63 Postos de Atendimento Losango;
- 186 Pontos Externos da Rede de Autoatendimento Bradesco; e
- 10.972 Pontos Assistidos da Rede Banco24Horas, sendo 96 pontos comuns entre as Redes.

A Rede de Autoatendimento Bradesco compunha-se de 36.119 máquinas, 35.626 delas funcionando, inclusive, nos finais de semana e feriados, estrategicamente distribuídas por todo o País, proporcionando acesso rápido e prático aos diversos produtos e serviços, além das 19.991 máquinas do Banco24Horas. É a partir desse canal que o Bradesco une o físico ao digital, materializando o dinheiro a partir do saque e trazendo aplicações para otimizar, acelerar e evoluir os acessos dos clientes aos serviços bancários. A biometria, por exemplo, faz com que seja possível realizar diversas ações sem a necessidade do cartão físico.

De forma inovadora, o Bradesco oferece gratuitamente diversas soluções de acessibilidade em produtos e serviços bancários, que contribuem para a autonomia e independência de clientes com deficiência auditiva, física, intelectual e visual.

No [site banco.bradesco](http://site.banco.bradesco), os clientes, pessoa física e jurídica, podem fazer consultas e diversas transações bancárias de maneira prática e segura, dispondo de amplo portfólio de serviços e produtos, incluindo *homebroker* moderno e intuitivo. Neste ambiente também é possível entender como funciona a navegação de cada cliente acompanhando seus comportamentos para construir e aprimorar uma experiência de relacionamento ainda mais genuína e fluida com as pessoas.

No universo da Mobilidade, o Bradesco possui o maior e mais completo conjunto de soluções do mercado, inclusive, em parceria com operadoras de telefonia de forma pioneira no mercado financeiro, provendo o acesso gratuito à conta por meio do celular, contribuindo para a inclusão financeira e mobilidade social. Também, para facilitar a experiência do usuário, lança diversas funcionalidades, entre elas o leitor de *pdf*, que, com um toque na tela, passa as informações de boletos recebidos por e-mail para o aplicativo do Banco, tornando prático o pagamento de contas. É onde de fato o Bradesco se faz presente no dia a dia das pessoas, disponibilizando, para todos os clientes, transações bancárias a qualquer hora e lugar.

O Bradesco também está presente nas principais plataformas sociais, buscando, em linguagem de rede, estabelecer e fortalecer o relacionamento com clientes e o público em geral, de maneira ininterrupta, através de conteúdo relevante e parceria com criadores de conteúdos digitais. Por meio das Redes Sociais, aproxima o DNA da marca às pessoas, com conversações que traduzem a missão, os valores e a crença que o Banco tem na brasilidade, na democracia e na capilaridade como pilares da marca.

Disponível dia e noite, o Fone Fácil Bradesco é o banco por telefone, com foco em negócios e realização de operações financeiras. Além do atendimento personalizado, por meio do comando de voz, que já atende mais de um milhão de ligações por dia, é possível realizar, de maneira rápida e eficiente, consultas e serviços bancários eletronicamente.

Em complemento à sua Rede de Atendimento, o Bradesco tem, atualmente, duas grandes Plataformas Digitais, que atendem clientes dos Segmentos Exclusive e Prime convidados pelo Banco e os que solicitaram a migração para as unidades em função do seu perfil de relacionamento ser prioritariamente digital, disponibilizando atendimento realizado por gerentes altamente qualificados, via chat, SMS, telefone ou vídeo conferência, além de serviços de consultoria financeira, horário estendido das 07h00 às 00h00 e os clientes digitais contam, também, com uma central de atendimento telefônico exclusiva, 24 horas por dia, todos os dias da semana. Também dispõe da Agência Digital Bradesco Private Bank, em São Paulo, SP, voltada ao público Private, possibilitando aos clientes de todas as regiões do País a centralização do seu relacionamento tanto de seus investimentos quanto da conta banking em um único segmento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**10. Empresas Bradesco****10.1. Seguros, Previdência e Capitalização**

O Grupo Bradesco Seguros, com trajetória associada à solidez financeira e inovação em diversos produtos nas áreas de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, mantém-se na liderança entre os conglomerados que atuam no setor no Brasil.

R\$ 5,551 bilhões foi o Lucro Líquido do segmento Seguros, Previdência Complementar e Capitalização no ano, com rentabilidade de 23,0% sobre o Patrimônio Líquido médio.

R\$ 27,269 bilhões era o Patrimônio Líquido.

R\$ 260,295 bilhões somaram os Ativos Totais.

R\$ 242,063 bilhões totalizaram os investimentos livres e para cobertura das Provisões Técnicas.

R\$ 71,419 bilhões representaram a Receita de Prêmios de Seguros, Contribuição de Previdência e Receitas de Capitalização.

R\$ 52,261 bilhões totalizaram as indenizações, sorteios e resgates pagos pelo Grupo Bradesco Seguros no exercício.

10.2. BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Atua no mercado de capitais na prestação de serviços de Administração Fiduciária de fundos de investimento.

R\$ 188,584 bilhões, em 31 de dezembro de 2016, distribuídos em 1.613 Fundos de Investimento, totalizando 39.914 investidores.

10.3. Bradesco Leasing – Arrendamento Mercantil

Em atuação conjunta com a Rede de Agências e em parceria com grandes fabricantes dos setores automotivos, aeronaves, embarcações e máquinas e equipamentos, a Bradesco Leasing está entre as líderes do ramo de arrendamento mercantil, com 19,8% do mercado. Esse resultado é fruto da estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos de mercado.

R\$ 2,783 bilhões era o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2016, com 1.543 operações contratadas no ano.

20.094 contratos de arrendamento em vigor ao final do exercício, o que caracteriza o elevado nível de pulverização dos negócios.

10.4. Bradesco Administradora de Consórcios

A Bradesco Consórcios administra grupos de clientes correntistas ou não correntistas, aos quais oferece o mais completo portfólio de produtos e serviços. Mantém-se líder nos segmentos de imóveis, automóveis e caminhões, tratores, máquinas e equipamentos, resultado de planejamento adequado e da sinergia com a Rede de Agências do Banco e com a Organização de Vendas do Grupo Segurador.

1.334.286 cotas ativas no fim do exercício, com 484.967 novas cotas comercializadas.

R\$ 63,305 bilhões de faturamento acumulado.

10.5. Banco Bradesco Financiamentos

Atuando como a financeira da Organização Bradesco, a Bradesco Financiamentos oferece linhas de crédito nas modalidades de CDC – Crédito Direto ao Consumidor e Leasing para aquisição de veículos leves, pesados e motos, além dos seguros de automóvel e proteção financeira. Por intermédio da Bradesco Promotora, oferece o crédito consignado aos aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos – Federal, Estadual e Municipal -, bem como produtos agregados como seguros, cartões, entre outros.

R\$ 870,249 milhões foi o Lucro Líquido no ano.

R\$ 45,741 bilhões somaram os Ativos Consolidados.

R\$ 29,406 bilhões representaram o saldo das operações de crédito.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- 11.669 parceiros comerciais ativos no País, em extensa Rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de veículos.
- 857 correspondentes atuam no segmento empréstimos consignados, em todos os Estados brasileiros, na captação de clientes.

10.6. Banco Bradesco BBI

O BBI, Banco de Investimentos da Organização, assessora clientes em ofertas primárias e secundárias de ações, transações de fusão, aquisição e venda de ativos, estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, tais como debêntures, notas promissórias, CRIs, CRAs, fundos imobiliários, FIDCs e *bonds*, dentre outros, além de operações estruturadas de financiamento de empresas e projetos na modalidade *Project Finance*.

R\$ 193,719 bilhões foi o montante de 146 transações de *investment banking* que assessorou no exercício.

10.7. BRAM - Bradesco Asset Management

A BRAM, maior gestora privada de fundos de investimentos do País, oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços. Tem entre seus maiores clientes os principais segmentos do Bradesco, como Prime, Corporate, Private, Varejo, Bradesco Empresas e o Grupo Bradesco Seguros, além de Investidores Institucionais, no Brasil e no Exterior, e diversos *Family Offices*.

R\$ 609,667 bilhões sob gestão da BRAM, em 31 de dezembro de 2016, considerando 1.235 Fundos de Investimento e 210 Carteiras Administradas, atingindo 3.006.009 investidores.

10.8. Bradesco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Possui significativa participação nos mercados de Renda Variável, Renda Fixa e Futuros, destaca-se dentre as mais atuantes do setor pelo apoio operacional que oferece aos clientes, por meio de seus Espaços Bradesco Corretora distribuídos em diversas cidades do País, Mesas de Operações e por Sistemas Eletrônicos de Operações: *Home Broker* e o aplicativo Bradesco *Trading* para *iPhone* e *iPad*.

Oferece, com ampla cobertura de empresas e setores, os serviços de análise de investimento e análise econômica. Também, representa investidores não residentes no País em operações realizadas no mercado financeiro e de capitais, na administração de clubes de investimento e na custódia para pessoas físicas e jurídicas não institucionais.

R\$ 171,009 bilhões o total negociado pela Corretora nos pregões dos mercados de renda variável da BM&FBOVESPA, correspondendo a 13.311.220 ordens de compra e venda de ações realizadas, atendendo no ano 143.481 investidores.

25,421 milhões de contratos negociados nos mercados de derivativos da BM&FBOVESPA, representando um volume financeiro de R\$ 2,213 trilhões.

339.126 clientes estavam cadastrados, em 31 de dezembro de 2016, na Carteira de Custódia Fungível.

10.9. Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

A Ágora, presente em todas as modalidades de operações da BM&FBOVESPA, assegura aos investidores acesso a uma completa gama de produtos no mercado de Renda Fixa e Renda Variável, como Ações, Fundos de Investimento, Tesouro Direto, Títulos privados e Debêntures. A Corretora conta com ferramentas de negociação modernas e de alta *performance*: *Home Broker*, *Home Broker 2.0*, *AE Broadcast* e *Ágora Mobile*.

10.10. Corretoras no Exterior (Bradesco Securities, Inc., Bradesco Securities UK Limited e Bradesco Securities Hong Kong Limited)

A Bradesco Securities, Inc. atende o mercado norte-americano, em Nova York, a Bradesco Securities UK Limited, o mercado europeu, em Londres e a Bradesco Securities Hong Kong Limited, o mercado chinês, em Hong Kong, intermediando ações, por meio de ADRs, bem como ações listadas nas Bolsas locais. Como *broker-dealers*, essas corretoras operam na distribuição de títulos públicos e privados para investidores internacionais.

11. Governança Corporativa

Desde sua fundação, em 1943, as práticas de governança corporativa estão presentes na administração do Banco Bradesco S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desde 1946, suas ações são negociadas em Bolsa de Valores no Brasil, com atuação no mercado de capitais norte-americano a partir de 1997, por meio de ADRs Nível I lastreados em ações preferenciais e, a partir de 2001 e 2012, ADRs Nível II lastreados, respectivamente, em ações preferenciais e ordinárias. Desde 2001, também, negocia DRs no mercado europeu.

Destaca-se, dentre as práticas adotadas, a listagem do Banco, desde 2001, ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e, desde 2011, a adesão ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Abrasca. A ética é outra questão presente no dia a dia do Bradesco desde a sua fundação, quando foi instituído em 1944 o Regulamento Interno do Banco, do qual originou-se, em 2003, o Código de Conduta Ética da Organização Bradesco.

Em relação à sua estrutura de governança, atualmente, a Administração do Banco é formada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária. O Conselho é composto por 8 membros, dos quais 7 externos e 1 interno, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida reeleição.

Sete comitês assessoram o Conselho de Administração, sendo 2 estatutários (Auditoria e Remuneração) e 5 não estatutários (Conduta Ética, Controles Internos e *Compliance*, Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Nomeação e de Sustentabilidade), enquanto diversos comitês executivos auxiliam as atividades da Diretoria Executiva. Na função de Órgão Fiscalizador, há o Conselho Fiscal, permanente desde 2015, atualmente composto por 5 membros efetivos e 4 suplentes.

Em conformidade com o disposto na Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Organização Bradesco declara que, no exercício de 2016, contratou os serviços da KPMG Auditores Independentes, não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram: i) emissão de relatórios de diligência; ii) serviços relacionados à auditoria atuarial do Grupo Segurador; iii) relatório de asseguração; e iv) relatórios sobre procedimentos previamente acordado. O montante das contratações totalizaram, aproximadamente, R\$ 3,2 milhões, que representa cerca de 9% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis de 2016 das Organizações Bradesco. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Ressalta-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à autorização do Comitê de Auditoria.

No período, divulgamos Comunicados ao Mercado em 31 de maio, 8 de junho, 28 de julho e 20 de setembro, relacionados às Operações “Zelotes” e “Greenfield” e seus desdobramentos. Maiores informações poderão ser obtidas na Nota Explicativa 18, letra “d”, das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

11.1. Auditoria Interna

A Inspeção Geral, área de Auditoria Interna da Organização Bradesco, com subordinação direta ao Conselho de Administração, tem por objetivo avaliar, de forma independente, os processos de Negócios e de Tecnologia da Informação, contribuindo para a mitigação dos riscos, a adequação e eficácia dos controles internos e a conformidade com as Políticas, Normas, Padrões, Procedimentos e Regulamentações Internas e Externas.

Metodologia e Execução dos Trabalhos certificadas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, que considera em suas premissas as recomendações técnicas do *The Institute of Internal Auditors* (IIA).

11.2. Políticas de Transparência e Divulgação de Informações

No [site bradesco.com.br](http://site.bradesco.com.br) estão disponíveis as Informações Financeiras do Bradesco, que podem ser acessadas no Relatório de Análise Econômica e Financeira e nas Informações Suplementares, e o Relatório Integrado Bradesco, que apresenta as informações institucionais, de negócios e financeiras, além das práticas e iniciativas de sustentabilidade em um único documento.

O Banco, também, disponibiliza para o mercado, física e eletronicamente, uma série de publicações periódicas. Semestralmente, é distribuída a “Revista Bradesco”; Trimestralmente, os informativos “Cliente Sempre em Dia” e “Informativo Trimestral” – impressos elaborados pela área de Relações com Investidores, que apresentam os principais destaques financeiros do período, todos voltados ao público externo –; e, bimestralmente, o *PrimeLine*.

11.3. Relações com Investidores – RI

O compromisso com a transparência, democratização da informação, tempestividade e a busca pelas melhores práticas são fatores fundamentais e, constantemente, reforçados pela área de Relações com Investidores do Bradesco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ao longo do ano, o Banco realizou 4 Encontros APIMEC, sendo que o evento realizado em São Paulo foi transmitido ao vivo pela Internet, com tradução simultânea para o inglês e para a Língua Brasileira de Sinais - Libras, totalizando 1.664 acessos. No conjunto, mais de 689 pessoas participaram dos eventos. Foram realizados, também, 377 eventos com investidores nacionais e internacionais, por meio de conferências, reuniões, *conference calls* e apresentações institucionais, atendendo 4.347 investidores.

Mais informações podem ser acessadas no site de Relações com Investidores – bradescori.com.br.

11.4. Ouvidoria Bradesco

Tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos clientes e usuários, em 2005, criou-se a Ouvidoria Bradesco, dois anos antes de Banco Central instituir sua obrigatoriedade. Sempre na vanguarda das inovações em benefício do consumidor, em 1985, antes mesmo do Código de Defesa do Consumidor, foi criado o Alô Bradesco, primeiro canal de comunicação do mercado financeiro com o público.

A criação da Ouvidoria ratifica o compromisso com a transparência nas relações com os clientes e usuários, declarando a sua missão de representar o cliente com imparcialidade, transformando a reclamação em uma experiência que fortaleça seu relacionamento com a Organização e impulse melhorias que gerem benefícios mútuos. Atua preventivamente no lançamento de produtos e serviços e utiliza as manifestações dos clientes como oportunidades para fomentar melhorias.

Nesse sentido, sua atuação evidencia o propósito de ser reconhecida como parceira indispensável e proativa nas decisões que afetem os clientes e referência em qualidade e eficiência no tratamento de reclamações.

12. Controle Integrado de Riscos

12.1. Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Diante da complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, a Organização está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante de todos os riscos de forma a dar segurança e conforto a todas as partes interessadas. Dentre os principais tipos de riscos, destacamos: Crédito, Crédito de Contraparte, Mercado, Operacional, Subscrição, Liquidez, Concentração, Socioambiental, Estratégia, Legal ou de *Compliance*, Imprevisibilidade Legal (Risco Regulatório), Reputação, Modelo e Contágio.

12.2. Controles Internos

A efetividade dos controles internos da Organização é sustentada por profissionais capacitados, processos bem definidos e implementados e tecnologia compatível com as necessidades dos negócios.

A metodologia de controles internos aplicada no Bradesco está alinhada às diretrizes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) versão 2013, o qual tem o propósito de fornecer um modelo para controles internos, gerenciamento de riscos corporativos e fraude, com o intuito de aprimorar a *performance* e a supervisão organizacional.

A existência, a execução e a efetividade dos controles que asseguram níveis aceitáveis de riscos nos processos da Organização são certificadas pela área responsável, sendo os resultados reportados aos Comitês de Auditoria e de Controles Internos e *Compliance*, bem como ao Conselho de Administração, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, além de códigos de conduta e de autorregulação aplicáveis.

Prevenção a Atos Ilícitos

No Bradesco, os negócios e relacionamentos são conduzidos com ética, integridade e transparência, que permeiam a cultura organizacional, cujos valores e princípios estão ratificados nos Códigos de Conduta e apoiados pela Alta Administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A prevenção e o combate a atos ilícitos são exercidos de forma contínua, sendo os riscos mitigados por meio de políticas, normas, procedimentos, programas de capacitação dos profissionais e controles, que buscam detectar tempestivamente eventuais operações e situações com indícios de relação com atividades ilegais, visando a adoção de medidas e ações cabíveis.

Esse sistema de mecanismos de controle é objeto de avaliação e aperfeiçoamento constantes em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, bem como com as melhores práticas de mercado, no Brasil e nos países onde a Organização possui unidades de negócios. Nesse sentido, destacam-se as ações de treinamentos sobre conduta ética e prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento ao terrorismo, à corrupção e ao suborno, além do desenvolvimento e revisão de procedimentos e o reforço de controles relacionados a agentes públicos e pessoas expostas politicamente.

Validação Independente de Modelos de Gestão e Mensuração de Riscos e Capital

O Bradesco utiliza modelos internos, desenvolvidos a partir de teorias estatísticas, econômicas, financeiras, matemáticas e do conhecimento de especialistas, que têm como finalidade apoiar e facilitar a estruturação de assuntos, propiciar padronização e agilidade às decisões e gerir riscos e capital.

Para identificar, mitigar e controlar os riscos inerentes aos modelos internos, representados por potenciais consequências adversas oriundas de decisões baseadas em parâmetros incorretos ou obsoletos, calibração inadequada dos modelos, falhas na etapa de desenvolvimento ou uso inapropriado, há o processo de validação independente que avalia de maneira criteriosa esses aspectos, desafiando a metodologia, as premissas adotadas, os dados utilizados, o uso dos modelos, bem como a robustez do ambiente em que estão implantados, reportando seus resultados aos gestores, auditoria interna e aos Comitês de Controles Internos e *Compliance* – CCIC e de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC.

Segurança da Informação

Na Organização, a Segurança da Informação é constituída por um conjunto de controles, representados por procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas, normas e soluções de tecnologia da informação. Objetiva atender aos princípios básicos de proteção das informações relativos à confidencialidade, disponibilidade e integridade.

Os Órgãos de Administração da Organização são envolvidos nas decisões de Segurança da Informação, por meio da Comissão de Segurança da Informação e do Comitê Executivo de Segurança Corporativa.

Sistema de Gestão Integrada

O Bradesco adota um dos mais modernos conceitos de integração de processos organizacionais: o Sistema de Gestão Integrada – ERP. O sistema proporciona a padronização dos processos, maior agilidade na tomada de decisões, segurança nas operações, minimização de custos operacionais e aumento de produtividade.

Foram contemplados os processos relativos a Recursos Humanos, Treinamento, Compras de Materiais e Serviços, Contas a Pagar, Recebimento Físico e Fiscal, Ativo Fixo, Contabilidade Bancária, Controle de Disponibilidade, Gestão de Obras, Manutenção, Imóveis, Auditoria e Comissionamento sobre Empréstimos. A capacitação contínua dos usuários da ferramenta é orientada por meio de treinamentos presenciais e *e-learning*.

12.3. Fatores de Riscos e Políticas Contábeis Críticas

Os fatores de riscos da companhia e da indústria em que atua e as políticas contábeis críticas do Bradesco podem ser encontrados no Formulário 20-F, que apresenta uma série de informações qualitativas e quantitativas do Banco, dentre elas as demonstrações contábeis anuais consolidadas e auditadas, de acordo com os padrões financeiros internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

O Formulário 20-F é arquivado anualmente na SEC (*U.S. Securities and Exchange Commission*) e pode ser acessado nas versões em português e em inglês no site bradescori.com.br (Relatórios e Planilhas – Relatórios SEC).

13. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2016, com base na cotação de suas ações em bolsa, o Valor de Mercado do Bradesco alcançou R\$ 160,813 bilhões, equivalente a 1,6 vez o Patrimônio Líquido contábil, que era de R\$ 100,442 bilhões. Trata-se de uma diferença sem dúvida induzida pela magnitude dos intangíveis, os quais, embora não refletidos nas contas de balanço, são percebidos e avaliados pelos investidores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por meio de metas realistas, todo o planejamento estratégico desenvolvido na Organização se apoia em fatores de variada natureza, indissociáveis da Sustentabilidade, tais como: (I) o valor da Marca Bradesco; (II) as melhores práticas de governança e a cultura corporativa; (III) a escala alcançada em seus negócios; (IV) o elevado número de canais de relacionamento existentes com os diferentes públicos; (V) uma política de Tecnologia da Informação inovadora; (VI) ampla diversificação de produtos, serviços e soluções oferecidos e a capilaridade da Rede de Atendimento, presente em todo o território nacional e em algumas localidades no Exterior; (VII) uma política de responsabilidade socioambiental dinâmica e responsável; (VIII) uma robusta política de Recursos Humanos que: a) propicia relacionamento mais sólido entre todos os funcionários e, consequentemente, maior grau de confiança entre eles; b) sinaliza oportunidades de valorização e desenvolvimento profissional; c) reduz, substancialmente, o índice de rotatividade de pessoal e os custos a ela associados; e d) semeia, em todos os níveis, uma visão de longo prazo.

13.1. Marca Bradesco

No que tange à Marca, o Bradesco obteve significativos reconhecimentos:

- **Bradesco é a marca mais valiosa do Brasil nos últimos 10 anos**, segundo ranking promovido pela revista IstoÉ Dinheiro em parceria com a *Kantar Vermeer*, consultoria ligada ao grupo britânico *WPP*; e
- **Banco figura no ranking das 25 Marcas Brasileiras Mais Valiosas de 2016**, em estudo desenvolvido pela *Interbrand*, consultoria especializada em marcas.

13.2. Recursos Humanos

Pessoas são um ativo fundamental no processo de geração de valor da Organização Bradesco que, ao final do exercício, contava com 108.793 funcionários, dos quais 94.941 no Banco Bradesco e 13.852 nas Empresas Ligadas.

Pautada por uma sólida cultura interna, caracterizada pelo respeito e transparência em todas as relações, a Gestão de Recursos Humanos da Organização assegura igualdade de condições para o desenvolvimento pleno de seus profissionais.

Nesse sentido, destaca-se a UniBrad - Universidade Corporativa Bradesco, criada, em 2013, como parte de uma estratégia maior de evidenciar as competências individuais, estimulando o autodesenvolvimento e oferecendo trilhas e soluções de aprendizagem que favorecem o planejamento e a educação continuada.

Além disso, a UniBrad empreende constante aprimoramento nas práticas, meios e recursos educacionais, acompanhando as inovações tecnológicas e o acesso às mídias digitais, estimulando a construção colaborativa do conhecimento.

Na Organização, também merece atenção especial a comunicação interna, que edita a revista "Interação" e o informativo diário "Sempre em Dia", disponíveis eletronicamente na *IntraNet*. Por meio de comunicados e normativos, os funcionários recebem informações sobre as políticas, diretrizes e procedimentos operacionais que devem ser adotados. A Organização, também, conta com o *Blog* da Presidência, canal interno e interativo para informações e opiniões entre os funcionários e a Presidência do Banco. A TV Bradesco reforça e amplia as ações de comunicação, unindo-se aos demais veículos para tornar os conteúdos ainda mais visíveis e dinâmicos.

Os benefícios assistenciais, que contribuem para a qualidade de vida, bem-estar e segurança dos funcionários e seus dependentes, ao final do exercício, abrangiam 244.599 pessoas. Dentre eles, destacam-se:

- Seguro Saúde Médico-Hospitalar;
- Seguro Saúde Odontológico;
- Plano de Previdência Complementar de Aposentadoria e Pensões;
- Apólices de Seguro de Vida em Grupo e Coletivo de Acidentes Pessoais;
- Apólice Coletiva de Seguro para Autos; e
- Programa VIVA BEM, conjunto de ações que visa contribuir para a melhoria da Qualidade de Vida dos funcionários – Gestão Saudável, Abandono ao Tabagismo, Atividade Física, Saúde em Forma, Orientação Nutricional e LIG VIVA BEM.

Como avaliação idônea e independente de sua gestão do Capital Humano, em 2016, o Bradesco figurou entre as melhores empresas para trabalhar em diversos rankings de renomadas revistas, como *Época*, *Você S/A* e *Valor*

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Carreira, que contaram com o apoio de conceituadas consultorias especializadas, destacando-se a *Great Place to Work Institute*, Aon Hewitt e Fundação Instituto de Administração – FIA.

R\$ 165,940 milhões aplicados no ano em Programas de Educação Corporativa, com 888.041 participações.

R\$ 1,403 bilhão investidos no Programa de Alimentação, com o fornecimento diário de 99.572 lanches, além dos vales-refeições e vales-alimentação.

7,281 milhões de atendimentos no Plano de Seguro Saúde Médico-Hospitalar.

528.990 atendimentos no Plano de Seguro Saúde Odontológico durante o ano.

13.3. Tecnologia da Informação

Em um mundo em constante transformação e cada vez mais conectado, o Bradesco consolida seu pioneirismo em inovações e tecnologias e, também, reforça seu olhar estratégico para o digital, investindo fortemente em modernização e infraestrutura de TI, visando ampliar a inclusão digital e financeira, criando experiências digitais inspiradas nas demandas dos clientes.

Com isso, disponibiliza novidades como o Depósito Digital de Cheques, agora oferecido também ao público PJ e o acesso às informações de cartão de crédito pelo Net Empresa Celular. Progressivamente, o Bradesco está atualizando as máquinas de autoatendimento, com tela *touch screen*, depósito imediato sem envelope e compensação online e saques com a inovadora tecnologia NFC (*Near Field Communication*), que permite o cliente programar o saque no aplicativo do Banco e fazer a retirada na máquina apenas com a aproximação do celular.

O Bradesco, de forma pioneira no mundo, trouxe a inteligência cognitiva da IBM, o Watson, para o Brasil. Apelidada de BIA – Bradesco Inteligência Artificial -, consiste num sistema que se relaciona com o usuário, respondendo perguntas sobre os produtos e serviços do Banco em linguagem natural, por meio de um *chat* para *desktop* e *mobile*. Toda a Rede de Agências conta com a ferramenta, em português, resultando em atendimentos diários mais ágeis, praticidade para os funcionários e maior autonomia para os gerentes.

Em 2016, a integração do HSBC Brasil demandou forte presença das equipes de Tecnologia e Negócio, dada a renovação do parque tecnológico que envolve equipamentos, *softwares* e comunicação de dados dos canais de atendimento de Agências, ATMs, PAs e atualização, integralmente, dos autoatendimentos HSBC para máquinas *touch screen*.

R\$ 6,595 bilhões foram os investimentos em Infraestrutura, Tecnologia da Informação e Telecomunicações, em 2016, como condição necessária para o seu crescimento contínuo.

13.4. Pesquisa, inovação e novas tecnologias

O Bradesco, atento às mudanças do mercado, realiza, ativamente, pesquisas e testes com as tecnologias *Blockchain*, *Distributed Ledger* e *Bitcoin* – tecnologias construídas sob a lógica de rede e compartilhamento que têm potencial de expansão nos próximos anos. Para tais realizações, possui um grupo de trabalho interdepartamental para compreender as tecnologias, ecossistema, oportunidades, riscos, aplicações e modelos de negócios possíveis e faz avaliações de soluções e *cases* de *Bitcoin* e estuda as principais plataformas disponíveis no mercado, como R3 Corda, IBM *Hyperledger Fabric* e *Ethereum*.

Desde junho de 2016, é membro do consórcio global R3, que inclui as maiores instituições financeiras do mundo, sendo, em outubro, um dos organizadores de evento internacional sobre o assunto. Ainda, faz parte do Grupo de Trabalho de *Blockchain* da Febraban – Federação Brasileira de Bancos.

O inovaBra *Startups*, programa de inovação aberta do Bradesco, foi criado sob a ótica de estabelecer parcerias estratégicas com *startups*, que atuam como braço tecnológico na materialização das inovações do Banco. Os resultados do programa, com três edições realizadas, são o reforço da marca como inovadora e o acultramento organizacional para o intraempreendedorismo. Também, acelera o processo de entrega de recursos construídos com tecnologia de ponta, gerando soluções altamente inovadoras e que atendam as necessidades dos clientes.

O Bradesco também criou o Fundo de Investimentos inovaBra *Ventures*, no modelo *corporate venture*, com R\$ 100 milhões de capital para investir em *startups*, com objetivo de ajudá-las a crescer e fazer operação de venda, fusão ou abertura de capital no futuro. As teses de investimentos concentram-se na busca por *startups* relacionadas a Algoritmos e Máquinas Inteligentes, Plataformas Digitais e Infraestrutura, a fim de minimizar custos, melhorar serviços para clientes e obter infraestrutura ágil e moderna para suportar a velocidade das mudanças tecnológicas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

14. Marketing

Marcado por grandes desafios, 2016 também registra importantes conquistas e resultados. Inédito na América do Sul, foi o ano da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, aos quais o Banco se tornou, anos antes, o primeiro patrocinador oficial brasileiro com exclusividade nas categorias serviços financeiros e seguros, além de patrocinar o Revezamento das Tochas Olímpica, e Paralímpica e o Time Brasil.

Em julho, o Bradesco lançou campanha com a música “Se ligaê”, que se tornou a canção mais executada no período. Durante os Jogos Rio 2016, a Casa BRA foi um dos grandes destaques do Parque Olímpico da Barra. O local tinha ambiente dedicado aos mascotes Tom e Vinícius, além de um espaço para a exposição emblemática com todas as Tochas das Olimpíadas, desde Berlim 1936. Em plataformas diferenciadas, o Bradesco lançou diversas campanhas, contemplando as mais variadas mídias e públicos, reforçando o posicionamento “BRA”, com destaque aos valores olímpicos e paralímpicos. Uma das ações de grande repercussão foi o filme Gabriel, que revela a superação e a força de vontade do paratleta Gabriel Neris, tornando-se um dos vídeos mais vistos da história do *YouTube* Brasil, com mais de 36 milhões de visualizações.

O retorno de toda essa estratégia de comunicação integrada, elaborada ao longo dos últimos anos, foi coroado com resultados altamente satisfatórios, comprovados em pesquisas e reconhecimentos pelo mercado. A marca Bradesco foi a mais lembrada entre os patrocinadores do Revezamento da Tocha e os Jogos. Teve, também, o maior *share of voice* no *Twitter*.

Paralelo às ações do patrocínio esportivo, o Banco continuou com a comunicação de produtos e serviços. A campanha “Bradesco. Digital ao seu gosto”, lançada em abril, destacou a conveniência e facilidade dos serviços digitais. Em novembro, celebrou os 60 anos da Fundação Bradesco com campanha que destacava o poder da educação para transformar a vida das pessoas.

Como faz tradicionalmente, manteve seu apoio às diversas manifestações culturais brasileiras. Eventos como o carnaval no Rio de Janeiro, Salvador e Recife; o Círio de Nazaré, em Belém; a Semana Farroupilha, em Porto Alegre; o Natal Luz, em Gramado; o Sonho de Natal, em Canela; e o Natal Bradesco, em Curitiba, tradicional evento no Palácio Avenida.

398 eventos regionais, setoriais e/ou profissionais em todo o País, incluindo feiras de negócios, seminários, congressos, eventos culturais e comunitários, contaram com a participação do Bradesco em 2016.

15. Sustentabilidade na Organização Bradesco

A sustentabilidade sempre esteve presente na forma de fazer negócios da Organização Bradesco. Comprometida com o desenvolvimento do País, busca crescer de forma continuada e sustentável, respeitando os públicos com os quais se relaciona, as comunidades e o meio ambiente.

As diretrizes e estratégias de negócios são orientadas de modo a promover a incorporação das melhores práticas de sustentabilidade corporativa na Organização, considerando as características e o potencial de cada região e contribuindo para a geração de valor compartilhado. Destaca-se a sua participação em iniciativas como Pacto Global e, mais recentemente, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Princípios do Equador, *CDP*, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Programa GHG *Protocol* e Empresas pelo Clima (EPC).

O amplo trabalho na gestão de negócios é reconhecido e o Bradesco mais uma vez está presente no DJSI (*Dow Jones Sustainability Indices*) da Bolsa de Valores de Nova York e em outros importantes índices de Sustentabilidade como o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e o ICO2 (Índice Carbono Eficiente), ambos da BM&FBOVESPA.

Para mais informações sobre as iniciativas do Bradesco, acesse os sites bradescosustentabilidade.com.br e bradescori.com.br.

Fundação Bradesco

Em 2016, a Fundação Bradesco, principal pilar da ação social da Organização, completou 60 anos de existência. São seis décadas proporcionando ensino de qualidade e investindo na formação educacional de crianças, jovens e adultos, suas atividades fundamentam-se no princípio de que a educação está na origem da igualdade de oportunidades, realização pessoal e coletiva, bem como contribuir para a construção de uma sociedade transformadora, produtiva e digna.

Com 40 Escolas próprias, instaladas prioritariamente em regiões de acentuadas carências socioeconômicas, está presente em todos os Estados brasileiros e Distrito Federal. De janeiro a dezembro de 2016, a Fundação propiciou ensino formal, gratuito e de qualidade a 108.533 alunos em suas Escolas, na Educação Básica - da Educação Infantil ao Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio -, Educação de Jovens e Adultos e na

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Formação Inicial e Continuada voltada à geração de emprego e renda. Aos mais de 41 mil alunos da Educação Básica, também, foram assegurados, gratuitamente, uniformes, material escolar, alimentação e assistência médico-odontológica.

Na modalidade de educação a distância (EaD), por meio do seu portal *e-learning* “Escol@ Virtual”, beneficiou 657.384 alunos que concluíram ao menos um dos diversos cursos oferecidos em sua programação, além de outros 31.756, em projetos e ações em parceria, como os CIDs - Centros de Inclusão Digital, o Programa Educa+Ação e em cursos de Tecnologia.

O Programa de Informática para Deficientes Visuais, implantado pioneiramente em 1998, atendeu e capacitou desde então 12.525 alunos, promovendo a inclusão social de milhares de pessoas.

A Fundação influencia positivamente a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde atua, o que a caracteriza como “investimento socialmente responsável”, na melhor acepção do termo.

R\$ 595,553 milhões totalizou a verba orçamentária da Fundação Bradesco aplicada em 2016, dos quais R\$ 85,035 milhões destinados aos investimentos em Infraestrutura e Tecnologia Educacional, estando já previsto para 2017 o montante de R\$ 625,944 milhões para custear benefícios educacionais a: a) 104.228 alunos em suas Escolas próprias, na Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e na Formação Inicial e Continuada; b) 630 mil alunos que deverão concluir ao menos um dos diversos cursos oferecidos na sua programação, na modalidade de educação a distância (EaD); e c) 15.040 beneficiados em projetos e ações em parceria, como os CIDs - Centros de Inclusão Digital, o Programa Educa+Ação, e em cursos de Tecnologia.

R\$ 5,853 bilhões, em valores atualizados, foi o montante dos recursos investidos pela Fundação Bradesco no custeio de suas atividades, nos últimos dez anos.

R\$ 316,869 milhões foram os demais investimentos realizados em 2016 pela Organização Bradesco em projetos sociais destinados às comunidades, voltados ao ensino, artes, cultura, esportes, saúde, saneamento, combate à fome e segurança alimentar.

Programa Bradesco Esportes e Educação

Com 29 anos de existência, o Programa Bradesco Esportes e Educação apoia o desenvolvimento de crianças e jovens, a partir dos 8 anos de idade, por meio da prática esportiva nas modalidades vôlei e basquete femininos.

As atividades são desenvolvidas em seu próprio Centro de Desenvolvimento Esportivo, em escolas da Fundação Bradesco, centros esportivos municipais, escolas estaduais e particulares e em um clube de lazer. Anualmente, são atendidas cerca de 2 mil meninas, reafirmando o compromisso social e a valorização do talento e do exercício pleno da cidadania, com ações de educação, esporte e saúde.

16. Reconhecimentos

Ratings – Ao Bradesco, no período, dentre os índices de avaliação atribuídos a Bancos do País por Agências e Entidades nacionais e internacionais, registra-se que:

- a agência de classificação de risco de crédito *Moody's Investors Service*, em razão do rebaixamento do *rating* soberano, alterou o *rating* de: (i) depósito em moeda estrangeira de longo prazo – escala global, de “Baa3” para “Ba3”; (ii) depósito em moeda local de longo prazo - escala global, de “Baa3” para “Ba2”; (iii) depósito em moeda estrangeira e em moeda local de curto prazo – escala global, de “P-3” para “NP”; e (iv) moeda local de longo prazo – escala nacional, de “Aaa.br” para “Aa2.br”. Posteriormente, em função de atualização na metodologia de *ratings* de bancos, elevou o *rating* de moeda local de longo prazo - escala nacional, de “Aa2.br” para “Aa1.br”;
- a agência de classificação de risco de crédito *Standard & Poor's*, em razão do rebaixamento do *rating* soberano, alterou o *rating* de crédito de emissor de: (i) longo prazo em moeda estrangeira e em moeda local – escala global, de “BB+” para “BB”; e (ii) longo prazo – escala nacional, de “brAA+” para “brAA-”;
- a agência de classificação de risco de crédito *Fitch Ratings*, devido ao rebaixamento do *rating* soberano, alterou o *rating* de viabilidade, de “bbb-” para “bb+”, alterando os IDRs de longo prazo em moeda estrangeira e em moeda local – escala global, de “BBB-” para “BB+”; e os IDRs de curto prazo em moeda estrangeira e em moeda local – escala global, de “F3” para “B”. A *Fitch* destacou que continua acreditando que os perfis de crédito do Bradesco atendem aos critérios para estarem classificados acima do *rating* soberano; e
- a agência de classificação de risco de crédito *Austin Rating* afirmou todos os *ratings* da Organização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rankings – Em 2016, além dos citados no item 13.1. Marca Bradesco, deste Relatório, renomadas publicações nacionais e internacionais fizeram vários destaques ao Bradesco, dentre os quais:

- **Segundo estudo realizado pela consultoria Economatica**, divulgado no portal Exame.com, o Bradesco foi a instituição financeira com o maior crescimento em valor de mercado em 2016 entre todas listadas na Bolsa. **Também, figura como o Banco que mais cresceu em ativos na América Latina**, no período de outubro de 2015 a setembro de 2016;
- **Bradesco é o maior grupo empresarial de capital privado do Brasil**, segundo o anuário Grandes Grupos, do jornal Valor Econômico, que tem como critério de classificação a receita obtida em negócios. Ocupa, ainda, a primeira colocação geral do setor de Finanças;
- **O Bradesco lidera valorização na Bolsa e *dividend yield***. Segundo levantamento da Economatica, o Bradesco ofereceu a melhor rentabilidade do setor bancário aos acionistas na América Latina e nos Estados Unidos. Também, figurou como o melhor no segmento em pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio;
- **Pela 17ª vez, o Bradesco integra a lista anual das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil**, conforme pesquisa realizada pela revista Época, em parceria com o *Great Place to Work Institute*;
- **Destaque na pesquisa As Melhores na Gestão de Pessoas**, publicada na edição especial Valor Carreira, editada pelo jornal Valor Econômico com o apoio técnico da consultoria internacional Aon;
- **Banco privado líder na pesquisa Folha *Top of Mind*, na categoria *Top Finanças***, sendo destaque como uma das marcas mais lembradas em poupança, plano de saúde, seguro e cartão de crédito, segundo levantamento feito com base em pesquisa do Datafolha;
- **Marca mais lembrada pelos consumidores como patrocinadora dos Jogos Olímpicos Rio 2016**, segundo pesquisa realizada pela *Millward Brown*;
- **Pelo 5º ano consecutivo, as Ouvidorias do Bradesco e da Bradesco Seguros ficaram entre as 10 Melhores Ouvidorias do País**. O reconhecimento é concedido com base no levantamento da ABO – Associação Brasileira de Ouvidores e da Abrarec - Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente, com o apoio da revista Consumidor Moderno;
- **Melhor gestor em fundos de curto prazo e ações**, segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas. Também, foi destaque no *ranking* elaborado pela revista Investidor Institucional, com base no estudo da consultoria Luz Soluções Financeira, que traz os melhores gestores de fundos institucionais de 2015;
- **O Bradesco, Bradesco Cartões e Bradesco Seguros, lideram o *ranking* As Melhores Empresas para o Consumidor**, nas categorias Bancos, Bancos e Serviços Financeiros e Seguros, realizado pela Revista Época em parceria com o ReclameAQUI, maior site de interação entre cliente e empresas do País;
- **Bradesco BBI figurou como o Melhor Banco de Investimentos do Brasil em 2016**, na 17ª edição do Melhores Bancos de Investimento do Mundo, da revista *Global Finance*;
- **BRAM – Bradesco Asset Management recebeu da *Standard & Poor's***, a maior agência de classificação de risco do mundo, **o grau AMP-1 (muito forte)**, sendo o mais alto da escala de qualidade de gestão da *S&P Global Ratings*; e
- **Bradesco Corretora lidera *ranking* com a carteira recomendada *Top 10***, que garantiu rentabilidade maior aos investidores no período de janeiro a setembro de 2016. **A carteira de indicações de ações da Corretora alcançou**, também, a melhor rentabilidade em 2016 na Carteira Valor, do jornal Valor Econômico.

Premiações – A partir de opiniões independentes, a Organização conquistou 28 prêmios em 2016, realçando a qualidade dos seus produtos e serviços, destacando-se:

- **Eleito o Melhor Banco do País, pela 5ª vez consecutiva, na categoria *Best Bank in Brazil***, pelo Prêmio *Awards for Excellence* 2016, outorgado pela revista inglesa *Euromoney*. O Bradesco BBI, também, foi reconhecido na premiação, pela 2ª vez como *Best Investment Bank in Brazil*;
- **Melhor Banco do Ano no *efinance* 2016**, da revista Executivos Financeiros, conquistando 14 prêmios, entre eles o Banco do Ano; Acessibilidade; Inovação Biométrica, em Meios de Pagamentos e em Agências; Educação & Treinamento; Datacenter; e Assinatura Digital;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Prêmio *Global Finance* 2016, com duas premiações:** o Receba Fácil, na categoria *Trade Finance*, como produto e processo inovadores; e o Novo Net Empresa para Celular, na categoria *Transaction Services*, como produto inovador;
- **ShopFácil.com foi eleito o melhor e-commerce de 2016**, no prêmio *eAwards Braspag*, concedido pela empresa *eWorld*, editora da revista profissional de e-commerce e marketing online *eShow Magazine*;
- **Premiado, pela 1ª vez, na 3ª edição do *Premios Latinoamérica Verde***, na categoria Finanças Sustentáveis, com o case Inclusão Financeira e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. O prêmio, promovido pelo CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina;
- **Vencedor na 15ª edição do Prêmio Oi Tela Viva Móvel**, nas categorias Internet das Coisas, com o case *App Bradesco Exclusive* para *Android*, integrado a carro conectado da Ford; e *Mobile Cash*, com os cases Depósito de Cheques pelo Bradesco Celular para Pessoa Jurídica e Uso do *Touch ID* da *Apple* nos *Apps* Bradesco para Acesso à Chave de Segurança;
- **O Bradesco, por meio do Programa Viva Bem, recebeu certificação Ouro**, no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, concedido pela ABQV – Associação Brasileira de Qualidade de Vida, que avalia a gestão e manutenção do ambiente de trabalho, visando a saúde, segurança e o bem-estar dos funcionários;
- **Grupo Bradesco Seguros conquistou cinco troféus, na XVI edição do Prêmio Mercado de Seguros (Gaivota de Ouro)**, promovido pela revista Seguro Total. Dentre os reconhecimentos estão o de Excelência em Incentivo ao Esporte Patrocinador Oficial das Olimpíadas Rio 2016 e de Mérito Global – Melhor Desempenho Nacional em Prêmios Totais; e
- **A BRAM – Bradesco Asset Management alcançou a primeira colocação na categoria Liderança em Investimentos Responsáveis da premiação ALAS 20**. Também obteve posição de destaque nas categorias Liderança em Governança Corporativa e Liderança em *Research* em Sustentabilidade.

Certificações – O Sistema de Gestão é a inter-relação das partes, dos elementos ou das unidades que propicia o funcionamento e o gerenciamento de uma estrutura organizada, contribuindo para atingir a excelência operacional e os resultados almejados.

Assim, a Organização Bradesco em seu Sistema de Gestão conta com as seguintes certificações: Responsabilidade Social Corporativa, novo padrão normativo próprio, auditado por organismo certificador independente; Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional – OHSAS 18001; Gestão Ambiental – ISO 14001; Proteção e Privacidade de Dados – GoodPriv@cy; Relatórios de Asseguração de Controles em Organização Prestadora de Serviços (padrão internacional) – ISAE 3402; Gestão da Qualidade – ISO 9001 – Normas de Padronização; Gestão de Segurança da Informação – ISO 27001; e Gestão de Serviços de TI – ISO 20000.

17. Agradecimentos

As conquistas e realizações são estímulos para superarmos expectativas e avançar, consistentemente, cada vez mais. Acreditamos que 2017 será mais um ano desafiador, mas com ambiente favorável. Devemos seguir na busca permanente por eficiência e qualidade de operações, produtos e serviços, sempre voltados a atender o maior número de clientes e usuários com segurança e praticidade. Para os resultados alcançados, foram decisivos o apoio e confiança dos acionistas e clientes, bem como o trabalho dedicado e incansável de nossos funcionários e demais colaboradores. A todos, os nossos agradecimentos.

Cidade de Deus, 1º de fevereiro de 2017

**Conselho de Administração
e Diretoria**

(*) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Bradesco em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2f, 3.1, 4 e 25, o Bradesco revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e adiantamentos, avaliando a estimativa de perda por redução ao valor recuperável de suas operações (*impairment*), que totaliza o valor de R\$ 24.780.839 mil em 31 de dezembro de 2016. A determinação do *impairment* de empréstimos e adiantamentos é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre garantias. O Bradesco divide suas análises de *impairment* entre análises individualizadas, para clientes com exposições consideradas “individualmente significativas” e análises coletivas, para os demais clientes. Devido à relevância dos empréstimos e adiantamentos e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação a efetividade operacional dos controles internos relacionados à aprovação e registro dos empréstimos e adiantamentos, à avaliação das metodologias, índices e premissas utilizados pelo Bradesco no cálculo de *impairment* coletivo e às avaliações da adequação do *impairment* para empréstimos e adiantamentos analisados individualmente. Com base em uma amostra, avaliamos o *impairment* de empréstimos e adiantamentos considerados individualmente, inspecionamos as documentações e as premissas que suportam a decisão do Bradesco quanto ao valor recuperável das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias. Nós também testamos a suficiência dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Bradesco para mensurar as perdas por *impairment* das carteiras de empréstimos e adiantamentos avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas incorridas mas não identificadas. Analisamos também se as divulgações efetuadas

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes (continuação)

nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 2f, 3.1, 4 e 25, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

▪ **Valor justo de instrumentos financeiros**

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2f, 3.4, 20a, 20c e 21 os instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 16.755.442 mil (ativo) e R\$ (13.435.678) mil (passivo), os títulos disponíveis para venda totalizam R\$ 113.118.554 mil e os títulos para negociação totalizam R\$ 196.384.404 mil. Esses instrumentos, mensurados a valor justo são relevantes para as demonstrações contábeis consolidadas do Bradesco. Para os instrumentos financeiros que são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado estão disponíveis, existe um nível maior de objetividade na determinação dos valores justos (nível 1 na hierarquia de valor justo). No entanto, quando os preços ou parâmetros de mercado não são observáveis (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo), a determinação dos valores justos está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma, consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos implementados pelo Bradesco para mitigar o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de incertezas na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo). Para uma amostra de instrumentos financeiros cujos parâmetros para mensuração do valor justo não são observáveis, classificados nos níveis 2 e 3, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Bradesco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos o valor das operações. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas incluídas nas notas explicativas nº 2f, 3.4, 20a, 20c e 21.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

▪ **Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2m e 37, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado nas demonstrações contábeis consolidadas monta R\$ 8.187.237 mil, R\$ 5.003.440 mil e R\$ 5.101.732 mil, respectivamente. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem grau de complexidade elevados, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativas a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional do Bradesco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes (continuação)

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos do Bradesco, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo o Bradesco. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que o Bradesco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

▪ **Valor recuperável dos ativos**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 46.621.723 mil (nota explicativa nº 17c) e ágio na aquisição de investimentos no valor de R\$ 4.945.313 mil (nota explicativa nº 29a) cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras. Uma vez que exigem o exercício de julgamento, tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança do Bradesco. Conforme descrito nas notas explicativas nº 2k e 4, face às alterações que ocorrem no ambiente econômico ou regulatório nos seus mercados de atuação, o Bradesco avalia continuamente as premissas e estimativas de lucros tributáveis, rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que ágio e ativos intangíveis estão alocados, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável dos ativos disponibilizados pelo Bradesco. Adicionalmente avaliamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de lucros tributáveis no que se refere aos créditos tributários. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela companhia nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

▪ **Aquisição do controle do HSBC Brasil**

Conforme descrito na nota explicativa nº 2a, em agosto de 2015, o Bradesco celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com o HSBC Latin America Holdings Limited para aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S.A. e HSBC Serviços e Participações Ltda. (em conjunto "HSBC Brasil"), operação está concluída em 1º de julho de 2016, após a aprovação dos órgãos reguladores, cumprimento das formalidades legais e efetivo pagamento no montante de R\$ 17.288.470 mil. Com a aquisição, o Bradesco assumiu as operações do HSBC Brasil, incluindo varejo, atacado, seguros e administração de ativos. A norma contábil requer a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos para fins da determinação do Ágio por expectativa de rentabilidade futura bem como dos ativos intangíveis identificáveis. Tal mensuração envolve o julgamento do Bradesco e inclui a projeção de fluxos de caixa futuros, cálculo de taxas de desconto e definição de vida útil para os ativos identificados. Posteriormente, em 7 de outubro de 2016, o Bradesco realizou a migração de toda a rede de atendimento e das operações do HSBC Brasil para as estruturas operacionais do Bradesco. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de registro contábil da aquisição, bem como a complexidade do processo de migração das operações do HSBC Brasil, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes (continuação)

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de mensuração, reconhecimento e divulgação dessa transação de acordo com as regras contábeis aplicáveis. Analisamos também, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência da metodologia utilizada para a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos, intangíveis identificados bem como das premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa, taxas de desconto e estimativas de vida útil. Realizamos também, testes nos controles relativos à aquisição do HSBC Brasil. Adicionalmente avaliamos os controles relativos à migração das operações para os sistemas Bradesco que consideraram a análise daqueles controles gerais relacionados à governança de migração, inspeção do plano de migração e das regras de migração de dados e obtenção de evidências de execução de testes de migração de dados. Envolvemos nossos especialistas em Tecnologia da Informação ("TI") para análise das interfaces de migração e executamos a inspeção/reexecução em base de testes das conciliações contábeis e operacionais dos saldos e dados migrados. Também fez parte de nossos procedimentos a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas descritas na nota explicativa nº 2a.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o reconhecimento, mensuração e divulgações dos ativos e passivos relacionados à aquisição do HSBC Brasil no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

▪ **Provisões técnicas de seguros e previdência**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2o e 35, o Bradesco possui passivos relacionados a contratos de seguros e previdência denominados Provisões Técnicas, no valor de R\$ 215.840.000 mil. Face às incertezas e subjetividade inerentes aos contratos de seguros e previdência, o teste de adequação de passivos e o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas envolvem um alto grau de julgamento. O Bradesco continuamente avalia as metodologias e premissas, que incluem, entre outras, expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxas de juros. Devido à relevância e incerteza envolvidas, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam no valor das Provisões Técnicas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados às Provisões Técnicas. Com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, efetuamos a avaliação das metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas e no teste de adequação de passivos. Também avaliamos a consistência dos dados e razoabilidade das premissas, tais como sinistralidade, taxas de juros, longevidade, mortalidade e tempo de permanência. Adicionalmente efetuamos o recálculo das provisões técnicas considerando a metodologia, premissas e dados. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas notas explicativas nº 35.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

▪ **Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação**

O Bradesco possui uma estrutura tecnológica para condução de seus negócios, bem como, planos de investimentos contínuos para aprimoramento e manutenção do gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos relevantes, desenvolvimento de novos programas, e controles automatizados e/ou com componentes automatizados em processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Bradesco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e dentro da sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função dos elevados níveis de investimentos e da elevada dependência do Bradesco em seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, bem como da importância dos controles de acesso e sobre o gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Notas Explicativas

Relatório dos Auditores Independentes (continuação)

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

O desenho, implementação e efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação tempestiva de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados, com base em amostragem, durante nossa auditoria, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas extraídas de um determinado sistema consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho, implementação e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos testes de controles acima descritos, nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Notas Explicativas
Relatório dos Auditores Independentes (continuação)

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 24 de fevereiro de 2017
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Notas Explicativas**Relatório do Comitê de Auditoria**

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios internacionais de contabilidade – (International Financial Reporting Standards – IFRS)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2016, emitido em 2 de fevereiro de 2017, analisamos também as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com princípios internacionais de contabilidade.

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pelos auditores independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas financeiras do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Compliance.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações contábeis das empresas que compõem a Organização Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua aderência aos princípios contábeis aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna (Departamento de Inspeção Geral) aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete, avaliar a qualidade e a efetividade das Auditorias Interna e Independente e a suficiência dos sistemas de controles internos e analisar as demonstrações contábeis, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com os princípios internacionais de contabilidade.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 23 de fevereiro de 2017

MILTON MATSUMOTO

(Coordenador)

OSVALDO WATANABE

PAULO ROBERTO SIMÕES DA CUNHA

(Especialista Financeiro)

Notas Explicativas**Demonstração Consolidada do Resultado**

	Nota	R\$ mil		
		Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2016	2015	2014
Receita de juros e similares		147.700.375	127.048.252	103.893.096
Despesa de juros e similares		(91.037.386)	(71.412.210)	(53.847.329)
Resultado líquido de juros	6	56.662.989	55.636.042	50.045.767
Receita de serviços e comissões		20.341.087	17.856.873	16.759.980
Despesa de serviços e comissões		(36)	(36.203)	(20.724)
Resultado líquido de serviços e comissões	7	20.341.051	17.820.670	16.739.256
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação	8	16.402.770	(8.252.055)	(1.933.003)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	9	(1.341.400)	(671.810)	(991.894)
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	10	150.757	(3.523.095)	(1.244.680)
Resultado de seguros e previdência	11	4.155.763	5.497.505	5.411.845
Receitas operacionais		19.367.890	(6.949.455)	1.242.268
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	12	(15.350.278)	(14.721.152)	(10.291.386)
Despesas de pessoal	13	(17.003.783)	(14.058.047)	(13.667.639)
Outras despesas administrativas	14	(16.149.563)	(13.721.970)	(12.971.521)
Depreciação e amortização	15	(3.658.413)	(2.942.003)	(2.932.687)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	(14.004.162)	(12.988.553)	(10.223.083)
Despesas operacionais		(66.166.199)	(58.431.725)	(50.086.316)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		30.205.731	8.075.532	17.940.975
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	27	1.699.725	1.528.051	1.389.816
Resultado antes da tributação sobre o lucro		31.905.456	9.603.583	19.330.791
Imposto de renda e contribuição social	17	(13.912.730)	8.634.322	(3.914.313)
Lucro líquido do exercício		17.992.726	18.237.905	15.416.478
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		17.894.249	18.132.906	15.314.943
Não controladores		98.477	104.999	101.535
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
– Lucro por ação ordinária	18	3,08	3,12	2,63
– Lucro por ação preferencial	18	3,39	3,43	2,90

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas **Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Lucro líquido do exercício	17.992.726	18.237.905	15.416.478
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Ganhos/(perdas) não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	7.757.475	(4.754.469)	2.018.046
Ganhos/(perdas) realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.459.372)	(923.433)	(1.287.674)
Efeito dos impostos	(2.587.076)	2.273.982	(289.194)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior			
Variação cambial de conversão de subsidiária no exterior	(194.566)	118.485	3.681
Efeito dos impostos	87.555	(57.788)	(1.473)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	3.604.016	(3.343.223)	443.386
Resultado abrangente do exercício	21.596.742	14.894.682	15.859.864
Atribuível aos acionistas:			
Controladores	21.498.265	14.789.683	15.758.329
Não controladores	98.477	104.999	101.535

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas**Balanço Patrimonial Consolidado**

	Nota	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
		2016	2015
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	19	72.554.651	72.091.764
Ativos financeiros para negociação	20a	213.139.846	159.623.449
Ativos financeiros disponíveis para venda	21	113.118.554	117.695.450
Investimentos mantidos até o vencimento	22	43.002.028	40.003.560
Ativos financeiros cedidos em garantia	23	155.286.577	144.489.921
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	24	94.838.136	35.620.410
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	25	367.303.034	344.868.464
Ativos não correntes mantidos para venda	26	1.578.966	1.247.106
Investimentos em coligadas e joint ventures	27	7.002.778	5.815.325
Imobilizado de uso	28	8.397.116	5.504.435
Ativos intangíveis e ágio	29	15.797.526	7.409.635
Impostos a compensar		7.723.211	6.817.427
Impostos diferidos	17c	45.116.863	45.397.879
Outros ativos	30	47.170.370	40.118.697
Total do ativo		1.192.029.656	1.026.703.522
Passivo			
Recursos de instituições financeiras	31	301.662.682	293.903.391
Recursos de clientes	32	232.747.929	194.510.100
Passivos financeiros para negociação	20b	13.435.678	19.345.729
Recursos de emissão de títulos	33	151.101.938	109.850.047
Dívidas subordinadas	34	52.611.064	50.282.936
Provisões técnicas de seguros e previdência	35	215.840.000	170.940.940
Outras provisões	37	18.292.409	15.364.317
Impostos correntes		2.130.286	2.781.104
Impostos diferidos	17c	1.762.948	772.138
Outros passivos	38	96.965.515	78.038.058
Total do passivo		1.086.550.449	935.788.760
Patrimônio líquido	39		
Capital social		51.100.000	43.100.000
Ações em tesouraria		(440.514)	(431.048)
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		50.027.816	49.920.020
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		(398.708)	(4.002.724)
Lucros acumulados		4.907.381	2.096.710
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		105.302.444	90.789.427
Participação de acionistas não controladores		176.763	125.335
Total do patrimônio líquido		105.479.207	90.914.762
Total do passivo e patrimônio líquido		1.192.029.656	1.026.703.522

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	38.100.000	(269.093)	35.973	4.439.025	29.683.478	70.496	(1.102.887)	927.314	71.884.306	218.620	72.102.926
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	15.314.943	15.314.943	101.535	15.416.478
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	441.178	-	441.178	-	441.178
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	2.208	-	2.208	-	2.208
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	15.758.329	101.535	15.859.864
Aquisições de ações em tesouraria	-	(28.922)	-	-	-	-	-	-	(28.922)	-	(28.922)
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(192.292)	(192.292)
Transação de capital ⁽²⁾	-	-	-	-	(391.392)	-	-	-	(391.392)	-	(391.392)
Constituição de reservas	-	-	-	754.442	9.279.796	-	-	(10.034.238)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(5.054.580)	(5.054.580)	(3.799)	(5.058.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	38.100.000	(298.015)	35.973	5.193.467	38.571.882	70.496	(659.501)	1.153.439	82.167.741	124.064	82.291.805
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	18.132.906	18.132.906	104.999	18.237.905
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(3.403.920)	-	(3.403.920)	-	(3.403.920)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	60.697	-	60.697	-	60.697
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	14.789.683	104.999	14.894.682
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.446	28.446
Aquisições de ações em tesouraria	-	(133.033)	-	-	-	-	-	-	(133.033)	-	(133.033)
Aumento de capital com reservas ⁽³⁾	5.000.000	-	-	-	(5.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	859.482	10.295.189	-	-	(11.154.671)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(6.034.964)	(6.034.964)	(132.174)	(6.167.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	43.100.000	(431.048)	35.973	6.052.949	43.867.071	70.496	(4.002.724)	2.096.710	90.789.427	125.335	90.914.762

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	43.100.000	(431.048)	35.973	6.052.949	43.867.071	70.496	(4.002.724)	2.096.710	90.789.427	125.335	90.914.762
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	17.894.249	17.894.249	98.477	17.992.726
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	3.711.027	-	3.711.027	-	3.711.027
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(107.011)	-	(107.011)	-	(107.011)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	21.498.265	98.477	21.596.742
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.265	3.265
Aquisições de ações em tesouraria	-	(9.466)	-	-	-	-	-	-	(9.466)	-	(9.466)
Aumento de capital com reservas ⁽⁴⁾	8.000.000	-	-	-	(8.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	754.179	7.353.617	-	-	(8.107.796)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(6.975.782)	(6.975.782)	(50.314)	(7.026.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	51.100.000	(440.514)	35.973	6.807.128	43.220.688	70.496	(398.708)	4.907.381	105.302.444	176.763	105.479.207

- (1) Em 2016, consiste, basicamente, em ganhos/perdas líquidos não realizados de títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda (Notas 21 e 23), cujo efeito dos impostos totalizam R\$ 154.958 mil (2015 – R\$ 2.700.764 mil e 2014 – R\$ 438.285 mil);
- (2) Em 2014, adquirimos participações acionárias de 6,51% da Odontoprev S.A. e de 1,45% do Banco Bradesco BBI S.A., detidas por acionistas não controladores;
- (3) Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2015, deliberou-se pela elevação do Capital Social em R\$ 5.000.000 mil, elevando-o de R\$ 38.100.000 mil para R\$ 43.100.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros - Reserva Estatutária”, de conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com bonificação de 20% em ações, mediante emissão de 841.454.808 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 420.727.426 ordinárias e 420.727.382 preferenciais. Essas ações são atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 2 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que forem titulares, beneficiando os acionistas inscritos nos registros do Bradesco em 26 de março de 2015; e
- (4) Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2016, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o Capital Social em R\$ 8.000.000 mil, elevando-o de R\$ 43.100.000 mil para R\$ 51.100.000 mil, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reservas de Lucros - Reserva Estatutária”, em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 504.872.885 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 252.436.456 ordinárias e 252.436.429 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas **Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	31.905.456	9.603.583	19.330.791
Ajustes para reconciliar o resultado antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Perda por redução ao valor recuperável reconhecido decorrente de perda de crédito	15.350.278	14.721.152	10.291.386
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	32.781.918	28.286.039	24.008.174
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda	(764.707)	247.288	(222.876)
Despesas com provisões e passivos contingentes	2.518.761	3.510.916	2.324.505
Custos de aquisição diferidos (seguros)	194.994	(95.110)	(312.983)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	2.388.580	650.588	1.300.378
Depreciação	1.140.369	1.057.722	1.056.389
Amortização de ativos intangíveis	2.516.777	1.884.281	1.876.298
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	(1.699.725)	(1.528.051)	(1.389.816)
Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	442.251	180.602	310.141
Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	24.791	96.630	35.706
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	5.617.747	(2.911.155)	(618.226)
Outros	-	-	16.254
Variações em ativos e obrigações:			
(Aumento)/Redução em depósitos compulsórios no Banco Central	11.651.121	(3.866.979)	4.456.083
(Aumento)/Redução em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	10.368.220	2.045.985	19.562.317
(Aumento)/Redução em empréstimos e adiantamentos a clientes	(49.649.090)	(95.025.702)	(88.722.859)
(Aumento)/Redução em ativos financeiros para negociação	(40.248.319)	(80.159.223)	14.689.614
(Aumento)/Redução em outros ativos	(8.296.942)	(32.926.622)	(15.473.866)
Aumento/(Redução) líquido em recursos de instituições financeiras	33.269.744	40.729.421	56.473.841
Aumento/(Redução) líquido em recursos de clientes	(6.707.994)	(3.463.924)	6.883.751
Aumento/(Redução) em passivos financeiros mantidos para negociação	(9.700.099)	16.030.156	1.489.191
Aumento/(Redução) em provisões técnicas de seguros e previdência	(2.042.897)	(3.904.319)	(7.777.977)
Aumento/(Redução) em outras provisões	(3.019.960)	(2.011.000)	(2.187.792)
Aumento/(Redução) em outros passivos	10.312.756	29.295.296	18.571.777
Juros recebidos	70.917.068	62.725.684	54.777.470
Juros pagos	(45.140.018)	(38.823.738)	(32.704.290)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.771.075)	(7.419.802)	(6.446.222)
Outras variações de impostos	(400.787)	(283.883)	(798.036)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	53.959.218	(61.354.165)	80.799.123
Atividades de investimento			
(Aquisição)/Alienação de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos/recebidos	(7.188.659)	-	46.068
(Aquisição) de ativos financeiros disponíveis para venda	(108.296.179)	(61.153.632)	(48.896.316)
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	115.724.092	39.147.316	37.713.211
Vencimento de investimentos mantidos até o vencimento	-	269.063	-
(Aquisição) de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(641.845)
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	629.768	742.732	663.789
(Aquisição) de investimentos em coligadas	(376.434)	(971.672)	(6.000)
Dividendos recebidos de investimentos em coligadas	510.285	668.178	804.883
(Aquisição) de imobilizado de uso	(2.779.321)	(2.181.549)	(1.559.585)

Notas Explicativas **Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Alienação de imobilizado de uso	486.303	205.094	263.457
(Aquisição) de ativos intangíveis	(2.343.497)	(1.971.881)	(1.270.280)
Dividendos recebidos	117.972	251.623	295.780
Juros recebidos	12.668.011	13.033.426	9.143.482
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	9.152.341	(11.961.302)	(3.443.356)
Atividades de financiamento			
Emissão de recursos de emissão de títulos	47.253.373	68.385.187	53.526.003
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(47.861.607)	(49.217.829)	(32.577.909)
Emissão de dívidas subordinadas	3.787.207	11.304.318	-
Pagamento de dívidas subordinadas	(581.713)	(1.271.261)	(2.706.203)
Aquisição de ações próprias	(9.466)	(133.033)	(28.922)
Transações de capital	-	-	(391.392)
Aumento/(Redução) da participação dos acionistas não controladores	3.265	28.446	(192.292)
Juros pagos	(20.504.528)	(11.093.967)	(4.704.334)
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos	(5.611.350)	(5.007.596)	(3.925.450)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	(23.524.819)	12.994.265	8.999.501
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	39.586.740	(60.321.202)	86.355.268
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	147.261.434	204.671.481	117.697.987
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(5.617.747)	2.911.155	618.226
No encerramento do exercício	181.230.427	147.261.434	204.671.481
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	39.586.740	(60.321.202)	86.355.268
Transações não de caixa			
Operações de crédito transferidas para ativos não correntes	2.122.871	1.591.998	1.390.525
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, ainda não pagos	4.482.718	3.622.958	3.313.760
(Ganhos)/perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(3.711.027)	3.403.920	(441.178)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****1) Informações gerais**

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. O segmento de seguros contempla os seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

As demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2017.

2) Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais no balanço patrimonial: ativos financeiros disponíveis para venda avaliados ao valor justo, ativos e passivos mantidos para negociação mensurados ao valor justo, e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, que são mensurados ao valor justo e, o passivo das obrigações por benefício definido é reconhecido pelo valor presente da obrigação do benefício definido menos o total líquido dos ativos do plano, mais os ganhos atuariais não reconhecidos, menos o custo dos serviços passados não reconhecido e menos as perdas atuariais não reconhecidas e ativos e passivos adquiridos por meio de uma combinação de negócios.

A Organização classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de alta liquidez. A Nota 19 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. A demonstração consolidada dos fluxos de caixa foi elaborada utilizando o método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos e da parcela de participação dos acionistas não controladores foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como, provisões, depreciações, amortizações e perdas por valor não recuperável de empréstimos e adiantamentos. Os juros e dividendos recebidos e pagos são classificados como de atividades operacionais, de financiamento ou investimento nos fluxos de caixa de acordo com a natureza correspondente nos ativos e passivos.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações contábeis consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perdas por valor não recuperável de empréstimos e adiantamentos, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por valor não recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo das provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização.

a) Recentes Aquisições

Em agosto de 2015, o Bradesco celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com o HSBC Latin America Holdings Limited para aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S.A. ("HSBC Bank") e HSBC Serviços e Participações Ltda. ("HSBC Serviços"). Em junho de 2016, ocorreu a aprovação final dos órgãos reguladores e cumprimento das formalidades legais. Com a conclusão da aquisição, em 1º de julho de 2016, o Bradesco assumiu todas as operações do HSBC Brasil, incluindo varejo, seguros e administração de ativos, bem como todas as agências e clientes, reforçando sua presença e competitividade em todo o território nacional.

Em julho de 2016, ocorreu a cisão total da HSBC Serviços, com versão de parcelas do patrimônio para HSBC Bank e Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda. (Credival), subsidiária integral do HSBC Bank.

Em outubro de 2016, houve a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da cisão parcial do HSBC Brasil, mediante absorção de parcelas do seu Patrimônio por empresas da Organização, possibilitando avanço com a integração de plataformas operacionais e tecnológicas, resultando na substituição da marca HSBC na sua rede de atendimento, que passou a ser Bradesco. Desta forma, o Bradesco passou a operar com uma plataforma unificada (agências, ATMs e sistemas), a qual todos os clientes passam a ter acesso. O Bradesco agrega, a partir de agora, aos produtos e serviços já oferecidos aos clientes do HSBC Brasil, uma rede de atendimento de amplitude nacional, uma plataforma tecnológica de ponta e um portfólio de produtos e serviços ainda mais amplo.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Apresentamos abaixo o balanço patrimonial resumido das aquisições do HSBC Bank e HSBC Serviços (HSBC Brasil) na data de aquisição:

	R\$ mil		
	Contábil	Ajuste	Valor Justo ⁽¹⁾
Caixa e equivalentes de caixa	8.476.708	-	8.476.708
Disponibilidades em Bancos Centrais	14.895.767	-	14.895.767
Empréstimos e adiantamentos	69.364.585	(1.650.016)	67.714.569
Ativos financeiros para negociação	20.881.824	-	20.881.824
Ativos financeiros mantidos para venda	23.745.717	-	23.745.717
Investimentos mantidos até o vencimento	13.450	22.411	35.861
Imobilizado de uso	1.175.554	622.246	1.797.800
Intangíveis	558.015	3.993.743	4.551.758
Outros ativos	25.808.692	848.699	26.657.391
Recursos de instituições financeiras	(7.808.801)	-	(7.808.801)
Recursos de clientes	(56.766.587)	-	(56.766.587)
Passivos financeiros mantidos para negociação	(3.790.048)	-	(3.790.048)
Recursos de emissão de títulos	(40.187.105)	(64.701)	(40.251.806)
Dívidas subordinadas	(1.401.348)	-	(1.401.348)
Provisões	(3.429.291)	-	(3.429.291)
Outros passivos	(42.242.831)	-	(42.242.831)
Sub-total	9.294.301		13.066.683
Ágio	-	4.221.787	4.221.787
Montante total dos patrimônios líquidos adquiridos	9.294.301		17.288.470

(1) Com base em uma avaliação, realizada em 01 de julho de 2016, foram apurados os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos na aquisição.

O valor justo da contraprestação transferida foi composto da seguinte forma:

	R\$ mil
Pagamento em espécie ao HSBC Latin America Holding Limited, líquido do ajuste pós fechamento ⁽¹⁾	15.665.367
Custo incorrido na aquisição, relativo ao valor justo do compromisso firme ⁽²⁾	1.623.103
Valor justo da contraprestação transferida	17.288.470

(1) Considera o recolhimento de IOF e retenção de IR; e

(2) Considera os resultados das mudanças no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto que foi reconhecido na demonstração financeira, contratado com objetivo de proteção dos efeitos da variação cambial do compromisso firme, através do uso de instrumento derivativo de hedge.

Em dezembro de 2016, o Bradesco, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do HSBC Brasil, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil
Patrimônio líquido adquirido	9.294.301
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(221.361)
Intangíveis adquiridos	3.993.743
Ágio na aquisição dos investimentos "HSBC Bank" e "HSBC Serviços" (HSBC Brasil)	4.221.787
Valor justo da contraprestação transferida	17.288.470

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Essas aquisições foram contabilizadas de acordo com o método de combinação de negócios e as companhias foram consolidadas a partir da data da aquisição do controle.

O ágio na aquisição, no valor de R\$ 4.221.787 mil, registrado pelo Bradesco, não é amortizado, estando sujeito a teste de *impairment* anual. O ágio está atribuído à rentabilidade futura dos respectivos negócios adquiridos e ao fortalecimento da estratégia do Bradesco de reforçar sua presença em todo o território nacional, conferindo maior grau de competição em um mercado altamente competitivo, de modo a aproveitar as sinergias geradas pelos produtos e base de clientes do HSBC Brasil, que são complementares.

Exceto na medida em que os descontos, provisões ou reservas específicas sejam feitas no balanço de fechamento, o HSBC deverá indenizar o Bradesco e mantê-lo isento em relação a todas as perdas, incluindo, honorários advocatícios, custos de protocolo ou outras despesas e qualquer passivo relacionado a tributos, incorridos pelo Bradesco, e oriundos da aquisição do HSBC Brasil.

b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Ramo de atividade	País de constituição	Participação no capital (%)	
			31 de dezembro	
			2016	2015
Banco Alvorada S.A.	Bancária	Brasil	99,99	99,99
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Bancária	Brasil	100,00	100,00
Banco Boavista Interatlântico S.A.	Bancária	Brasil	100,00	100,00
Banco Bradesco Argentina S.A.	Bancária	Argentina	99,99	99,99
Banco Bradesco Europa S.A.	Bancária	Luxemburgo	100,00	100,00
Banco Bradesco BERJ S.A.	Bancária	Brasil	100,00	100,00
Banco Bradescard S.A.	Cartões	Brasil	100,00	100,00
Banco Bradesco BBI S.A. ⁽¹⁾	Banco de Investimentos	Brasil	99,81	99,80
Banco Bradesco Cartões S.A.	Cartões	Brasil	100,00	100,00
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Adm.de Consórcios	Brasil	100,00	100,00
Bradseg Participações S.A.	Holding	Brasil	100,00	100,00
Bradesco Auto/RE Cia. de Seguros	Seguradora	Brasil	100,00	100,00
Bradesco Capitalização S.A.	Capitalização	Brasil	100,00	100,00
Odontoprev S.A.	Saúde Dental	Brasil	50,01	50,01
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	100,00	100,00
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	Brasil	100,00	100,00
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	Brasil	100,00	100,00
Bradesco Saúde S.A.	Seguradora / Saúde	Brasil	100,00	100,00
Bradesco Seguros S.A.	Seguradora	Brasil	100,00	100,00
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Previdência / Seguradora	Brasil	100,00	100,00
Bradesplan Participações Ltda.	Holding	Brasil	100,00	100,00
BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Adm.de Ativos	Brasil	100,00	100,00
Tempo Serviços Ltda.	Prestação de Serviços	Brasil	100,00	100,00
União Participações Ltda.	Holding	Brasil	100,00	100,00
Banco Losango S.A. ⁽²⁾	Bancária	Brasil	99,99	-

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	Ramo de atividade	País de constituição	Participação no capital (%)	
			31 de dezembro	
			2016	2015
Kirton Administradora de Consórcios Ltda. ⁽²⁾	Adm. de Consórcios	Brasil	100,00	-
Kirton Bank Brasil S.A. ^{(2) (3)}	Bancária	Brasil	100,00	-
Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	Corretora	Brasil	99,97	-
Kirton Capitalização S.A. ⁽²⁾	Capitalização	Brasil	99,97	-
Kirton Seguros S.A. ⁽²⁾	Seguradora	Brasil	98,08	-
Kirton Vida e Previdência S.A. ⁽²⁾	Previdência/ Seguradora	Brasil	100,00	-
Kirton Participações e Investimentos Ltda. ⁽²⁾	Holding	Brasil	100,00	-

(1) Aumento de participação por subscrição de ações, em junho de 2016;

(2) Empresas oriundas da aquisição, em julho de 2016, do HSBC Brasil; e

(3) Nova denominação do HSBC Brasil.

Nenhum dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* apresentaram restrições significativas para transferências de recursos na forma de recursos em caixa ou de restituição de empréstimos e adiantamentos nos períodos apresentados.

i. Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização, possui o controle. A Organização possui o controle sobre a investida se estiver exposta a, ou ter direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As subsidiárias são consolidadas em sua totalidade a partir do momento em que a Organização obtém o controle até a data em que o controle cesse.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, é aplicado o método do custo de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. A contraprestação transferida que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis e a participação dos acionistas não controladores adquiridos são registradas como ágio. Qualquer ágio resultante da combinação de negócio é testado para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo na data da aquisição.

ii. Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por valor não recuperável) identificado na aquisição.

iii. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Organização participa de acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica, sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). *Joint venture* é um acordo onde a Organização tem o empreendimento em conjunto, no qual tem direitos sobre os ativos líquidos do acordo, ao invés dos direitos sobre os ativos e obrigações dos passivos. Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método de equivalência patrimonial.

iv. Entidades estruturadas

Entidade estruturada é uma entidade que foi projetada de modo que os direitos de voto ou similares não são o fator dominante ao decidir quem controla a entidade, como, por exemplo, quando quaisquer direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

A entidade estruturada, frequentemente, contempla algumas ou todas as características ou atributos seguintes:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido, como, por exemplo, efetuar arrendamento eficiente em termos fiscais, conduzir atividades de pesquisa e desenvolvimento, oferecer fonte de capital ou de financiamento a uma entidade ou oferecer oportunidades de investimento a investidores pela transferência aos investidores dos riscos e benefícios associados aos ativos da entidade estruturada;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento na forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (*tranches*).

v. Transações e participações de não controladores

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

vi. Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Organização (exceto ganho e perda com variação cambial), incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perda ao valor não recuperável, que deva ser reconhecida nas demonstrações contábeis consolidadas. Práticas contábeis consistentes, bem como métodos de avaliação similares para transações, eventos e circunstâncias similares, são utilizadas para todas as empresas da Organização para fins de consolidação.

c) Conversão de moeda estrangeira**i. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada empresa da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Organização. As subsidiárias locais e estrangeiras adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a subsidiária do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional.

ii. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira”.

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. Empresas controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial consolidado apresentado são convertidos pela taxa cambial de fechamento na data de divulgação;
- As receitas e despesas para cada demonstração consolidada de resultado são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

As diferenças de câmbio decorrentes desse processo são alocadas no patrimônio líquido como "ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior".

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão do investimento líquido em empresas no exterior são classificadas em "Outros resultados abrangentes". Entretanto, se a controlada não for uma subsidiária integral, a parte proporcional de diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar os seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 19 (b) – Caixa e equivalentes de caixa.

e) Operações compromissadas

Ativos financeiros vendidos com compromisso de recompra são classificados nas demonstrações contábeis como "Ativos financeiros cedidos em garantia". O passivo desta transação é registrado como "Recursos de instituições financeiras". Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes", conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros na demonstração consolidada do resultado e é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

f) Ativos e passivos financeiros**i. Ativos financeiros**

A Organização classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes ativos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado; e ativos financeiros para negociação (quando do reconhecimento inicial).

- **Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado**

A Organização não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****- Ativos financeiros para negociação (exceto Derivativos)**

Os ativos financeiros para negociação são ativos mantidos pela Organização com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como mantidos para negociação.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação". As receitas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Resultado líquido de juros". Para maiores detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 2(f) (iii) abaixo.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez ou que não são classificados em mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis ou a valor justo por meio do resultado.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido, em resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada em outros resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. As variações cambiais ativas ou passivas em investimentos de títulos de dívida classificadas como disponíveis para venda são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 2(f)(viii)(b) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas por redução ao valor recuperável.

• Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo, que a Organização tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

São reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os investimentos mantidos até o vencimento estão incluídos na demonstração consolidada do resultado como "Receita de juros e similares". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é reconhecida como uma dedução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, que não tenham sido designados como “disponíveis para venda” ou “a valor justo por meio do resultado” e que a Organização não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

São mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação e, subsequentemente, avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos no balanço patrimonial como empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou a clientes. Os juros sobre empréstimos são incluídos no resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos, e é reconhecida na demonstração do resultado, como “Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos”.

ii. Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e a custo amortizado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

- ***Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado***

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- ***Passivos financeiros para negociação***

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são aos instrumentos financeiros derivativos. Para maiores detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 2(f) (iii) abaixo.

- **Passivos financeiros a custo amortizado**

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Eles são, inicialmente, registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições financeiras e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e operações de “hedge”

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação”.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

iv. Reconhecimento

Inicialmente, a Organização reconhece os empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados e demais ativos e passivos financeiros na data da negociação, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas. Se uma renegociação ou modificação de termos de um ativo financeiro existente for tal que os fluxos de caixa do ativo modificado sejam substancialmente diferentes daqueles do ativo original não modificado, então o ativo financeiro original é baixado e o ativo financeiro modificado é reconhecido como um novo ativo financeiro e inicialmente mensurado pelo valor justo.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Organização possui a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. Determinação do valor justo

A determinação dos valores justos da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

balanço patrimonial.

viii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data de balanço, a Organização avalia se há evidências objetivas de que o valor contábil dos ativos financeiros estejam com perda ao seu valor recuperável. Os ativos financeiros com perda de seu valor recuperável e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupo de ativos financeiros, que podem ser estimados de modo confiável.

Os critérios que a Organização utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Quando torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora o evento de perda não possa ainda ser identificada ao nível dos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo do grupo avaliado; e
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com a inadimplência sobre os ativos.

A Organização considera evidências de perda por redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos quanto para ativos em nível coletivo. Todos os ativos financeiros significativos são avaliados para se detectar perdas específicas.

Todos os ativos significativos, que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados, são avaliados coletivamente para detectar qualquer perda por redução ao valor recuperável incorrido, porém ainda não identificado. Os ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, que não são individualmente significativos, são avaliados coletivamente para detectar perda por redução ao valor recuperável, agrupando-os conforme características de risco similares. Os ativos financeiros, que são individualmente avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável e que seja reconhecida uma perda, não são incluídos na avaliação coletiva de perda por redução ao valor recuperável.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros em vigor. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Para efeitos de uma avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito (isto é, com base no processo, a Organização classifica o tipo de produto, segmentos de atuação, localização geográfica, tipo de garantia, vencimento e outros fatores relacionados). Essas características são relevantes para a estimativa dos fluxos de caixa futuros para grupos de tais ativos, por serem indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas, de acordo com os termos contratuais dos ativos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros em um grupo de ativos financeiros, testados conjuntamente para determinar se há alguma redução ao valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratados de um grupo de ativos e no histórico de perdas para os ativos com características de risco de crédito similares as do grupo de ativos. O histórico de perdas é ajustado de acordo com dados atuais observáveis para refletir os efeitos das condições atuais, que não afetaram o período no qual o histórico de perda se baseia e para desconsiderar os efeitos das condições existentes no período histórico e que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após a redução ao valor recuperável, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, a fim de mensurar a perda por redução ao valor recuperável.

Quando não for possível receber um crédito, este é baixado contra a respectiva provisão para perda por redução ao valor recuperável de créditos. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

(b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Organização avalia, ao final de cada período de apresentação de relatórios, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está se deteriorando. Para os instrumentos de dívida, a Organização utiliza os critérios supra mencionados no item (a), a fim de identificar um evento de perda.

No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é considerado uma evidência de que foram incorridos, nos ativos uma perda ao seu valor recuperável.

Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida, classificado como disponível para venda, aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado. Perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos de capital reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Aumento no valor justo dos instrumentos de capital, após a redução ao valor recuperável, é reconhecido diretamente no patrimônio líquido – outros resultados abrangentes.

g) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, uma propriedade é reintegrada após a execução dos créditos inadimplentes.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Propriedades reintegradas são mensuradas pelo valor contábil ou pelo seu valor justo – o que for menor – deduzidos os custos de venda, e o montante é registrado em “Ativos não correntes mantidos para venda”.

h) Imobilizado de uso**i. Reconhecimento e avaliação**

Os imobilizados de uso são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (veja Nota 2(k) abaixo), quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade. *Software* adquirido, que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado, é registrado como parte do equipamento.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do imobilizado de uso.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados (pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado de uso é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para a Organização, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção do imobilizado de uso são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil. Terrenos não são depreciados. Vida útil e valores residuais são reavaliados a cada data do balanço e ajustados, quando aplicáveis.

i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios ágio e a compra de outros ativos intangíveis, as licenças de *software* e os outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados - veja Nota 2(k) abaixo.

i. Ágio (*Goodwill*)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

O ágio (ou ganho por compra vantajosa) é originado no processo de aquisição de controladas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Organização, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada ou *joint venture* na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas e *joint ventures* é incluído no valor dos investimentos de coligadas, (veja Nota 2(b)(ii)). Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Organização sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável (veja Nota 2(k) abaixo). Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem a consideração do valor contábil do ágio em relação à entidade vendida.

ii. Software

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, e utilizar o *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelo seu custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (veja Nota 2(k) abaixo).

Gastos subsequentes com *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de um *software* varia de dois a cinco anos. A vida útil e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando aplicável.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis referem-se, basicamente, à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos amortização e as perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e amortizados em um período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar uma irrecuperabilidade do valor contábil dos ativos. Se necessário, sua baixa ou *impairment* (veja Nota 2(k) abaixo) é reconhecida imediatamente no resultado.

j) Arrendamento mercantil

A Organização possui arrendamento mercantil financeiro e operacional, participando tanto como arrendador quanto como arrendatário.

Os arrendamentos, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros.

Os arrendamentos, cuja Organização assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Como arrendatário, a Organização classifica seus arrendamentos, substancialmente, como arrendamentos operacionais, sendo que os pagamentos mensais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento pelo prazo de vigência do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes do vencimento contratual, qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos contingentes são contabilizados, por meio de revisão dos pagamentos mínimos de arrendamento sobre o prazo remanescente da operação quando o ajuste do arrendamento for confirmado.

Como arrendador, a Organização possui, substancialmente, contratos de *leasing* financeiro, ambos em valor e quantidade de contratos.

i. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro no balanço patrimonial é realizado na conta de “empréstimos e adiantamentos a clientes” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pela Organização e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento e reconhecido como parte da taxa de juro do contrato, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamentos mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa, no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido feito pela Organização.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados no mínimo anualmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada periodicamente e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida no resultado imediatamente.

ii. Concessão de arrendamento mercantil operacional

Os ativos mantidos em um arrendamento operacional no balanço patrimonial, quando a Organização atua como arrendador, são contabilizados nas contas do ativo, de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pela Organização são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A receita do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis é consistente com a política de depreciação utilizada pela Organização para ativos similares.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), exceto imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno. O montante de ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

O valor recuperável do ativo é o maior valor entre o valor justo dos ativos/UGC menos o custo de venda e o valor em uso. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

l) Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados são as principais fontes de captação utilizadas pela Organização para financiamento de suas operações.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e, subsequentemente, mensurados por seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

m) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes são:

- (a) uma possível obrigação decorrente de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente dentro do controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja exigida, a fim de liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade suficiente.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, quando relevantes.

n) Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Um contrato de seguro é aquele em que a Organização aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso ao segurado. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguros significativo. Os contratos no segmento de seguro, classificados como contratos de investimento, são produtos relacionados aos títulos de capitalização uma vez que estes não transferem risco de seguro significativo e são contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IAS 39.

o) Provisões técnicas de seguros e previdência**i. Seguros de danos**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “*pro rata*” dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, e contemplando as operações de transferência em resseguro e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros, deduzidos dos custos iniciais de contratação. A parcela desta provisão, correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP), subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data base do cálculo. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência, refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço, corrigidos monetariamente, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (veja Nota 2(o)(vi) abaixo), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base, não foi identificado necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro, como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira.

As Outras Provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

ii. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE).

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base nos Sinistros Ocorridos e ainda não Pagos (IBNP) subtraindo o saldo da PSL na data base do cálculo. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 16 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

Relativamente às carteiras de Seguros adquiridas, a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data base do cálculo. É calculada através do método Bornhuetter-Ferguson, utilizando como modelo matemático triângulos de *run-off* dos sinistros incorridos a partir 2001.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial.

Relativamente às carteiras de Seguros adquiridas, a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base em estimativas de indenizações, para os eventos ocorridos e devidamente notificados pelos segurados e/ou beneficiários até a data do balanço. Inclui ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir da análise de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. Contempla, também, uma estimativa de ajustes de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS ambos os sexos, *improvement* e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura.

A Provisão de Excedente Técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

iii. Seguros de Saúde e Dental

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), cuja metodologia de cálculo leva em consideração, além da taxa de desconto de 5,1% ao ano (5,2% em 2015), a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída do grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde e pelos prêmios por pagamento dos segurados participantes do seguro Bradesco Saúde – “Plano GBS”, considerando uma taxa de desconto de 5,1% ao ano (5,2% em 2015).

A Provisão Para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas (PPCNG) é calculada “pro rata” dia, com base nos prêmios do seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha se iniciado.

As Outras Provisões são constituídas para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado dos prêmios futuros e o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras, considerando-se a taxa de desconto de 5,1% ao ano (5,2% em 2015).

As provisões de PEONA, PMBaC, PMBC e Outras Provisões, relacionadas acima, são calculadas segundo metodologias e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais, aprovadas junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

iv. Operações com o seguro DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

acordo com a Resolução CNSP nº 332/15. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

v. Previdência complementar aberta e seguros de vida de contribuição variável com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE).

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Nos planos de previdência com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) vinculadas a seguros de vida e planos de previdência da modalidade “gerador de benefícios livres” (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).

A Provisão de Resgates e outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras, referentes aos pagamentos de benefícios continuados.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP) (veja Nota 2(o)(vi)). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, *improvement* e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) corresponde à parte do rendimento financeiro obtido com a aplicação das provisões, que excede a rentabilidade mínima dos planos de previdência com cláusula de participação de excedente financeiro.

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não avisados com base em triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros nos últimos 96 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

Relativamente às carteiras de Seguros adquiridas, a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

sinistros ocorridos e não avisados até a data base do cálculo. É calculada de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP nº 517/15 (alterada pela Circular SUSEP nº 521/15).

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial.

Relativamente às carteiras de Seguros adquiridas, a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base em estimativas de indenizações, para os eventos ocorridos e devidamente notificados pelos segurados e/ou beneficiários até a data do balanço. Inclui ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir da análise de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. Contempla, também, os valores relativos a rendas vencidas e não pagas constantes da PMBC, que são baixadas desta e incluídas na PSL.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como “despesas financeiras” e estão apresentados no grupo “resultado financeiro”.

vi. Teste de adequação de passivo (*Liability Adequacy Test* - “LAT”)

A Organização elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, segundo a IFRS 4, e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa, que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, foram utilizados as taxas a termo livres de risco (ETTJ) autorizadas pela SUSEP.

De acordo com a Circular SUSEP nº 517/15, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos, e não foram incluídos nos testes de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****• Pessoas**

Para os produtos de previdência complementar aberta e vida com cobertura por sobrevivência, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

Os fluxos, relativos a prêmios futuros não registrados na PPNG, só foram incluídos no resultado quando o resultado do valor presente foi negativo.

O resultado do teste de adequação do passivo, para os seguros de pessoas, foi integralmente reconhecido no resultado, conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/15.

No LAT realizado em dezembro de 2016, houve alteração nas premissas de Taxa de Cancelamento e *Improvement*, considerando as tábuas biométricas BR-SEM ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas, conforme legislação vigente.

• Danos

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo referente a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas referentes a produtos em *run-off*, foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE.

O resultado do teste de adequação, para os seguros de danos, não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

p) Operações de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Organização para com os segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

q) Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos, os montantes referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices e contratos de previdência, ou pelo prazo médio de doze meses. As despesas com agenciamentos relativos à comercialização de planos de saúde são apropriadas no período de vinte e quatro meses.

Compreende, também, o custo de aquisição diferido relativo ao contrato de exclusividade com a rede varejista, por comercialização do seguro garantia estendida pelo prazo inicial de 12 anos, com a extensão de mais 4 anos de contratos, totalizando 16 anos.

r) Garantias financeiras

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Garantias financeiras são contratos que requerem a Organização a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações contábeis ao valor justo na data em que a garantia foi dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior valor entre o montante inicial, deduzida a amortização acumulada, e a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a garantia caso a Administração considere tal desembolso como provável. Estas estimativas são determinadas com base na experiência de transações semelhantes e histórico de perdas passadas, complementadas pelo julgamento da Administração. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

s) Benefícios aos empregados**i. Planos de contribuição definida**

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade "Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL)". O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. O PGBL é administrado pela controlada Bradesco Vida e Previdência S.A.

O Plano de Previdência Complementar na modalidade PGBL foi reformulado em outubro de 2014, sendo as contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário. As contribuições do Bradesco e suas controladas passaram de 4% para de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado à coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As contribuições relativas aos participantes que, em 2001, optaram por migrar do plano de benefício definido para o PGBL, foram mantidas nos mesmos níveis que vigoravam no plano de benefício definido.

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação a planos de benefício definido, é referente exclusivamente a planos de instituições adquiridas, e é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o benefício futuro que os empregados conquistaram por meio de seu trabalho no período corrente e em anteriores. Tal benefício é descontado para determinar seu valor presente e são deduzidos quaisquer custos de serviço passado não reconhecido e valor justo de quaisquer ativos de plano. A taxa de desconto é a taxa na data de balanço para os títulos com risco de crédito denominados "AA", cujos vencimentos se aproximam do prazo das obrigações do grupo. O cálculo é executado por um atuário, utilizando o método da unidade de crédito projetada.

Quando os benefícios de um plano são agravados, a parcela do aumento do benefício relacionado ao serviço passado do empregado é reconhecida no resultado pelo método linear durante o período médio até que os benefícios se tornem efetivos. Na medida em que os

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

benefícios são adquiridos, a despesa é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

iii. Benefícios rescisórios

Os benefícios rescisórios são exigíveis quando o vínculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. Benefícios de curto prazo

Benefícios como salários, contribuições para a seguridade social, licenças anuais remuneradas e licenças médicas remuneradas, participação nos lucros e bônus (quando pagáveis dentro de doze meses da data do balanço) e benefícios não monetários, tais como assistência médica, são registrados como despesa na demonstração do resultado, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal ou construtiva de efetuar o pagamento como resultado de serviço passado realizado/efetuado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

t) Planos de capitalização

Os títulos de capitalização registrados em “Outros passivos”, têm seus passivos financeiros e suas receitas calculadas no momento de sua emissão.

Os títulos são emitidos de acordo com os tipos de pagamentos, mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, cujo valor do depósito é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial – TR + 0,5% de juros ao mês e que forma o montante da rubrica de “Outros Passivos de Títulos de Capitalização”.

Ainda, os beneficiários dos títulos concorrem, através de sorteios, a prêmios em dinheiro. Ao final do período de capitalização, pré-determinado quando da emissão do título, o beneficiário pode resgatar o valor nominal pago acrescido da Taxa Referencial – TR, mesmo que não tenha sido beneficiado em nenhum sorteio. Estes produtos são regulamentados pelo Órgão Regulador de seguros no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro segundo, a IFRS 4 e, portanto, são classificados como um passivo financeiro, segundo a IAS 39.

Os valores não reclamados dos planos de capitalização são desreconhecidos quando a obrigação legalmente expira, de acordo com o IAS 39, pelo fato de ser relacionado a desreconhecimento de passivo financeiro.

As despesas com colocação de títulos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

u) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

v) Serviços e comissões

As receitas e despesas de serviços e comissões, que fazem parte e são diretamente alocáveis a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimento, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio, são reconhecidos à medida que os serviços relacionados são prestados. Quando não é esperado que o compromisso de um empréstimo resulte na queda do mesmo, as taxas relacionadas ao compromisso são reconhecidas, em uma base linear ao longo do prazo do compromisso. Outras despesas com taxas e comissões são relacionadas, principalmente, com transações e taxas de serviços que são reconhecidos quando recebidos.

w) Resultado de seguros

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco, para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os prêmios de seguro saúde são registrados na conta de prêmios emitidos (resultado) ou Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dessas operações é realizado de modo consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

As angariações e agenciamento das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de maneira linear, pelo prazo de 24 meses nas operações de seguro saúde e pelo prazo contratual (média de 12 a 60 meses) nas demais operações.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência, segundo taxas estabelecidas contratualmente.

x) Despesa de imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude da alteração da alíquota, a Organização Bradesco constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Despesas com impostos compreendem os impostos correntes e diferidos. Impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal também é reconhecido no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer passivo fiscal proveniente da declaração de dividendos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação, que não seja combinação de negócios, e que não afete a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam no futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou, substantivamente, decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Organização leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Organização acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Organização a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou sobre entidades fiscais diferentes, mas as mesmas pretendem liquidar os ativos e passivos de imposto corrente em bases líquidas ou seus ativos e passivos serão realizados simultaneamente.

Impostos adicionais decorrentes da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos ao mesmo tempo em que a obrigação de pagar os respectivos dividendos é reconhecida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

y) Apresentação de relatório por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Diretoria Executiva (sendo o principal tomador de decisões operacionais), que é composta pelo Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Gerentes e Diretores Adjuntos. A Organização opera, principalmente, nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. O segmento de seguros consiste em operações de seguros, previdência complementar e capitalização, através da subsidiária Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

z) Patrimônio líquido

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação

A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações adquiridas pela Organização e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

iii. Dividendos a pagar

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Dividendos sobre ações são pagos e provisionados durante o exercício. Em Assembleia Geral de Acionistas, são destinados no mínimo o equivalente a 30% do Lucro Líquido Ajustado Anual, de acordo com o Estatuto Social. Dividendos que foram aprovados e declarados após a data-base das demonstrações contábeis, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

iv. Transações de capital

Transações de capital são transações entre sócios, na qualidade de proprietários de um investimento. Essas transações alteram as participações societárias detidas pelo controlador em uma controlada. Desde que não haja perda de controle, a diferença entre o valor pago e o valor justo da transação é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

3) Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura da atividade de gerenciamento de riscos e capital é composta por comitês que subsidiam o Conselho de Administração, a Presidência e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

A Organização dispõe de um comitê, denominado Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital. Subsidiando esse comitê, existe o Comitê Executivo de Gerenciamento de Capital e os Comitês Executivos de Gestão de Riscos de: a) Crédito, b) Mercado e Liquidez, c) Operacional e Socioambiental e d) Grupo Bradesco Seguros e da BSP Empreendimentos Imobiliários, existindo ainda o Comitê Executivo de Produtos e Serviços e os Comitês Executivos das áreas de negócios, que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e ao Conselho de Administração.

Destaca-se nesta estrutura o Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, cuja missão é promover e viabilizar o controle de riscos e a alocação de capital, através de práticas e da certificação da existência, da execução e da efetividade de controles que assegurem níveis aceitáveis de riscos nos processos da Organização, de forma independente, consistente, transparente e integrada. Este Departamento também tem por atribuição atender as determinações do Banco Central do Brasil pertinentes às atividades de gerenciamento de riscos.

3.1. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exige alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preserva a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre, principalmente, de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Há, também, o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Organização exerce, continuamente, o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores, mensuração e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

A Organização mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e exposição potencial futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização. Normalmente, as garantias relacionadas a este tipo de operação são os depósitos de margem, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

Concessão de crédito

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo este processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientado à concessão de operações de crédito e a fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais e comportamentais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para o deferimento depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). As propostas de negócio com riscos acima destas alçadas são submetidas para análise técnica e deferimento do Departamento de Crédito.

O Comitê Executivo de Crédito, por sua vez, tem por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites deste Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação, a depender dos valores envolvidos.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, a concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit* e *Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas, que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Classificação de risco de crédito**

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de normas e procedimentos de crédito diferenciadas em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.327/14 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de risco socioambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos socioambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito dos grupos econômicos/clientes da Organização contempla uma escala de dezessete níveis, dos quais treze representam as operações de curso normal, proporcionando inclusive, maior aderência aos requisitos previstos no Acordo de Capital de Basileia.

As classificações de risco para grupos econômicos (pessoas jurídicas) fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas de modo corporativo e acompanhadas periodicamente, com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de risco baseiam-se em variáveis cadastrais, tais como renda, patrimônio, restrições e endividamento, além do histórico de relacionamento com a Organização, valendo-se também de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

A seguir demonstra-se a classificação de risco utilizada, baseada na capacidade dos clientes honrarem seus compromissos:

Rating interno		Classificação da Organização
1	AA1	Baixo risco
2	AA2	
3	AA3	
4	A1	
5	A2	
6	A3	
7	B1	
8	B2	
9	B3	
10	C1	
11	C2	
12	C3	
13	D	Médio risco
14	E	Maior risco
15	F	
16	G	
17	H	

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

A área de monitoramento de risco de crédito participa ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta área atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos, visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de risco de crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos.

O departamento assessora o Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito, onde são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste Comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que está subordinado ao Conselho de Administração.

Além desse Comitê, a área promove reuniões mensais, com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplências, perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, recuperações de crédito, limites e concentrações de carteiras, dentre outros. Essas informações também são reportadas mensalmente ao Comitê de Auditoria.

A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica, onde a empresa tem as exposições mais representativas.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, que são revisados ao menos uma vez por ano.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado diariamente, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de sinalizar situações de risco que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas, da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores.

A Organização também dispõe de um sistema corporativo de indicadores de risco de crédito, onde são disponibilizadas para as áreas de concessão de crédito, recuperação de crédito, diretorias de segmento, gerências regionais e agências as informações de ativo por segmento, produto, região,

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras. Este sistema possibilita a visualização das informações, desde um nível macro até o nível mais detalhado, permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off* (prejuízo), graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Caixa e disponibilidades em bancos	72.554.651	72.091.764
Instrumentos financeiros derivativos	16.755.442	18.870.917
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	94.845.534	35.671.727
Empréstimos e adiantamentos a clientes	392.083.873	370.323.668
Outros ativos financeiros	497.974.002	432.983.945
Total dos itens registrados no balanço patrimonial ⁽¹⁾	1.074.213.502	929.942.021
Total dos itens não registrados no balanço patrimonial (Nota 41)	316.298.033	264.320.142
Total da exposição	1.390.511.535	1.194.262.163

(1) As garantias são representadas, basicamente por: títulos, imóveis, aplicações financeiras, avais e fianças.

A exposição total relativa ao risco de crédito da Organização atingiu R\$ 1.390.511.535 mil em 2016, apresentando um aumento de 16,4% em relação a 2015.

Desta exposição, R\$ 72.554.651 mil, ou seja, 5,2% do total referem-se ao caixa (recursos em espécie) e disponibilidades em bancos, compostos, principalmente, por recursos depositados no Banco Central do Brasil, classificados como de baixo risco de crédito.

O item "Outros ativos financeiros", com valor total de R\$ 497.974.002 mil (35,8% da exposição total), apresentam baixo risco de crédito, por serem em sua maioria títulos de emissão do governo brasileiro e registrados a valor de mercado, representados por "Ativos financeiros para negociação" R\$ 213.139.846 mil (2015 – R\$ 159.623.449 mil), "Ativos financeiros disponíveis para venda" R\$ 113.118.554 mil (2015 – R\$ 117.695.450 mil) e "Investimentos mantidos até o vencimento", reconhecidos a custo amortizado, no valor de R\$ 43.002.459 mil (2015 – R\$ 40.003.560 mil).

Em 2016, os itens não registrados no balanço patrimonial consolidado (registrados em contas de compensação) totalizam R\$ 316.298.033 mil (2015 - R\$ 264.320.142 mil), atingindo um patamar de 22,6% (2015 – 22,1%) da exposição total.

Nos quadros a seguir, apresentamos o detalhamento das demais exposições sujeitas a risco de crédito, que totalizaram R\$ 503.684.849 mil, correspondentes a 36,5% da exposição total, sendo compostas por instrumentos financeiros derivativos R\$ 16.755.442 mil, empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras R\$ 94.845.534 mil e a empréstimos e adiantamentos a clientes R\$ 392.083.873 mil.

Instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	2016	2015
Negociados em bolsa de valores	1.068.418	5.561.772
Contrato de balcão	15.687.024	13.309.145
Total	16.755.442	18.870.917

Quanto aos instrumentos financeiros derivativos, observa-se que 93,6% do total referem-se, basicamente, a contratos de balcão. Do total de instrumentos financeiros derivativos, 92,4% é classificada nos ratings internos da Organização como de baixo nível de risco de crédito.

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

A carteira de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras classificada pelo *rating* interno da Organização apresenta-se como segue:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Baixo risco	94.845.534	35.627.580
Médio risco	-	-
Maior risco	-	44.147
Total	94.845.534	35.671.727

Ratings conforme determinado pela Organização: Baixo risco: *Ratings* AA1 – C3; Médio risco: *Rating* D; e Maior Risco: *Ratings* E – H.

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras estão classificados como não vencidos e sem redução ao valor recuperável. Além disso, a carteira não apresenta histórico de renegociações de dívidas.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados como:

- Não vencidos e sem redução ao valor recuperável;
- Vencidos, mas sem redução ao valor recuperável; e
- Com redução ao valor recuperável, incluindo empréstimos e adiantamentos classificados como “*impaired*” e analisados individualmente para perda classificados como “*impaired*”.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes da Organização são classificados como “*impaired*” quando eles estiverem em pelo menos uma das situações a seguir: (a) em atraso superior a 90 dias, exceto para as operações de financiamento imobiliário com garantia de imóvel residencial (atraso superior a 180 dias) e/ou; (b) com prejuízo e/ou; (c) que tenham sido renegociados e/ou; (d) que tenham sido reclassificados para níveis de alto risco; e/ou (e) que tenham sofrido eventos falimentares, sendo que os modelos internos aplicados pela Organização possuem visão cliente ou produto.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Não vencidos e sem redução ao valor recuperável (i)	337.337.152	326.363.904
Vencidos, mas sem redução ao valor recuperável (ii)	12.612.906	11.656.848
Com redução ao valor recuperável (iii)	42.133.815	32.302.916
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	392.083.873	370.323.668
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(24.780.839)	(25.455.204)
Valor líquido	367.303.034	344.868.464

A carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes apresentou aumento de 5,9% em 2016, quando comparado com 2015.

(i) Empréstimos e adiantamentos a clientes não vencidos e sem redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Baixo risco	325.170.838	318.889.943
Médio risco	10.269.218	6.338.308
Maior risco	1.897.096	1.135.653
Total	337.337.152	326.363.904

Ratings conforme determinado pela Organização: Baixo risco: Ratings AA1 – C3; Médio risco: Rating D; e Maior Risco: Ratings E – H.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes, classificados como não vencidos e sem redução ao valor recuperável, alcançaram R\$ 337.337.152 mil em 2016.

Do total dessas operações, 96,4% estavam classificados como baixo risco.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes vencidos, mas sem redução ao valor recuperável

Demonstramos a seguir a análise por faixa de dias vencidos dos contratos de empréstimos e adiantamentos, que não estão marcados como “*impaired*” na análise coletiva e sem redução ao valor recuperável pela análise individual.

Para efeitos desta análise, um ativo é considerado em atraso e incluído no quadro, quando qualquer pagamento em atraso não é recebido sob estritas condições contratuais. O montante incluído nesta categoria refere-se ao ativo financeiro total, ou seja, não apenas a parcela em atraso, mas sim o valor contratual total acrescido de juros.

Os empréstimos e adiantamentos para os clientes, que não são individualmente significativos, e que não tenham sido classificados como *impaired*, são apresentados nesta categoria.

Os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos podem ser apresentados nesta categoria quando, após realizada a análise individual, não foi identificada necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável individual e, dessa forma, o mesmo é direcionado para a análise de perda coletiva.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Vencidos em até 60 dias	9.737.697	9.286.212
Vencidos de 61 a 90 dias	2.608.305	2.241.006
Vencidos acima de 90 dias	266.904	129.630
Total	12.612.906	11.656.848

O quadro anterior mostra os empréstimos e adiantamentos, que apesar de registrarem algum atraso, não apresentam indicações de possível redução ao valor recuperável. Esse montante representou 3,2% da carteira em 2016 (2015 – 3,1%).

(iii) Empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Carteira a vencer	17.567.703	14.185.533
Vencidos até 60 dias	4.067.322	2.199.703
Vencidos de 61 a 90 dias	1.284.035	1.097.900
Vencidos acima de 90 dias	19.214.755	14.819.780
Total	42.133.815	32.302.916

Os empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável alcançaram R\$ 42.133.815 mil e representaram 10,7% do total da carteira em 2016 (2015 - 8,7%).

Por modalidade

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e adiantamentos com redução ao valor recuperável, subdivididos por modalidade:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Capital de giro	5.940.498	6.846.091
Cartão de crédito	5.962.131	5.128.607
Crédito pessoal	4.951.949	3.617.781
Veículos – CDC	1.651.852	1.631.255
Financiamento imobiliário	2.553.802	1.081.833
Financiamento a exportação	2.456.658	1.043.922
Crédito rural	946.282	805.392
Repasse BNDES/Finame	1.052.671	771.581
Cheque especial	882.992	651.011
Conta garantida	406.296	281.176
Aquisição de bens	459.574	38.228
Outros	14.869.110	10.406.039
Total	42.133.815	32.302.916

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados**

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com redução ao valor recuperável”, onde estão incluídas as renegociações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Renegociações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das renegociações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Saldo inicial	12.728.723	10.775.621
Valores renegociados adicionais, inclusive juros	18.777.814	13.128.228
Pagamentos recebidos	(8.997.802)	(7.256.464)
Baixa contábil	(5.007.312)	(3.918.662)
Saldo final	17.501.423	12.728.723
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(10.346.397)	(7.547.690)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda por redução ao valor recuperável	7.155.026	5.181.033
Perda por redução ao valor recuperável sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	59,1%	59,3%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	4,5%	3,4%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda por redução ao valor recuperável	1,9%	1,5%

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento renegociado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de renegociações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

Concentração do risco de crédito de empréstimos e adiantamentos

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Maior devedor	2,3%	2,8%
Dez maiores devedores	8,5%	9,2%
Vinte maiores devedores	12,6%	13,3%
Cinquenta maiores devedores	18,5%	19,5%
Cem maiores devedores	23,0%	23,8%

Todas as faixas apresentaram redução na concentração em 2016 em relação a 2015.

Por setor de atividade

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	Em 31 de dezembro			
	2016		2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor público	8.813.581	2,2	10.250.375	2,8
Federal	8.813.581	2,2	10.241.594	2,8
Estadual	-	-	8.781	-
Setor privado	383.270.292	97,8	360.073.293	97,2
Pessoa física	170.925.871	43,6	147.859.789	39,9
Indústria	68.192.198	17,4	65.158.837	17,6
Comércio	42.791.601	10,9	41.267.638	11,1
Serviços	97.136.221	24,8	102.629.056	27,7
Agronegócios	4.224.401	1,1	3.157.973	0,9
Total da carteira	392.083.873	100,0	370.323.668	100,0
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(24.780.839)	-	(25.455.204)	-
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	367.303.034	-	344.868.464	-

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente, a Organização avalia a existência de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e aplicando outras metodologias que considerem a qualidade do cliente, bem como a natureza da transação, inclusive suas garantias, para estimar os fluxos de caixa esperados, que são revistas regularmente, tendo em vista a melhoria constante dos modelos e a suficiência de provisão.

Inicialmente, os clientes são classificados em individualmente significativos e individualmente não significativos. Após esta classificação inicial, os clientes são avaliados conforme apresentem um ou mais eventos de evidência objetiva de perda. Como às vezes pode não ser possível identificar um evento específico que tenha causado a perda ao valor recuperável, são observados os efeitos combinados de vários eventos. Além disso, os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos contratados, renegociação ou evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para os clientes individualmente significativos, que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda por redução ao valor recuperável é realizada, por análise individual, considerando os fluxos de caixa futuro esperado de cada cliente, incluindo neste a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

Para os clientes individualmente não significativos, que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda por redução ao valor recuperável é realizada conforme a experiência de perda histórica baseada em informação observável na data corrente.

Os clientes, que não apresentem evidência objetiva específica de perda ao valor recuperável, tanto os individualmente significativos quanto os não significativos, são avaliados coletivamente por meio de modelos internos da Organização, baseados em parâmetros coletivos de perdas observadas e parâmetros macroeconômicos de atividade econômica e inadimplência.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Na avaliação coletiva, são utilizados os modelos de *Probability of Default*, *Loss Given Default*, bem como o fator *Loss Identification Period*.

Probability of Default (PD): estipula a probabilidade de inadimplência percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelo interno de avaliação. Este parâmetro de risco é diferenciado, conforme o segmento a que pertença: os modelos para varejo são quantitativos e os modelos para atacado são quantitativos e qualitativos (julgamentais).

Loss Given Default (LGD): refere-se ao percentual efetivamente perdido após as tentativas de recuperação, dado o descumprimento do contrato, definido em termo do percentual da exposição.

Loss Identification Period (LIP): período intermediário entre a ocorrência de evento de perda em grupos de ativos financeiros significativos e não significativos, que sejam coletivamente avaliados, e a sua identificação pela instituição como perda por redução ao valor recuperável.

Baixas

Os créditos são baixados do balanço patrimonial contra a "Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos" quando considerados incobráveis ou considerados como perda permanente. As operações de crédito são normalmente baixadas, quando apresentam entre 180 e 360 dias de atraso nos pagamentos. Para as operações de créditos com prazos remanescentes há pelo menos 36 meses, são baixadas entre 360 e 540 dias, quando apresentarem atrasos nos pagamentos.

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito. A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores, e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantia real são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos; incluem-se, ainda, entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças, destacam-se as garantias bancárias e cartas de crédito.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais, no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor do instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2016, o Bradesco mantinha derivativos de crédito (CDS), com as seguintes características: do risco recebido de *Swaps* de créditos, cujos ativos subjacentes são “títulos de dívidas emitidas por empresas” é de R\$ 114.069 mil, (2015 – R\$ 136.668 mil) e “títulos da dívida pública brasileira” é de R\$ 668.115 mil e do risco transferido de *Swaps* de créditos, cujos ativos subjacentes são “derivativos da dívida pública brasileira”, é de R\$ (16.296) mil, totalizando um valor de risco de crédito total líquido de R\$ 765.888 mil, (2015 – R\$ 136.668 mil), cujo efeito no cálculo do patrimônio líquido exigido é de R\$ 11.977 mil (2015 - R\$ 15.033 mil). Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito, acima descritos, possuem vencimentos até 2021. A marcação a mercado das taxas de proteção, que remunera a contraparte receptora do risco, totaliza R\$ (1.067) mil, (2015 - R\$ 42 mil). Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

Compensação de ativos e passivos financeiros

De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares, os quais não cumprem os requisitos definidos no IAS 32. Os acordos similares incluem os Contratos Globais de Derivativos (CGD/ISDA) e os Contratos Globais de Operações Compromissadas (GMRA).

Parte das operações com Instrumentos Financeiros Derivativos, transacionadas pelo Bradesco em ambientes que não bolsa de valores, são firmados por meio de contratos CGD e ISDA (*International Swap and Derivatives Agreement*), no Brasil e no exterior.

O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação.

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Montante dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	84.728.590	6.450	84.722.140
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.755.442	1.598.281	15.157.161

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Montante dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Captações no Mercado Aberto	241.978.931	6.450	241.972.481
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.435.678	1.598.281	11.837.397

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2015		
	Montante dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	111.024.912	3.782	111.021.130
Instrumentos Financeiros Derivativos	18.870.917	301.725	18.569.192

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2015		
	Montante dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Captações no Mercado Aberto	222.291.364	3.782	222.287.582
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.345.729	301.725	19.044.004

3.2. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados de maneira independente.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização, que abrange desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e
- *Hedge*.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu à Organização utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado, para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento, aprovado pelo Conselho de Administração, é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira *Trading* é monitorada pelos limites de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse;
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*.

Para a Carteira *Banking* é monitorado o limite de:

- Risco de Taxa de Juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR), *Economic Value of Equity* (EVE) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos, que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização, a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco em que a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR, é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). O VaR Delta-Normal apresenta como principal limitação a adoção da premissa de que os retornos financeiros são normalmente distribuídos. Para mitigação das limitações citadas, a Organização adota também para a carteira de opções a abordagem de VaR Histórico, sendo

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

adotado o modelo mais conservador. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking*, é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking*, são feitos a partir da metodologia EVE, que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área Econômica da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxas de juros e, conseqüentemente, afetar nossas aplicações e captações.

A metodologia EVE consiste em re-apreçar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira, tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. A diferença entre os valores obtidos para a carteira será o EVE, ou seja, o risco de taxa de juros atribuído à Carteira *Banking*.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking*, não é utilizada a premissa de liquidação antecipada de empréstimos. Para os depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados tratamentos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Dessa forma, após todas as deduções que incidem sobre os depósitos à vista e de poupança, por exemplo, o compulsório mantido junto ao Banco Central do Brasil, o saldo remanescente (recursos livres) é considerado de acordo com os fluxos de vencimentos das operações ativas prefixadas.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, o Comitê Executivo de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez (CEGRIMEL) instituiu a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento ao CEGRIMEL dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados ao CEGRIMEL para reporte ou aprovação, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros e Mercados Secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos e Serviços e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- Comprometimento: a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, o Bradesco pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- Frequência: os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- Formalismo: a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- Consistência: o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização; e
- Transparência: assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditoria Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Em dezembro de 2014, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.389/14 do Conselho Monetário Nacional, que altera a Resolução nº 4.277/13 do Conselho Monetário Nacional. Estas resoluções estabelecem procedimentos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e diretrizes para aplicação de ajustes prudenciais para tais instrumentos. Conforme procedimentos destacados nos parágrafos anteriores, a Organização já está alinhada às diretrizes dessas resoluções, inclusive com aplicação dos devidos ajustes prudenciais, promovidos pela regulação.

Validação Independente de Modelos de Riscos

A Organização utiliza modelos para gerir e mensurar riscos e capital, desenvolvidos a partir de teorias estatísticas, econômicas, financeiras, matemáticas ou conhecimento de especialistas, que apoiam e facilitam a estruturação de assuntos críticos e propiciam padronização e agilidade das decisões.

Para identificar, mitigar e controlar os riscos dos modelos, representados por potenciais consequências adversas oriundas de decisões baseadas em modelos incorretos ou obsoletos, há o processo de validação independente, cuja principal finalidade é verificar se os modelos funcionam conforme os objetivos previstos, assim como se seus resultados estão adequados para os usos aos quais se destinam. Essa validação aborda aspectos de adequação dos processos, de governança, de construção dos modelos e de suas premissas, sendo os resultados reportados aos gestores, à Auditoria Interna, aos Comitês de Controles Internos e Compliance e de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Para tanto, são executadas atividades que permitem o aprimoramento constante do escopo das validações que são específicos para cada tipo de modelo e são classificados em cinco dimensões, que combinam aspectos qualitativos e quantitativos.

Qualitativos

- Âmbito do Modelo: escopo de aplicação do modelo, que engloba o objetivo ao qual se destina, o tipo de risco tratado, as empresas expostas a este tipo risco, as carteiras, os produtos, os segmentos, os canais, dentre outros;
- Aplicação do Modelo: engloba a definição, razoabilidade na utilização dos fatores do modelo, o fluxo e a tempestividade das informações para a tomada de decisões; e
- Ambiente Tecnológico e Consistência dos Dados: estrutura de sistemas e controles envolvidos nos cálculos executados pelo modelo e o processo no qual o modelo encontra-se inserido. Engloba também a consistência dos dados, considerando as funcionalidades de controles de versão e de acesso, *backup*, rastreabilidade, alterações de parâmetros, qualidade dos dados, contingência de sistemas e controles automatizados.

Quantitativos

- Sistema de Mensuração: desafio aos procedimentos de mensuração do risco, tanto base como estresse, englobando a definição, aplicação e validação interna do método, composto por metodologia, premissas, parâmetros, rotina de cálculo, dados de entrada e resultados; e

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

- *Backtesting*: procedimento estatístico utilizado para avaliar a aderência do modelo através da comparação dos valores estimados pelo modelo e os valores observados ao longo de um período previamente definido. Engloba aspectos metodológicos, de formalização e utilização para o aprimoramento do modelo. A responsabilidade e a execução do processo de validação independente, que trata da análise e avaliação dos modelos, é da Área de Validação Independente de Modelos – AVIM, a qual pode utilizar estruturas já implantadas e sedimentadas na Organização com o objetivo de se evitar a sobreposição de funções.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente, o Departamento de Controle Integrado de Riscos, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, as posições da Carteira *Trading* são semanalmente discutidas no Comitê Executivo de Tesouraria e as posições da Carteira *Banking* e os reportes de liquidez são tratados quinzenalmente no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos. Em ambos os fóruns, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo os mesmos revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer limite, controlado pelo DCIR, a administração da área de negócio responsável pela posição é informada do consumo do limite e tempestivamente o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é convocado para a tomada de decisão. Na situação em que o Comitê decida pelo aumento do limite ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para aprovação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna

A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

Hedge e utilização de derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pelo Departamento de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas, que foram aprovadas pelos comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pelo Departamento de Tesouraria do Bradesco devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação, em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Hedge contábil de risco de mercado**

Em 31 de dezembro de 2015, o Bradesco possuía *hedge* de risco de mercado, utilizando-se contratos futuros e, posteriormente, com disponibilidades em moedas estrangeiras, que geraram R\$ 1.406.154 mil, com o objetivo de proteção dos efeitos da variação cambial do compromisso firme, relativo ao contrato de compra e venda de ações, (Nota 2(a)), que produziram um ajuste a valor de mercado de R\$ (1.761.964) mil. O efeito destas operações registrado em resultado foi de R\$ (355.810) mil. Em 1º de julho de 2016, o *hedge* foi liquidado.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

O Departamento de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo, aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, CDS – *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados, que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas tem o seu uso condicionado à autorização do comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, apresentamos a evolução da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira – Carteira Trading (Valor Justo)

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	33.026.609	13.806.553	48.582.147	3.260.337
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	330.819	404.612	3.385.148	3.225.568
Cupom cambial	997.507	878.284	1.577.228	1.429.773
Moedas estrangeiras	1.005.349	1.024.526	12.304.611	12.257.907
Soberanos/eurobonds e treasuries	2.301.628	906.361	10.907.639	6.095.598
Outros	218.421	-	320.877	3.264
Total	37.880.333	17.020.336	77.077.650	26.272.447

VaR Modelo Interno – Carteira Trading

O VaR para o horizonte de 1 dia e líquido de efeitos fiscais, no final de 2016, da Carteira Trading foi de R\$ 22.748 mil, tendo o fator de risco prefixado como a maior participação no risco da Carteira.

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Prefixado	20.704	16.514
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	416	524
Cupom cambial	64	1.117
Moedas estrangeiras	224	937
Soberanos/eurobonds e treasuries	3.230	6.468
Outros	2	30
Efeito correlação/diversificação	(1.892)	(7.574)
VaR no final do ano	22.748	18.016

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
VaR médio no ano	19.910	21.450
VaR mínimo no ano	9.408	4.878
VaR máximo no ano	36.726	64.538

Obs.: VaR com horizonte de 1 dia e líquido de efeitos fiscais.

VaR Modelo Interno – Carteira Regulatória

O capital é calculado com base na Carteira Regulatória, que engloba a Carteira *Trading* a Exposição Cambial e em *Commodities* da Carteira *Banking*, através do modelo VaR Delta-Normal. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório⁽¹⁾ (mínimo de dez dias) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2016		2015	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxa de Juros	70.231	149.043	55.695	110.807
Taxa de Câmbio	12.966	27.713	48.914	70.643
Preço de Mercadoria (<i>Commodities</i>)	12	29	3.099	7.209
Efeito Correlação/Diversificação	(1.872)	(8.296)	(17.398)	(10.732)
VaR no final do ano	81.337	168.489	90.310	177.927
VaR médio no ano	70.249	179.169	100.250	179.591
VaR mínimo no ano	38.810	83.230	26.434	72.814
VaR máximo no ano	131.105	247.814	312.386	378.198

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares nºs 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e do multiplicador.

VaR Modelo Interno – Backtesting

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

Os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis, nas visões hipotético e efetivo,

⁽¹⁾ É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period*) da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% em três e duas vezes, respectivamente.

De acordo com o documento publicado pelo *Basel Committee on Banking Supervision*⁽¹⁾, o rompimento seria classificado como “Má-sorte ou os mercados se moveram de forma não prevista pelo modelo”, ou seja, a volatilidade foi, significativamente, maior do que o esperado e/ou as correlações foram diferentes daquelas assumidas pelo modelo.

Análise de Estresse – Carteira Trading

A Organização avalia, também, diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais, a possibilidade de perda média estimada em situação de estresse seria de R\$ 198.274 mil em 2016 (2015 – R\$ 190.301 mil), sendo que a perda máxima estimada em 2016 foi de R\$ 371.395 mil (2015 – R\$ 397.795 mil).

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
No final do ano	338.004	184.312
Médio do ano	198.274	190.301
Mínimo do ano	87.152	54.060
Máximo do ano	371.395	397.795

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de Sensibilidade

A Carteira *Trading*, também, é acompanhada diariamente por análises de sensibilidade, que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre nossas posições. Além disso, é realizada, trimestralmente, análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, seguindo as determinações da Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc.), foram aplicados choques de 1% de variação para preços e 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 utilizaria um cenário de R\$ 3,28, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% aplicaria um cenário de 11,55%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 utilizaria um cenário de R\$ 4,06, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% aplicaria um cenário de 14,42%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 utilizaria um cenário de R\$ 4,87, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% aplicaria um cenário de 17,30%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

⁽¹⁾ *Supervisory Framework for the use “Backtesting” in Conjunction with the Internal Models Approach to Market Risk Capital Requirements* de janeiro de 1996.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Análise de Sensibilidade – Carteira Trading

		R\$ mil					
		Carteira Trading (1)					
		Em 31 de dezembro					
		2016			2015		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(1.074)	(293.350)	(568.367)	(867)	(321.946)	(627.934)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(26)	(3.723)	(7.174)	(53)	(8.834)	(16.217)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(224)	(437)	(30)	(1.312)	(2.592)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(106)	(2.649)	(5.297)	(276)	(6.898)	(13.796)
Soberanos/ Eurobonds e Treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.464)	(11.649)	(24.751)	(530)	(7.281)	(14.747)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	(19)	(39)	-	(2)	(3)
Total sem correlação dos fatores de risco		(2.672)	(311.614)	(606.065)	(1.756)	(346.273)	(675.289)
Total com correlação dos fatores de risco		(2.058)	(295.900)	(574.058)	(1.357)	(333.171)	(649.489)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Demonstramos também a seguir, a análise de sensibilidade das Carteiras *Trading* e *Banking*.

Análise de Sensibilidade – Carteiras *Trading* e *Banking*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)					
		Em 31 de dezembro					
		2016			2015		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(8.994)	(2.466.388)	(4.786.687)	(5.027)	(1.920.630)	(3.739.629)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(9.255)	(1.224.208)	(2.264.187)	(7.930)	(1.395.457)	(2.613.957)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(455)	(49.446)	(93.726)	(581)	(81.873)	(150.673)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(867)	(21.663)	(43.327)	(5.054)	(132.492)	(264.983)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(14.817)	(370.420)	(740.841)	(12.054)	(301.354)	(602.707)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.786)	(15.940)	(32.801)	(1.260)	(51.310)	(101.025)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(1)	(28)	(55)	(454)	(11.353)	(22.706)
Total sem correlação dos fatores de risco		(36.175)	(4.148.093)	(7.961.624)	(32.360)	(3.894.469)	(7.495.680)
Total com correlação dos fatores de risco		(26.893)	(3.691.157)	(7.090.253)	(17.879)	(3.218.376)	(6.181.241)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de gerenciamento do risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, sendo que a mensuração e o controle do risco de liquidez são realizados de maneira centralizada e independente, contemplando o acompanhamento diário da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e o plano de contingência para situações de estresse.

A Organização dispõe de uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. A política e os controles estabelecidos atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.090/12 do Conselho Monetário Nacional.

Nos critérios e procedimentos aprovados, é determinada a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

Controle e acompanhamento

A gestão do risco de liquidez é realizada pelo Departamento de Tesouraria do Bradesco, com base nas posições disponibilizadas pela área de *back-office*, que tem por responsabilidade fornecer as informações necessárias para gestão e acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já o Departamento de Controle Integrado de Riscos é responsável pela metodologia de mensuração da reserva mínima de liquidez, controle dos limites estabelecidos por tipo de moeda e empresa (inclusive para as não financeiras), revisão de políticas, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para novas recomendações.

O risco de liquidez é acompanhado, diariamente, pelas áreas de negócio e de controle e nas reuniões do Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos, que acompanha as reservas de liquidez, com descasamentos de prazos e moedas. Adicionalmente, o acompanhamento também é feito pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e pelo Conselho de Administração.

Além da metodologia interna de controle e acompanhamento, a partir de outubro de 2015, a Organização passou a mensurar e reportar ao Banco Central do Brasil o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR), conforme prevê a Resolução nº 4.401/15 do Conselho Monetário Nacional e a Circular nº 3.749/15 do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR- Liquidity Coverage Ratio)**

O indicador de liquidez (LCR) visa garantir que a Organização mantenha um nível adequado de ativos líquidos para suprir a necessidade de liquidez em um eventual cenário de estresse de curto prazo. O LCR corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa, calculadas conforme cenário de estresse padronizado. A figura abaixo demonstra os principais componentes do indicador:

$$\text{LCR} = \frac{\text{HQLA}}{\text{Fluxos de Saída} - \text{Fluxos de Entrada}^*} \geq \% \text{ Requerido}$$

*Limitado a 75% dos Fluxos de Saída.

De acordo com o cronograma de implantação do LCR, o nível da razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez e o total de saídas líquidas de caixa deve atender ao cronograma abaixo especificado:

Ano	2016	2017	2018	A partir de 2019
% Requerido	70%	80%	90%	100%

A parametrização dos cenários de estresse foi realizada pelo Regulador para capturar choques idiossincráticos e de mercado para o período de trinta dias. Os itens abaixo demonstram alguns dos choques contemplados na metodologia:

- perda parcial das captações de varejo, de atacado sem colateral e da capacidade de captação de recursos no curto prazo;
- saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
- aumento das volatilidades em fatores que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições em derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito/liquidez concedidas; e
- necessidade potencial de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais, visando mitigar seu risco reputacional.

Ativos de Alta Liquidez (HQLA)

Podem ser considerados HQLA, os ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, como de estar livre de qualquer impedimento ou restrição legal; pouca ou nenhuma perda em seu valor de mercado quando convertidos em espécie; baixo risco de crédito; apreçamento fácil e certo; sejam transacionados em um mercado ativo e significativo, com pequena diferença entre o preço de compra e venda, grande volume de negociação e grande número de participantes; entre outros critérios. Tais ativos estão sujeitos a fatores de ponderação que podem reduzir o valor considerado, por exemplo, conforme a classificação de risco do seu emissor ou a variação histórica de seu preço de mercado, dentre outros requisitos.

Fluxos de Saídas e de Entradas

Os fluxos de saída são resultantes da redução dos depósitos e captações; vencimentos de emissões de títulos e valores mobiliários; obrigações contratuais previstas para os próximos trinta dias; ajustes e chamadas de margens em operações com derivativos; utilização/saque de linhas de crédito e liquidez concedidas pelo Banco; e saídas de caixa contingentes.

Já os fluxos de entrada para os próximos trinta dias correspondem à expectativa de recebimentos de empréstimos e financiamentos; de depósitos; de títulos e valores mobiliários; e de ajustes e liberação de margens em operações com derivativos.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A tabela a seguir demonstra o LCR médio do Conglomerado Prudencial⁽¹⁾:

R\$ mil			
Informações sobre o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)			
		Em 31 de dezembro	
		2016	
		Valor Médio ⁽²⁾	Valor Ponderado Médio ⁽³⁾
Número da Linha	Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		
1	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	-	146.652.484
Número da Linha	Saídas de Caixa		
2	Captações de varejo, das quais:	227.352.567	16.702.571
3	Captações estáveis	140.847.861	4.225.436
4	Captações menos estáveis	86.504.706	12.477.135
5	Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	102.652.196	49.853.686
6	Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	6.226.398	192.711
7	Depósitos não operacionais (todas as contrapartes)	95.809.211	49.044.388
8	Demais captações de atacado não colateralizadas	616.587	616.587
9	Captações de atacado colateralizadas	-	5.808.725
10	Requerimentos adicionais, dos quais:	99.952.624	15.328.909
11	Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	16.283.688	9.017.294
12	Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	33.682	6.332
13	Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	83.635.254	6.305.283
14	Outras obrigações contratuais	29.749.147	29.749.147
15	Outras obrigações contingentes	156.190.246	5.581.011
16	Total de saídas de caixa	-	123.024.048
Número da Linha	Entradas de Caixa		
17	Empréstimos colateralizados	189.610.077	937.935
18	Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	37.529.539	24.090.950
19	Outras entradas de caixa	21.079.562	17.347.511
20	Total de entradas de caixa	248.219.178	42.376.396
			Valor Total Ajustado ⁽⁴⁾
21	Total HQLA		146.652.484
22	Total de saídas líquidas de caixa		80.647.652
23	LCR (%)⁽⁵⁾		181,8%

1) Para fins de atendimento regulatório, o Conglomerado Prudencial inclui empresas financeiras e assemelhadas;

2) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa;

3) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação;

4) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites; e

5) Calculado com base na média simples dos meses que compõem o quarto trimestre de 2016 (3 observações).

O montante de ativos líquidos apresentados (HQLA) é constituído, além dos retornos de compulsórios e reservas no Banco Central do Brasil, essencialmente por títulos públicos federais. Esses ativos líquidos totalizaram R\$ 146.652.484 mil na média do ano de 2016.

Com relação às saídas de caixa no cenário de estresse regulatório (item 16), cerca de 54,0% correspondem a resgates e não renovações de captações de varejo e atacado sem colaterais (sem garantia), conforme demonstrado nos itens 2 e 5 da tabela.

Outro grupo relevante se refere ao item de “Outras obrigações contratuais” (item 14), que engloba preponderantemente os fluxos de saída das operações de repasse, de cartões de crédito e de Trade Finance.

Em relação às entradas de caixa, correspondentes à R\$ 42.376.396 mil na média do ano,

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

destacam-se os recebimentos das operações de crédito (renovação parcial), os fluxos de entradas das operações de *Trade Finance*, as disponibilidades e resgates de títulos, além dos fluxos de entrada das operações de repasse e de cartões de crédito.

Comunicação interna

No processo de gerenciamento de risco de liquidez são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Faz parte deste processo diversos instrumentos de análises, que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intra-day* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez; e
- Relatórios semanais para a Alta Administração, com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco, de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor o volume de recursos disponíveis em relação à reserva mínima de liquidez para situações de estresse, maiores níveis da Alta Administração recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2016					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Recursos de instituições financeiras	166.104.038	18.369.626	67.893.343	57.316.125	6.602.647	316.285.779
Recursos de clientes	137.186.325	9.655.017	16.460.997	87.377.222	103.507	250.783.068
Recursos de emissão de títulos	10.239.074	11.971.886	78.896.618	91.190.406	1.850.999	194.148.983
Dívidas subordinadas	439.974	2.268.618	11.958.373	24.756.298	32.110.903	71.534.166
Outros passivos financeiros ⁽¹⁾	41.547.649	9.025.726	2.516.140	3.837.647	4.663.580	61.590.742
Total do passivo	355.517.060	51.290.873	177.725.471	264.477.698	45.331.636	894.342.738

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2015					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 aos	Total
Recursos de instituições financeiras	150.331.118	20.291.509	71.326.932	65.961.025	7.919.945	315.830.529
Recursos de clientes	130.723.632	5.248.961	17.115.696	56.442.974	-	209.531.263
Recursos de emissão de títulos	5.656.769	5.745.925	44.293.275	91.813.081	1.362.297	148.871.347
Dívidas subordinadas	1.326	393	220.054	34.278.197	28.955.215	63.455.185
Outros passivos financeiros ⁽¹⁾	33.004.342	2.704.788	6.198.291	3.669.150	4.593.310	50.169.881
Total do passivo	319.717.187	33.991.576	139.154.248	252.164.427	42.830.767	787.858.205

(1) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* financeiro e planos de capitalização.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

As saídas brutas apresentadas na tabela anterior referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratuais relacionado ao passivo financeiro.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- derivativos de taxas de juros - *swaps* de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2016					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Diferencial de swap a pagar	1.426.666	183.769	546.569	8.695.486	169.285	11.021.775
Termo de moedas/outros	1.772.919	264.887	542.923	158.670	547	2.739.946
• Comprado	212.953	256.669	534.800	150.289	547	1.155.258
• Vendido	1.559.966	8.218	8.123	8.381	-	1.584.688
Prêmio de opções lançadas	150.945	28.342	40.154	43.217	-	262.658
Ajuste a pagar - futuro	19.164	-	-	-	-	19.164
Total de derivativos passivos	3.369.694	476.998	1.129.646	8.897.373	169.832	14.043.543

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2015					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Diferencial de swap a pagar	6.095.945	590.439	1.212.280	7.920.786	456.162	16.275.612
Termo de moedas/outros	2.737.511	195.041	378.029	36.575	-	3.347.156
• Comprado	18.744	14.313	13.738	708	-	47.503
• Vendido	2.718.767	180.728	364.291	35.867	-	3.299.653
Prêmio de opções lançadas	11.614	31.967	55.803	21.551	-	120.935
Ajuste a pagar - futuro	20.614	-	-	-	-	20.614
Total de derivativos passivos	8.865.684	817.447	1.646.112	7.978.912	456.162	19.764.317

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Balanco patrimonial por prazos**

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização, segregados por prazo e utilizados para a gestão de riscos de liquidez, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das demonstrações contábeis:

	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro de 2016						
	Circulante			Não circulante			Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	72.554.651	-	-	-	-	-	72.554.651
Ativos financeiros para negociação	18.475.080	6.768.610	9.759.221	134.589.655	35.837.056	7.710.224	213.139.846
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.629.209	2.127.660	4.149.003	60.251.675	31.143.446	9.817.561	113.118.554
Investimentos mantidos até o vencimento	-	-	-	12.932.440	30.069.588	-	43.002.028
Ativos financeiros cedidos em garantia	83.646.950	3.394.834	1.904.827	48.753.065	17.586.901	-	155.286.577
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	88.759.292	2.545.217	2.120.712	1.398.574	14.341	-	94.838.136
Empréstimos e adiantamentos a clientes	58.151.213	87.409.338	54.879.049	125.744.273	41.119.161	-	367.303.034
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	25.657.932	633.472	287.442	10.384.379	2.207.966	-	39.171.191
Total dos ativos financeiros	352.874.327	102.879.131	73.100.254	394.054.061	157.978.459	17.527.785	1.098.414.017
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	162.977.360	63.417.792	19.850.717	50.045.413	5.371.400	-	301.662.682
Recursos de clientes ⁽²⁾	137.252.829	15.331.311	9.457.530	70.641.804	64.455	-	232.747.929
Passivos financeiros para negociação	12.428.599	534.525	279.662	192.649	243	-	13.435.678
Recursos de emissão de títulos	7.295.059	45.280.096	40.140.968	57.237.747	1.148.068	-	151.101.938
Dívidas subordinadas	426.665	3.904.856	7.068.023	21.554.158	19.657.362	-	52.611.064
Provisões técnicas de seguros e previdência ⁽²⁾	182.739.608	3.342.339	1.306.760	28.451.293	-	-	215.840.000
Outros passivos financeiros ⁽³⁾	41.547.649	9.025.726	2.516.140	3.837.647	4.663.580	-	61.590.742
Total dos passivos financeiros	544.667.769	140.836.645	80.619.800	231.960.711	30.905.108	-	1.028.990.033

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro de 2015						
	Circulante			Não circulante			Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	72.091.764	-	-	-	-	-	72.091.764
Ativos financeiros para negociação	3.612.532	44.910.148	65.668.238	17.239.116	5.845.695	22.347.720	159.623.449
Ativos financeiros disponíveis para venda	15.492.144	14.989.348	14.699.465	37.119.401	26.071.346	9.323.746	117.695.450
Investimentos mantidos até o vencimento	1.614	310	1.080	4.692.585	35.307.971	-	40.003.560
Ativos financeiros cedidos em garantia	117.735.013	4.664.281	535.117	7.948.870	13.606.640	-	144.489.921
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	25.966.200	5.125.023	2.631.802	1.893.758	3.627	-	35.620.410
Empréstimos e adiantamentos a clientes	48.849.077	81.615.491	49.906.092	128.028.009	36.469.795	-	344.868.464
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾	21.155.622	359.485	377.601	9.690.087	1.246.693	-	32.829.488
Total dos ativos financeiros	304.903.966	151.664.086	133.819.395	206.611.826	118.551.767	31.671.466	947.222.506
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	149.715.213	65.563.266	20.681.344	51.391.187	6.552.381	-	293.903.391
Recursos de clientes ⁽²⁾	130.851.646	11.850.391	9.485.648	42.322.415	-	-	194.510.100
Passivos financeiros para negociação	18.666.928	381.846	198.067	98.888	-	-	19.345.729
Recursos de emissão de títulos	4.620.768	20.161.644	28.486.433	55.534.303	1.046.899	-	109.850.047
Dívidas subordinadas	275.151	3.078	189.632	26.809.456	23.005.619	-	50.282.936
Provisões técnicas de seguros e previdência ⁽²⁾	141.710.109	2.787.753	940.009	25.503.069	-	-	170.940.940
Outros passivos financeiros ⁽³⁾	33.004.342	6.707.561	2.195.518	3.669.150	4.593.310	-	50.169.881
Total dos passivos financeiros	478.844.157	107.455.539	62.176.651	205.328.468	35.198.209	-	889.003.024

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros e previdência, representadas por produtos "VGBl" e "PGBl", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* financeiro e planos de capitalização.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das demonstrações contábeis:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Total dos ativos financeiros	528.853.712	569.560.305	1.098.414.017
Ativos não correntes mantidos para venda	1.578.966	-	1.578.966
Investimentos em coligadas	-	7.002.778	7.002.778
Imobilizado de uso	-	8.397.116	8.397.116
Ativos intangíveis e ágio	-	15.797.526	15.797.526
Impostos a compensar	3.114.609	4.608.602	7.723.211
Impostos diferidos	-	45.116.863	45.116.863
Outros ativos	5.278.675	2.720.504	7.999.179
Total dos ativos não financeiros	9.972.250	83.643.389	93.615.639
Total do ativo	538.825.962	653.203.694	1.192.029.656
Passivo			
Total dos passivos financeiros	766.124.214	262.865.819	1.028.990.033
Outras provisões	4.293.374	13.999.035	18.292.409
Impostos correntes	2.130.286	-	2.130.286
Impostos diferidos	36.943	1.726.005	1.762.948
Outros passivos	34.917.264	457.509	35.374.773
Total dos passivos não financeiros	41.377.867	16.182.549	57.560.416
Total do patrimônio líquido	-	105.479.207	105.479.207
Total do passivo e patrimônio líquido	807.502.081	384.527.575	1.192.029.656

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Total dos ativos financeiros	477.347.690	469.874.816	947.222.506
Ativos não correntes mantidos para venda	1.247.106	-	1.247.106
Investimentos em coligadas	-	5.815.325	5.815.325
Imobilizado de uso	-	5.504.435	5.504.435
Ativos intangíveis e ágio	-	7.409.635	7.409.635
Impostos a compensar	2.497.111	4.320.316	6.817.427
Impostos diferidos	-	45.397.879	45.397.879
Outros ativos	4.896.521	2.392.688	7.289.209
Total dos ativos não financeiros	8.640.738	70.840.278	79.481.016
Total do ativo	485.988.428	540.715.094	1.026.703.522
Passivo			
Total dos passivos financeiros	648.476.347	240.526.677	889.003.024
Outras provisões	1.199.443	14.164.874	15.364.317
Impostos correntes	2.781.104	-	2.781.104
Impostos diferidos	-	772.138	772.138
Outros passivos	27.197.846	670.331	27.868.177
Total dos passivos não financeiros	31.178.393	15.607.343	46.785.736
Total do patrimônio líquido	-	90.914.762	90.914.762
Total do passivo e patrimônio líquido	679.654.740	347.048.782	1.026.703.522

3.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Organização aplica a IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1**

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- **Nível 2**

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- **Nível 3**

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	157.346.640	3.756.680	79	161.103.399
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	3.740.235	6.356.302	287.145	10.383.682
Títulos emitidos por instituições financeiras	470.676	18.129.451	-	18.600.127
Aplicações em quotas de fundos	4.295.403	8.378	-	4.303.781
Títulos públicos de governos estrangeiros	635.390	-	-	635.390
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.358.025	-	-	1.358.025
Títulos para negociação	167.846.369	28.250.811	287.224	196.384.404
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	26.632	16.728.802	8	16.755.442
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(13.427.053)	(8.625)	(13.435.678)
Derivativos	26.632	3.301.749	(8.617)	3.319.764
Títulos públicos brasileiros	59.149.326	-	48.702	59.198.028
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.470.652	38.431.230	1.240.826	42.142.708
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.063.157	495.886	-	1.559.043
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	401.214	-	-	401.214
Ações de companhias abertas e outras ações	3.387.158	2.706.578	3.723.825	9.817.561
Títulos disponíveis para venda	66.471.507	41.633.694	5.013.353	113.118.554
Títulos públicos brasileiros	61.812.995	-	-	61.812.995
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.899.878	-	-	3.899.878
Títulos emitidos por instituições financeiras	4.742.273	-	-	4.742.273
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	102.841	-	-	102.841
Ativos financeiros cedidos em garantia	70.557.987	-	-	70.557.987
Total	304.902.495	73.186.254	5.291.960	383.380.709

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	91.024.831	2.808.135	150	93.833.116
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	2.726	7.462.571	209.060	7.674.357
Títulos emitidos por instituições financeiras	602.526	14.720.225	-	15.322.751
Aplicações em quotas de fundos	21.711.385	-	-	21.711.385
Títulos públicos de governos estrangeiros	784.507	-	-	784.507
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.426.416	-	-	1.426.416
Títulos para negociação	115.552.391	24.990.931	209.210	140.752.532
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	77.357	18.793.525	35	18.870.917
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	-	(19.325.312)	(20.417)	(19.345.729)
Derivativos	77.357	(531.787)	(20.382)	(474.812)
Títulos públicos brasileiros	66.150.482	-	65.370	66.215.852
Títulos emitidos por empresas não financeiras	4.460.456	29.657.956	1.643.401	35.761.813
Títulos emitidos por instituições financeiras	3.449.165	1.193.879	-	4.643.044
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	4.791	-	-	4.791
Títulos públicos de governos estrangeiros	1.746.204	-	-	1.746.204
Ações de companhias abertas e outras ações	2.293.172	2.654.155	4.376.419	9.323.746
Títulos disponíveis para venda	78.104.270	33.505.990	6.085.190	117.695.450
Títulos públicos brasileiros	29.158.113	-	-	29.158.113
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.488.929	-	-	2.488.929
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.817.967	-	-	1.817.967
Ativos financeiros cedidos em garantia	33.465.009	-	-	33.465.009
Total	227.199.027	57.965.134	6.274.018	291.438.179

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na BM&FBovespa e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação. Os derivativos Nível 3 incluem derivativos de crédito (CDS ou *Credit*

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Default Swaps) referenciados em títulos de dívida privados.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2016 e 2015:

	R\$ mil			
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Derivativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.075.941	40.903.977	-	48.979.918
Incluído no resultado e outros resultados abrangentes	451.287	2.494.337	-	2.945.624
Entradas	1.101.585	7.469.980	(20.382)	8.551.183
Baixas	(2.387.864)	(5.340.777)	-	(7.728.641)
Transferência entre níveis	(7.031.739)	(27.023.324)	-	(34.055.063)
Transferência para mantidos até o vencimento	-	(12.419.003)	-	(12.419.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	209.210	6.085.190	(20.382)	6.274.018
Incluído no resultado e outros resultados abrangentes	13.155	(1.174.225)	-	(1.161.070)
Entradas	3.833	2.178.445	11.793	2.194.071
Baixas	(7.633)	(445.173)	(28)	(452.834)
Transferência entre categorias	274.001	(274.001)	-	-
Transferência entre níveis	(205.341)	(1.356.884)	-	(1.562.225)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	287.224	5.013.353	(8.617)	5.291.960

Em 2016, houve transferência de títulos do Nível 3 para outros níveis de classificação, principalmente, para o Nível 2, no valor de R\$ 1.562.225 mil (2015 – R\$ 34.055.063 mil). A transferência refere-se, basicamente, a títulos emitidos por empresas não financeiras, cujo valor justo nos exercícios anteriores, era calculado com base em modelos internos de precificação, principalmente, *rating* interno de cliente, passaram a ser calculados com base em dados observáveis de mercado (curva de crédito da Anbima). Em 2015, foram transferidos R\$ 12.419.003 mil de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da categoria de disponível para venda para a categoria de mantidos até o vencimento, em decorrência da mudança da intenção da Administração.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3 durante os anos de 2016, 2015 e 2014:

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros cedidos em garantia	Total
Receita de juros e similares	16.518	207.164	-	223.682
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(3.363)	(1.381.389)	-	(1.384.752)
Total	13.155	(1.174.225)	-	(1.161.070)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros cedidos em garantia	Total
Receita de juros e similares	440.791	1.399.443	-	1.840.234
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	10.496	1.094.894	-	1.105.390
Total	451.287	2.494.337	-	2.945.624

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros cedidos em garantia	Total
Receita de juros e similares	1.169.354	3.719.015	244.964	5.133.333
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	13.365	(541.231)	81.980	(445.886)
Total	1.182.719	3.177.784	326.944	4.687.447

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos, classificados no Nível 3, que não foram liquidados durante os anos de 2016, 2015 e 2014:

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016		
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros cedidos em garantia	Total
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	(3.363)	-	(3.363)
Total	(3.363)	-	(3.363)

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015		
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros cedidos em garantia	Total
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	9.420	-	9.420
Total	9.420	-	9.420

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014		
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros cedidos em garantia	Total
Ganhos/(perdas) líquidos da variação no valor justo	(32.104)	79.710	47.606
Total	(32.104)	79.710	47.606

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3**

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2016					
	Impacto no resultado ⁽¹⁾			Impacto no patrimônio ⁽¹⁾		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	(1)	(271)	(476)	(26)	(6.205)	(11.088)
Índices de Preços	-	-	-	(8)	(1.047)	(1.953)
Renda Variável	-	-	-	(19.481)	(487.018)	(974.037)

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2015					
	Impacto no resultado ⁽¹⁾			Impacto no patrimônio ⁽¹⁾		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	-	(1)	(3)	(16)	(4.228)	(7.399)
Índices de Preços	(69)	(10.986)	(20.489)	(350)	(58.074)	(107.165)
Renda Variável	-	-	-	(24.141)	(603.532)	(1.207.063)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc.), foram aplicados choques de 1% de variação para preços e 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 utilizaria um cenário de R\$ 3,28, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% aplicaria um cenário de 11,55%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 utilizaria um cenário de R\$ 4,06, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% aplicaria um cenário de 14,42%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 utilizaria um cenário de R\$ 4,87, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% aplicaria um cenário de 17,30%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo**

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2016				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros					
Ativos financeiros cedidos em garantia					
• aplicações interfinanceiras de liquidez	-	84.728.590	-	84.728.590	84.728.590
Mantidos até o vencimento	32.875.426	11.379.323	-	44.254.749	43.002.028
Empréstimos e adiantamentos					
• a instituições financeiras ⁽¹⁾	-	94.838.136	-	94.838.136	94.838.136
• a clientes ⁽¹⁾	-	-	362.156.027	362.156.027	367.303.034
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	301.497.406	301.497.406	301.662.682
Recursos de clientes	-	-	232.224.796	232.224.796	232.747.929
Recursos de emissão de títulos	-	-	151.622.981	151.622.981	151.101.938
Dívidas subordinadas	-	-	53.436.792	53.436.792	52.611.064

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2015				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros					
Ativos financeiros cedidos em garantia					
• aplicações interfinanceiras de liquidez	-	111.024.912	-	111.024.912	111.024.912
Mantidos até o vencimento	27.387.974	-	11.226.056	38.614.030	40.003.560
Empréstimos e adiantamentos					
• a instituições financeiras ⁽¹⁾	-	35.620.410	-	35.620.410	35.620.410
• a clientes ⁽¹⁾	-	-	340.574.061	340.574.061	344.868.464
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	293.242.911	293.242.911	293.903.391
Recursos de clientes	-	-	193.919.119	193.919.119	194.510.100
Recursos de emissão de títulos	-	-	110.005.449	110.005.449	109.850.047
Dívidas subordinadas	-	-	49.752.718	49.752.718	50.282.936

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:

Empréstimos e adiantamentos

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 2(f). Veja Nota 22 para detalhes do custo amortizado e do valor justo dos títulos mantidos até o vencimento.

Recursos de instituições financeiras e de clientes

O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos

Os valores contábeis de recursos de emissão de títulos equivalem, aproximadamente, aos valores justos desses instrumentos.

Dívidas subordinadas

Os valores justos de dívidas subordinadas foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

3.5. Gerenciamento de capital**Processo corporativo de gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance de objetivos estratégicos da Organização para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades. Nele é elaborado o plano de capital, identificando as ações de contingência a serem consideradas em cenários de estresse.

Alinhado às diretrizes estratégicas, a Organização exerce a gestão de capital, envolvendo as áreas de controle e negócios, conforme diretrizes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

A estrutura de governança do gerenciamento de capital e do processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) é composta por Comitês e tem como órgão máximo o Conselho de Administração. Destaca-se o Departamento de Planejamento, Orçamento e Controle, cuja missão é promover a gestão eficiente e eficaz dos negócios, por meio do planejamento e gestão estratégica, subsidiando a Alta Administração com análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem com o planejamento da suficiência, otimização dos níveis de capital, sendo responsável por atender às determinações do Banco Central do Brasil pertinentes às atividades de gerenciamento de capital.

Adequação do Patrimônio de Referência (PR)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Este processo é acompanhado diariamente e visa assegurar que a Organização mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos incorridos, seja em situações normais ou em condições extremas de mercado, além de atender os requerimentos regulatórios.

Sob a ótica do Banco Central do Brasil, as instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) e adicional de capital principal compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), que é calculado considerando, no mínimo, as parcelas de Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

Além disso, a Organização deve manter, também, PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação (risco da taxa de juros da carteira *Banking*), o qual é calculado por meio da metodologia de EVE (*Economic Value Equity*).

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR) e Índices de Capital

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações relativas ao PR da Organização, sob a ótica do Conglomerado Prudencial:

Base de cálculo - Índice de Basileia ⁽¹⁾	R\$ mil	
	Basileia III	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
	Prudencial	
Patrimônio de referência nível I	78.762.886	77.506.951
Capital principal	73.747.016	77.506.951
Patrimônio líquido	100.442.413	88.906.644
Minoritário/Outros	60.615	-
Ajustes prudenciais ^{(1) (2)}	(26.756.012)	(11.399.693)
Capital complementar ⁽³⁾	5.015.870	-
Patrimônio de referência nível II	22.363.950	25.318.399
Dívida subordinada	22.363.950	25.318.399
Patrimônio de referência (a)	101.126.836	102.825.350
- Risco de crédito	589.977.243	556.440.558
- Risco de mercado	15.767.767	18.670.132
- Risco operacional	50.443.507	37.106.557
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b)	656.188.517	612.217.247
Risco de Taxa de Juros da Carteira Banking	4.142.339	3.701.899
Margem ⁽⁴⁾	28.084.702	35.481.453
Índice de Basileia (a/b)	15,4%	16,8%
Capital nível I	12,0%	12,7%
- Capital principal	11,2%	12,7%
- Capital complementar	0,8%	-
Capital nível II	3,4%	4,1%

(1) A partir de janeiro de 2016, o fator aplicado sobre os ajustes prudenciais passou de 40% para 60%, conforme cronograma de aplicação das deduções dos ajustes prudenciais, definido no Art.11 da Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional;

(2) Em 2016, inclui os efeitos dos ágios gerados na aquisição do HSBC Brasil;

(3) Em novembro de 2016, o Banco Central do Brasil autorizou a utilização de Letras Financeiras para compor o Capital Complementar – Nível I; e

(4) Margem Real = Menor (PR – PRE – Rban; PR Nível I – PRE Nível I – Rban; PR Principal – PRE Principal – Rban) – Capital de Conservação.

Detalhamento do Montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Apresentamos a seguir a evolução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) do Conglomerado Prudencial:

RWA	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
	Prudencial	
Risco de crédito	589.977.243	556.440.558
Fator de Ponderação de Risco de 0%	-	-
Fator de Ponderação de Risco de 2%	271.970	328.283
Fator de Ponderação de Risco de 20%	10.725.736	4.518.512
Fator de Ponderação de Risco de 35%	9.114.590	6.008.247
Fator de Ponderação de Risco de 50%	32.434.787	10.078.977
Fator de Ponderação de Risco de 75%	117.017.519	119.281.405
Fator de Ponderação de Risco de 85%	144.006.730	132.933.131
Fator de Ponderação de Risco de 100%	239.369.280	243.218.248
Fator de Ponderação de Risco de 250%	27.655.131	29.065.106
Fator de Ponderação de Risco de 300%	6.825.567	10.715.057
Fator de Ponderação de Risco até 1.250%	2.555.933	293.592
Risco de mercado ⁽¹⁾	15.767.767	18.670.132
Taxa de Juros Prefixada em Real	10.537.134	10.701.612
Taxa de Juros de <i>Cupom</i> de moeda estrangeira	7.028.051	3.479.394
Taxa de Juros de <i>Cupom</i> de índice de preços	342.400	355.282
Taxa de <i>Cupom</i> de Juros	13.499	-
Preço de Ações	67.392	876
Preço de Mercadorias (<i>Commodities</i>)	32.466	559.358
Exposição em Ouro, Moedas Estrangeiras e Câmbio	4.194.380	7.850.246
Risco operacional	50.443.507	37.106.557
Finanças corporativas	1.380.459	1.058.528
Negociação e vendas	2.866.659	3.452.346
Varejo	8.349.268	6.627.621
Comercial	20.699.277	14.447.459
Pagamentos e liquidações	10.143.694	7.806.207
Serviços de agente financeiro	3.465.556	2.365.768
Administração de ativos	3.392.327	1.250.498
Corretagem de varejo	146.266	98.130
Montante RWA	656.188.517	612.217.247
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	64.798.616	67.343.897
Risco de taxa de juros da Carteira Banking	4.142.339	3.701.899

(1) Para fins de apuração da parcela de Risco de Mercado, a necessidade de capital será o maior entre o modelo interno e 80% do modelo padrão, conforme Circular nº 3.646/13 do Banco Central do Brasil.

Suficiência de Capital

O gerenciamento do capital está alinhado ao planejamento estratégico e considera uma visão prospectiva, antecipando possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e comercial em que atuamos.

O gerenciamento de capital da Organização visa assegurar permanentemente uma composição sólida de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e garantir a adequada cobertura dos riscos incorridos. A Organização mantém uma margem de capital gerencial (buffer), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A definição do buffer gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, tais como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

A Organização considera confortável, para médio e longo prazo, manter uma margem de Capital Nível I de pelo menos 25%, em relação ao capital mínimo regulatório, observando-se o cronograma estabelecido pelo Banco Central do Brasil para a adoção plena das diretrizes de Basileia III.

A suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada mediante a apuração do Índice de Basileia, que neste período foi de 15,4%, sendo que para os índices considerando o Capital Nível I e Capital Principal os valores foram de 12,0% e 11,2%, respectivamente. Em termos de margem, o montante atingido foi de R\$ 28.084.702 mil, o que possibilita um incremento de até R\$ 356.631.140 mil em operações de crédito (varejo).

Desde janeiro de 2015, de acordo com a Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional, que trata da metodologia para apuração dos índices de Capital Principal, Nível I e Patrimônio de Referência, o escopo regulamentar passou a ser o Conglomerado Prudencial. A partir de janeiro de 2016, os ajustes prudenciais subiram de 40% para 60% e o uso das dívidas subordinadas elegíveis a capital, emitidas nas regras anteriores à Basileia III, caiu de 70% para 60% do estoque dessas dívidas.

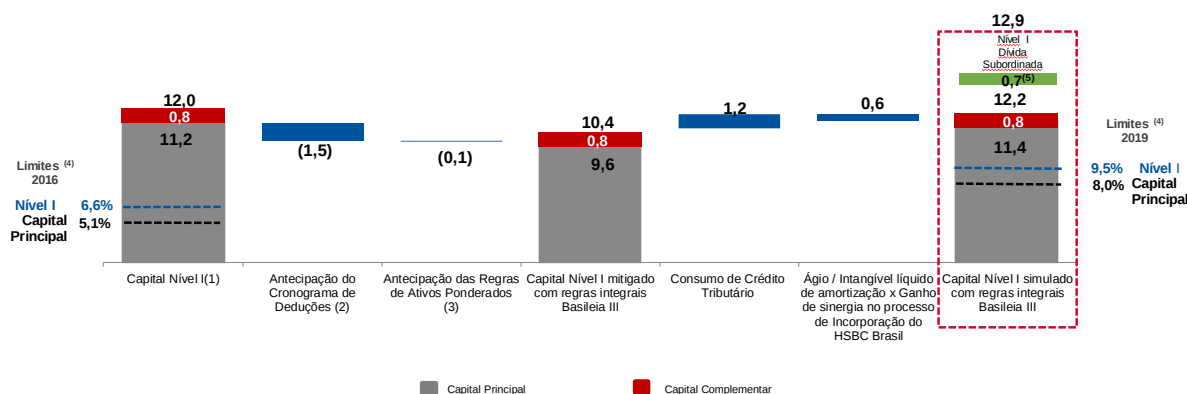
Projeções do Capital

A área de gerenciamento de capital (ICAAP) é responsável por realizar simulações e projeções do capital da Organização, considerando as diretrizes estratégicas, os impactos decorrentes de variações e tendências do ambiente econômico e de negócios e alterações regulamentares. Os resultados obtidos nas projeções são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida.

As projeções apresentam níveis adequados dos índices dos Capitais de Nível I e Principal, considerando a incorporação dos lucros líquidos e o aumento nos ajustes prudenciais, dado pela majoração dos fatores, estabelecidos no art. 11 da Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional, para os próximos períodos.

Simulação - Basileia III

A partir das regras de Basileia III, publicadas pelo Banco Central do Brasil em março e outubro de 2013, as quais estão relacionadas à definição de capital e ampliação de escopo de riscos e que estão sendo implementadas gradualmente até 2019, apresentamos a simulação baseada em premissas estratégicas para o Conglomerado Prudencial, considerando o atendimento pleno das regras na data-base de dezembro de 2016, ou seja, antecipando todos os impactos previstos ao longo do cronograma de implantação, conforme a Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

- (1) Publicado (Cronograma 60%);
- (2) Efeito do impacto integral. Inclui, inclusive, o estoque do Ágio / Intangível pago pela compra do HSBC Brasil, líquido de amortizações e a realocação de recursos, via pagamento de dividendos do Grupo Segurador;
- (3) Considera a antecipação do multiplicador de parcelas de riscos de mercado e operacional, de 9,875% para 8% em 2019, e a mudança da regra para a consolidação de empresas proporcionais, conforme Resolução nº 4.517/16 do Conselho Monetário Nacional;
- (4) Refere-se aos mínimos requeridos, conforme as circulares do Banco Central do Brasil nº 3.768/15 e 3.769/15. Cabe destacar que, o Banco Central do Brasil fixou em 0% a parcela de capital contracíclico requerido, podendo chegar em até 2,5% em 2019, e inclui 1% para parcela de importância sistêmica em 2019; e
- (5) Considera a possibilidade da Administração de emitir capital complementar até 2018, havendo condições de mercado.

3.6. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa, que contraria as expectativas da Organização no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Organização.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições, o cálculo de capital regulatório para esses negócios e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros, visando primar pelo balanceamento da carteira, e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incerteza na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Organização deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Organização realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM - *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Organização com seus participantes e segurados.

Gerenciamento de riscos por produto

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade, e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos em geral é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (incêndio, explosão e interrupção do negócio), perigos naturais (terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Organização monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que preveem o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade, e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como: níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas, que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

- A Organização monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica;
- A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como boletins estatísticos e desempenho por ramo, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida;
- Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência da Organização. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever; e
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Principais riscos associados ao seguro saúde

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas das suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Gerenciamento dos riscos associados ao seguro saúde**

- A Organização monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência de Atuária e Estatística;
- A Superintendência de Atuária e Estatística desenvolveu mecanismos, tais como, boletins estatísticos de sinistralidade e desempenho por ramo, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência da Organização. A Administração, também, estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas, para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever; e
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Resultados da Análise de Sensibilidade Danos, Vida, Saúde e Seguros de Vida com Cobertura de Sobrevivência e Previdência e Seguro de Vida Individual

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado e no patrimônio líquido, após os impostos e contribuições, de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

O teste de sensibilidade para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual foi efetuado considerando as mesmas bases do teste do LAT com variação nas premissas listadas abaixo:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Taxa de juros	Longevidade	Conversão em renda
Percentuais de alterações nas premissas	Variação de -5%	+0,002%	+ 5 pontos percentuais
Planos Tradicionais (fases de contribuição)	(135.954)	(30.376)	(32.535)
PGBL/VGBL (fase de contribuição)	(10.266)	(1.304)	(15.788)
Todos os planos (fases de concessão)	(487)	(104)	-
Total	(146.707)	(31.784)	(48.323)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Para os seguros de danos e de pessoas, exceto vida individual, a tabela abaixo apresenta aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo.

	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
Auto	(21.205)	(21.917)	(21.205)	(21.917)
Ramos Elementares	(10.809)	(8.359)	(9.333)	(6.410)
Vida	(28.358)	(21.798)	(28.277)	(21.708)
Saúde	(89.907)	(80.163)	(89.907)	(80.163)

Limitações da Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante, enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se, também, ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Organização poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Concentração de riscos

Potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas, por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por regiões e ramos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco, no âmbito do negócio por ramo (exceto saúde), baseada no valor de prêmios líquidos de resseguro:

Prêmio emitido líquido por ramo, líquido de resseguros	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Auto	3.924.444	3.920.821
Ramos elementares	1.593.662	1.557.301
Planos Tradicionais	1.499.401	1.498.935
Seguros de vida	6.354.034	5.280.448
VGBL	28.377.786	24.689.594
PGBL	2.386.631	2.296.243

Risco de crédito de seguro

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer em perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP, que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual com sede no exterior devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores, que integram os seus contratos, competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerando o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Organização busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais, em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Organização, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Exposições ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração, uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

4) Uso de estimativas e julgamentos

A Organização adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício e incluem os ativos e passivos oriundos do HSBC Brasil. Todas as estimativas e premissas necessárias, de acordo com o IFRS, são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas, que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, estão divulgadas a seguir. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações contábeis consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mantidos para negociação, incluindo derivativos e ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensurações do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão da estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, veja Nota 3.4.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

Periodicamente, é avaliada a existência de redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda, quando existe uma desvalorização permanente ou de valor significativo no seu valor justo (veja Nota 2(f)(viii)(b)). A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, avalia-se entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos, quando tais variações envolverem ações.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas por meio de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinadas premissas ou julgamento no estabelecimento das estimativas do valor justo.

Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

Ao final de cada período, a Organização revisa sua carteira de empréstimos e adiantamentos, avaliando a estimativa de perda por redução ao valor recuperável de suas operações.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e adiantamentos exige, por sua natureza, julgamentos e premissas com relação à carteira de empréstimos e adiantamentos,

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

tanto em bases individuais quanto em base de carteiras específicas de produtos. Ao analisar a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, dependendo da metodologia utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e o período histórico considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais, que podem afetar a determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos, incluem:

- condições econômicas gerais e condições no setor relevante;
- experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, incluindo experiência recente de prejuízos;
- tendências de qualidade de crédito;
- valores de garantias de uma operação de crédito;
- volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e adiantamentos;
- política monetária do governo brasileiro; e
- quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e adiantamentos ou confirmação da deterioração de crédito existente.

A Organização utiliza modelos para analisar as carteiras de empréstimos e adiantamentos e determinar a provisão necessária para perdas por redução ao valor recuperável. São aplicados fatores estatísticos de perdas e outros indicadores de risco para grupos de empréstimos e adiantamentos com características de risco semelhantes, visando atingir uma estimativa das perdas incorridas na carteira. Embora os modelos sejam frequentemente acompanhados e revisados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamentos sobre as informações utilizadas e/ou previsões. A volatilidade da economia é um dos fatores que pode levar a uma maior incerteza em nossos modelos do que se esperaria em ambientes macroeconômicos mais estáveis. Consequentemente, nossa provisão para perdas com empréstimos e adiantamentos pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

Para fins de análise de sensibilidade, realizamos uma simulação para avaliar o impacto de um aumento da probabilidade de *default* (PD) sobre o montante de provisão. Nesta simulação, um aumento de 10% na PD de 31 de dezembro de 2016, poderia elevar o montante de provisão em R\$ 499.214 mil. Essa análise de sensibilidade é hipotética e tem o único objetivo de ilustrar o impacto que a expectativa de inadimplência tem na determinação da provisão para perda por redução ao valor recuperável.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas por redução ao valor recuperável exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

Redução ao valor recuperável do ágio

A Organização deve analisar, pelo menos anualmente, se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. A realização de

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

ativos fiscais diferidos está sujeita a mudanças nas taxas de juros futuras e desenvolvimentos de nossas estratégias. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também pode resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota 17.

Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros (reservas) são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em uma determinada data no futuro, a favor de nossos segurados, veja a Nota 2(o). São utilizadas expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxa de juros. Essas hipóteses se baseiam em nossa experiência e são periodicamente revisadas com relação aos padrões do setor visando assegurar a credibilidade atuarial.

Provisões contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. As contingências classificadas como perdas "Prováveis" são registradas na rubrica "Outras Provisões".

5) Segmentos operacionais

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, previdência complementar e capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações, incluindo financeiras, de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo artigo 3º da Resolução nº 2.723/00 do Conselho Monetário Nacional e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras, e não financeiras, mensuradas em diferentes bases. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram preparadas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pelo artigo 3º da Resolução nº 2.723/00 do Conselho Monetário Nacional e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais, que correspondem as informações consolidadas, foram preparadas segundo o IFRS, emitidas pelo IASB.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de previdência complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As informações por segmentos operacionais, revisadas pela Organização e correspondentes aos exercícios findos em 2016, 2015 e 2014, respectivamente, são as seguintes:

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações ⁽¹⁾ , ajustes e eliminações	Total
Resultado líquido de juros	49.156.109	5.374.229	2.132.651	56.662.989
Resultado líquido de serviços e comissões	20.696.785	651.482	(1.007.216)	20.341.051
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	14.918.934	1.250.639	233.197	16.402.770
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.417.647)	805.051	(728.804)	(1.341.400)
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	150.757	-	-	150.757
Resultado de seguros e previdência	-	4.155.763	-	4.155.763
Receitas/(despesas) operacionais	13.652.044	6.211.453	(495.607)	19.367.890
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(18.829.460)	-	3.479.182	(15.350.278)
Despesas de pessoal	(15.733.611)	(1.387.935)	117.763	(17.003.783)
Outras despesas administrativas	(14.979.689)	(1.331.349)	161.475	(16.149.563)
Depreciação e amortização	(3.786.599)	(365.656)	493.842	(3.658.413)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(14.421.152)	243.631	173.359	(14.004.162)
Despesas operacionais	(67.750.511)	(2.841.309)	4.425.621	(66.166.199)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	15.754.427	9.395.855	5.055.449	30.205.731
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	1.538.058	168.691	(7.024)	1.699.725
Resultado antes da tributação sobre o lucro	17.292.485	9.564.546	5.048.425	31.905.456
Imposto de renda e contribuição social	(7.995.420)	(3.915.822)	(2.001.488)	(13.912.730)
Lucro líquido do exercício	9.297.065	5.648.724	3.046.937	17.992.726
Atribuível aos acionistas controladores	9.293.766	5.550.662	3.049.821	17.894.249
Atribuível aos acionistas não controladores	3.299	98.062	(2.884)	98.477
Total do ativo	921.916.290	266.642.197	3.471.169	1.192.029.656
Investimentos em coligadas e joint ventures	5.512.372	1.416.617	73.789	7.002.778
Total do passivo	821.182.152	266.143.979	(775.682)	1.086.550.449

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações ⁽¹⁾ , ajustes e eliminações	Total
Resultado líquido de juros	46.934.849	5.973.694	2.727.499	55.636.042
Resultado líquido de serviços e comissões	19.195.003	1.497.890	(2.872.223)	17.820.670
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	(7.199.397)	(627.343)	(425.315)	(8.252.055)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(370.947)	(353.679)	52.816	(671.810)
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	(3.523.095)	-	-	(3.523.095)
Resultado de seguros e previdência	-	5.496.147	1.358	5.497.505
Receitas/(despesas) operacionais	(11.093.439)	4.515.125	(371.141)	(6.949.455)
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(16.479.985)	-	1.758.833	(14.721.152)
Despesas de pessoal	(13.103.515)	(1.217.211)	262.679	(14.058.047)
Outras despesas administrativas	(13.076.913)	(1.137.706)	492.649	(13.721.970)
Depreciação e amortização	(2.752.946)	(321.462)	132.405	(2.942.003)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(11.726.387)	(963.525)	(298.641)	(12.988.553)
Despesas operacionais	(57.139.746)	(3.639.904)	2.347.925	(58.431.725)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	(2.103.333)	8.346.805	1.832.060	8.075.532
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	1.358.047	166.865	3.139	1.528.051
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(745.286)	8.513.670	1.835.199	9.603.583
Imposto de renda e contribuição social	12.621.169	(3.192.918)	(793.929)	8.634.322
Lucro líquido do exercício	11.875.883	5.320.752	1.041.270	18.237.905
Atribuível aos acionistas controladores	11.874.609	5.215.765	1.042.532	18.132.906
Atribuível aos acionistas não controladores	1.274	104.987	(1.262)	104.999
Total do ativo	894.579.942	209.789.872	(77.666.292)	1.026.703.522
Investimentos em coligadas e joint ventures	4.479.642	1.255.326	80.357	5.815.325
Total do passivo	804.576.173	188.809.573	(57.596.986)	935.788.760

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil			
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
	Setor bancário	Seguros, previdência e capitalização	Outras operações ⁽¹⁾ , ajustes e eliminações	Total
Resultado líquido de juros	43.034.717	4.556.146	2.454.904	50.045.767
Resultado líquido de serviços e comissões	17.570.839	1.557.352	(2.388.935)	16.739.256
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação	(1.833.589)	(255.485)	156.071	(1.933.003)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	(296.545)	(728.720)	33.371	(991.894)
Ganhos/(perdas) líquidos em moeda estrangeira	(1.244.680)	-	-	(1.244.680)
Resultado de seguros e previdência	-	5.410.749	1.096	5.411.845
Receitas/(despesas) operacionais	(3.374.814)	4.426.544	190.538	1.242.268
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(10.432.347)	-	140.961	(10.291.386)
Despesas de pessoal	(12.460.644)	(1.197.272)	(9.723)	(13.667.639)
Outras despesas administrativas	(12.578.064)	(1.118.542)	725.085	(12.971.521)
Depreciação e amortização	(2.749.282)	(244.442)	61.037	(2.932.687)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(8.914.747)	(850.149)	(458.187)	(10.223.083)
Despesas operacionais	(47.135.084)	(3.410.405)	459.173	(50.086.316)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas	10.095.658	7.129.637	715.680	17.940.975
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	1.220.810	169.431	(425)	1.389.816
Resultado antes da tributação sobre o lucro	11.316.468	7.299.068	715.255	19.330.791
Imposto de renda e contribuição social	(771.896)	(2.843.493)	(298.924)	(3.914.313)
Lucro líquido do exercício	10.544.572	4.455.575	416.331	15.416.478
Atribuível aos acionistas controladores	10.532.724	4.354.752	427.467	15.314.943
Atribuível aos acionistas não controladores	11.848	100.823	(11.136)	101.535
Total do ativo	872.867.916	181.949.261	(124.366.161)	930.451.016
Investimentos em coligadas e joint ventures	2.735.360	1.176.844	71.576	3.983.780
Total do passivo	790.229.118	161.403.921	(103.473.828)	848.159.211

- (1) Outras operações correspondem a menos de 1% do total de ativo/passivo e do lucro líquido do exercício. Os principais ajustes entre a coluna de segmento e a coluna de total estão relacionadas a diferença entre IFRS e as informações entre os segmentos reportados tais como: perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos e taxa efetiva de juros.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, em 31 de dezembro de 2016, possuíamos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Argentina S.A. (Buenos Aires), Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco North America LLC (Nova Iorque), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bram US LLC (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Bradesco Services Co., Ltd. (Tóquio), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong) e Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México).

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização no período de 2016 e 2015.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****6) Resultado líquido de juros**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.689.348	8.349.194	8.709.828
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
- Operações de crédito	69.530.396	62.472.012	54.584.854
- Operações de arrendamento mercantil	343.626	444.502	555.551
Ativos financeiros:			
- Para negociação	23.576.526	13.982.927	9.357.339
- Disponíveis para venda	11.572.618	11.629.493	9.537.105
- Mantidos até o vencimento	6.514.933	5.253.616	2.870.674
Cedidos em garantia	21.739.202	20.270.191	13.953.796
Depósitos compulsórios no Banco Central	5.667.516	4.587.412	4.277.351
Outras receitas financeiras de juros	66.210	58.905	46.598
Total	147.700.375	127.048.252	103.893.096
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras:			
- Depósitos interfinanceiros	(127.617)	(74.814)	(86.232)
- Captação no mercado aberto	(26.767.039)	(23.509.785)	(19.161.452)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(3.865.411)	(3.092.184)	(1.821.103)
Recursos de clientes:			
- Poupança	(6.712.509)	(6.450.258)	(5.440.263)
- A prazo	(8.746.203)	(5.942.386)	(6.441.317)
Recursos de emissão de títulos	(17.124.502)	(11.570.606)	(6.689.844)
Dívidas subordinadas	(6.298.555)	(4.669.830)	(3.787.060)
Provisões técnicas de seguros e previdência	(21.395.550)	(16.102.347)	(10.420.058)
Total	(91.037.386)	(71.412.210)	(53.847.329)
Resultado líquido de juros	56.662.989	55.636.042	50.045.767

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****7) Resultado líquido de serviços e comissões**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Receitas de serviços e comissões			
Cartões de crédito	6.251.963	5.875.029	5.479.230
Contas correntes	6.030.640	4.941.947	4.015.897
Cobrança	1.777.515	1.573.818	1.565.709
Garantias prestadas	1.438.409	1.265.356	1.013.082
Administração de consórcios	1.278.753	1.040.109	880.373
Administração de fundos	1.079.653	1.054.424	1.168.787
Underwriting	733.530	540.879	636.407
Serviços de custódia e corretagem	618.750	556.701	520.290
Arrecadações	373.639	382.427	371.874
Outras	758.235	626.183	1.108.331
Total	20.341.087	17.856.873	16.759.980
Despesas de serviços e comissões			
Serviços do sistema financeiro	(36)	(36.203)	(20.724)
Total	(36)	(36.203)	(20.724)
Resultado líquido de serviços e comissões	20.341.051	17.820.670	16.739.256

8) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros para negociação

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Instrumentos financeiros derivativos	10.887.800	(4.267.748)	(1.503.052)
Títulos de renda variável	860.011	1.190.432	1.398.227
Títulos de renda fixa	4.654.959	(5.174.739)	(1.828.178)
Total	16.402.770	(8.252.055)	(1.933.003)

9) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Títulos de renda variável ⁽¹⁾	459.223	(577.401)	(929.353)
Títulos de renda fixa ⁽¹⁾	(1.918.595)	(346.032)	(358.321)
Dividendos recebidos	117.972	251.623	295.780
Total	(1.341.400)	(671.810)	(991.894)

(1) Inclui perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 2.106.107 mil (2015 – 424.522 mil e 2014 - R\$ 1.214.770 mil).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****10) Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira**

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consiste, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

11) Resultado de seguros e previdência

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Prêmios emitidos	62.470.571	55.920.681	47.745.885
Contribuições de previdência complementar	3.679.922	3.795.219	3.724.762
Prêmios de cosseguros cedidos	(70.862)	(88.612)	(135.728)
Prêmios restituídos	(746.244)	(522.309)	(525.895)
Prêmios emitidos líquidos	65.333.387	59.104.979	50.809.024
Prêmios de resseguros	(306.265)	(344.199)	(354.041)
Prêmios retidos de seguros e planos de previdência	65.027.122	58.760.780	50.454.983
Variação da provisão técnica de seguros	(29.729.884)	(25.528.076)	(21.801.154)
Variação da provisão técnica de previdência	(3.052.034)	(2.757.963)	(2.207.020)
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	(32.781.918)	(28.286.039)	(24.008.174)
Indenizações avisadas	(24.877.804)	(21.658.594)	(18.318.200)
Despesas com sinistros	(119.201)	(69.599)	(194.870)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	65.285	87.053	75.128
Recuperação de sinistros de resseguro	141.711	407.195	138.514
Salvados e ressarcimentos	451.930	402.718	329.868
Variações da provisão de IBNR	(204.354)	(892.816)	(174.128)
Sinistros retidos	(24.542.433)	(21.724.043)	(18.143.688)
Comissão sobre prêmios	(2.696.002)	(1.985.426)	(1.905.332)
Recuperação de comissão	29.927	21.700	21.876
Angariação	(489.279)	(1.201.216)	(1.095.816)
Despesas com corretagem e agenciamento - previdência	(167.654)	(188.037)	(216.557)
Variação das comissões diferidas	(224.000)	99.786	304.553
Custos de aquisição diferidos de planos de seguros e previdência	(3.547.008)	(3.253.193)	(2.891.276)
Resultado de seguros e previdência	4.155.763	5.497.505	5.411.845

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****12) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Empréstimos e adiantamentos:			
Constituição de perda por redução ao valor recuperável	(22.357.042)	(19.527.976)	(14.514.898)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.507.507	4.144.879	3.924.514
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável	1.499.257	661.945	298.998
Total	(15.350.278)	(14.721.152)	(10.291.386)

13) Despesas de pessoal

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Proventos	(8.236.617)	(6.369.727)	(6.051.522)
Benefícios	(3.625.796)	(2.994.155)	(2.787.651)
Encargos sociais	(2.862.067)	(2.402.112)	(2.344.062)
Participação dos empregados nos lucros	(1.451.310)	(1.304.958)	(1.235.912)
Provisão para processos trabalhistas	(663.124)	(853.660)	(1.112.906)
Treinamentos	(164.869)	(133.435)	(135.586)
Total	(17.003.783)	(14.058.047)	(13.667.639)

14) Outras despesas administrativas

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Serviços de terceiros	(4.871.194)	(4.139.058)	(3.906.581)
Comunicação	(1.653.055)	(1.427.685)	(1.383.228)
Processamento de dados	(1.612.454)	(1.222.433)	(1.087.503)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.124.659)	(963.308)	(826.462)
Manutenção e conservação de bens	(1.060.856)	(926.001)	(628.363)
Sistema financeiro	(1.047.618)	(830.199)	(772.099)
Aluguéis	(1.027.561)	(887.412)	(838.843)
Segurança e vigilância	(736.547)	(606.292)	(556.705)
Transporte	(719.842)	(631.085)	(756.472)
Água, energia e gás	(384.069)	(339.267)	(233.551)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(355.540)	(303.094)	(308.360)
Materiais	(321.509)	(315.135)	(329.489)
Viagens	(174.772)	(157.723)	(147.566)
Outras	(1.059.887)	(973.278)	(1.196.299)
Total	(16.149.563)	(13.721.970)	(12.971.521)

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****15) Depreciação e amortização**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Despesa com amortização	(2.516.777)	(1.884.281)	(1.876.298)
Despesa com depreciação	(1.141.636)	(1.057.722)	(1.056.389)
Total	(3.658.413)	(2.942.003)	(2.932.687)

16) Outras receitas/(despesas) operacionais

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Despesas tributárias	(6.331.651)	(4.791.754)	(3.926.682)
Despesas com provisões judiciais	(2.927.734)	(1.439.460)	(1.267.557)
Variação monetária passiva	(699.719)	(597.240)	(346.369)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido	(467.042)	(277.232)	(362.101)
Outras ⁽¹⁾	(3.578.016)	(5.882.867)	(4.320.374)
Total	(14.004.162)	(12.988.553)	(10.223.083)

(1) Inclui: (i) os efeitos de (constituição)/reversão de provisão para contingências fiscais em 2016 R\$ (484.227) mil (2015 – R\$ (570.835) mil e 2014 – R\$ 1.378.103 mil); (ii) despesas por análise de recuperabilidade de ativos – *impairment* em 2016 R\$ 31.256 mil (2015 – R\$ 207.880 mil e 2014 – R\$ 84.806 mil); e (iii) despesas operacionais relacionadas as operações de seguros em 2016 R\$ 1.388.645 mil (2015 – R\$ 1.281.381 mil e 2014 – R\$ 1.161.567 mil).

17) Imposto de renda e contribuição social**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	31.905.456	9.603.583	19.330.791
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(14.357.455)	(4.321.612)	(7.732.316)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e joint ventures	764.876	687.623	555.926
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	3.139.102	2.305.695	1.438.003
Crédito tributário líquido do passivo diferido ⁽²⁾	-	2.341.220	-
Outros valores ⁽³⁾	(3.459.253)	7.621.396	1.824.074
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(13.912.730)	8.634.322	(3.914.313)
Alíquota efetiva	43,6%	(89,9)%	20,2%

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas, e do ramo segurador, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e (iii) de 9% para as demais empresas (Nota 2(x));

(2) Em 2015, constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente, (i) a variação cambial de ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior; (ii) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45% em 2015 e 40% em 2014) demonstrada; e (iii) as deduções incentivadas.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.852.947)	(6.075.948)	(6.959.862)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização sobre adições temporárias	(4.106.008)	11.424.595	2.555.080
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(647.282)	(127.214)	(347.426)
Prejuízo fiscal	(879.276)	(65.224)	(546.943)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	234.730	272.793	589.644
Prejuízo fiscal	338.053	731.419	795.194
Ativação de crédito tributário - Lei nº 13.169/15:			
Base negativa de contribuição social	-	422.853	-
Adições temporárias	-	2.051.048	-
Total dos impostos diferidos	(5.059.783)	14.710.270	3.045.549
Imposto de renda e contribuição social	(13.912.730)	8.634.322	(3.914.313)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil				
	Saldo em 31.12.2015	Saldo oriundo de instituição adquirida ⁽¹⁾	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2016
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	22.617.097	3.938.976	12.948.736	16.493.156	23.011.653
Provisão para contingências	5.720.598	1.209.685	2.498.218	2.077.267	7.351.234
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	7.090.939	109.501	282.741	1.994.699	5.488.482
Outros	3.511.581	440.457	3.135.635	2.406.216	4.681.457
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias ⁽³⁾	38.940.215	5.698.619	18.865.330	22.971.338	40.532.826
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior ⁽³⁾	5.761.626	787.878	572.783	1.526.558	5.595.729
Ajuste a valor de mercado de disponível para venda ⁽³⁾	2.704.484	32.120	393.369	2.636.805	493.168
Contribuição social - MP nº 2.158-35 (mudança na legislação fiscal)	113.783	-	-	113.783	-
Total dos créditos tributários ⁽²⁾	47.520.108	6.518.617	19.831.482	27.248.484	46.621.723
Obrigações fiscais diferidas ⁽²⁾	2.894.367	3.592	1.920.479	1.550.630	3.267.808
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas ⁽²⁾	44.625.741	6.515.025	17.911.003	25.697.854	43.353.915

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Constituição (4)	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	17.378.890	9.225.769	3.987.562	22.617.097
Provisão para contingências	4.730.342	1.917.425	927.169	5.720.598
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	646.522	6.641.975	197.558	7.090.939
Outros	2.709.441	2.688.219	1.886.079	3.511.581
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (3)	25.465.195	20.473.388	6.998.368	38.940.215
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior (3)	4.526.999	1.427.065	192.438	5.761.626
Ajuste a valor de mercado de disponível para venda (3)	348.597	2.543.716	187.829	2.704.484
Contribuição social - MP nº 2.158-35 (mudança na legislação fiscal)	113.783	-	-	113.783
Total dos créditos tributários (2)	30.454.574	24.444.169	7.378.635	47.520.108
Obrigações fiscais diferidas (2)	2.874.569	948.682	928.884	2.894.367
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (2)	27.580.005	23.495.487	6.449.751	44.625.741

(1) HSBC Brasil (Nota 2(a));

(2) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2016 foi de R\$ 1.504.860 mil e em 2015 - R\$ 2.122.229 mil;

(3) Os créditos tributários das empresas financeiras e equiparadas, e do ramo segurador foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 2(x)). No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época; e

(4) Inclui o montante de R\$ 2.473.901 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017	5.565.627	3.513.799	143.796	311.665	9.534.887
2018	6.063.462	4.299.956	774.369	607.424	11.745.211
2019	5.577.304	3.489.352	447.326	208.304	9.722.286
2020	4.581.790	2.457.208	114.751	227.996	7.381.745
2021	1.558.239	998.994	1.162.066	767.302	4.486.601
Após 2022	1.396.020	1.031.075	287.344	543.386	3.257.825
Total	24.742.442	15.790.384	2.929.652	2.666.077	46.128.555

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****e) Impostos diferidos passivos**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Superveniência de depreciação – <i>leasing</i> financeiro	381.119	597.234
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	213.404	136.738
Atualização de depósitos judiciais e outros ⁽¹⁾	2.673.285	2.160.395
Total	3.267.808	2.894.367

(1) Inclui, em 2015, o montante de R\$ 132.681 mil, relativo à majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 13.168/15.

As obrigações fiscais diferidas das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 2(x)).

f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2016		
	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros registrados como disponíveis para venda	6.298.103	(2.587.076)	3.711.027
Conversão de subsidiária no exterior	(194.566)	87.555	(107.011)
Total	6.103.537	(2.499.521)	3.604.016

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2015		
	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros registrados como disponíveis para venda	(5.677.902)	2.273.982	(3.403.920)
Conversão de subsidiária no exterior	118.485	(57.788)	60.697
Total	(5.559.417)	2.216.194	(3.343.223)

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2014		
	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros registrados como disponíveis para venda	730.372	(289.194)	441.178
Conversão de subsidiária no exterior	3.681	(1.473)	2.208
Total	734.053	(290.667)	443.386

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****18) Lucro por ação****a) Lucro por ação básico**

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015 ⁽¹⁾	2014 ⁽¹⁾
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	8.542.147	8.652.905	7.302.215
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	9.352.102	9.480.001	8.012.728
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	2.772.719	2.772.869	2.772.975
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	2.759.659	2.761.743	2.766.171
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	3,08	3,12	2,63
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	3,39	3,43	2,90

(1) Todas as quantidades de ações apresentadas em períodos anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2016, na proporção de uma nova ação para cada 10 possuídas.

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

19) Caixa e disponibilidades em bancos**a) Caixa e disponibilidades em bancos**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	12.432.290	9.215.083
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.085.650	8.084.654
Depósitos compulsórios no Banco Central ⁽¹⁾	58.036.531	54.791.885
Outros	180	142
Total	72.554.651	72.091.764

(1) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

b) Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	12.432.290	9.215.083
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.085.650	8.084.654
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	166.712.307	129.961.555
Outros	180	142
Total	181.230.427	147.261.434

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Desse montante, R\$ 84.728.590 mil (2015 – R\$ 111.024.912 mil) refere-se a operações compromissadas que estão registradas em “Ativos financeiros cedidos em garantia” (Nota 23) e R\$ 81.983.717 mil (2015 – R\$ 18.936.643 mil) em “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****20) Ativos e passivos financeiros para negociação****a) Ativos financeiros para negociação**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ativos financeiros		
Títulos públicos brasileiros	161.103.399	93.833.116
Títulos emitidos por instituições financeiras	18.600.127	15.322.751
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	10.383.682	7.674.357
Aplicações em cotas de fundos	4.303.781	21.711.385
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.358.025	1.426.416
Títulos públicos de governos estrangeiros	635.390	784.507
Instrumentos financeiros derivativos	16.755.442	18.870.917
Total	213.139.846	159.623.449

Vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Vencimento em até um ano	35.002.911	114.190.918
Vencimento de um até cinco anos	134.589.655	17.239.116
Vencimento de cinco até dez anos	29.299.698	5.121.876
Vencimento acima de dez anos	6.537.358	723.819
Prazo indeterminado	7.710.224	22.347.720
Total	213.139.846	159.623.449

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias classificados como “Ativos financeiros para negociação”, que totalizaram R\$ 6.282.141 mil e R\$ 291.498 mil em 2016 e 2015, respectivamente, estão demonstrados na Nota 23 - “Ativos financeiros cedidos em garantia”.

A Organização mantinha em 2016, R\$ 5.846.093 mil (2015 - R\$ 4.315.701 mil), penhorado como garantia por passivos.

Os ganhos/(perdas) líquidos não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação, somam em 2016 R\$ (9.404.052) mil (2015 – R\$ (7.425.562) mil e 2014 – R\$ 877.798 mil). A variação líquida em ganhos/(perdas) não realizados, com títulos e valores mobiliários de negociação totalizou em R\$ (1.978.490) mil em 2016 (2015 - R\$ (8.303.360) mil e 2014 - R\$ 938.717 mil).

b) Passivos financeiros para negociação

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Instrumentos financeiros derivativos	13.435.678	19.345.729
Total	13.435.678	19.345.729

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir sua exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBovespa).

(i) Contratos de Swap

Swaps de moeda estrangeira e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por um outro e resultam em uma troca econômica de moedas estrangeiras ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda estrangeira e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito da Organização representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor *notional* dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, a Organização avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Opções de câmbio

Opções de câmbio são contratos segundo os quais o vendedor (lançador da opção) concede ao comprador (detentor da opção) o direito, mas não a obrigação, de comprar *call option* ou vender *put option* em uma data determinada ou durante um período determinado, um valor específico em moeda estrangeira. O vendedor recebe do comprador um prêmio pela assunção do risco de câmbio ou de taxa de juros. As opções podem ser negociadas entre a Organização e um cliente. A Organização está exposta a risco de crédito apenas nas opções compradas e apenas por seu valor contábil, que é o valor justo de mercado.

(iii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as variações no valor dos contratos são liquidados diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente, que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

(iv) Operações a termo

A operação a termo é um contrato de compra ou venda, de uma ação, a um preço fixo, para liquidação em uma determinada data. Por se tratar de um mercado futuro, no qual a compra da ação só será efetivada no dia do vencimento, é necessária uma margem em custódia para garantias do contrato. Essa margem pode ser em dinheiro ou títulos de valores mobiliários custodiados. O valor da margem varia durante o contrato, de acordo com a variação do indexador que assumiu na operação, em razão de mudanças de volatilidade e liquidez, além de possíveis margens adicionais que a corretora pode solicitar.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação mantidos pela Organização é a seguinte:

	R\$ mil			
	Valores referenciais		Ativo/(Passivo)	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
Contratos futuros				
• À taxa de juros futuros				
Compras	111.026.397	120.562.790	9.022	75.217
Vendas	94.677.587	50.489.526	(19.163)	(20.614)
• Em moeda estrangeira				
Compras ⁽¹⁾	27.399.904	34.101.616	-	-
Vendas	58.690.018	41.360.434	-	-
• Outros				
Compras	48.291	33.399	-	-
Vendas	967	64.681	-	-
Opções				
• À taxa de juros				
Compras	5.467.042	3.840.166	260.565	169.518
Vendas	4.755.788	3.638.190	(193.768)	(6.686)
• Em moeda estrangeira				
Compras	7.567.515	559.071	57.533	34.303
Vendas	2.836.294	6.233.860	(62.356)	(89.633)
• Outros				
Compras	27.500	28.449	2.708	4.160
Vendas	-	29.345	(6.533)	(24.615)
Operações a termo				
• Em moeda estrangeira				
Compras	16.633.033	15.014.083	1.599.401	2.173.191
Vendas	18.036.706	16.056.742	(1.088.041)	(3.215.656)
• Outros				
Compras	48.911	118.120	1.586.061	12.543
Vendas	1.588.245	149.969	(1.581.169)	(12.434)
Contratos de swaps				
• Posição de Ativo				
Swaps de taxa de juros	72.297.999	91.993.544	9.799.949	5.915.951
Swaps de moeda	7.276.143	33.543.125	3.645.707	10.485.772
• Posição de Passivo				
Swaps de taxa de juros	36.746.464	60.797.118	(3.718.282)	(15.499.869)
Swaps de moeda	14.201.872	11.531.242	(6.766.366)	(476.222)

(1) Inclui, em 2015, *hedge* do compromisso firme, relativo ao contrato de compra e venda de ações, no valor de R\$ 20.250.293 mil.

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

A Organização possui as seguintes operações de *hedge* econômico, entretanto, conforme a Nota 2(f)(iii), estes não se qualificam para a contabilização de *hedge* contábil:

Hedge de valor justo do risco de taxa de juros

A Organização utiliza *swaps* de taxa de juros para proteger sua exposição à alterações no valor justo de suas emissões de renda fixa e de determinados empréstimos e adiantamentos. Os *swaps* de taxa de juros são casados com emissões específicas ou empréstimos de renda fixa.

Hedge de fluxos de caixa de títulos de dívida emitidos em moeda estrangeira

A Organização utiliza *swaps* de taxas de juros em moedas estrangeiras para se proteger dos riscos cambiais e das taxas de juros decorrentes da emissão de títulos de dívida de taxa flutuante denominadas em moedas estrangeiras. Os fluxos de caixa dos *swaps* de taxa de juros em moedas estrangeiras são compatíveis com os fluxos de caixa dos títulos de dívida de taxas flutuantes.

Hedge de risco de mercado

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado.

Hedge de investimentos líquidos no exterior

A Organização utiliza uma combinação de contratos de câmbio a termo e de dívidas denominadas em moeda estrangeira para cobertura do risco cambial de seus investimentos líquidos em controladas no exterior.

O valor justo dos contratos a termo usados para proteção dos investimentos líquidos em controladas estrangeiras está apresentado na tabela anterior. As dívidas denominadas em moeda estrangeira utilizadas para proteção dos investimentos líquidos da Organização em controladas no exterior, atua como um *hedge* natural para o risco de moeda estrangeira e estão incluídas na rubrica "Recursos por emissão de títulos" (Nota 33).

Outros derivativos destinados a *hedge*

A Organização utiliza essa categoria para gerenciar sua exposição a riscos cambiais, de taxa de juros, de mercado acionário e de crédito. Os instrumentos utilizados incluem *swaps* de taxa de juros, *swaps* de taxa de juros em moedas estrangeiras, contratos a termo, futuros, opções, *swaps* de crédito e *swaps* de ações. O valor justo destes derivativos é apresentado na tabela anterior.

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros é reconhecido na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação", na demonstração do resultado.

21) Ativos financeiros disponíveis para venda

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos públicos brasileiros	58.484.065	1.323.156	(609.193)	59.198.028
Títulos emitidos por empresas não financeiras	43.821.686	1.011.275	(2.690.253)	42.142.708
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.626.211	121.745	(188.913)	1.559.043
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	395.626	7.319	(1.731)	401.214
Ações de companhias abertas e outras ações	9.966.872	389.291	(538.602)	9.817.561
Saldos em 31 de dezembro de 2016	114.294.460	2.852.786	(4.028.692)	113.118.554
Títulos públicos brasileiros	67.605.104	313.941	(1.703.193)	66.215.852
Títulos emitidos por empresas não financeiras	37.760.971	1.400.982	(3.400.140)	35.761.813
Títulos emitidos por instituições financeiras	5.472.115	254.892	(1.083.963)	4.643.044
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	4.661	130	-	4.791
Títulos públicos de governos estrangeiros	1.824.108	-	(77.904)	1.746.204
Ações de companhias abertas e outras ações	9.247.367	206.664	(130.285)	9.323.746
Saldos em 31 de dezembro de 2015	121.914.326	2.176.609	(6.395.485)	117.695.450

Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2016		Em 31 de dezembro de 2015	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	12.690.168	11.905.872	45.540.511	45.180.957
Vencimento entre 1 e 5 anos	60.071.806	60.251.675	38.118.029	37.119.401
Vencimento entre 5 e 10 anos	19.677.065	18.994.970	19.665.723	17.599.486
Vencimento acima de 10 anos	11.888.549	12.148.476	9.342.696	8.471.860
Vencimento indeterminado	9.966.872	9.817.561	9.247.367	9.323.746
Total	114.294.460	113.118.554	121.914.326	117.695.450

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como disponíveis para venda, que totalizaram R\$ 64.275.415 mil e R\$ 33.173.511 mil em 2016 e 2015, respectivamente, estão demonstrados na Nota 23 - "Ativos financeiros cedidos em garantia".

Em 2016, a Organização mantinha R\$ 5.517.516 mil (2015 - R\$ 2.635.422 mil) em ativos financeiros disponíveis para venda, penhorados como garantia por passivos.

Aplicamos nossa política de *Impairment*, descrita na Nota 2(f)(viii)(b), e em 2016 houve evidência objetiva de perda em nossos ativos financeiros disponíveis para venda no valor de R\$ 2.106.107 mil (2015 - R\$ 424.522 mil e 2014 - R\$ 1.214.770 mil), incluída na Nota 9.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****22) Investimentos mantidos até o vencimento**

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	30.241.947	2.918.273	(306.566)	32.853.654
Títulos emitidos por empresas não financeiras	12.739.187	28.750	(1.388.614)	11.379.323
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	20.894	878	-	21.772
Saldos em 31 de dezembro de 2016	43.002.028	2.947.901	(1.695.180)	44.254.749
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	27.405.022	2.051.127	(2.111.684)	27.344.465
Títulos emitidos por empresas não financeiras	12.557.446	1.476	(1.332.866)	11.226.056
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	41.092	2.417	-	43.509
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.003.560	2.055.020	(3.444.550)	38.614.030

Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2016		Em 31 de dezembro de 2015	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	-	-	3.004	3.010
Vencimento entre 1 e 5 anos	12.932.440	13.133.746	4.692.585	4.762.495
Vencimento entre 5 e 10 anos	3.068.980	2.905.497	10.343.614	10.943.658
Vencimento acima de 10 anos	27.000.608	28.215.506	24.964.357	22.904.867
Total	43.002.028	44.254.749	40.003.560	38.614.030

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como mantidos até o vencimento, que totalizaram R\$ 431 mil em 2016, estão demonstrados na Nota 23 - "Ativos financeiros cedidos em garantia".

Em 2016, a Organização mantinha R\$ 1.825 mil em ativos mantidos até o vencimento, penhorados como garantia por passivos.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****23) Ativos financeiros cedidos em garantia**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Mantidos para negociação	6.282.141	291.498
Títulos públicos brasileiros	6.282.141	291.498
Disponíveis para venda ⁽¹⁾	64.275.415	33.173.511
Títulos públicos brasileiros	55.530.423	28.866.615
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.899.878	2.488.929
Títulos emitidos por empresas financeiras	4.742.273	1.817.967
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	102.841	-
Mantidos até o vencimento	431	-
Títulos públicos brasileiros	431	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	84.728.590	111.024.912
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽²⁾	84.728.590	111.024.912
Total	155.286.577	144.489.921

(1) Em 2016, inclui ganhos não realizados no valor de R\$ 2.052.366 mil (2015 - R\$ 568.202 mil) e perdas não realizadas no valor de R\$ 1.443.642 mil (2015 - R\$ 3.214.523 mil); e

(2) Refere-se a operações compromissadas em que o lastro foi subsequentemente dado em outra operação compromissada.

As garantias são compromissos condicionais oferecidos que garantem que as cláusulas contratuais das operações de captações no mercado aberto sejam cumpridas. Destas garantias, o montante de R\$ 147.673.043 mil (2015 - R\$ 139.446.192 mil) pode ser repenhorado, e R\$ 7.613.534 mil (2015 - R\$ 5.043.729 mil), vendido ou repenhorado.

24) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas	85.178.146	29.633.112
Empréstimos para instituições financeiras	9.667.388	6.038.615
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(7.398)	(51.317)
Total	94.838.136	35.620.410

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****25) Empréstimos e adiantamentos a clientes**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Capital de giro	60.390.890	65.501.432
Crédito pessoal ⁽¹⁾	56.255.740	49.681.429
Financiamento imobiliário	60.458.038	48.114.515
Financiamento à exportação	41.983.307	38.180.619
Repasse BNDES/Finame	35.816.560	38.158.108
Cartão de crédito	37.407.733	30.943.428
Veículos – CDC	23.699.948	26.484.476
Crédito rural	14.422.799	13.710.274
Importação	7.140.346	11.026.017
Conta garantida	8.583.285	9.831.248
Prêmios de seguros a receber	5.517.932	4.757.182
Cheque especial	4.209.637	3.904.889
Leasing	2.738.611	3.072.777
Outros	33.459.047	26.957.274
Total da carteira	392.083.873	370.323.668
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(24.780.839)	(25.455.204)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	367.303.034	344.868.464

(1) Inclui, em 2016, R\$ 38.804.196 mil referente a crédito consignado (2015 – R\$ 34.564.935 mil).

Provisões para perdas de empréstimos e adiantamentos a clientes

	R\$ mil	
	2016	2015
No início do exercício	25.455.204	21.132.677
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	15.350.278	14.721.152
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.507.507	4.144.879
Baixas	(21.532.150)	(14.543.504)
No fim do exercício	24.780.839	25.455.204

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****Arrendamentos financeiros a receber**

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	1.418.546	1.629.160
De um a cinco anos	1.279.347	1.420.681
Mais de cinco anos	40.718	22.936
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(186.594)	(186.348)
Investimento líquido	2.552.017	2.886.429
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	1.300.659	1.513.602
De um a cinco anos	1.212.322	1.350.413
Mais de cinco anos	39.036	22.414
Total	2.552.017	2.886.429

26) Ativos não correntes mantidos para venda

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.262.126	933.421
Veículos e afins	308.357	303.057
Máquinas e equipamentos	5.529	6.117
Outros	2.954	4.511
Total	1.578.966	1.247.106

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Portanto, ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil destes itens, destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****27) Investimentos em coligadas e joint venture****a) Composição dos investimentos em coligadas e joint venture**

Empresa	R\$ mil									
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Receitas ⁽¹⁾	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Cielo S.A.	30,06%	30,06%	4.108.743	1.204.520	13.699.378	10.654.621	15.004.712	-	392.167	4.007.233
IRB - Brasil Resseguros S.A. ^{(2) (3)}	20,51%	-	662.460	132.668	8.484.793	5.828.133	10.238.221	844.876	3.185	646.823
Fleury S.A. ⁽⁶⁾	16,39%	16,39%	651.906	17.506	1.343.162	2.021.981	429.411	1.166.607	2.045.898	106.829
Aquarius Participações S.A. ⁽⁷⁾	49,00%	49,00%	263.632	73.640	150.233	538.267	150.474	-	-	150.286
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	20,00%	20,00%	127.922	1.596	8.187.596	493.325	8.041.309	-	4.243.442	7.980
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	102.251	18.517	247.475	109.390	44.890	-	22.642	44.246
Tecnologia Bancária S.A.	24,32%	24,32%	98.543	71.232	193.546	1.117.398	499.341	406.459	686.800	292.862
NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A.	49,00%	49,00%	73.789	(7.024)	171.823	27.780	111.755	-	330.985	(14.335)
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A. ^{(2) (9)}	-	-	-	3.168	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em coligadas			6.089.246	1.515.823	32.478.006	20.790.895	34.520.113	2.417.942	7.725.119	5.241.924
Elo Participações S.A.	50,01%	50,01%	849.355	198.457	352.179	1.596.527	107.627	-	18.879	396.835
Crediaré S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	64.174	8.721	443.978	3.883	317.298	-	164.026	17.442
MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.	50,00%	50,00%	3	(49)	3.538	-	3.532	-	256	(98)
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito ^{(2) (8)}	-	-	-	(23.227)	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em joint ventures			913.532	183.902	799.695	1.600.410	428.457	-	183.161	414.179
Total geral em 31 de dezembro de 2016			7.002.778	1.699.725	33.277.701	22.391.305	34.948.570	2.417.942	7.908.280	5.656.103

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Empresa	R\$ mil									
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Receitas ⁽¹⁾	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Cielo S.A.	30,06%	30,06%	3.302.071	1.043.743	13.755.540	10.806.140	8.199.287	9.696.767	239.386	3.472.355
IRB - Brasil Resseguros S.A. ^{(2) (3)}	20,51%	-	658.949	138.165	8.922	5.768	10.639	785	3.144	673.650
Fleury S.A. ⁽⁶⁾	16,39%	16,39%	512.642	6.262	1.124.788	268.829	299.033	1.408.157	1.845	38.206
Fidelity Processadora S.A. ⁽⁷⁾	49,00%	49,00%	254.785	68.312	450.267	402.702	332.997	-	19.546	139.412
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	20,00%	20,00%	130.248	(5.377)	7.227.947	563.950	7.140.656	-	13.834.551	(26.886)
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	83.735	17.660	203.030	93.487	35.986	1.590	13.247	42.197
NCR Brasil S.A. ⁽²⁾	49,00%	49,00%	80.357	7.101	206.315	27.146	134.533	-	71.177	14.492
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A. ⁽²⁾	49,00%	49,00%	33.954	(5.769)	101.151	48.161	47.519	32.499	115.874	(11.774)
Integritas Participações S.A. ^{(2) (5)}	-	-	-	4.778	10.647	741.803	2.534	4.066	828	18.983
Total dos investimentos em coligadas			5.056.741	1.274.875	23.088.607	12.957.986	16.203.184	11.143.864	14.299.598	4.360.635
Elo Participações S.A.	50,01%	50,01%	686.951	243.073	223.332	1.438.988	144.169	15	14.669	486.049
Crediaré S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	65.030	10.400	439.594	4.301	312.036	-	158.124	20.800
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito ⁽²⁾⁽⁸⁾	50,00%	50,00%	6.551	716	380.801	11.362	379.061	-	313.065	1.432
MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.	50,00%	50,00%	52	(1.013)	2.920	278	3.095	-	1.790	(2.026)
Total dos investimentos em joint ventures			758.584	253.176	1.046.647	1.454.929	838.361	15	487.648	506.255
Total geral em 31 de dezembro de 2015			5.815.325	1.528.051	24.135.254	14.412.915	17.041.545	11.143.879	14.787.246	4.866.890

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Empresa	R\$ mil									
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Receitas ⁽¹⁾	Lucro líquido/(prejuízo) do período da investida
Cielo S.A.	28,65%	28,65%	1.696.088	924.699	14.455.453	3.700.636	11.210.112	2.449.806	15.859	3.227.769
IRB - Brasil Resseguros S.A. ^{(2) (3)}	20,51%	-	618.527	148.874	8.669	4.263	9.082	835	2.265	725.859
Integritas Participações S.A. ⁽²⁾	25,17%	25,17%	492.242	7.883	4.181	777.833	2.508	4.687	218	31.316
Fidelity Processadora S.A.	49,00%	49,00%	258.535	66.759	413.646	425.747	311.769	-	27.819	136.243
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	20,00%	20,00%	138.002	10.891	5.479.267	448.147	5.237.405	-	16.212.154	54.456
NCR Brasil S.A. ⁽²⁾	49,00%	49,00%	71.576	1.295	178.730	20.714	118.407	-	32.692	2.642
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	66.076	9.279	159.217	70.289	26.600	1.079	10.518	22.173
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A. ⁽²⁾	49,00%	49,00%	39.723	14.246	154.312	50.101	84.219	39.127	437.607	29.074
Total dos investimentos em coligadas			3.380.769	1.183.926	20.853.475	5.497.730	17.000.102	2.495.534	16.739.132	4.229.532
Elo Participações S.A.	50,01%	50,01%	515.035	186.009	211.917	1.052.697	88.441	-	443	371.943
Crediaré S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	66.845	13.785	363.233	68.434	297.978	-	147.364	27.570
Leader S.A. Adm. de Cartões de Crédito ⁽²⁾⁽⁸⁾	50,00%	50,00%	20.817	16.075	366.606	9.723	334.694	-	294.547	32.150
MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.	50,00%	50,00%	314	(9.979)	15.156	-	14.525	-	-	(19.957)
Total dos investimentos em joint ventures			603.011	205.890	956.912	1.130.854	735.638	-	442.354	411.706
Total geral em 31 de dezembro de 2014			3.983.780	1.389.816	21.810.387	6.628.584	17.735.740	2.495.534	17.181.486	4.641.238

(1) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações contábeis;

(3) O Bradesco possui um membro na diretoria do IRB-Brasil, com direito a voto, o que resulta em uma influência significativa;

(4) Nova denominação do Banco BES Investimentos do Brasil S.A.;

(5) Empresa baixada por cisão parcial em outubro de 2015;

(6) Participação na Fleury S.A. (i) em decorrência da cisão parcial na Integritas Participações S.A. e, (ii) considerado pelo método de equivalência patrimonial por ter influência significativa por possuir participação no Conselho de Administração e demais comitês;

(7) Em janeiro de 2016, foi constituída a Aquarius Participações S.A. com o aporte do investimento da Fidelity Processadora e Serviços S.A.;

(8) Em abril de 2016, passou a ser consolidada após aquisição de 50% da empresa; e

(9) Em 2016, foram registradas perdas por *impairment* em coligadas e de controle compartilhado, no montante de R\$ 37.122 mil, no investimento da EBSE - Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Em 2016, com exceção da Cielo S.A., os demais investimentos mencionados na tabela anterior não eram negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores. O valor de mercado do investimento na Cielo, no montante de R\$ 18.980.026 mil (2015 - R\$ 19.049.214 mil). A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	5.815.325	3.983.780
Entradas ⁽¹⁾	376.434	1.469.011
Baixas ⁽²⁾	-	(497.339)
Transferência ⁽³⁾	(166.294)	-
Resultado de participações em coligadas	1.699.725	1.528.051
Dividendos/JCP	(685.290)	(668.178)
Impairment ⁽⁴⁾	(37.122)	-
Saldo no final do exercício	7.002.778	5.815.325

(1) Em 2016, houve aumento de capital na Cia. Leader S.A. Administradora de Cartões de Crédito (2015, inclui a aquisição de participação (i) na Cielo S.A. e (ii) na Fleury S.A., em decorrência da cisão parcial na Integritas Participações S.A.);

(2) Baixa por cisão parcial na Integritas Participações S.A., ocorrida em outubro de 2015;

(3) Em 2016, o investimento da Cia. Leader S.A. Administradora de Cartões de Crédito passou a ser consolidado após aquisição de 50% da empresa; e

(4) Em 2016, foram registradas perdas por *impairment* em coligadas e de *joint ventures*, no montante de R\$ 37.122 mil, no investimento da EBSE - Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A.

28) Imobilizado de uso**a) Composição por classe de imobilizado de uso**

	Taxa anual	R\$ mil		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações	4%	2.153.351	(454.426)	1.698.925
Terrenos	-	1.027.535	-	1.027.535
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	5.187.160	(2.314.715)	2.872.445
Sistemas de segurança e comunicações	10%	325.835	(192.974)	132.861
Sistemas de processamento de dados	20%	3.504.229	(2.067.981)	1.436.248
Sistemas de transportes	20%	86.639	(40.034)	46.605
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20%	3.229.513	(2.047.016)	1.182.497
Saldos em 31 de dezembro de 2016		15.514.262	(7.117.146)	8.397.116
Edificações	4%	1.006.849	(424.247)	582.602
Terrenos	-	448.020	-	448.020
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	5.032.082	(2.243.752)	2.788.330
Sistemas de segurança e comunicações	10%	234.836	(175.750)	59.086
Sistemas de processamento de dados	20%	2.883.391	(1.841.408)	1.041.983
Sistemas de transportes	20%	108.430	(38.193)	70.237
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20%	2.475.136	(1.960.959)	514.177
Saldos em 31 de dezembro de 2015		12.188.744	(6.684.309)	5.504.435

Os encargos com depreciação em 2016 atingiram R\$ 1.141.636 mil (2015 - R\$ 1.057.722 mil e 2014 - R\$ 1.056.389 mil).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Celebramos contratos de arrendamento mercantil financeiro, basicamente, para equipamentos de processamento de dados, que são registrados como equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações contábeis e a depreciação do bem é calculada de acordo com a mesma política de depreciação utilizada para ativos similares. Veja Nota 38 para a divulgação da obrigação

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil						
	Edificações	Terrenos	Instalações, imóveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados ⁽¹⁾	Sistemas de transporte	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	582.602	448.020	2.788.330	59.086	1.556.160	70.237	5.504.435
Saldo oriundo de instituição adquirida ⁽²⁾	752.619	586.971	320.949	77.196	60.065		1.797.800
Adições	81.809	897	974.089	22.721	1.696.318	3.487	2.779.321
Baixas	(30.341)	(8.353)	(402.316)	(4.804)	(62.386)	(1.627)	(509.827)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	(20.543)	(12.434)	(32.977)
Depreciação	(30.179)	-	(466.192)	(21.338)	(610.869)	(13.058)	(1.141.636)
Transferência	342.415	-	(342.415)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.698.925	1.027.535	2.872.445	132.861	2.618.745	46.605	8.397.116
Saldos em 31 de dezembro de 2014	527.825	493.079	2.205.104	47.722	1.381.574	45.214	4.700.518
Adições	90.053	54.838	1.088.506	48.451	857.527	42.174	2.181.549
Baixas	(24.922)	(99.897)	(106.959)	(6.086)	(63.452)	(408)	(301.724)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(13.183)	-	(5.003)	(18.186)
Depreciação	(10.354)	-	(398.321)	(17.818)	(619.489)	(11.740)	(1.057.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	582.602	448.020	2.788.330	59.086	1.556.160	70.237	5.504.435

(1) Inclui arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados; e

(2) HSBC Brasil.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****29) Ativos intangíveis e ágio****a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe**

	R\$ mil					
	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos financeiros ⁽¹⁾	Software ⁽¹⁾	Carteira de clientes ⁽¹⁾	Outros ⁽¹⁾	Total
Saldos em 31 dezembro de 2015	723.526	2.260.033	3.639.825	709.463	76.788	7.409.635
Saldo oriundo de aquisição de instituição ⁽²⁾	4.221.787	264.349	288.826	3.993.743	4.840	8.773.545
Adições/baixas	-	930.190	1.284.041	-	129.266	2.343.497
Redução ao valor recuperável ⁽³⁾	-	-	(212.374)	-	-	(212.374)
Amortização	-	(951.115)	(1.055.074)	(344.283)	(166.305)	(2.516.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.945.313	2.503.457	3.945.244	4.358.923	44.589	15.797.526
Saldos em 31 de dezembro de 2014	723.526	2.025.940	3.603.798	751.923	424.728	7.529.915
Adições/baixas	-	1.126.370	835.301	-	10.210	1.971.881
Redução ao valor recuperável ⁽³⁾	-	-	-	-	(207.880)	(207.880)
Amortização	-	(892.277)	(799.274)	(42.460)	(150.270)	(1.884.281)
Saldos em 31 dezembro de 2015	723.526	2.260.033	3.639.825	709.463	76.788	7.409.635

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários – dentro dos prazos do contrato; *software* – 20%; carteira de clientes – até 20%; e outros – 20%;

(2) HSBC Brasil; e

(3) As perdas por redução ao valor recuperável foram reconhecidas no resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Composição do ágio por segmento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Bancário	4.651.347	429.560
Seguros, previdência e capitalização	293.966	293.966
Total	4.945.313	723.526

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de seguros, previdência e capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2016, 2015 e 2014. Com relação a aquisição recente do HSBC Brasil, detalhada na Nota 2(a), não houve o teste de *impairment* para o período.

O valor recuperável do segmento bancário foi determinado com base no cálculo do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de fluxos de caixa baseadas nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração, com taxa de crescimento nominal de 7,6% a.a. (2015 - 8,2% a.a.). A previsão dos fluxos de caixa foi descontada à taxa de 12,9% a.a. (2015 - 15,4% a.a.).

As principais premissas chaves descritas acima podem sofrer variações caso as condições econômicas e de mercado se alterem. A Organização estima que uma mudança razoavelmente possível nessas premissas com o ambiente econômico atual não fará com que o valor recuperável dessas unidades fique inferior ao valor contábil.

30) Outros ativos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Operações de câmbio ⁽¹⁾⁽⁴⁾	17.455.821	14.260.780
Devedores por depósitos em garantia ⁽²⁾⁽⁴⁾	16.372.044	12.482.898
Negociação e intermediação de valores ⁽⁴⁾	1.954.484	2.866.779
Títulos e créditos a receber ⁽⁴⁾	1.813.144	1.978.001
Custos de aquisição diferidos (seguros) – Nota 35f	1.750.244	1.945.238
Devedores diversos	2.781.206	1.917.864
Despesas antecipadas	1.324.362	1.418.030
Rendas a receber ⁽⁴⁾	1.575.698	1.241.028
Relações interfinanceiras e interdependências	949.730	934.684
Outros ⁽³⁾	1.193.637	1.073.395
Total	47.170.370	40.118.697

- (1) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;
- (2) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza;
- (3) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos e antecipações e pagamentos a ressarcir; e
- (4) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****31) Recursos de instituições financeiras**

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Depósitos à vista	898.877	807.695
Depósitos interfinanceiros	588.872	466.448
Captações no mercado aberto	241.978.931	222.291.364
Obrigações por empréstimos	22.165.415	28.236.838
Obrigações por repasses	36.030.587	42.101.046
Total	301.662.682	293.903.391

32) Recursos de clientes

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de clientes” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Depósitos à vista	32.521.234	23.012.068
Depósitos de poupança	97.088.828	91.878.765
Depósitos a prazo	103.137.867	79.619.267
Total	232.747.929	194.510.100

33) Recursos de emissão de títulos**a) Composição por tipo de papel emitido e localização**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Títulos emitidos – País:		
Letras de crédito imobiliário	26.955.574	20.223.220
Letras de agronegócio	9.116.292	7.642.250
Letras financeiras	108.512.908	71.691.563
Subtotal	144.584.774	99.557.033
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
Euronotes ⁽¹⁾	2.785.654	6.204.942
Títulos emitidos por meio de securitização – (item (b))	3.286.342	3.575.729
Subtotal	6.071.996	9.780.671
Certificados de operações estruturadas	445.168	512.343
Total geral	151.101.938	109.850.047

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazos.

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Desde 2003, o Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidade de Propósito Específico (EPE). Essa EPE, denominada *International Diversified Payment Rights Company*, é financiada com obrigações de longo prazo e liquidada por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente, compreendem fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Bradesco atua como pagador.

Os títulos de longo prazo, emitidos pela EPE e vendidos a investidores, são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento, recebidos pela EPE, devem ser mantidos em conta bancária específica até que um determinado nível mínimo seja atingido.

Demonstramos a seguir os montantes das notas emitidas pela EPE, que estão apresentadas na rubrica de "Recursos de emissão de títulos":

	R\$ mil				
	Data de emissão	Valor da operação	Vencimento	Em 31 de dezembro	
				2016	2015
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidos do exterior	06.3.2008	836.000	22.5.2017	87.183	532.436
	19.12.2008	1.168.500	20.2.2019	698.551	1.277.663
	17.12.2009	133.673	20.2.2017 ⁽¹⁾	-	66.812
	17.12.2009	89.115	20.2.2020	74.487	121.015
	20.8.2010	307.948	21.8.2017	60.938	223.185
	29.9.2010	170.530	21.8.2017	34.810	127.445
	16.11.2011	88.860	20.11.2018	60.989	116.875
	16.11.2011	133.290	22.11.2021	177.095	261.230
	23.12.2015	390.480	21.11.2022	348.110	424.060
	23.12.2015	390.480	20.11.2020	348.662	425.008
	02.2.2016	889.725	22.2.2021	872.710	-
	30.3.2016	533.835	22.2.2021	522.807	-
Total		5.132.436		3.286.342	3.575.729

(1) Liquidado antecipadamente.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

34) Dívidas subordinadas

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	R\$ mil	
			Em 31 de dezembro	
			2016	2015
No País:				
CDB subordinado:				
2016 (1)	6	-	-	1.129
2019	10	20.000	56.200	48.919
Letras Financeiras:				
2016 (1)	6	80.879	-	194.398
2017	6	8.630.999	11.075.463	10.479.463
2018	6	8.262.799	9.875.551	9.449.037
2019	6	21.858	33.402	29.859
2017	7	40.100	95.872	84.064
2018	7	141.050	293.357	256.191
2019	7	3.172.835	3.423.463	3.366.282
2020	7	1.700	2.612	2.351
2022 (2)	7	4.305.011	5.050.633	4.393.265
2023 (4)	7	1.359.452	1.522.243	-
2018	8	50.000	112.038	97.531
2019	8	12.735	25.212	22.230
2020	8	28.556	49.498	43.541
2021	8	1.236	1.896	1.710
2023 (2)	8	1.706.846	2.015.625	1.733.383
2024 (4)	8	136.695	143.415	-
2021	9	7.000	11.813	10.214
2024 (2)	9	4.924	5.806	4.977
2025 (4)	9	400.944	417.641	-
2021	10	19.200	37.191	32.823
2022	10	54.143	91.314	81.225
2023	10	688.064	1.011.423	921.434
2025 (2)	10	284.137	342.886	293.445
2026 (4)	10	361.196	392.886	-
2026 (2)	11	3.400	4.001	3.432
2027 (4)	11	47.046	48.566	-
Perpétua (3)	-	5.000.000	5.015.870	5.016.437
CDB Vinculados à Operação de Crédito:				
2016 (1)	1	-	-	1.160
Subtotal no País			41.155.877	36.568.500
No Exterior:				
2019	10	1.333.575	2.482.631	2.972.627
2021	11	2.766.650	5.333.373	6.385.622
2022	11	1.886.720	3.639.183	4.356.187
Subtotal no Exterior			11.455.187	13.714.436
Total geral (5)			52.611.064	50.282.936

(1) Operações de dívidas subordinadas vencidas em 2016;

(2) Novas emissões de letras financeiras em outubro, novembro e dezembro de 2015, referente a dívidas subordinadas;

(3) Novas emissões de letras financeiras em dezembro de 2015, referente a dívidas subordinadas, registradas na rubrica "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital", que em novembro de 2016, foram autorizados pelo Banco Central do Brasil para compor o capital nível I;

(4) Novas emissões de letras financeiras de janeiro a dezembro de 2016, referente a dívidas subordinadas, registradas na rubrica "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital"; e

(5) Inclui o montante de R\$ 14.959.571 mil, referente a dívidas subordinadas registradas na rubrica "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital".

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

35) Provisões técnicas de seguros e previdência

a) Provisões técnicas por conta

	R\$ mil					
	Seguros ⁽¹⁾		Vida e Previdência ⁽²⁾⁽³⁾		Total	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Passivo circulante e exigível a longo prazo						
Provisão matemática de benefícios a conceder	912.764	854.988	184.594.055	143.706.977	185.506.819	144.561.965
Provisão matemática de benefícios concedidos	210.855	187.100	8.989.482	7.747.615	9.200.337	7.934.715
Provisão de IBNR	2.770.507	2.453.085	1.264.115	1.107.026	4.034.622	3.560.111
Provisão de prêmios não ganhos	4.265.155	4.206.014	574.544	362.409	4.839.699	4.568.423
Provisão de sinistros a liquidar	4.645.468	4.194.758	1.682.147	1.430.291	6.327.615	5.625.049
Provisão de excedente financeiro	-	-	554.505	506.504	554.505	506.504
Outras provisões técnicas	2.048.355	1.429.936	3.328.048	2.754.237	5.376.403	4.184.173
Total das provisões	14.853.104	13.325.881	200.986.896	157.615.059	215.840.000	170.940.940

(1) A linha de "Outras Provisões" de Seguros refere-se, basicamente, às provisões técnicas da carteira de "saúde individual";

(2) Compreende as operações de seguros de pessoa e previdência; e

(3) A linha de "Outras provisões" de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a "Provisão de resgates e outros valores a regularizar" e "Provisão de despesas relacionadas".

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Provisões técnicas por produto

	R\$ mil					
	Seguros		Vida e Previdência		Total	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saúde	8.559.137	7.040.435	-	-	8.559.137	7.040.435
Auto/RCF	3.126.232	3.175.873	-	-	3.126.232	3.175.873
DPVAT/Retrocessão	471.288	331.996	2.944	3.437	474.232	335.433
Vida	-	-	9.336.759	7.636.428	9.336.759	7.636.428
Ramos elementares	2.696.447	2.777.577	-	-	2.696.447	2.777.577
Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL	-	-	32.605.459	24.844.503	32.605.459	24.844.503
Vida Gerador de Benefícios Livres - VGBL	-	-	138.670.739	106.248.597	138.670.739	106.248.597
Planos tradicionais	-	-	20.370.995	18.882.094	20.370.995	18.882.094
Total das provisões técnicas	14.853.104	13.325.881	200.986.896	157.615.059	215.840.000	170.940.940

c) Provisões técnicas agregadas por produto

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Seguros – Auto, RE, Vida e Saúde	24.192.807	20.965.746
Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)	138.670.739	106.248.597
Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda	45.557.528	36.848.112
Previdência – Planos Tradicionais de Risco	7.418.926	6.878.485
Total	215.840.000	170.940.940

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****d) Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência****(i) Seguros – Auto, RE, Vida, Saúde e Previdência – Planos Tradicionais de Risco**

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do exercício	27.844.231	25.020.979
(-) Seguros DPVAT	(333.699)	(245.411)
Subtotal - no início do exercício	27.510.532	24.775.568
Constituição de provisões, líquida das reversões	28.700.765	24.199.584
Pagamento de sinistros, benefícios e resgates	(26.449.844)	(23.061.771)
Atualização monetária e juros de sinistros	1.376.701	1.597.151
Subtotal - no fim do exercício	31.138.154	27.510.532
(+) Seguros DPVAT	473.579	333.699
No fim do exercício	31.611.733	27.844.231

(ii) Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do exercício	106.248.597	87.144.950
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	35.824.651	24.568.993
Pagamento de benefícios	(47.379)	(26.704)
Pagamento de resgates	(16.674.828)	(14.393.788)
Atualização monetária e juros	14.660.738	9.987.082
Outras movimentações	(1.341.040)	(1.031.936)
No fim do exercício	138.670.739	106.248.597

(iii) Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do exercício	36.848.112	34.393.291
Recebimento de contribuições líquidas de carregamento	7.412.759	2.427.913
Pagamento de benefícios	(696.056)	(573.307)
Pagamento de resgates	(2.438.351)	(2.123.360)
Atualização monetária e juros	4.808.394	3.893.897
Outras movimentações	(377.330)	(1.170.322)
No fim do exercício	45.557.528	36.848.112

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

e) Garantias das provisões técnicas

	R\$ mil					
	Seguros		Vida e Previdência		Total	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Total das Provisões Técnicas	14.853.104	13.325.881	200.986.896	157.615.059	215.840.000	170.940.940
(-) Carregamento de comercialização – garantia estendida	(237.104)	(287.330)	-	-	(237.104)	(287.330)
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(947.159)	(934.252)	(41.191)	(32.094)	(988.350)	(966.346)
(-) Depósitos Retidos no IRB e Depósitos Judiciais	(16)	(2.318)	-	-	(16)	(2.318)
(-) Direitos Creditórios	(1.068.329)	(934.747)	-	-	(1.068.329)	(934.747)
(-) Provisão de Prêmio não Ganho – Seguro Saúde ⁽¹⁾	(1.182.152)	(1.089.006)	-	-	(1.182.152)	(1.089.006)
(-) Provisões do Convênio DPVAT	(465.568)	(325.149)	-	-	(465.568)	(325.149)
Total a ser coberto	10.952.776	9.753.079	200.945.705	157.582.965	211.898.481	167.336.044
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL) ⁽²⁾	-	-	168.337.785	128.864.259	168.337.785	128.864.259
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	7.164.637	6.018.361	23.273.027	18.159.359	30.437.664	24.177.720
Títulos públicos	5.882.012	5.488.115	14.187.009	13.078.481	20.069.021	18.566.596
Títulos privados	93.287	106.660	169.440	176.214	262.727	282.874
Ações	2.325	1.911	1.728.856	1.123.289	1.731.181	1.125.200
Total das garantias das provisões técnicas	13.142.261	11.615.047	207.696.117	161.401.602	220.838.378	173.016.649

(1) Dedução prevista no artigo 4º da Resolução Normativa ANS nº 392/15; e

(2) Os fundos de investimento "VGBL" e "PGBL" foram consolidados nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****f) Movimentação dos custos de aquisição diferidos (ativos de seguros)**

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do exercício	1.945.238	1.839.353
Constituições	1.940.226	1.924.261
Reversões	(2.135.220)	(1.818.376)
No fim do exercício	1.750.244	1.945.238

g) Movimentação dos ativos de resseguro

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do exercício	1.144.506	1.037.654
Constituição de provisões	667.908	828.630
Reversão de provisões	(485.724)	(481.971)
Sinistros recuperados	(173.908)	(231.592)
Atualização monetária e juros de sinistros	43.790	38.876
Outros	(10.378)	(47.091)
No fim do exercício	1.186.194	1.144.506

h) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Seguros, Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros brutos de resseguro ⁽¹⁾

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro:												
• No ano do aviso	3.652.298	1.701.439	1.151.871	2.058.559	2.414.674	2.647.298	3.134.409	3.020.829	3.708.479	4.160.984	3.821.255	-
• Um ano após o aviso	3.547.463	1.638.346	1.108.270	2.037.365	2.394.609	2.626.356	3.035.716	2.848.361	3.456.642	4.028.967	-	-
• Dois anos após o aviso	3.512.421	1.596.899	1.088.069	2.018.329	2.387.075	2.604.738	3.021.698	2.809.942	3.464.389	-	-	-
• Três anos após o aviso	3.521.835	1.593.526	1.094.795	2.015.921	2.403.020	2.604.061	3.041.626	2.839.210	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	3.522.930	1.598.083	1.102.364	2.046.000	2.418.649	2.600.194	3.071.989	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	3.531.986	1.600.766	1.102.595	2.044.644	2.428.252	2.625.442	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	3.544.482	1.608.667	1.127.609	2.056.612	2.431.363	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	3.569.405	1.601.931	1.140.708	2.072.169	-	-	-	-	-	-	-	-
• Oito anos após o aviso	3.593.037	1.607.644	1.158.436	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Nove anos após o aviso	3.611.965	1.631.287	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Dez anos após o aviso	3.618.567	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2016)	3.618.567	1.631.287	1.158.436	2.072.169	2.431.363	2.625.442	3.071.989	2.839.210	3.464.389	4.028.967	3.821.255	30.763.074
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.517.046)	(1.610.429)	(1.012.442)	(2.027.918)	(2.377.739)	(2.564.115)	(2.804.740)	(2.713.335)	(3.314.093)	(3.656.421)	(2.807.198)	(28.405.476)
Sinistros pendentes brutos de resseguro	101.521	20.858	145.994	44.251	53.624	61.327	267.249	125.875	150.296	372.546	1.014.057	2.357.598

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Seguros, Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros líquidos de resseguro ⁽¹⁾

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro:												
• No ano do aviso	3.139.915	1.421.768	859.651	1.791.249	2.260.194	2.440.426	2.804.706	2.815.311	3.523.133	3.805.260	3.661.006	-
• Um ano após o aviso	3.050.630	1.385.711	846.124	1.773.092	2.235.404	2.417.095	2.695.513	2.648.135	3.306.665	3.695.713	-	-
• Dois anos após o aviso	3.052.558	1.381.949	835.214	1.766.152	2.232.926	2.401.407	2.696.091	2.622.005	3.317.745	-	-	-
• Três anos após o aviso	3.070.824	1.379.442	844.636	1.769.942	2.251.003	2.418.057	2.705.326	2.658.925	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	3.088.336	1.386.605	850.115	1.791.739	2.268.293	2.425.973	2.729.230	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	3.115.450	1.392.108	857.121	1.797.090	2.281.206	2.452.938	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	3.131.064	1.401.024	868.958	1.810.770	2.291.650	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	3.156.282	1.404.940	873.978	1.822.466	-	-	-	-	-	-	-	-
• Oito anos após o aviso	3.181.438	1.410.894	884.796	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Nove anos após o aviso	3.195.839	1.433.785	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Dez anos após o aviso	3.187.897	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2016)	3.187.897	1.433.785	884.796	1.822.466	2.291.650	2.452.938	2.729.230	2.658.925	3.317.745	3.695.713	3.661.006	28.136.151
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.146.321)	(1.418.776)	(870.665)	(1.795.647)	(2.253.543)	(2.402.463)	(2.663.864)	(2.570.341)	(3.204.654)	(3.497.081)	(2.751.146)	(26.574.501)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	41.576	15.009	14.131	26.819	38.107	50.475	65.366	88.584	113.091	198.632	909.860	1.561.650

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Vida - Sinistros brutos de resseguro ⁽¹⁾

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro:												
• No ano do aviso	1.650.921	945.156	988.704	1.066.594	1.186.823	1.405.113	1.454.510	1.515.511	1.549.543	1.663.121	1.756.264	-
• Um ano após o aviso	1.670.773	936.504	1.002.393	1.086.712	1.184.392	1.389.126	1.438.976	1.501.178	1.583.794	1.660.309	-	-
• Dois anos após o aviso	1.679.142	948.451	1.022.193	1.109.334	1.196.591	1.396.523	1.455.520	1.536.865	1.585.359	-	-	-
• Três anos após o aviso	1.699.094	955.630	1.019.669	1.104.902	1.186.990	1.408.985	1.458.447	1.525.880	-	-	-	-
• Quatro anos após o aviso	1.733.618	958.823	1.018.979	1.113.203	1.199.975	1.409.080	1.462.686	-	-	-	-	-
• Cinco anos após o aviso	1.727.595	954.413	1.017.564	1.123.794	1.199.725	1.418.617	-	-	-	-	-	-
• Seis anos após o aviso	1.729.827	959.713	1.019.470	1.122.306	1.198.627	-	-	-	-	-	-	-
• Sete anos após o aviso	1.732.309	936.945	1.023.569	1.116.707	-	-	-	-	-	-	-	-
• Oito anos após o aviso	1.736.075	941.765	1.026.012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Nove anos após o aviso	1.739.553	946.689	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Dez anos após o aviso	1.778.648	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2016)	1.778.648	946.689	1.026.012	1.116.707	1.198.627	1.418.617	1.462.686	1.525.880	1.585.359	1.660.309	1.756.264	15.475.798
Pagamentos de sinistros efetuados	(1.726.943)	(916.324)	(999.687)	(1.088.527)	(1.139.637)	(1.345.933)	(1.376.414)	(1.400.089)	(1.266.145)	(1.284.349)	(1.297.092)	(13.841.140)
Sinistros pendentes brutos de resseguro	51.705	30.365	26.325	28.180	58.990	72.684	86.272	125.791	319.214	375.960	459.172	1.634.658

(1) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros, o montante de IBNER do produto "Vida" – R\$ 44.541 mil, os produtos "Saúde e Dental" – R\$ 2.311.116 mil, "DPVAT" – R\$ 136.177 mil, "Retrocessão" – R\$ 21.618 mil e estimativa de salvados e ressarcidos - R\$ (178.093) mil.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****36) Planos fechados de previdência complementar**

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano de Previdência Complementar é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário pelos funcionários e 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez), pela empresa. As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Banco Alvorada S.A. (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases (relativos aos ex-empregados do Baneb).

O Bradesco patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição definida, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, especialmente aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Bradesco patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, especialmente aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A., tendo solicitado a retirada de patrocínio em março de 2016, em tramitação.

Com a aquisição do HSBC Bank Brasil S.A., (atual Kirton Bank Brasil S.A.) o plano de previdência aberto, que era oferecido aos funcionários daquela Instituição, na modalidade de contribuição definida, foi descontinuado. A partir de outubro de 2016, os funcionários transferidos podem aderir ao Plano de Previdência oferecido aos funcionários do Bradesco.

O Kirton Bank Brasil S.A., Kirton Capitalização S.A., Kirton Corretora de Seguros S.A., Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a Kirton Seguros S.A. patrocinam um plano de benefício definido, denominado APABA, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., e a Kirton Administração de Serviços para Fundos de Pensão Ltda. patrocina a seus funcionários o Plano de Benefícios Kirton Prev, ambos administrados por meio do MultiBRA – Fundo de Pensão.

O Banco Losango S.A., Kirton Bank Brasil S.A. e a Credival – Participações, Administração e Assessoria Ltda. patrocinam três planos de previdência a seus funcionários, que são Plano de Benefícios Losango I – Parte Básica, Plano de Benefícios Losango I – Parte Suplementar e Plano Losango PREVMAIS, todos administrados pelo MultiBRA – Instituidor – Fundo Múltiplo.

O Bradesco assumiu as obrigações do Kirton Bank Brasil S.A. com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A.

As despesas com contribuições efetuadas em 2016 totalizaram R\$ 584.438 mil (2015 - R\$ 606.245 mil e 2014 - R\$ 622.807 mil).

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram em 2016 - R\$ 3.826.715 mil (2015 - R\$ 3.163.517 mil e 2014 - R\$ 2.949.691 mil).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A IAS 19 exige que o empregador reconheça, prospectivamente, a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefício definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial, e reconheça as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do resultado do período.

Conforme IAS 19 – Benefícios a Empregados, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuarial, recalcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros que reflete o novo cenário de taxa real de juros, tendo já reconhecido em suas demonstrações contábeis a obrigação devida.

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
(i) Obrigações com benefícios projetados:		
No início do exercício	1.162.005	1.182.761
Saldo oriundo de instituição adquirida	761.119	-
Custo do serviço corrente	(1.077)	(579)
Custo de juros	181.595	133.385
Contribuição do participante	2.831	2.590
Ganho/(perda) atuarial	182.762	(58.529)
Benefícios pagos	(147.842)	(97.623)
No encerramento do exercício	2.141.393	1.162.005
(ii) Ativos do plano pelo valor de mercado:		
No início do exercício	1.047.782	1.070.636
Saldo oriundo de instituição adquirida	883.858	-
Rendimento esperado	307.728	64.011
Contribuições recebidas:		
Empregador	33.515	8.168
Empregados	2.831	2.590
Benefícios pagos	(147.842)	(97.623)
No encerramento do exercício	2.127.872	1.047.782
(iii) Posição financiada:		
Planos deficitários	(130.293)	(131.849)
Plano superavitário	116.772	17.626
Saldo líquido	(13.521)	(114.223)

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Obrigações com benefícios projetados:			
Custo do serviço	(1.077)	(579)	641
Custo de juros sobre obrigações atuariais	181.595	133.385	127.082
Rendimento esperado dos ativos do plano	(174.937)	(120.960)	(116.965)
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	5.581	11.846	10.758

As obrigações acumuladas de planos de previdência estão incluídas na rubrica “Outros passivos”, no balanço patrimonial.

Em 2016, em decorrência de planos oriundos da aquisição do HSBC Brasil, registramos um passivo de planos de saúde, seguro de vida e pecúlio, no valor de R\$ 498.591 mil, sendo: (i) saldo assumido de

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

R\$ 453.768 mil; (ii) custo de juros e serviços de R\$ 23.288 mil; (iii) ganho atuarial de R\$ 34.674 mil; e (iv) benefícios pagos de R\$ (13.139) mil.

As premissas utilizadas para apurar as nossas obrigações com benefícios do plano e o custo periódico líquido dos benefícios em 2016 e 2015, para os planos de nossas controladas, foram as seguintes:

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Taxa de desconto presumida ⁽¹⁾	11,1%	12,7%
Taxa de retorno de longo prazo esperado dos ativos	11,1%	12,7%
Índice de aumento dos níveis de remuneração	4,8%	5,0%

(1) Em 2016, considera uma taxa de inflação de 4,8% e uma taxa de desconto de 6,0% a.a. (2015 – 5,0% e 7,3% a.a., respectivamente).

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior à inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do Bradesco		Ativos do Plano do Kirton	Ativos do Plano do Losango
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	Em 31 de dezembro
	2016	2015	2016	2015	2016	2016
Categorias de ativo:						
Renda variável	-	-	3,9%	8,9%	-	18,8%
Renda fixa	93,1%	92,0%	91,3%	83,0%	100,0%	81,2%
Imóveis	5,3%	6,3%	2,7%	2,4%	-	-
Outros	1,6%	1,7%	2,1%	5,7%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (11,1% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

Taxa de desconto	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
12,1%	Aumento de 1 p.p.	redução	(338.533)
10,1%	Redução de 1 p.p.	aumento	385.452

37) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****b) Passivos contingentes e obrigações – fiscais e previdenciárias**

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses e para processos originários de bancos adquiridos, com características peculiares, a apuração e a reavaliação do saldo necessário é realizada periodicamente, baseando-se na atualização do histórico de perda recente.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos e não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Organização.

Vale registrar a existência de expressiva quantidade de ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90.

Embora o Bradesco tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisadas cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o andamento de todos os processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

c) Obrigações – fiscais e previdenciárias

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Organização, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- PIS e Cofins – R\$ 2.320.261 mil (2015 – R\$ 2.115.466 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento;
- IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito – R\$ 1.913.208 mil (2015 – R\$ 1.880.905 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96, que só se aplicam às perdas provisórias;
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.385.456 mil (2015 – R\$ 1.080.640 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;
- INSS de Autônomos – R\$ 901.171 mil (2015 – R\$ 1.794.380 mil): discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos, instituída pela Lei Complementar nº 84/96, e regulamentações/alterações posteriores à alíquota de 20,0% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso I, artigo 22, da Lei nº 8.212/91, com nova redação contida na Lei nº 9.876/99;
- INSS - Contribuição ao SAT - R\$ 374.620 mil: em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos – Febraban, desde abril/07, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07; e
- PIS – R\$ 339.767 mil (2015 – R\$ 325.932 mil): pleiteia a compensação dos valores indevidamente pagos a maior nos anos-base de 1994 e 1995 a título de contribuição ao PIS, já compensados, provisionados quando da concessão da liminar, correspondentes ao excedente ao que seria devido sobre a base de cálculo constitucionalmente prevista, ou seja, receita bruta operacional, como definida na legislação do Imposto de Renda – conceito contido no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, nele não incluídas as receitas financeiras.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****d) Movimentação das outras provisões**

	R\$ mil		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias ⁽¹⁾⁽²⁾
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.048.442	4.202.950	8.112.925
Atualização monetária	454.045	409.236	705.036
Constituições líquidas de reversões e baixas	876.816	1.310.333	(1.236.705)
Saldo oriundo de Instituição adquirida ⁽³⁾	1.684.370	544.997	703.967
Pagamentos	(961.941)	(1.464.076)	(97.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.101.732	5.003.440	8.187.237
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.705.363	3.937.591	7.221.447
Atualização monetária	366.088	373.757	653.107
Constituições líquidas de reversões e baixas	883.887	983.576	250.501
Pagamentos	(906.896)	(1.091.974)	(12.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.048.442	4.202.950	8.112.925

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais;

(2) Em 2016, ocorreram reversões de provisões relativas: i) ao processo de INSS de autônomos, da controlada Bradesco Saúde, no montante de R\$ 1.081.528 mil; ii) ao processo de Pis – EC 17, no montante de R\$ 242.242 mil; e compensados: iii) pela constituição de provisão para contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, no montante de R\$ 215.668 mil; e

(3) HSBC Brasil.

e) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2006 a 2013, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no montante de R\$ 5.894.504 mil (2015 – R\$ 5.194.055 mil); b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas, que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 3.999.185 mil; c) ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 2.398.185 mil (2015 – R\$ 1.910.629 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios, que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; d) Autuações de IRPJ e CSLL, relativas às glosas de despesas e exclusões de 2007 a 2012 sobre receitas de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal, no montante de R\$ 1.653.942 mil (2015 – R\$ 908.915 mil); e) Autuações e glosas de compensações de PIS e Cofins, relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas, que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas, no montante de R\$ 1.317.238 mil; f) Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 760.436 mil (2015 – R\$ 1.200.403 mil); e g) Autuação de IRPJ e CSLL, cujo total monta em R\$ 459.962 mil (2015 – R\$ 421.035 mil), sobre lucro de empresas controladas domiciliadas no exterior, relativo aos anos calendários de 2008 e 2009.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

38) Outros passivos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Passivos financeiros		
Operações de cartões de crédito ⁽¹⁾	23.717.936	19.100.529
Operações de câmbio ⁽²⁾	17.975.291	13.263.836
Obrigações com cessões de crédito ⁽⁴⁾	8.761.827	7.519.809
Planos de capitalização	7.502.158	6.893.483
Negociação e intermediação de valores	2.569.881	2.716.075
Obrigações por aquisição de bens – arrendamento financeiro (Nota 38 a)	1.063.649	676.149
Outros passivos		
Recursos em trânsito de terceiros ⁽³⁾	7.068.452	6.382.059
Provisão para pagamentos a efetuar	6.997.168	5.605.489
Credores diversos	8.843.035	5.451.598
Sociais e estatutárias	4.631.237	3.770.172
Outros impostos a pagar	1.528.980	1.378.280
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.452.568	1.077.236
Outros	4.853.333	4.203.343
Total	96.965.515	78.038.058

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio;

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas sobre praças do país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior; e

(4) O Bradesco realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados no ativo como operações de crédito imobiliário no valor de R\$ 8.762.498 mil (2015 – R\$ 7.510.739 mil).

a) Abertura de prazo das operações de arrendamento financeiro e detalhes de arrendamentos operacionais

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Até 1 ano	578.965	475.211
De 1 a 2 anos	375.073	183.676
De 2 a 3 anos	109.611	17.262
Total	1.063.649	676.149

O total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis em 2016 é de R\$ 8.315.315 mil, sendo R\$ 911.723 mil até 1 ano, R\$ 3.512.338 mil entre 1 a 5 anos e R\$ 3.891.254 mil com mais de 5 anos.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****39) Patrimônio líquido****a) Capital e direitos dos acionistas****i. Composição do Capital Social em quantidade de ações**

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015 ⁽¹⁾
Ordinárias	2.776.801.011	2.776.801.011
Preferenciais	2.776.800.721	2.776.800.721
Subtotal	5.553.601.732	5.553.601.732
Em tesouraria (ordinárias)	(4.575.045)	(4.036.925)
Em tesouraria (preferenciais)	(17.141.588)	(17.141.589)
Total em circulação	5.531.885.099	5.532.423.218

ii. Movimentação do Capital Social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2014 ⁽¹⁾	2.772.974.845	2.764.940.693	5.537.915.538
Ações adquiridas e não canceladas	(210.760)	(5.281.560)	(5.492.320)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2015 ⁽¹⁾	2.772.764.085	2.759.659.133	5.532.423.218
Ações adquiridas e não canceladas	(538.119)	-	(538.119)
Quantidade de ações em circulação em 31.12.2016	2.772.225.966	2.759.659.133	5.531.885.099

(1) Todas as quantidades de ações apresentadas em períodos anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2016, na proporção de uma nova ação para cada 10 possuídas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2015, deliberou-se pela elevação do Capital Social em R\$ 5.000.000 mil, elevando-o de R\$ 38.100.000 mil para R\$ 43.100.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", de conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com bonificação de 20% em ações, mediante emissão de 841.454.808 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 420.727.426 ordinárias e 420.727.382 preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 2 (duas) ações novas para cada 10 (dez) ações da mesma espécie de que forem titulares, beneficiando os acionistas inscritos em 26 de março de 2015.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2016, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 8.000.000 mil, elevando-o de R\$ 43.100.000 mil para R\$ 51.100.000 mil, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 504.872.885 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 252.436.456 ordinárias e 252.436.429 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base.

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no Mercado Internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madrid – Espanha.

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

b) Reservas**Reservas de capital**

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio)

Os dividendos são calculados sobre o lucro societário, conforme determinado nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil. Companhias brasileiras podem pagar juros sobre capital próprio aos acionistas com base no patrimônio líquido, e tratar esses pagamentos como despesa dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social do Brasil. O encargo de juros notional é tratado para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de modo similar aos dividendos. O imposto de renda retido na fonte é devido e pago no momento do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Em 2016, a Organização distribuiu dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio) no valor de R\$ 6.975.782 mil, sendo atribuído, aos acionistas, o valor por ação de R\$ 1,20 ordinárias e R\$ 1,32 preferenciais (2015 – R\$ 6.034.964 mil, sendo R\$ 1,04 ordinárias e R\$ 1,14 preferenciais).

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas****40) Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigente nas datas das operações.

Os principais acionistas do Bradesco são a Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e a Fundação Bradesco. A Fundação Bradesco é uma entidade sem fins lucrativos, que há mais de 40 anos vem promovendo o desenvolvimento das potencialidades de crianças e jovens, por meio de escolas em regiões carentes.

As principais transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Controle conjunto e Coligadas (2)		Pessoal chave da administração (3)		Total	
	Em 31 de dezembro							
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativo								
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	1.033.479	223.874	-	-	1.033.479	223.874
Outros ativos	-	-	6.128	11.277	-	-	6.128	11.277
Passivo								
Recursos de clientes	1.374.940	114.245	62.928	47.436	86.594	69.429	1.524.462	231.110
Recursos de emissão de títulos	5.755.615	822.271	398.549	970.906	823.527	716.400	6.977.691	2.509.577
Sociais e estatutárias	1.770.149	1.279.382	-	-	-	-	1.770.149	1.279.382
Outros passivos	-	-	13.704	24.811	-	-	13.704	24.811

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil											
	Controladores(1)			Controle conjunto e Coligadas (2)			Pessoal chave da administração (3)			Total		
	Exercícios findos em 31 de dezembro											
	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Resultado												
Resultado líquido de juros	(1.129.931)	(78.813)	(48.065)	(41.814)	(426)	(34.732)	(108.333)	(88.344)	(81.337)	(1.280.078)	(167.583)	(164.134)
Outras receitas	-	-	-	360.286	337.070	43.663	-	-	-	360.286	337.070	43.663
Outras despesas	(2.391)	(2.160)	(1.485)	(224.444)	(246.504)	(110.544)	-	-	-	(226.835)	(248.664)	(112.029)

(1) Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., Titanium Holdings S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.;

(2) Empresas relacionadas; e

(3) Conselho de administração e diretoria.

Notas Explicativas**a) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, dos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear os Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 474.500 mil (2015 - R\$ 349.900 mil) para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R\$ 268.100 mil (2015 - R\$ 353.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Bradesco, em nome dos Diretores, que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Proventos	441.592	309.864	319.743
Total	441.592	309.864	319.743

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida	251.250	311.670	322.726
Total	251.250	311.670	322.726

A Organização não possui benefícios de longo prazo ou de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Outras informações**a) Conforme a legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:**

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são concedidos pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

b) Participação acionária

Notas Explicativas

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ações ordinárias	0,7%	0,6%
Ações preferenciais	1,1%	1,1%
Total de ações ⁽¹⁾	0,9%	0,8%

(1) Em 2016, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho Administração e da Diretoria totalizou 2,8% de ações ordinárias, 1,2% de ações preferenciais e 2,0% do total de ações (2015 – 2,7% de ações ordinárias, 1,1% de ações preferenciais e 1,9% do total de ações).

41) Itens não registrados no balanço patrimonial

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Compromissos de valores de crédito a liberar ⁽¹⁾	237.019.535	194.191.498
Beneficiários e garantias prestadas ⁽²⁾	78.949.483	69.882.893
Créditos abertos para importação	329.015	245.751
Total	316.298.033	264.320.142

(1) Inclui limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes *Corporate*.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

42) Normas, alterações e interpretações de normas

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicada para instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. A nova norma inclui novos modelos de classificação, sendo: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes na IAS 39, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. O IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" na IAS 39 por um modelo prospectivo de "perda de esperada de crédito" (ECL). Isso

Notas Explicativas

exigirá um julgamento considerável sobre como mudanças nos fatores econômicos que afeta ECLs. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A nova norma exigirá que a Organização revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras ainda estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma, contudo, espera-se um incremento na provisão para crédito, em decorrência da antecipação do reconhecimento da perda.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18), e é aplicável a partir de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 16 – *Leasing*. As principais alterações em relação a IAS 17 para arrendatários são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros e passivos em depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de itens de baixo valor. A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. A IFRS16 substitui a IAS17 e será aplicável a partir de 1º janeiro de 2019 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

43) Outras informações

1. Em janeiro de 2016, o Bradesco firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., a Caixa Econômica Federal e o Itaú Unibanco S.A., visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito ("GIC"), que desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias, de pessoas físicas e jurídicas que autorizarem expressamente a sua inclusão no banco de dados, conforme exigido pelas normas aplicáveis.
2. Entidades estruturadas não consolidadas são entidades que a Organização não consolida por não ter controle sobre elas, mas com as quais tem um envolvimento, contratual ou não contratual, e que proporcionam uma variabilidade dos retornos oriundos do seu desempenho. A Organização possui um envolvimento com entidades estruturadas por meio de administração de fundos de investimento e de carteiras gerando taxas de administração e administração de consórcios.

Dentre as principais entidades estruturadas não consolidadas, destacamos: (i) os fundos de investimentos mantidos pela Organização, que têm como natureza e envolvimento, a geração de taxas de administração e investimentos em cotas de fundos, cujos ativos dos fundos administrados e não consolidados, em 2016, foram de R\$ 426.390.575 mil (2015 – R\$ 344.075.899 mil) e as receitas auferidas, em 2016, de R\$ 1.079.653 mil (2015 – R\$ 1.054.424 mil e 2014 – R\$ 1.168.787 mil) e (ii) o consórcio o qual a natureza e o envolvimento está relacionado a geração de taxas de administração de cotas de consórcio, cujos os ativos, em 2016, foram de R\$ 71.075.119 mil (2015 – R\$ 57.440.902 mil) e as receitas auferidas foram, em 2016, de R\$ 1.278.753 mil (2015 – R\$ 1.040.109 mil e 2014 – R\$ 880.373 mil).

3. Em maio de 2016, o Bradesco tomou conhecimento do indiciamento de três membros de sua Diretoria Executiva, pela Polícia Federal, no âmbito da chamada "Operação Zelotes". Em julho de 2016, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra os três membros da Diretoria Executiva e um ex-membro de seu Conselho de Administração, que foi recebida pelo Juiz da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. A Administração conduziu criteriosa avaliação interna nos registros e documentos relacionados ao assunto e não encontrou evidências de qualquer ilegalidade praticada pelos seus representantes. Os Executivos do Bradesco já apresentaram as defesas prévias no processo criminal, apontando os fatos e as evidências que demonstram a sua inocência. O Bradesco está cooperando com as autoridades e os órgãos reguladores competentes, prestando as informações solicitadas, no Brasil e no exterior.

Notas Explicativas

Por conta das notícias veiculadas na mídia, quando do indiciamento na “Operação Zelotes”, uma ação coletiva (Class Action) foi ajuizada na Corte Distrital Americana de Nova York, em junho de 2016. Em setembro de 2016, o Bradesco compareceu, espontaneamente, aos autos da Class Action e acordou com a parte autora um prazo para a apresentação do pedido de extinção do processo até dezembro de 2016. Em outubro de 2016, o Autor Líder apresentou o aditamento da Petição Inicial, indicando como réus o Bradesco e três membros de sua Diretoria Executiva. Segundo a demanda, investidores que adquiriram American Depositary Shares (“ADS”) preferenciais do Bradesco, entre abril de 2012 e julho de 2016, teriam sofrido perdas provocadas pelo Bradesco em razão de suposta violação à lei de mercado de capitais norte-americana, conforme comunicado ao mercado em maio, junho e julho de 2016. Considerando que a demanda está em uma fase preliminar, não é possível por ora fazer uma classificação de risco e, ainda, não há elementos para sustentar uma avaliação do valor do respectivo risco.

4. As empresas, controladas pelo Bradesco, BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, bem como dois de seus Administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada “Operação Greenfield” da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Enseada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça Federal determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores dessas empresas. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R\$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal. Adicionalmente, as avaliações internas indicam não ter havido ilegalidades na condução das citadas atividades, conforme comunicado ao mercado em setembro de 2016. Até o momento, não há nenhuma indicação de que as apurações poderão resultar na responsabilização das referidas empresas.
5. Em outubro de 2016, a Bradesco Seguros S.A. (“Bradesco Seguros”) e a Swiss Re Corporate Solutions Ltd. (“Swiss Re Corso”) firmaram negócio pelo qual: (i) a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A (“Swiss Re Corporate Solutions Brasil”) assumirá as operações de seguros de P&C (*Property and Casualty*) e de transportes da Bradesco Seguros (“Seguros de Grandes Riscos”), passando a ter acesso exclusivo aos clientes Bradesco para explorar a comercialização dos Seguros de Grandes Riscos; e (ii) a Bradesco Seguros passará a deter participação acionária de 40% na Swiss Re Corporate Solutions Brasil e os demais 60% de participação acionária permanecerão com a sua controladora Swiss Re Corso. A transação está sujeita à aprovação das autoridades competentes e demais condições contratuais usuais para este tipo de transação.

44) Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco S.A. (Bradesco) é uma companhia aberta de direito privado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do Bradesco abrangem as demonstrações contábeis do Banco Bradesco, suas agências no exterior, empresas controladas no País e no exterior, Entidades de Propósito Específico (EPE) e os fundos de investimento nos quais as empresas da Organização são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3), no item "Controle". Essas demonstrações foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As demonstrações contábeis das sociedades de arrendamento mercantil, incluídas nesta consolidação, foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas, as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas controladas/coligadas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos e intangível (Nota 15a). A variação cambial das operações das agências e, também, dos investimentos no exterior está apresentada, basicamente, nas rubricas de resultado com instrumentos financeiros derivativos e de operações de empréstimos e repasses, para eliminar o efeito dos instrumentos de proteção desses investimentos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; cálculo de provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1º de fevereiro de 2017.

Notas Explicativas

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Em 31 de dezembro		
	Atividade	Participação total	
		2016	2015
Ramo Financeiro – País			
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	100,00%	100,00%
Banco Alvorada S.A.	Bancária	99,99%	99,99%
Banco Boavista Interatlântico S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	Cartões	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A. (1)	Banco de Investimentos	99,81%	99,80%
Banco Bradesco BERJ S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Cartões S.A.	Cartões	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. (5)	Bancária	99,99%	-
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%
Kirton Administradora de Consórcios Ltda. (5)	Adm. de Consórcios	100,00%	-
Kirton Bank Brasil S.A. (5) (6)	Bancária	100,00%	-
Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (5)	Corretora	99,97%	-
Tempo Serviços Ltda.	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior			
Banco Bradesco Argentina S.A.	Bancária	99,99%	99,99%
Banco Bradesco Europa S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (2)	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc.	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK.	Corretora	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização			
Atlântica Companhia de Seguros	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Argentina de Seguros S.A.	Seguradora	99,92%	99,92%
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	Capitalização	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%
Kirton Capitalização S.A. (5)	Capitalização	99,97%	-
Kirton Seguros S.A. (5)	Seguradora	98,08%	-
Kirton Vida e Previdência S.A. (5)	Previdência/Seguradora	100,00%	-
Odontoprev S.A.	Saúde Dental	50,01%	50,01%
Outras Atividades			
Andorra Holdings S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%
Bradesplan Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	Imobiliária	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Columbus Holdings S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Kirton Participações e Investimentos Ltda. (5)	Holding	100,00%	-
Nova Paiol Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%
União Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (3)			
Bradesco FI RF Master Previdência	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Master II Previdência	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

	Atividade	Em 31 de dezembro	
		Participação total	
		2016	2015
Bradesco FI RF Master IV Previdência (4)	Fundo de Investimento	100,00%	-
Bradesco FI Referenciado DI União	Fundo de Investimento	99,94%	99,80%
Bradesco FI Referenciado DI Performance	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Crédito Privado Master	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco <i>Private</i> FIC FI RF PGBL/VGBL Ativo	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.F.I. R.F. VGBL F10	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.F.I. R.F. VGBL F15	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.F.I. R.F. VGBL Fix	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

- (1) Aumento de participação, por subscrição de ações, em junho de 2016;
 (2) Está sendo consolidada a entidade de propósito específico denominada *International Diversified Payment Rights Company*, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento recebidas do exterior;
 (3) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios;
 (4) Consolidação do fundo a partir de abril de 2016;
 (5) Empresas oriundas da aquisição, em julho de 2016, do HSBC Brasil (Nota 35f); e
 (6) Nova denominação do HSBC Brasil (Kiron Bank).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco. Substancialmente, as operações das agências e de empresas controladas no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período nas rubricas de "Instrumentos Financeiros Derivativos" e "Operações de Empréstimos e Repasses".

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os prêmios de seguro saúde são registrados na conta de prêmios (resultado) ou provisão para prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo "DPVAT" são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Notas Explicativas

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A. (IRB), respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dessas operações é realizado de modo consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

As angariações e agenciamento das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de maneira linear, pelo prazo de 24 meses nas operações de seguro saúde e pelo prazo de 12 meses nas demais operações.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% de juros ao mês. As provisões técnicas são constituídas quando do registro contábil das respectivas receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até novembro de 2003 e de 5 anos após esta data. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custos de Aquisição", são reconhecidas contabilmente no resultado quando incorridas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 7.

e) Títulos e valores mobiliários – Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo

Notas Explicativas

custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 8 (a até c).

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se a sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contrapartida a contas de resultado ou de patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 8 (d até g).

g) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F

Notas Explicativas

• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação e receitas das operações de crédito, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 10.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Organização Bradesco constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Notas Explicativas

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 34.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

No caso da remuneração paga pela originação de operações de crédito ou de arrendamento mercantil aos correspondentes bancários, relativa às operações originadas nos anos de 2015 e 2016, o Bradesco optou pela ativação de parte do valor dessas remunerações, de acordo com a faculdade prevista na Circular Bacen nº 3.738/14.

A composição das despesas antecipadas está apresentada na Nota 12b.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas e de controle compartilhado, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As empresas controladas foram consolidadas, e a composição das principais empresas encontra-se na Nota 2. A composição das empresas coligadas e de controle compartilhado, bem como de outros investimentos, está apresentada na Nota 13.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% a 40% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, bem como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização, estão apresentados na Nota 14.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e

Notas Explicativas

- **Software:** são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 15.

m) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Os valores das perdas por *impairment* estão apresentados nas Notas 8c(6), 8h, 13a, 14 e 15c.

n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 16.

o) Provisões técnicas relacionadas às atividades de seguros, previdência e capitalização

- Seguros de danos, saúde e seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência:
 - A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, contemplando as operações de cessão em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros deduzidos dos custos iniciais de contratação, exceto para o seguro saúde e seguros de pessoas. A parcela desta provisão, correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE;
 - A provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios do seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha se iniciado;
 - A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas;
 - Para a carteira de planos de saúde individuais, no que se refere à cobertura de remissão por cinco anos para os dependentes do titular em caso de falecimento deste, constitui-se a provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC), cuja metodologia de cálculo leva em consideração, além da taxa de desconto de 5,1% ao ano, a expectativa de permanência dos titulares no plano até a sua saída do grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios;

Notas Explicativas

- Para o seguro saúde, a provisão matemática de benefício concedido (PMBC) é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde e pelos prêmios por pagamento dos segurados participantes do seguro Bradesco Saúde – “Plano GBS”, considerando uma taxa de desconto de 5,1% ao ano;
- Para o seguro saúde, a provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off*, mensais que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;
- Para seguro de danos, a provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da PSL na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência, e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação;
- Para seguro de pessoas, a provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 16 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;
- Para a carteira de seguro de pessoas adquirida, a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data base do cálculo. É calculada através do método Bornhuetter-Ferguson, utilizando como modelo matemático triângulos de “*run-off*” dos sinistros incorridos a partir 2001;
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) para os seguros de saúde e de pessoas considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e os custos relacionados, atualizados monetariamente;
- Relativamente às carteiras de seguros adquiridas, a provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída, com base em estimativas de indenizações, para os eventos ocorridos e, devidamente, notificados pelos segurados e/ou beneficiários até a data do balanço. Inclui ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas, a partir da análise de consultores jurídicos, para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. Contempla, também, uma estimativa de ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final;
- Para seguro de danos, a provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço corrigidos monetariamente, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos;
- A provisão de despesas relacionadas (PDR) para os seguros de pessoas é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer;
- Para seguro de danos, a provisão de despesas relacionadas é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda a carteira;

Notas Explicativas

- A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios e as portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;
- A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, *improvement* e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizadas pela Susep. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura; e
- Outras provisões são constituídas, para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado dos prêmios futuros e o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras, considerando-se a taxa de desconto de 5,1% ao ano.
- Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência:
 - A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nas contribuições líquidas, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE);
 - A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais;
 - A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) vinculadas a seguros de vida e planos de previdência da modalidade “gerador de benefícios livres” (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs);
 - A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios e as portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;
 - A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) é constituída para participantes que estão em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras relativas aos pagamentos de benefícios continuados;
 - A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O TAP é elaborado semestralmente e utiliza métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, *improvement* e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizadas pela Susep. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura;
 - A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer;

Notas Explicativas

- A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde à parte do rendimento financeiro obtido com a aplicação das provisões que excede a rentabilidade mínima dos planos de previdência com cláusula de participação em excedente financeiro;
 - A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não avisados com base em triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros nos últimos 96 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;
 - Relativamente às carteiras de seguros adquiridas, a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data base do cálculo. É calculada de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP 517/15 (alterada pela Circular SUSEP 521/15);
 - A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial; e
 - Relativamente às carteiras de seguros adquiridas, a provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída, com base em estimativas de indenizações, para os eventos ocorridos e devidamente notificados pelos segurados e/ou beneficiários até a data do balanço. Inclui ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas, a partir da análise de consultores jurídicos, para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. Contempla, também, os valores relativos a rendas vencidas e não pagas constantes da PMBC, que são baixadas desta e incluídas na PSL.
- Capitalização:
 - A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das quotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título;
 - A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos com prazos de vigência finalizados ou rescindidos, atualizada pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular;
 - A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. A metodologia de cálculo consiste na acumulação de aportes que provêm de percentuais de cotas de sorteios aplicáveis sobre os pagamentos, conforme estabelecido no plano e de baixas que provêm do valor equivalente ao risco decorrido. Os percentuais das cotas de sorteio são previamente definidos em nota técnica atuarial e não são modificados durante a vigência do título;
 - A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação; e
 - A provisão de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização de pagamento único – (PU).

Os valores das provisões técnicas por conta, por produto e por segmento, bem como os valores e composição dos ativos garantidores dessas provisões técnicas, estão apresentados na Nota 21.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

Notas Explicativas

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, estão apresentados na Nota 18.

q) Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, estão apresentadas nas Notas 16c e 19.

Notas Explicativas**r) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata dia*).

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 35.

Notas Explicativas

4) INFORMAÇÕES PARA EFEITO DE COMPARABILIDADE

A partir de julho de 2016, o Bradesco passou a consolidar as demonstrações contábeis consolidadas do HSBC Bank Brasil S.A. e suas controladas (HSBC Brasil) (Nota 35f). Apresentamos os principais saldos do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e demonstração de resultado do período de 1º de julho de 2016 a 30 de setembro de 2016:

	R\$ mil
	HSBC Brasil
Ativo	
Circulante e realizável a longo prazo	159.557.794
Disponibilidades	1.773.609
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.455.233
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	46.082.476
Relações Interfinanceiras e interdependências	17.041.653
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	45.196.643
Outros créditos	31.687.126
Outros valores e bens	321.054
Permanente	1.718.679
- Investimentos	44.244
- Imobilizado de uso	1.208.058
- Intangível	466.377
Total	161.276.473
Passivo	
Circulante e exigível a longo prazo	153.474.429
Depósitos à vista, a prazo e outros depósitos	64.876.504
Captações no mercado aberto	5.008.704
Recursos de aceites e emissão de títulos	37.570.595
Relações Interfinanceiras e interdependências	1.261.678
Obrigações por empréstimos e repasses	5.701.777
Instrumentos financeiros derivativos	2.246.825
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	15.296.887
Outras obrigações	21.511.459
Resultados de exercícios futuros	6.010
Participação em coligadas e controladas	19.633
Patrimônio líquido	7.776.401
Total	161.276.473
	R\$ mil
	HSBC Brasil
Receitas da intermediação financeira	6.026.518
Despesas da intermediação financeira	(3.819.971)
Margem financeira	2.206.547
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(1.187.495)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.019.052
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	96.930
Receitas de prestação de serviços	702.731
Despesas de pessoal	(1.136.594)
Outras despesas administrativas	(767.014)
Despesas tributárias	(242.233)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	30.215
Outras receitas / despesas operacionais	393.999
Resultado operacional	97.086
Resultado não operacional	(67.388)
IR/CS e participação minoritária	60.124
Lucro líquido	89.822

Em outubro de 2016, houve a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da cisão parcial do HSBC Brasil, mediante absorção de parcelas do seu Patrimônio por empresas da Organização, possibilitando avanço com a integração de plataformas operacionais e tecnológicas, resultando na substituição da marca HSBC na sua rede de atendimento, que passou a ser Bradesco. Desta forma, o Bradesco passou a operar com uma plataforma unificada (agências, ATMs e sistemas), a qual todos os

Notas Explicativas

clientes passam a ter acesso. O Bradesco agrega, a partir de agora, aos produtos e serviços já oferecidos aos clientes do HSBC Brasil, uma rede de atendimento de amplitude nacional, uma plataforma tecnológica de ponta e um portfólio de produtos e serviços ainda mais amplo.

Notas Explicativas**5) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO****a) Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial**

A Administração usa uma variedade de informações, incluindo as oriundas das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, elaboradas por critérios de consolidação que diferem, em parte, dos critérios do CPC 36, conforme descrito na Nota 2.

As principais diferenças de critérios de consolidação são demonstradas a seguir, através da Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2016				2015			
	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Ativo								
Circulante e realizável a longo prazo	1.148.507.298	8.654.972	105.111.756	1.262.274.026	1.000.515.282	7.839.794	51.412.744	1.059.767.820
Disponibilidades	14.518.120	178.510	-	14.696.630	17.299.879	157.618	-	17.457.497
Aplicações interfinanceiras de liquidez	177.635.629	566.852	(517.134)	177.685.347	140.644.248	286.510	(473.904)	140.456.854
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	440.010.105	3.980.138	105.882.672	549.872.915	354.336.059	1.222.260	52.025.646	407.583.965
Relações interfinanceiras e interdependências	59.006.812	-	-	59.006.812	55.728.603	-	-	55.728.603
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	347.041.036	447.516	-	347.488.552	333.496.811	357.582	-	333.854.393
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	(37.553.364)	(99.583)	-	(37.652.947)	(28.722.416)	(82.239)	-	(28.804.655)
Outros créditos e outros valores e bens	147.848.960	3.581.539	(253.782)	151.176.717	127.732.098	5.898.063	(138.998)	133.491.163
Ativo Permanente	31.099.817	185.097	-	31.284.914	18.392.629	1.594.253	-	19.986.882
Investimentos	7.038.394	(5.260.652)	-	1.777.742	5.824.255	(4.236.971)	-	1.587.284
Imobilizado de uso	7.722.638	242.316	-	7.964.954	5.495.852	275.726	-	5.771.578
Intangível	16.338.785	5.203.433	-	21.542.218	7.072.522	5.555.498	-	12.628.020
Total	1.179.607.115	8.840.069	105.111.756	1.293.558.940	1.018.907.911	9.434.047	51.412.744	1.079.754.702

Notas Explicativas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2016				2015			
	Balanco Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanco Patrimonial Gerencial	Balanco Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanco Patrimonial Gerencial
Passivo								
Circulante e exigível a longo prazo	1.078.238.708	7.742.386	105.111.756	1.191.092.850	929.082.644	8.338.439	51.412.744	988.833.827
Depósitos	234.235.678	(22.647)	-	234.213.031	195.784.251	(24.386)	-	195.759.865
Captações no mercado aberto	241.978.931	-	107.091.192	349.070.123	222.277.776	-	57.447.746	279.725.522
Recursos de emissões de títulos	150.807.358	-	-	150.807.358	109.546.548	-	-	109.546.548
Relações interfinanceiras e interdependências	7.089.003	-	-	7.089.003	6.384.085	-	-	6.384.085
Obrigações por empréstimos e repasses	58.196.002	-	-	58.196.002	70.337.884	-	-	70.337.884
Instrumentos financeiros derivativos	13.435.679	-	(1.037.927)	12.397.752	19.345.729	-	(5.560.675)	13.785.054
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	223.342.157	-	-	223.342.157	177.834.423	-	-	177.834.423
Outras obrigações	149.153.900	7.765.033	(941.509)	155.977.424	127.571.948	8.362.825	(474.327)	135.460.446
Resultados de exercícios futuros	477.185	-	-	477.185	523.545	4.969	-	528.514
Participação minoritária nas controladas	448.809	1.097.683	-	1.546.492	395.078	1.090.639	-	1.485.717
Patrimônio líquido	100.442.413	-	-	100.442.413	88.906.644	-	-	88.906.644
Total	1.179.607.115	8.840.069	105.111.756	1.293.558.940	1.018.907.911	9.434.047	51.412.744	1.079.754.702

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2016				2015			
	DRE Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	DRE Gerencial	DRE Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	DRE Gerencial
Receitas da intermediação financeira	162.203.853	539.432	5.721.823	168.465.108	133.188.251	438.161	6.145.500	139.771.912
Despesas da intermediação financeira	(84.699.782)	-	(7.851.832)	(92.551.614)	(85.432.625)	-	(7.703.192)	(93.135.817)
Margem financeira	77.504.071	539.432	(2.130.009)	75.913.494	47.755.626	438.161	(1.557.692)	46.636.095
PDD	(24.166.364)	(209.879)	-	(24.376.243)	(20.611.491)	(111.000)	-	(20.722.491)
Resultado bruto da intermediação financeira	53.337.707	329.553	(2.130.009)	51.537.251	27.144.135	327.161	(1.557.692)	25.913.604
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	4.592.776	-	-	4.592.776	5.950.672	-	-	5.950.672
Receitas de prestação de serviços	21.577.407	4.498.393	2.003.673	28.079.473	19.300.970	4.016.268	1.425.915	24.743.153
Despesas de pessoal	(17.271.076)	(707.134)	-	(17.978.210)	(14.328.559)	(638.216)	-	(14.966.775)
Outras despesas administrativas	(18.344.649)	(1.475.973)	496.994	(19.323.628)	(15.641.694)	(1.328.080)	465.582	(16.504.192)
Despesas tributárias	(6.331.651)	(492.768)	-	(6.824.419)	(4.791.745)	(436.094)	-	(5.227.839)
Resultado de participações em coligadas e de controle compartilhado	1.665.170	(1.447.603)	-	217.567	1.485.880	(1.343.215)	-	142.665
Outras receitas / despesas operacionais	(11.244.911)	(88.299)	(370.658)	(11.703.868)	(9.494.232)	(20.466)	(333.805)	(9.848.503)
Resultado operacional	27.980.773	616.169	-	28.596.942	9.625.427	577.358	-	10.202.785
Resultado não operacional	(821.095)	(15.223)	-	(836.318)	(512.262)	(86.864)	-	(599.126)
IR/CS e participação minoritária	(12.076.100)	(600.946)	-	(12.677.046)	8.076.470	(490.494)	-	7.585.976
Lucro líquido	15.083.578	-	-	15.083.578	17.189.635	-	-	17.189.635

- (1) Refere-se aos efeitos dos ajustes de consolidação, decorrente das empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Alelo, Crediare, etc.); e
(2) Refere-se, basicamente, aos efeitos dos ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos.

Notas Explicativas**b) Balanço patrimonial e demonstração do resultado por segmento - Gerencial**

Em linha com o CPC 22, as informações gerenciais por segmento, a seguir, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referente à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	Consolidado Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Ativo							
Circulante e realizável a longo prazo	960.329.197	117.428.452	255.302.664	8.374	2.758.109	(73.552.770)	1.262.274.026
Disponibilidades	22.876.722	1.308.974	107.100	7.558	163.598	(9.767.322)	14.696.630
Aplicações interfinanceiras de liquidez	175.487.143	2.198.204	-	-	-	-	177.685.347
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	292.474.064	16.429.776	241.861.097	660	1.723.847	(2.616.529)	549.872.915
Relações interfinanceiras e interdependências	59.006.812	-	-	-	-	-	59.006.812
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	309.322.478	97.365.223	-	-	-	(59.199.149)	347.488.552
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	(36.461.222)	(1.191.725)	-	-	-	-	(37.652.947)
Outros créditos e outros valores e bens	137.623.200	1.318.000	13.334.467	156	870.664	(1.969.770)	151.176.717
Permanente	103.258.671	39.958	11.413.787	3	954.801	(84.382.306)	31.284.914
Investimentos	77.753.353	-	8.199.605	-	207.090	(84.382.306)	1.777.742
Imobilizado de uso	6.385.292	25.820	1.526.275	3	27.564	-	7.964.954
Intangível	19.120.026	14.138	1.687.907	-	720.147	-	21.542.218
Total em 2016	1.063.587.868	117.468.410	266.716.451	8.377	3.712.910	(157.935.076)	1.293.558.940
Total em 2015	904.956.084	158.292.692	209.746.926	2.675	3.700.804	(196.944.479)	1.079.754.702
Passivo							
Circulante e exigível a longo prazo	960.766.550	70.613.784	232.110.541	1.053	1.153.692	(73.552.770)	1.191.092.850
Depósitos	216.886.621	27.323.423	-	-	-	(9.997.013)	234.213.031
Captações no mercado aberto	341.916.195	7.252.884	-	-	-	(98.956)	349.070.123
Recursos de emissão de títulos	147.443.481	5.815.118	-	-	-	(2.451.241)	150.807.358
Relações interfinanceiras e interdependências	7.089.003	-	-	-	-	-	7.089.003
Obrigações por empréstimos e repasses	99.777.466	17.706.929	-	-	-	(59.288.393)	58.196.002
Instrumentos financeiros derivativos	12.185.702	212.050	-	-	-	-	12.397.752
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	-	-	223.341.504	653	-	-	223.342.157
Outras obrigações	135.468.082	12.303.380	8.769.037	400	1.153.692	(1.717.167)	155.977.424
Resultados de exercícios futuros	452.085	-	22.146	-	2.954	-	477.185
Participação minoritária nas controladas	1.926.820	46.854.626	34.583.764	7.324	2.556.264	(84.382.306)	1.546.492
Patrimônio líquido	100.442.413	-	-	-	-	-	100.442.413
Total em 2016	1.063.587.868	117.468.410	266.716.451	8.377	3.712.910	(157.935.076)	1.293.558.940
Total em 2015	904.956.084	158.292.692	209.746.926	2.675	3.700.804	(196.944.479)	1.079.754.702

Notas Explicativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	DRE Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Receitas da intermediação financeira	138.177.378	3.711.649	27.546.271	-	223.035	(1.193.225)	168.465.108
Despesas da intermediação financeira	(70.727.879)	(1.621.409)	(21.395.551)	-	-	1.193.225	(92.551.614)
Margem financeira	67.449.499	2.090.240	6.150.720	-	223.035	-	75.913.494
PDD	(22.342.763)	(2.005.159)	-	-	-	(28.321)	(24.376.243)
Resultado bruto da intermediação financeira	45.106.736	85.081	6.150.720	-	223.035	(28.321)	51.537.251
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	-	4.592.754	22	-	-	4.592.776
Receitas de prestação de serviços	26.023.606	262.207	1.788.672	-	341.928	(336.940)	28.079.473
Despesas de pessoal	(16.176.004)	(149.391)	(1.384.443)	(472)	(267.900)	-	(17.978.210)
Outras despesas administrativas	(17.869.926)	(368.078)	(1.639.896)	(278)	(196.367)	750.917	(19.323.628)
Despesas tributárias	(5.786.570)	(17.621)	(939.220)	(181)	(80.827)	-	(6.824.419)
Resultado de participações em coligadas e de controle compartilhado	(5.830)	-	157.078	-	66.319	-	217.567
Outras receitas / despesas operacionais	(12.225.303)	(108.633)	800.639	973	214.088	(385.632)	(11.703.868)
Resultado operacional	19.066.709	(296.435)	9.526.304	64	300.276	24	28.596.942
Resultado não operacional	(881.703)	13.434	31.871	-	104	(24)	(836.318)
IR/CS e participação minoritária	(8.416.954)	(191.280)	(4.007.513)	(25)	(61.274)	-	(12.677.046)
Lucro líquido em 2016	9.768.052	(474.281)	5.550.662	39	239.106	-	15.083.578
Lucro líquido em 2015	10.439.209	1.314.464	5.289.658	(652)	146.956	-	17.189.635

- (1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras, empresas *holdings* que, basicamente, administram recursos financeiros, empresas administradoras de cartões de crédito, consórcios e de ativos;
- (2) Estão sendo eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre empresas do mesmo segmento;
- (3) Segmento "Grupo Segurador" é representado por empresas seguradoras, de previdência e de capitalização; e
- (4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes, bem como entre operações realizadas no país e exterior.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	12.432.290	9.215.083
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.085.650	8.084.654
Aplicações em ouro	180	142
Total de disponibilidades (caixa)	14.518.120	17.299.879
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	166.712.307	129.961.555
Total de caixa e equivalentes de caixa	181.230.427	147.261.434

- (1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Notas Explicativas**7) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ****a) Composição e prazos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada	84.074.852	-	-	-	84.074.852	19.129.297
• Notas do tesouro nacional	42.584.901	-	-	-	42.584.901	10.287.949
• Letras financeiras do tesouro	28.000.311	-	-	-	28.000.311	199.996
• Letras do tesouro nacional	13.211.900	-	-	-	13.211.900	8.274.844
• Debêntures	271.279	-	-	-	271.279	362.215
• Outros	6.461	-	-	-	6.461	4.293
Posição financiada	83.647.092	1.081.498	-	-	84.728.590	111.011.367
• Notas do tesouro nacional	36.771.099	1.031.173	-	-	37.802.272	67.622.765
• Letras do tesouro nacional	29.552.172	50.325	-	-	29.602.497	43.388.602
• Letras financeiras do tesouro	17.323.821	-	-	-	17.323.821	-
Posição vendida	978.509	124.786	-	-	1.103.295	370.759
• Letras do tesouro nacional	978.509	124.786	-	-	1.103.295	370.759
Subtotal	168.700.453	1.206.284	-	-	169.906.737	130.511.423
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.586.512	1.613.652	1.748.334	780.394	7.728.892	10.167.660
• Provisões para perdas	-	-	-	-	-	(34.835)
Subtotal	3.586.512	1.613.652	1.748.334	780.394	7.728.892	10.132.825
Total em 2016	172.286.965	2.819.936	1.748.334	780.394	177.635.629	
%	97,0	1,6	1,0	0,4	100,0	
Total em 2015	134.689.717	4.196.518	1.242.882	515.131		140.644.248
%	95,8	3,0	0,9	0,3		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
• Posição bancada	1.104.879	302.249
• Posição financiada	20.720.128	19.708.089
• Posição vendida	283.547	382.362
Subtotal	22.108.554	20.392.700
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	678.105	529.716
Total (Nota 8h)	22.786.659	20.922.416

Notas Explicativas**8) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Resumo da classificação consolidada dos títulos e valores mobiliários por segmentos de negócio e emissor

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Financeiras	Seguradoras e Capitalização	Previdência	Outras Atividades	2016	%	2015	%
Títulos para negociação	47.593.479	15.329.487	156.878.238	13.233	219.814.437	50,0	163.803.009	46,3
- Títulos públicos	20.656.173	11.592.725	137.588.919	13.233	169.851.050	38,7	96.025.195	27,1
- Títulos privados	9.996.788	3.721.414	19.284.240	-	33.002.442	7,5	48.744.833	13,8
- Instrumentos financeiros derivativos (1) (5)	16.940.518	15.348	5.079	-	16.960.945	3,8	19.032.981	5,4
Títulos disponíveis para venda (2)	153.122.175	13.371.538	10.683.347	37.941	177.215.001	40,3	150.529.491	42,5
- Títulos públicos	93.506.974	11.846.936	8.863.180	33.265	114.250.355	26,0	95.509.800	27,0
- Títulos privados	59.615.201	1.524.602	1.820.167	4.676	62.964.646	14,3	55.019.691	15,5
Títulos mantidos até o vencimento (2)	12.772.270	5.158.754	25.049.643	-	42.980.667	9,7	40.003.560	11,2
- Títulos públicos	33.084	5.158.754	25.049.643	-	30.241.481	6,9	27.446.114	7,7
- Títulos privados	12.739.186	-	-	-	12.739.186	2,8	12.557.446	3,5
Total geral	213.487.924	33.859.779	192.611.228	51.174	440.010.105	100,0	354.336.060	100,0
- Títulos públicos	114.196.231	28.598.415	171.501.742	46.498	314.342.886	71,6	218.981.109	61,8
- Títulos privados	99.291.693	5.261.364	21.109.486	4.676	125.667.219	28,4	135.354.951	38,2
Total geral	213.487.924	33.859.779	192.611.228	51.174	440.010.105	100,0	354.336.060	100,0

Notas Explicativas**b) Classificação consolidada por categorias, prazos e segmentos de negócio****l) Títulos para negociação**

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2016							2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Marcação a mercado
- Financeiras	20.621.348	3.007.530	2.905.899	21.058.702	47.593.479	57.093.937	(9.500.458)	46.439.100	(7.425.053)
Letras financeiras do tesouro	48.689	2.146	267.714	10.316.750	10.635.299	10.659.393	(24.094)	8.469.748	19
Notas do tesouro nacional	63.523	200.947	14.452	5.946.429	6.225.351	5.965.910	259.441	3.357.152	(147.651)
Letras financeiras	222.584	1.308.336	2.056.795	263.705	3.851.420	3.841.857	9.563	5.082.350	(53.579)
Debêntures	39.488	16.499	189.039	1.583.753	1.828.779	2.061.571	(232.792)	2.836.491	(131.116)
Letras do tesouro nacional	224.866	40.605	241.829	1.561.226	2.068.526	2.060.425	8.101	1.272.078	(5.352)
Títulos da dívida externa brasileira	1.307.266	-	-	50.759	1.358.025	1.359.932	(1.907)	1.426.416	(8.476)
Instrumentos financeiros derivativos (1) (5)	15.733.757	973.846	120.004	112.912	16.940.519	26.288.637	(9.348.118)	18.976.270	(7.046.069)
Outros	2.981.175	465.151	16.066	1.223.168	4.685.560	4.856.212	(170.652)	5.018.595	(32.829)
- Seguradoras e Capitalização	4.113.817	156.763	272.742	10.786.165	15.329.487	15.290.414	39.073	12.074.786	16
Letras financeiras do tesouro	551.489	-	24.237	10.419.078	10.994.804	10.994.804	-	6.599.859	-
Letras financeiras	-	118.683	190.136	140.791	449.610	449.610	-	737.567	-
Certificados de depósito bancário	7.441	848	2.056	21.191	31.536	31.536	-	24.076	-
Debêntures	-	-	56.313	25.749	82.062	82.062	-	98.937	-
Outros	3.554.887	37.232	-	179.356	3.771.475	3.732.402	39.073	4.614.347	16
- Previdência	2.752.181	3.108.333	5.952.779	145.064.945	156.878.238	156.878.238	-	105.248.360	(525)
Letras financeiras do tesouro	204.909	-	168.974	53.712.240	54.086.123	54.086.123	-	40.752.073	-
Notas do tesouro nacional	32.528	49.849	28.466	46.987.085	47.097.928	47.097.928	-	18.942.698	-
Letras do tesouro nacional	95.273	-	99.122	36.210.471	36.404.866	36.404.866	-	14.690.041	(525)
Letras financeiras	691.674	2.947.352	5.321.593	4.719.711	13.680.330	13.680.330	-	8.843.506	-
Debêntures	-	69.849	227.950	3.291.140	3.588.939	3.588.939	-	2.570.750	-
Outros	1.727.797	41.283	106.674	144.298	2.020.052	2.020.052	-	19.449.292	-
- Outras atividades	-	-	-	13.233	13.233	13.233	-	40.763	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	13.233	13.233	13.233	-	40.763	-
Total geral	27.487.346	6.272.626	9.131.420	176.923.045	219.814.437	229.275.822	(9.461.385)	163.803.009	(7.425.562)
Instrumentos financeiros derivativos (passivo) (5)	(12.428.600)	(534.525)	(279.662)	(192.892)	(13.435.679)	(11.700.293)	(1.735.386)	(19.345.729)	(5.844.034)

Notas Explicativas**II) Títulos disponíveis para venda**

Títulos (6)	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2016							2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (3) (4)	Marcação a mercado
- Financeiras	11.375.087	4.216.131	5.123.942	132.407.015	153.122.175	154.734.241	(1.612.066)	128.547.093	(5.151.116)
Letras do tesouro nacional	732.946	-	4.363.795	52.049.807	57.146.548	56.431.511	715.037	37.627.316	(121.382)
Debêntures	407.659	1.162.184	496.636	36.667.559	38.734.038	40.186.976	(1.452.938)	30.087.779	(6.578)
Notas do tesouro nacional	2.729.317	2.085.986	-	28.650.163	33.465.466	33.103.181	362.285	35.749.489	(1.365.727)
Títulos privados no exterior	1.657	37.211	50.188	10.995.554	11.084.610	11.748.186	(663.576)	11.632.913	(3.472.453)
Ações	6.233.775	-	-	-	6.233.775	6.656.492	(422.717)	6.875.158	(1.312)
Letras financeiras do tesouro	129.989	42.210	11.498	2.145.604	2.329.301	2.331.554	(2.253)	600.390	83
Notas promissórias	97.300	512.489	201.825	297.669	1.109.283	1.102.127	7.156	1.496.559	11.622
Certificados de recebíveis imobiliários	21.468	-	-	918.575	940.043	1.143.770	(203.727)	1.141.709	(139.861)
Outros	1.020.976	376.051	-	682.084	2.079.111	2.030.444	48.667	3.335.780	(55.508)
- Seguradoras e Capitalização	3.190.045	-	95.245	10.086.248	13.371.538	13.581.045	(209.507)	12.132.334	(1.063.767)
Notas do tesouro nacional	776.603	-	-	9.161.933	9.938.536	10.407.515	(468.979)	6.970.593	(1.131.681)
Letras do tesouro nacional	899.543	-	94.367	756.499	1.750.409	1.735.577	14.832	4.113.627	(51.225)
Ações	1.473.738	-	-	-	1.473.738	1.241.899	231.839	980.756	141.330
Outros	40.161	-	878	167.816	208.855	196.054	12.801	67.358	(22.191)
- Previdência	1.728.856	22.165	109.331	8.822.995	10.683.347	9.744.840	938.507	9.844.992	(475.207)
Notas do tesouro nacional	-	22.165	108.867	8.706.967	8.837.999	7.935.799	902.200	8.270.802	(379.943)
Ações	1.728.856	-	-	-	1.728.856	1.691.946	36.910	1.123.289	(68.703)
Debêntures	-	-	-	91.311	91.311	91.899	(588)	95.659	4.138
Outros	-	-	464	24.717	25.181	25.196	(15)	355.242	(30.699)
- Outras atividades	4.676	-	-	33.265	37.941	33.308	4.633	5.072	5.063
Outros	4.676	-	-	33.265	37.941	33.308	4.633	5.072	5.063
Subtotal	16.298.664	4.238.296	5.328.518	151.349.523	177.215.001	178.093.434	(878.433)	150.529.491	(6.685.027)
Hedge - fluxo de caixa (Nota 8f)	-	-	-	-	-	-	43.190	-	(69.291)
Títulos reclassificados para categoria "Títulos mantidos até o vencimento" (2)	-	-	-	-	-	-	(224.619)	-	(106.215)
Total geral	16.298.664	4.238.296	5.328.518	151.349.523	177.215.001	178.093.434	(1.059.862)	150.529.491	(6.860.533)

Notas Explicativas**III) Títulos mantidos até o vencimento**

Títulos (2)	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2016							2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado (3)	Valor de mercado (4)	Mais (menos) valia não contabilizada	Valor de custo atualizado (3)	Mais (menos) valia não contabilizada
- Financeiras	-	-	-	12.772.270	12.772.270	11.443.461	(1.328.809)	12.598.538	(1.328.973)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	12.739.187	12.739.187	11.379.323	(1.359.864)	12.557.446	(1.331.390)
Outros	-	-	-	33.083	33.083	64.138	31.055	41.092	2.417
- Seguradoras e Capitalização	-	-	-	5.158.754	5.158.754	5.620.790	462.036	4.704.538	(375.634)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.158.754	5.158.754	5.620.790	462.036	4.704.538	(375.634)
- Previdência	-	-	-	25.049.643	25.049.643	27.169.137	2.119.494	22.700.484	315.077
Notas do tesouro nacional	-	-	-	25.049.643	25.049.643	27.169.137	2.119.494	22.700.484	315.077
Total geral	-	-	-	42.980.667	42.980.667	44.233.388	1.252.721	40.003.560	(1.389.530)

Notas Explicativas**c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação**

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2016 (3) (4)	Total em 2015 (3) (4)
Carteira própria	27.546.587	7.165.310	12.288.461	287.339.597	334.339.955	291.972.487
Títulos de renda fixa	14.718.380	7.165.310	12.288.461	287.339.597	321.511.748	282.354.440
• Notas do tesouro nacional	3.748.730	72.014	108.867	100.385.960	104.315.571	79.562.447
• Letras financeiras do tesouro	852.170	127	387.606	70.735.376	71.975.279	54.415.009
• Letras do tesouro nacional	2.310.945	-	2.876.718	50.997.485	56.185.148	41.381.767
• Debêntures	447.147	1.248.532	969.937	41.705.148	44.370.764	35.732.128
• Certificados de recebíveis imobiliários	21.468	-	-	13.900.480	13.921.948	13.919.080
• Letras financeiras	940.141	4.750.423	7.568.524	5.124.207	18.383.295	14.724.654
• Títulos privados no exterior	187.024	179.281	66.180	2.611.497	3.043.982	8.252.434
• Títulos de governos estrangeiros	42.777	-	-	325.455	368.232	2.220.799
• Títulos da dívida externa brasileira	1.307.266	-	-	472.868	1.780.134	1.472.300
• Notas promissórias	195.403	512.489	201.825	358.690	1.268.407	1.737.054
• Certificados de depósito bancário	29.230	401.628	2.056	21.191	454.105	4.000.876
• Outros	4.636.079	816	106.748	701.240	5.444.883	24.935.892
Títulos de renda variável	12.828.207	-	-	-	12.828.207	9.618.047
• Ações de companhias abertas (provisão técnica)	1.731.181	-	-	-	1.731.181	1.162.338
• Ações de outras companhias	11.097.026	-	-	-	11.097.026	8.455.709
Títulos vinculados	485.240	2.371.766	1.856.450	76.382.215	81.095.671	38.286.863
A compromisso de recompra	-	2.312.436	1.710.561	58.921.455	62.944.452	28.421.238
• Letras do tesouro nacional	-	-	1.688.182	28.636.818	30.325.000	9.005.742
• Títulos privados no exterior	-	-	-	8.642.151	8.642.151	4.306.897
• Notas do tesouro nacional	-	2.286.932	810	19.352.380	21.640.122	14.869.554
• Letras financeiras do tesouro	-	25.504	21.569	2.187.265	2.234.338	239.045
• Outros	-	-	-	102.841	102.841	-
Ao Banco Central	120.363	-	461	53.383	174.207	22.065
• Letras do tesouro nacional	-	-	461	53.383	53.844	22.065
• Letras financeiras do tesouro	120.363	-	-	-	120.363	-
Moedas de privatização	-	-	-	48.706	48.706	52.472
A prestação de garantias	364.877	59.330	145.428	17.358.671	17.928.306	9.791.088

Notas Explicativas

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2016 (3) (4)	Total em 2015 (3) (4)
• Notas do tesouro nacional	-	-	42.109	9.094.299	9.136.408	5.207.012
• Letras do tesouro nacional	-	40.605	38.729	5.157.724	5.237.058	2.697.150
• Letras financeiras do tesouro	2.709	18.725	64.590	3.106.648	3.192.672	1.877.455
• Outros	362.168	-	-	-	362.168	9.471
Instrumentos financeiros derivativos (1) (5)	15.754.183	973.846	120.004	112.912	16.960.945	19.032.981
Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação	-	-	195.023	7.418.511	7.613.534	5.043.729
• Letras do tesouro nacional	-	-	195.023	5.739.971	5.934.994	4.888.270
• Notas do tesouro nacional	-	-	-	926.099	926.099	155.459
• Letras financeiras do tesouro	-	-	-	752.441	752.441	-
Total geral	43.786.010	10.510.922	14.459.938	371.253.235	440.010.105	354.336.060
%	10,0	2,4	3,3	84,3	100,0	100,0

- (1) Para efeito de comparabilidade com o critério adotado pela Circular nº 3.068/01 do Bacen e pela característica dos títulos, estamos considerando os instrumentos financeiros derivativos, exceto aqueles considerados como *hedge* de fluxo de caixa, na categoria "Títulos para Negociação";
- (2) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Bradesco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. A marcação a mercado dos títulos, que foram transferidos da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para a categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento", em junho de 2015 e em dezembro de 2013, foi mantida no Patrimônio Líquido e será reconhecida no resultado pelo prazo remanescente desses títulos, conforme a Circular nº 3.068/01 do Bacen;
- (3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
- (4) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
- (5) Inclui *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos. Para uma melhor análise dessas rubricas, considerar o efeito líquido das mesmas (Nota 8d II); e
- (6) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve perdas por *impairment*, no valor de R\$ 1.372.488 mil, relacionadas à títulos classificados na categoria Disponível para Venda (2015 – R\$ 424.522 mil).

Notas Explicativas

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos do Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (CETIP) e na BM&FBOVESPA.

As operações envolvendo contratos futuros de taxa de juros, de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição e nas operações para atendimento das necessidades dos clientes do Bradesco.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

Notas Explicativas**I) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016		2015	
	Valor de referência	Valor líquido	Valor de referência	Valor líquido
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	138.474.592	-	154.697.805	-
- Mercado interfinanceiro	111.026.397	16.348.810	120.562.790	70.073.264
- Moeda estrangeira (1)	27.399.904	-	34.101.616	-
- Outros	48.291	47.324	33.399	-
Compromissos de venda:	153.368.572	-	91.914.641	-
- Mercado interfinanceiro (2)	94.677.587	-	50.489.526	-
- Moeda estrangeira (3)	58.690.018	31.290.114	41.360.434	7.258.818
- Outros	967	-	64.681	31.282
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	13.062.057	-	4.427.686	-
- Mercado interfinanceiro	5.467.042	711.254	3.840.166	201.976
- Moeda estrangeira	7.567.515	4.731.221	559.071	-
- Outros	27.500	27.500	28.449	-
Compromissos de venda:	7.592.082	-	9.901.395	-
- Mercado interfinanceiro	4.755.788	-	3.638.190	-
- Moeda estrangeira	2.836.294	-	6.233.860	5.674.789
- Outros	-	-	29.345	896
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	16.681.944	-	15.132.203	-
- Moeda estrangeira	16.633.033	-	15.014.083	-
- Outros	48.911	-	118.120	-
Compromissos de venda:	19.624.952	-	16.206.711	-
- Moeda estrangeira	18.036.707	1.403.674	16.056.742	1.042.659
- Outros	1.588.245	1.539.334	149.969	31.849
Contratos de swap				
Posição ativa:	79.574.142	-	125.698.733	-
- Mercado interfinanceiro	20.405.389	11.593.816	45.695.726	-
- Prefixados	50.100.855	25.274.411	43.858.054	40.363.110
- Moeda estrangeira	7.276.143	-	33.543.125	22.011.883
- IGP-M	768.950	-	1.336.950	1.141.950
- Outros	1.022.805	-	1.264.878	-
Posição passiva:	50.948.335	-	72.328.360	-
- Mercado interfinanceiro	8.811.573	-	53.980.094	8.284.368
- Prefixados	24.826.444	-	3.494.944	-
- Moeda estrangeira	14.201.872	6.925.729	11.531.242	-
- IGP-M	1.010.500	241.550	195.000	-
- Outros	2.097.946	1.075.141	3.127.080	1.862.202

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

- (2) Inclui, em 31 de dezembro de 2015, *hedge* de fluxo de caixa para proteção do compromisso firme, relativo ao contrato de compra e venda de ações, no valor de R\$ 20.250.293 mil;
- (3) Inclui, em 31 de dezembro de 2016, *hedge* de fluxo de caixa para proteção de aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 21.502.218 mil (2015 – R\$ 28.251.095 mil) (Nota 8f); e
- (4) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior, os quais totalizam R\$ 47.266.464 mil (2015 – R\$ 56.280.814 mil).

Notas Explicativas**II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2016			2015		
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Ajuste a receber – <i>swap</i> (1)	22.759.626	(9.313.969)	13.445.657	23.592.073	(7.028.285)	16.563.788
Ajuste a receber - futuro	9.021	-	9.021	75.217	-	75.217
Compras a termo a receber	150.086	-	150.086	1.863.780	-	1.863.780
Vendas a termo a receber	3.035.377	-	3.035.377	322.215	-	322.215
Prêmios de opções a exercer	354.953	(34.149)	320.804	225.765	(17.784)	207.981
Total do ativo (A)	26.309.063	(9.348.118)	16.960.945	26.079.050	(7.046.069)	19.032.981
Ajuste a pagar - <i>swap</i>	(8.749.335)	(1.735.313)	(10.484.648)	(10.112.722)	(5.863.369)	(15.976.091)
Ajuste a pagar - futuro	(19.164)	-	(19.164)	(20.614)	-	(20.614)
Compras a termo a pagar	(1.084.258)	-	(1.084.258)	(47.195)	-	(47.195)
Vendas a termo a pagar/outros	(1.584.951)	-	(1.584.951)	(3.180.895)	-	(3.180.895)
Prêmios de opções lançadas	(262.585)	(73)	(262.658)	(140.269)	19.335	(120.934)
Total do passivo (B)	(11.700.293)	(1.735.386)	(13.435.679)	(13.501.695)	(5.844.034)	(19.345.729)
Efeito Líquido (A-B)	14.608.770	(11.083.504)	3.525.266	12.577.355	(12.890.103)	(312.748)

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

III) Contratos futuros, de opções, de termo e de *swap* – (Valor de Referência)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
Contratos futuros (1)	159.796.841	9.530.011	9.844.936	112.671.376	291.843.164	246.612.446
Contratos de opções	16.550.098	587.986	2.988.624	527.431	20.654.139	14.329.081
Contratos a termo	20.894.960	7.554.290	4.453.133	3.404.513	36.306.896	31.338.914
Contratos de <i>swap</i> (1)	18.606.093	11.307.608	8.824.006	91.784.770	130.522.477	198.027.093
Total em 2016	215.847.992	28.979.895	26.110.699	208.388.090	479.326.676	
Total em 2015	257.751.834	55.752.780	39.247.229	137.555.691		490.307.534

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

Notas Explicativas**IV) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Títulos públicos		
Letras do tesouro nacional	2.840.800	94.479
Notas do tesouro nacional	4.443.424	3.166.558
Total	7.284.224	3.261.037

V) Valores das receitas e das despesas líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contratos de swap (1)	2.794.186	(178.784)
Contratos a termo	386.374	9.086
Contratos de opções	(216.376)	132.730
Contratos futuros (1) (2)	7.542.861	(4.147.980)
Variação cambial de ativos e passivos no exterior	(3.487.087)	4.470.840
Total (Nota 8h)	7.019.958	285.892

- (1) Inclui, o resultado e o respectivo ajuste ao valor de mercado do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior; e
- (2) Inclui, o resultado e o respectivo ajuste ao valor de mercado do *hedge* do compromisso firme, relativo ao contrato de compra e venda de ações, que foi compensado, totalmente, pelo ajuste do valor de mercado do objeto de *hedge* (Nota 35f).

VI) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
BM&FBOVESPA (bolsa)	298.318.114	194.819.447
CETIP (balcão)	154.396.924	251.873.527
Exterior (bolsa) (1)	16.835.168	25.776.762
Exterior (balcão) (1)	9.776.470	17.837.798
Total	479.326.676	490.307.534

- (1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

e) Derivativos de crédito (Credit Default Swap – CDS)

Em 31 de dezembro de 2016, o Bradesco mantinha derivativos de crédito (CDS), com as seguintes características: do risco recebido de *Swaps* de créditos, cujos ativos subjacentes são “títulos de dívidas emitidas por empresas” é de R\$ 114.069 mil, (2015 – R\$ 136.668 mil) e “títulos da dívida pública brasileira” é de R\$ 668.115 e do risco transferido de *Swaps* de créditos, cujos ativos subjacentes são “derivativos da dívida pública brasileira”, é de R\$ (16.296) mil, totalizando um valor de risco de crédito total líquido de R\$ 765.888 mil, (2015 – R\$ 136.668 mil), cujo efeito no cálculo do patrimônio líquido exigido é de R\$ 11.977 mil (2015 - R\$ 15.033 mil). Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2021. A marcação a mercado das taxas de proteção, que remunera a contraparte receptora do risco, totaliza R\$ (1.067) mil, (2015 - R\$ 42 mil). Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

Notas Explicativas**f) Hedge de fluxo de caixa**

Em 31 de dezembro de 2016, o Bradesco constituiu *hedge* contábil, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa de recebimentos de juros de aplicações em títulos, referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro, no montante de R\$ 21.502.218 mil (2015 – R\$ 28.251.095 mil), tendo como objeto de *hedge* os títulos referenciados em DI, no montante de R\$ 21.476.571 mil (2015 – R\$ 25.541.835 mil), tornando o fluxo de caixa prefixado. O ajuste a mercado destas operações registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 43.190 mil (2015 – R\$ (73.843) mil), líquido dos efeitos tributários foi de R\$ 25.914 mil (2015 – R\$ (44.306) mil). O valor de mercado não efetivo registrado em resultado foi de R\$ (9.815) mil. Em 31 de dezembro de 2015, o Bradesco constituiu *hedge* contábil, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa de pagamentos de juros das captações, referente ao risco de taxa de juros variável do DI, sendo negociados contratos de DI Futuro na BM&FBOVESPA, no montante de R\$ 20.038.119 mil, tendo como objeto de *hedge* as captações referenciadas ao DI, no montante de R\$ 20.334.375 mil, tornando o fluxo de caixa prefixado. O ajuste a mercado destas operações registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 4.552 mil, líquido dos efeitos tributários foi de R\$ 2.731 mil. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

g) Hedge de risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2015, o Bradesco possuía *hedge* de risco de mercado, utilizando-se contratos futuros e, posteriormente, com disponibilidades em moedas estrangeiras, que geraram R\$ 1.406.154 mil, com o objetivo de proteção dos efeitos da variação cambial do compromisso firme, relativo ao contrato de compra e venda de ações (Nota 35f), que produziram um ajuste a valor de mercado de R\$ (1.761.964) mil. O efeito destas operações registrado em resultado foi de R\$ (355.810) mil. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

h) Resultado com títulos e valores mobiliários, resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Títulos de renda fixa (1)	21.262.919	18.465.008
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7b)	22.786.659	20.922.416
Títulos de renda variável (2)	(215.928)	158.396
Subtotal	43.833.650	39.545.820
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização (3)	33.140.993	16.262.707
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8d V)	7.019.958	285.892
Total	83.994.601	56.094.419

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, inclui as perdas por *impairment*, no montante de R\$ 1.236.307 mil;

(2) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, inclui as perdas por *impairment*, no montante de R\$ 108.294 mil (2015 – R\$ 135.850 mil); e

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, inclui as perdas por *impairment*, no montante de R\$ 27.887 mil (2015 – R\$ 288.672 mil).

Notas Explicativas**9) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS****a) Créditos vinculados**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Remuneração	2016	2015
Compulsório sobre depósitos à vista	não remunerado	7.266.416	3.889.953
Compulsório sobre depósitos de poupança	índice da poupança	19.164.904	19.406.668
Compulsório sobre depósitos a prazo	taxa selic	16.798.087	16.399.981
Compulsório adicional sobre depósitos de poupança	taxa selic	5.245.387	5.023.233
Compulsório adicional sobre depósitos a prazo	taxa selic	9.561.737	10.072.059
Créditos vinculados ao SFH	taxa referencial – TR + juros	792.642	686.217
Total		58.829.173	55.478.111

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	5.667.516	4.587.412
Créditos vinculados ao SFH	50.043	16.583
Total	5.717.559	4.603.995

Notas Explicativas**10) OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Curso normal									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2016 (A)	% (5)	Total em 2015 (A)	% (5)
Empréstimos e títulos descontados (1)	22.117.812	12.452.893	11.195.109	20.533.403	23.484.220	66.848.743	156.632.180	36,0	158.615.965	38,4
Financiamentos	4.400.160	4.253.848	3.907.304	11.747.259	17.374.933	89.763.189	131.446.693	30,2	124.867.966	30,3
Financiamentos rurais e agroindustriais	559.902	689.399	683.149	2.333.820	7.646.902	8.945.196	20.858.368	4,8	20.263.922	4,9
Subtotal	27.077.874	17.396.140	15.785.562	34.614.482	48.506.055	165.557.128	308.937.241	71,0	303.747.853	73,6
Operações de arrendamento mercantil	150.254	145.700	122.509	347.187	543.625	1.247.899	2.557.174	0,6	2.821.669	0,7
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	967.490	1.952.177	1.781.249	2.569.210	1.833.864	-	9.103.990	2,1	7.631.999	1,9
Subtotal	28.195.618	19.494.017	17.689.320	37.530.879	50.883.544	166.805.027	320.598.405	73,7	314.201.521	76,2
Outros créditos (3)	12.000.401	7.722.194	2.674.764	5.300.863	4.473.881	1.453.159	33.625.262	7,7	25.225.463	6,1
Total das operações de crédito	40.196.019	27.216.211	20.364.084	42.831.742	55.357.425	168.258.186	354.223.667	81,4	339.426.984	82,3
Avais e fianças (4)	4.331.635	1.665.670	1.180.338	5.947.167	15.753.938	50.069.053	78.947.801	18,1	69.882.893	17,0
Cessão de créditos – certificado de recebíveis imobiliários	42.003	42.000	41.998	120.872	180.390	606.485	1.033.748	0,2	1.159.747	0,3
Aquisição de recebíveis – cartões de crédito	391.601	159.946	76.165	104.462	43.677	-	775.851	0,2	1.292.981	0,3
Créditos abertos para importação (4)	75.508	39.131	73.046	92.911	39.940	8.479	329.015	0,1	245.751	0,1
Créditos de exportação confirmados (4)	4.158	6.562	1.957	33.572	20.000	-	66.249	-	40.092	-
Coobrigações em cessões de crédito rural (4)	-	-	-	-	-	81.653	81.653	-	91.234	-
Total geral em 2016	45.040.924	29.129.520	21.737.588	49.130.726	71.395.370	219.023.856	435.457.984	100,0		
Total geral em 2015	41.227.767	28.644.236	18.834.662	44.695.154	63.115.075	215.622.788			412.139.682	100,0

Notas Explicativas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	Curso anormal								
	Parcelas vencidas								
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Total em 2016 (B)	% (5)	Total em 2015 (B)	% (5)
Empréstimos e títulos descontados (1)	1.672.172	1.758.119	1.382.318	3.516.699	5.312.276	13.641.584	77,5	10.156.868	87,8
Financiamentos	453.890	252.132	181.015	454.530	313.661	1.655.228	9,4	880.932	7,6
Financiamentos rurais e agroindustriais	49.508	87.949	125.903	150.550	72.099	486.009	2,8	275.059	2,4
Subtotal	2.175.570	2.098.200	1.689.236	4.121.779	5.698.036	15.782.821	89,7	11.312.859	97,8
Operações de arrendamento mercantil	12.158	10.380	7.737	15.054	10.047	55.376	0,3	56.188	0,5
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	10.356	50.944	47.428	13.115	-	121.843	0,7	14.768	0,1
Subtotal	2.198.084	2.159.524	1.744.401	4.149.948	5.708.083	15.960.040	90,7	11.383.815	98,4
Outros créditos (3)	1.118.926	36.377	33.112	220.308	229.258	1.637.981	9,3	186.014	1,6
Total geral em 2016	3.317.010	2.195.901	1.777.513	4.370.256	5.937.341	17.598.021	100,0		
Total geral em 2015	1.904.667	1.542.068	1.268.818	3.087.458	3.766.818			11.569.829	100,0

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Curso anormal									
	Parcelas vincendas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2016 (C)	% (5)	Total em 2015 (C)	% (5)
Empréstimos e títulos descontados (1)	920.191	798.500	666.293	1.647.896	2.554.261	6.348.564	12.935.705	65,4	10.021.722	64,3
Financiamentos	283.015	261.438	237.406	694.800	1.046.003	3.752.642	6.275.304	31,8	5.036.749	32,3
Financiamentos rurais e agroindustriais	810	1.720	2.239	13.709	76.243	231.888	326.609	1,7	304.851	2,0
Subtotal	1.204.016	1.061.658	905.938	2.356.405	3.676.507	10.333.094	19.537.618	98,9	15.363.322	98,6
Operações de arrendamento mercantil	11.115	11.491	9.569	26.170	40.295	72.166	170.806	0,9	194.920	1,3
Subtotal	1.215.131	1.073.149	915.507	2.382.575	3.716.802	10.405.260	19.708.424	99,8	15.558.242	99,9
Outros créditos (3)	4.381	3.841	3.269	7.906	9.302	12.780	41.479	0,2	12.371	0,1
Total geral em 2016	1.219.512	1.076.990	918.776	2.390.481	3.726.104	10.418.040	19.749.903	100,0		
Total geral em 2015	1.016.136	845.915	795.048	1.931.685	3.096.455	7.885.374			15.570.613	100,0

Notas Explicativas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Total geral			
	Total em 2016 (A+B+C)	% (5)	Total em 2015 (A+B+C)	% (5)
Empréstimos e títulos descontados (1)	183.209.469	38,6	178.794.555	40,7
Financiamentos	139.377.225	29,5	130.785.647	29,8
Financiamentos rurais e agroindustriais	21.670.986	4,6	20.843.832	4,7
Subtotal	344.257.680	72,7	330.424.034	75,2
Operações de arrendamento mercantil	2.783.356	0,6	3.072.777	0,7
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2) (Nota 11a)	9.225.833	2,0	7.646.767	1,7
Subtotal	356.266.869	75,3	341.143.578	77,6
Outros créditos (3)	35.304.722	7,5	25.423.848	5,8
Total das operações de crédito	391.571.591	82,8	366.567.426	83,4
Avais e fianças (4)	78.947.801	16,7	69.882.893	15,9
Cessão de créditos – certificado de recebíveis imobiliários	1.033.748	0,2	1.159.747	0,3
Aquisição de recebíveis – cartões de crédito	775.851	0,2	1.292.981	0,3
Créditos abertos para importação (4)	329.015	0,1	245.751	0,1
Créditos de exportação confirmados (4)	66.249	-	40.092	-
Coobrigações em cessões de crédito – rural (4)	81.653	-	91.234	-
Total geral em 2016	472.805.908	100,0		
Total geral em 2015			439.280.124	100,0

(1) Inclui os empréstimos de operações com cartões de crédito e operações de antecipação de recebíveis de cartões de crédito, no montante de R\$ 17.346.771 mil (2015 – R\$ 16.706.143 mil);

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações";

(3) A rubrica "Outros Créditos" compreende créditos por avais e fianças honrados, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber, rendas a receber sobre contratos de câmbio, créditos decorrentes de contratos de exportação e créditos a receber relativos a cartões de crédito (compras à vista e parcelado lojistas), no montante de R\$ 25.523.747 mil (2015 – R\$ 20.706.029 mil);

(4) Registrados em contas de compensação; e

(5) Relação entre modalidade e o total da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, cessão de créditos e aquisição de recebíveis.

Notas Explicativas**b) Modalidades e níveis de risco**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil												
	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2016	% (1)	Total em 2015	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	33.117.864	77.588.073	11.898.656	23.611.553	8.803.562	4.607.127	3.091.126	2.549.443	17.942.065	183.209.469	46,8	178.794.555	48,8
Financiamentos	83.451.539	21.430.251	19.625.099	6.780.829	3.120.351	1.191.939	477.488	369.218	2.930.511	139.377.225	35,6	130.785.647	35,7
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.604.641	4.857.598	7.730.504	2.078.275	753.810	263.823	68.451	81.815	232.069	21.670.986	5,5	20.843.832	5,7
Subtotal	122.174.044	103.875.922	39.254.259	32.470.657	12.677.723	6.062.889	3.637.065	3.000.476	21.104.645	344.257.680	87,9	330.424.034	90,2
Operações de arrendamento mercantil	337.586	444.775	1.700.257	51.298	52.951	30.701	17.595	22.141	126.052	2.783.356	0,7	3.072.777	0,8
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2)	2.448.149	3.033.800	2.051.733	1.409.647	132.081	45.167	36.148	9.180	59.928	9.225.833	2,4	7.646.767	2,1
Subtotal	124.959.779	107.354.497	43.006.249	33.931.602	12.862.755	6.138.757	3.690.808	3.031.797	21.290.625	356.266.869	91,0	341.143.578	93,1
Outros créditos	4.110.126	20.930.144	3.142.960	4.249.207	295.470	98.545	61.082	59.998	2.357.190	35.304.722	9,0	25.423.848	6,9
Total geral em 2016	129.069.905	128.284.641	46.149.209	38.180.809	13.158.225	6.237.302	3.751.890	3.091.795	23.647.815	391.571.591	100,0		
%	32,9	32,8	11,8	9,7	3,4	1,6	1,0	0,8	6,0	100,0			
Total geral em 2015	75.718.718	147.400.089	65.215.037	43.933.865	10.012.021	3.781.664	3.433.779	2.080.620	14.991.633			366.567.426	100,0
%	20,7	40,2	17,8	12,0	2,7	1,0	0,9	0,6	4,1			100,0	

(1) Relação entre a modalidade e o total da carteira de crédito sem avais e fianças, cessão de créditos e aquisição de recebíveis, coobrigações e cessão de créditos rural; e

(2) Nota 11a.

Notas Explicativas**c) Faixas de vencimentos e níveis de risco**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil												
	Níveis de risco												
	Operações em curso anormal												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2016	% (1)	Total em 2015	% (1)
Parcelas vincendas	-	-	1.263.399	3.624.603	3.314.283	1.909.876	1.414.860	1.210.853	7.012.029	19.749.903	100,0	15.570.613	100,0
1 a 30	-	-	155.608	239.219	157.366	101.170	77.550	72.240	416.359	1.219.512	6,2	1.016.136	6,5
31 a 60	-	-	109.183	188.406	144.211	92.166	74.126	69.447	399.451	1.076.990	5,5	845.915	5,4
61 a 90	-	-	92.455	150.753	126.736	80.949	65.152	59.492	343.239	918.776	4,7	795.048	5,1
91 a 180	-	-	195.054	379.843	341.149	220.775	173.242	159.361	921.057	2.390.481	12,1	1.931.685	12,4
181 a 360	-	-	242.297	627.202	548.591	364.466	279.119	250.585	1.413.844	3.726.104	18,9	3.096.455	19,9
Acima de 360	-	-	468.802	2.039.180	1.996.230	1.050.350	745.671	599.728	3.518.079	10.418.040	52,6	7.885.374	50,7
Parcelas vencidas (2)	-	-	427.305	1.257.972	1.346.921	1.354.824	1.185.552	1.359.235	10.666.212	17.598.021	100,0	11.569.829	100,0
1 a 14	-	-	5.505	88.200	102.121	219.644	33.159	24.955	339.397	812.981	4,6	756.942	6,5
15 a 30	-	-	413.326	320.794	151.101	89.932	53.595	44.421	1.430.860	2.504.029	14,2	1.147.725	9,9
31 a 60	-	-	8.474	805.665	337.660	177.050	107.436	237.680	521.936	2.195.901	12,5	1.542.068	13,3
61 a 90	-	-	-	37.176	723.007	206.314	220.994	104.667	485.355	1.777.513	10,1	1.268.818	11,0
91 a 180	-	-	-	6.137	33.032	648.686	747.656	925.869	2.008.876	4.370.256	24,8	3.087.458	26,7
181 a 360	-	-	-	-	-	13.198	22.712	21.643	5.666.957	5.724.510	32,6	3.671.151	31,8
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	212.831	212.831	1,2	95.667	0,8
Subtotal	-	-	1.690.704	4.882.575	4.661.204	3.264.700	2.600.412	2.570.088	17.678.241	37.347.924		27.140.442	
Provisão específica	-	-	16.907	146.477	466.120	979.410	1.300.206	1.799.062	17.678.241	22.386.423		14.196.821	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

Notas Explicativas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil												
	Níveis de risco												
	Operações em curso normal												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 2016	% (1)	Total em 2015	% (1)
Parcelas vincendas	129.069.905	128.284.641	44.458.505	33.298.234	8.497.021	2.972.602	1.151.478	521.707	5.969.574	354.223.667	100,0	339.426.984	100,0
1 a 30	8.203.054	19.287.942	3.765.313	6.317.054	1.074.814	236.517	115.670	84.804	1.110.851	40.196.019	11,3	36.784.258	10,8
31 a 60	6.132.399	12.813.926	3.051.071	3.989.557	471.706	171.645	99.616	38.899	447.392	27.216.211	7,7	26.834.404	7,9
61 a 90	6.873.258	7.862.674	1.878.330	2.625.804	464.678	135.687	48.250	30.424	444.979	20.364.084	5,7	17.933.002	5,3
91 a 180	13.719.791	16.724.120	5.795.228	4.863.215	617.040	370.003	90.126	74.371	577.848	42.831.742	12,1	40.727.822	12,0
181 a 360	18.284.626	21.857.183	7.404.915	5.396.954	819.206	481.945	228.954	85.531	798.111	55.357.425	15,6	51.131.054	15,1
Acima de 360	75.856.777	49.738.796	22.563.648	10.105.650	5.049.577	1.576.805	568.862	207.678	2.590.393	168.258.186	47,6	166.016.444	48,9
Provisão genérica	-	641.555	444.585	998.947	850.204	891.781	575.739	365.195	5.969.574	10.737.580		8.811.051	
Total geral em 2016 (2)	129.069.905	128.284.641	46.149.209	38.180.809	13.158.225	6.237.302	3.751.890	3.091.795	23.647.815	391.571.591			
Provisão existente	-	833.582	1.001.045	2.436.724	3.924.930	3.075.705	2.617.992	3.076.561	23.647.815	40.614.354			
Provisão mínima requerida	-	641.555	461.492	1.145.424	1.316.324	1.871.191	1.875.945	2.164.257	23.647.815	33.124.003			
Provisão excedente (3)	-	192.027	539.553	1.291.300	2.608.606	1.204.514	742.047	912.304	-	7.490.351			
Total geral em 2015 (2)	75.718.718	147.400.089	65.215.037	43.933.865	10.012.021	3.781.664	3.433.779	2.080.620	14.991.633			366.567.426	
Provisão existente	-	842.256	746.626	3.994.052	2.557.018	1.850.771	2.364.740	2.069.504	14.991.633			29.416.600	
Provisão mínima requerida	-	737.049	652.150	1.318.016	1.001.202	1.134.499	1.716.890	1.456.433	14.991.633			23.007.872	
Provisão excedente (3)	-	105.207	94.476	2.676.036	1.555.816	716.272	647.850	613.071	-			6.408.728	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) No total geral, inclui operações em curso normal de R\$ 354.223.667 mil (2015 – R\$ 339.426.984 mil) e operações em curso anormal de R\$ 37.347.924 mil (2015 – R\$ 27.140.442 mil); e

(3) Em 31 de dezembro de 2016, inclui provisão para garantias prestadas, englobando avais, fianças, cartas de crédito e *standby letter of credit*, a qual foi destacada da provisão excedente, no montante de R\$ 3.060.990 mil, dos quais (i) R\$ 604.623 mil refere-se, inicialmente, a parcela específica, em conformidade com a Resolução nº 4.512/16, que em janeiro de 2017, será alocada a uma conta específica e (ii) R\$ 2.456.367 mil refere-se a parcela excedente, que passará a compor a provisão excedente sobre a carteira de créditos (2015 – R\$ 694.184 mil) (Nota 20b).

Notas Explicativas**d) Concentração das operações de crédito**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	% (1)	2015	% (1)
Maior devedor	8.813.581	2,3	10.241.594	2,8
Dez maiores devedores	33.142.835	8,5	33.934.087	9,2
Vinte maiores devedores	49.304.501	12,6	49.215.450	13,4
Cinquenta maiores devedores	72.750.721	18,6	72.260.779	19,7
Cem maiores devedores	90.181.624	23,0	88.061.715	24,0

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Setor público	8.813.581	2,3	10.250.375	2,8
Federal	8.813.581	2,3	10.241.594	2,8
Petroquímica	8.813.581	2,3	10.241.594	2,8
Estadual	-	-	8.781	-
Produção e distribuição de energia elétrica	-	-	8.781	-
Setor privado	382.758.010	97,7	356.317.051	97,2
Indústria	68.659.155	17,6	65.158.128	17,6
Alimentícia e bebidas	16.616.458	4,2	13.663.410	3,7
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	12.037.852	3,1	11.036.550	3,0
Veículos leves e pesados	9.661.882	2,5	8.690.405	2,4
Papel e celulose	5.307.358	1,4	4.532.249	1,2
Química	3.729.962	1,0	5.623.541	1,5
Têxtil e confecções	2.702.434	0,7	2.905.258	0,8
Autopeças e acessórios	2.653.298	0,7	2.135.485	0,6
Artigos de borracha e plásticos	2.628.035	0,7	2.820.736	0,8
Materiais não metálicos	2.539.204	0,6	1.948.504	0,5
Móveis e produtos de madeira	2.031.428	0,5	2.118.945	0,6
Extração de minerais metálicos e não metálicos	1.639.453	0,4	2.390.913	0,6
Refino de petróleo e produção de álcool	1.351.070	0,3	1.492.215	0,4
Eletroeletrônica	1.261.017	0,3	1.313.480	0,4
Artefatos de couro	1.054.014	0,3	903.781	0,2
Edição, impressão e reprodução	633.217	0,2	552.354	0,1
Demais indústrias	2.812.473	0,7	3.030.302	0,8
Comércio	43.094.790	11,0	41.167.863	11,3
Produtos em lojas especializadas	7.239.485	1,8	7.562.731	2,1
Varejista não especializado	7.161.921	1,8	6.359.532	1,7
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	5.296.989	1,4	4.874.823	1,3
Resíduos e sucatas	4.101.903	1,0	3.387.141	0,9
Vestuário e calçados	2.689.705	0,7	3.006.953	0,8
Produtos agropecuários	2.620.565	0,7	2.066.407	0,6
Veículos automotores	2.580.276	0,7	2.830.651	0,8
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	2.541.537	0,6	2.832.412	0,8
Artigos de uso pessoal e doméstico	2.280.972	0,6	1.877.115	0,5
Combustíveis	1.681.438	0,4	1.846.528	0,5
Atacadista de mercadorias em geral	1.152.768	0,3	1.029.359	0,3
Intermediário do comércio	809.701	0,2	1.026.999	0,3

Notas Explicativas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Demais comércios	2.937.530	0,8	2.467.212	0,7
Intermediários financeiros	2.241.631	0,6	4.252.849	1,2
Serviços	93.998.987	23,9	96.469.294	26,3
Construção civil	23.608.035	6,0	23.347.260	6,4
Transportes e armazenagens	16.244.912	4,1	17.471.591	4,8
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	15.607.480	4,0	12.335.436	3,4
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	8.764.597	2,2	7.165.977	1,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5.244.520	1,3	4.722.345	1,3
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	5.034.333	1,3	5.675.333	1,5
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social	3.655.042	0,9	3.118.796	0,8
Alojamento e alimentação	2.967.894	0,8	2.867.336	0,8
Telecomunicações	330.596	0,1	440.342	0,1
Demais serviços	12.541.578	3,2	19.324.878	5,3
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	4.337.781	1,1	3.155.975	0,9
Pessoa física	170.425.666	43,5	146.112.942	39,9
Total	391.571.591	100,0	366.567.426	100,0

Notas Explicativas**f) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Nível de risco	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Saldo da carteira							
	Curso anormal			Curso normal	Total	% (1)	% Acumulado em 2016 (2)	% Acumulado em 2015 (2)
	Vencidas	Vincendas	Total - curso anormal					
AA	-	-	-	129.069.905	129.069.905	32,9	32,9	20,7
A	-	-	-	128.284.641	128.284.641	32,8	65,7	60,9
B	427.305	1.263.399	1.690.704	44.458.505	46.149.209	11,8	77,5	78,7
C	1.257.972	3.624.603	4.882.575	33.298.234	38.180.809	9,7	87,2	90,7
Subtotal	1.685.277	4.888.002	6.573.279	335.111.285	341.684.564	87,2		
D	1.346.921	3.314.283	4.661.204	8.497.021	13.158.225	3,4	90,6	93,4
E	1.354.824	1.909.876	3.264.700	2.972.602	6.237.302	1,6	92,2	94,4
F	1.185.552	1.414.860	2.600.412	1.151.478	3.751.890	1,0	93,2	95,3
G	1.359.235	1.210.853	2.570.088	521.707	3.091.795	0,8	94,0	95,9
H	10.666.212	7.012.029	17.678.241	5.969.574	23.647.815	6,0	100,0	100,0
Subtotal	15.912.744	14.861.901	30.774.645	19.112.382	49.887.027	12,8		
Total geral em 2016	17.598.021	19.749.903	37.347.924	354.223.667	391.571.591	100,0		
%	4,5	5,0	9,5	90,5	100,0			
Total geral em 2015	11.569.829	15.570.613	27.140.442	339.426.984	366.567.426	100,0		
%	3,1	4,3	7,4	92,6	100,0			

(1) Relação entre nível de risco e total da carteira; e

(2) Relação acumulada entre nível de risco e total da carteira.

Notas Explicativas

Nível de risco	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Provisão									
	% Mínimo de provisionamento requerido	Mínima requerida				Excedente (2)	Existente	% Acumulado em 2016 (1)	% Acumulado em 2015 (1)	
		Específica			Genérica					Total
Vencidas		Vincendas	Total específica							
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	641.555	641.555	192.027	833.582	0,6	0,6
B	1,0	4.273	12.634	16.907	444.585	461.492	539.553	1.001.045	2,2	1,1
C	3,0	37.739	108.738	146.477	998.947	1.145.424	1.291.300	2.436.724	6,4	9,1
Subtotal		42.012	121.372	163.384	2.085.087	2.248.471	2.022.880	4.271.351	1,3	1,7
D	10,0	134.692	331.428	466.120	850.204	1.316.324	2.608.606	3.924.930	29,8	25,5
E	30,0	406.447	572.963	979.410	891.781	1.871.191	1.204.514	3.075.705	49,3	48,9
F	50,0	592.776	707.430	1.300.206	575.739	1.875.945	742.047	2.617.992	69,8	68,9
G	70,0	951.465	847.597	1.799.062	365.195	2.164.257	912.304	3.076.561	99,5	99,5
H	100,0	10.666.212	7.012.029	17.678.241	5.969.574	23.647.815	-	23.647.815	100,0	100,0
Subtotal		12.751.592	9.471.447	22.223.039	8.652.493	30.875.532	5.467.471	36.343.003	72,9	69,5
Total geral em 2016		12.793.604	9.592.819	22.386.423	10.737.580	33.124.003	7.490.351	40.614.354	10,4	
%		31,5	23,6	55,1	26,5	81,6	18,4	100,0		
Total geral em 2015		7.473.380	6.723.441	14.196.821	8.811.051	23.007.872	6.408.728	29.416.600		8,0
%		25,4	22,9	48,3	29,9	78,2	21,8	100,0		

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco; e

(2) Em 31 de dezembro de 2016, inclui provisão para garantias prestadas, englobando avais, fianças, cartas de crédito e *standby letter of credit*, a qual foi destacada da provisão excedente, no montante de R\$ 3.060.990 mil, dos quais (i) R\$ 604.623 mil refere-se, inicialmente, a parcela específica, em conformidade com a Resolução nº 4.512/16, que em janeiro de 2017, será alocada a uma conta específica e (ii) R\$ 2.456.367 mil refere-se a parcela excedente, que passará a compor a provisão excedente sobre a carteira de créditos (2015 – R\$ 694.184 mil) (Nota 20b).

Notas Explicativas**g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial	29.416.600	23.068.867
- Provisão específica (1)	14.196.821	11.931.414
- Provisão genérica (2)	8.811.051	7.131.452
- Provisão excedente (3) (4)	6.408.728	4.006.001
Constituição (Nota 10h-1)	26.533.170	20.884.079
Baixas líquidas/outros	(22.608.729)	(14.536.346)
Saldo oriundo de instituição adquirida (5)	7.273.313	-
Saldo final	40.614.354	29.416.600
- Provisão específica (1)	22.386.423	14.196.821
- Provisão genérica (2)	10.737.580	8.811.051
- Provisão excedente (3) (4)	7.490.351	6.408.728

- (1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
- (3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 10f);
- (4) Em 31 de dezembro de 2016, inclui provisão para garantias prestadas, englobando avais, fianças, cartas de crédito e *standby letter of credit*, a qual foi destacada da provisão excedente, no montante de R\$ 3.060.990 mil, dos quais (i) R\$ 604.623 mil refere-se, inicialmente, a parcela específica, em conformidade com a Resolução nº 4.512/16, que em janeiro de 2017, será alocada a uma conta específica e (ii) R\$ 2.456.367 mil refere-se a parcela excedente, que passará a compor a provisão excedente sobre a carteira de créditos (2015 – R\$ 694.184 mil) (Nota 20b); e
- (5) Representado pelo HSBC Brasil (Nota 35f).

h) Despesa de PDD líquida de recuperações

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Constituição (1)	26.533.170	20.884.079
Recuperações (2) (3)	(5.507.507)	(4.144.879)
Despesa de PDD líquida de recuperações	21.025.663	16.739.200

- (1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, inclui constituição de provisão para garantias prestadas, englobando avais, fianças, cartas de crédito e *standby letter of credit*, a qual compõe o conceito de PDD "excedente", no montante de R\$ 2.366.806 mil, dos quais (i) R\$ 604.623 mil refere-se, inicialmente, a parcela específica, em conformidade com a Resolução nº 4.512/16 e (ii) R\$ 1.762.183 mil refere-se a parcela excedente (2015 - R\$ 272.588 mil) (Nota 29);
- (2) Classificadas em receitas de operações de crédito (Nota 10j); e
- (3) Em dezembro de 2016, foi realizado cessão de crédito de operações, já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios, no montante de R\$ 2.082.410 mil, com efeito no resultado no montante de R\$ 41.648 mil.

i) Movimentação da carteira de renegociação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial	12.728.723	10.775.621
Renegociação	18.777.814	13.128.229
Recebimentos	(8.997.802)	(7.256.465)
Baixas	(5.007.312)	(3.918.662)
Saldo final	17.501.423	12.728.723
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.975.490	8.430.828
Percentual sobre a carteira de renegociação	68,4%	66,2%

Notas Explicativas**j) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	50.882.174	46.036.032
Financiamentos	17.106.534	15.252.597
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.849.249	1.611.727
Subtotal	69.837.957	62.900.356
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.507.507	4.144.879
Subtotal	75.345.464	67.045.235
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	379.628	505.182
Total	75.725.092	67.550.417

11) OUTROS CRÉDITOS**a) Carteira de câmbio****Saldos patrimoniais**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Ativo – outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	11.356.891	11.064.254
Direitos sobre vendas de câmbio	6.273.733	3.358.519
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(174.803)	(161.992)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	165.089	108.718
Total	17.620.910	14.369.499
Passivo – outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	6.132.249	3.401.184
Obrigações por compras de câmbio	11.836.211	9.855.141
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(9.225.833)	(7.646.767)
Outras	6.831	7.512
Total	8.749.458	5.617.070
Carteira de câmbio líquida	8.871.452	8.752.429
Contas de compensação:		
- Créditos abertos para importação	329.015	245.751
- Créditos de exportação confirmados	66.249	40.092

Notas Explicativas**Resultado de câmbio****Composição do resultado de operações de câmbio ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado de operações de câmbio	(2.996.375)	5.334.154
Ajustes:		
- Rendas de financiamentos de moedas estrangeiras (1)	185.027	370.318
- Rendas de financiamentos à exportação (1)	2.401.110	1.794.425
- Rendas de aplicações no exterior (2)	18.790	59.908
- Despesas de obrigações com banqueiros no exterior (3) (Nota 17c)	(152.497)	(2.349.502)
- Despesas de captações no mercado (4)	(1.772.847)	(1.179.402)
- Outros (5)	4.342.460	(2.891.631)
Total dos ajustes	5.022.043	(4.195.884)
Resultado ajustado de operações de câmbio	2.025.668	1.138.270

(1) Classificadas na rubrica "Receitas de operações de crédito";

(2) Demonstradas na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários";

(3) Relativas aos recursos de financiamentos de adiantamentos sobre contratos de câmbio e financiamentos à importação, registradas na rubrica "Despesas de operações de empréstimos e repasses";

(4) Referem-se a despesas com captações, cujos recursos foram aplicados em operações de câmbio; e

(5) Inclui, basicamente, variação cambial de recursos aplicados em moeda estrangeira.

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Créditos tributários (Nota 34c)	50.955.601	49.428.379
Operações com cartão de crédito	26.299.598	21.999.010
Devedores por depósitos em garantia	16.372.044	12.484.122
Títulos e créditos a receber (1)	9.156.328	5.084.525
Tributos antecipados	7.739.326	6.816.204
Devedores diversos	3.110.113	2.244.564
Pagamentos a ressarcir	594.231	708.240
Devedores por compra de valores e bens	119.688	105.499
Outros	554.656	306.143
Total	114.901.585	99.176.686

(1) Incluem, basicamente, valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito e antecipação de recebíveis.

Notas Explicativas**12) OUTROS VALORES E BENS****a) Bens não de uso próprio/outras**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Custo	Provisão para perdas	Custo líquido de provisão	
			2016	2015
Imóveis	1.549.924	(287.798)	1.262.126	933.421
Veículos e afins	663.083	(354.726)	308.357	303.057
Bens em regime especial	581.141	(581.141)	-	-
Estoques/almoarifado	32.491	-	32.491	54.253
Máquinas e equipamentos	20.156	(14.627)	5.529	6.117
Outros	21.343	(18.389)	2.954	4.511
Total em 2016	2.868.138	(1.256.681)	1.611.457	
Total em 2015	2.172.491	(871.132)		1.301.359

b) Despesas antecipadas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Custos de aquisição diferidos de seguros (1)	1.828.567	2.056.705
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (2)	590.524	823.017
Despesas de propaganda e publicidade (3)	54.898	196.889
Outras (4)	1.191.141	1.109.675
Total	3.665.130	4.186.286

(1) Comissões pagas aos corretores e representantes sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização;

(2) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes – crédito consignado;

(3) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros; e

(4) Inclui, basicamente, (i) antecipação de comissões referente à acordo operacional para oferta de cartões de crédito e outros produtos e (ii) despesas pela emissão de cartões.

13) INVESTIMENTOS**a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas**

Coligadas e de Controle Compartilhado	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
- Cielo S.A.	3.899.567	3.125.438
- Elo Participações S.A. (1)	920.724	759.220
- IRB-Brasil Resseguros S.A.	662.461	658.949
- Fleury S.A.	651.906	512.642
- Fidelity Processadora e Serviços S.A. (2)	-	254.786
- Aquarius Participações S.A. (2)	263.632	-
- Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	127.922	130.248
- Outras (3)	362.841	243.299
Total em coligadas e de controle compartilhado – país e exterior	6.889.053	5.684.582
- Incentivos fiscais	234.194	234.717
- Outros investimentos	169.377	155.840
Provisão para:		
- Incentivos fiscais	(207.411)	(207.733)
- Outros investimentos	(46.819)	(43.151)
Total geral dos investimentos	7.038.394	5.824.255

(1) Empresa de controle compartilhado, controladora da Cia. Brasileira de Soluções e Serviços - Alelo, que adquiriu, por meio de suas subsidiárias, 100% do Banco CBSS S.A., sendo reconhecido como resultado do período o montante de R\$ 162.665 mil, que representa somente a parcela correspondente a alienação da participação a terceiros;

(2) Em janeiro de 2016, foi constituída a Aquarius Participações S.A. com o aporte do investimento da Fidelity Processadora e Serviços S.A.; e

(3) No exercício de 2016, foram registradas perdas por *impairment* em coligadas e de controle compartilhado, no montante de R\$ 37.122 mil, no investimento da EBSE - Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A.

Notas Explicativas

- b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas e de controle compartilhado", e corresponderam no exercício de 2016 a R\$ 1.665.170 mil (2015 - R\$ 1.485.880 mil).

Empresas	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação consolidada no capital social	Resultado ajustado	Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			ON	PN			2016	2015
- Elo Participações S.A. (2)	800.227	1.837.772	372	-	50,01%	394.325	197.557	242.173
- IRB-Brasil Resseguros S.A. (3)	1.453.080	3.229.942	63.727	-	20,51%	646.845	132.668	138.166
- Aquarius Participações S.A. (4)	518.592	538.024	254.110	-	49,00%	150.285	73.640	-
- Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	420.000	639.610	12.734	12.734	20,00%	7.980	1.596	(5.376)
- Fidelity Processadora e Serviços S.A. (4)	-	-	-	-	-	-	-	68.312
- Integritas Participações S.A. (5)	-	-	-	-	-	-	-	4.852
- Outras (6)	-	-	-	-	-	-	1.259.709	1.037.753
Resultado de participações em coligadas e de controle compartilhado							1.665.170	1.485.880

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Investimento em empresas de controle compartilhado;

(3) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data;

(4) Em janeiro de 2016, foi constituída a Aquarius Participações S.A. com o aporte do investimento da Fidelity Processadora e Serviços S.A.;

(5) Empresa incorporada pela Bradseg Participações S.A. em outubro de 2015; e

(6) Inclui, basicamente, os ajustes decorrentes de avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos em companhias abertas (Cielo S.A. e Fleury S.A.).

Notas Explicativas**14) IMOBILIZADO DE USO**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2016	2015
Imóveis de uso:					
- Edificações	4%	1.763.962	(567.194)	1.196.768	574.019
- Terrenos	-	855.214	-	855.214	448.020
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.026.615	(2.297.445)	2.729.170	2.338.658
Sistemas de segurança e comunicações (1)	10%	325.835	(192.865)	132.970	79.628
Sistemas de processamento de dados (1)	20 a 40%	6.733.742	(4.115.106)	2.618.636	1.535.619
Sistemas de transportes (1)	20%	86.639	(40.034)	46.605	70.236
Imobilizações em curso	-	143.275	-	143.275	449.672
Total em 2016		14.935.282	(7.212.644)	7.722.638	
Total em 2015		12.251.010	(6.755.158)		5.495.852

(1) No exercício de 2016, foram registradas perdas por *impairment* nas rubricas "Sistemas de processamento de dados" e "Sistemas de transportes", no montante de R\$ 32.977 mil (2015 – R\$ 18.186 mil, basicamente, na rubrica "Sistemas de segurança e comunicações").

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência "conglomerado prudencial" foi de 44,8%, sendo o limite máximo de 50,0%.

15) INTANGÍVEL**a) Ágios**

O ágio apurado nas aquisições de investimentos totalizou R\$ 11.585.810 mil, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, sendo: (i) R\$ 1.740.315 mil representado pela aquisição de ações de empresas coligadas e de controle compartilhado, que estão registradas no Ativo Permanente – Investimentos (Cielo/Fleury), amortizável mediante sua realização; e (ii) R\$ 9.845.495 mil representado pela aquisição de ações de empresas controladas/controle compartilhado, representado por rentabilidade futura/carteira de clientes/valor de mercado, que é amortizado em até vinte anos, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, registrado no Ativo Permanente – Ativos Intangíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram amortizados ágios no montante de R\$ 897.494 mil (2015 – R\$ 130.116 mil) (Nota 29).

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				2016	2015
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	Contrato	5.926.581	(3.423.124)	2.503.457	2.260.033
Software (2)	20%	10.374.075	(6.428.831)	3.945.244	3.639.824
Ágio (3)	Até 20%	11.500.134	(1.654.639)	9.845.495	1.095.877
Outros	Contrato	762.294	(717.705)	44.589	76.788
Total em 2016		28.563.084	(12.224.299)	16.338.785	
Total em 2015		16.744.768	(9.672.246)		7.072.522

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada nas rubricas "outras despesas administrativas" e "outras despesas operacionais", quando aplicável;

(2) Software adquirido e/ou desenvolvido por empresas especializadas; e

(3) Composto, basicamente, pelos ágios na aquisição da participação acionária na Bradescard - R\$ 650.835 mil, Odontoprev - R\$ 127.191 mil, Bradescard México - R\$ 18.183 mil, Europ Assistance - R\$ 6.604 mil, Bradesco BBI - R\$ 129.050 mil e Kirton Bank - R\$ 8.881.478 mil.

Notas Explicativas**c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Saldo inicial	Saldo oriundo de instituição adquirida (1)	Adições/ (baixas) (3)	Amortização do período	Saldo final
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	2.260.033	264.349	930.190	(951.115)	2.503.457
<i>Software</i>	3.639.824	288.826	1.071.668	(1.055.074)	3.945.244
Ágio – Rentabilidade futura (2)	1.095.877	4.221.787	(2.057)	(552.001)	4.763.606
Ágio – Baseado em intangíveis e outras razões (2)	-	3.771.674	-	(289.712)	3.481.962
Ágio – Diferença de valor de mercado de ativos/passivos (2)	-	1.655.708	-	(55.781)	1.599.927
Outros	76.788	4.840	129.266	(166.305)	44.589
Total em 2016	7.072.522	10.207.184	2.129.067	(3.069.988)	16.338.785
Total em 2015	7.272.161	-	1.764.558	(1.964.197)	7.072.522

(1) HSBC Brasil (Nota 35f);

(2) Considera os efeitos do relatório final de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"); e

(3) Inclui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, despesa por análise de recuperabilidade de ativos – *impairment*, no valor de R\$ 212.374 mil (2015 – R\$ 207.880 mil).

Notas Explicativas**16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS****a) Depósitos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
• Depósitos à vista (1)	33.420.111	-	-	-	33.420.111	23.819.720
• Depósitos de poupança (1)	97.088.828	-	-	-	97.088.828	91.878.816
• Depósitos interfinanceiros	296.228	225.088	6.399	61.157	588.872	466.448
• Depósitos a prazo (2)	7.642.768	15.331.311	9.457.529	70.706.259	103.137.867	79.619.267
Total geral em 2016	138.447.935	15.556.399	9.463.928	70.767.416	234.235.678	
%	59,2	6,6	4,0	30,2	100,0	
Total geral em 2015	132.036.281	11.878.976	9.499.722	42.369.272		195.784.251
%	67,4	6,1	4,9	21,6		100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações.

b) Captações no mercado aberto

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
Carteira própria	62.754.546	48.358.567	7.627.058	28.179.776	146.919.947	107.518.218
• Títulos públicos	53.129.616	176.096	82.244	788	53.388.744	24.192.624
• Debêntures de emissão própria	4.620.862	47.033.339	7.311.631	27.312.488	86.278.320	79.184.074
• Exterior	5.004.068	1.149.132	233.183	866.500	7.252.883	4.141.520
Carteira de terceiros (1)	86.117.804	-	-	-	86.117.804	109.877.186
Carteira livre movimentação (1)	8.602.775	338.405	-	-	8.941.180	4.882.372
Total geral em 2016	157.475.125	48.696.972	7.627.058	28.179.776	241.978.931	
%	65,1	20,1	3,2	11,6	100,0	
Total geral em 2015	143.523.573	49.184.857	5.150.829	24.418.517		222.277.776
%	64,6	22,1	2,3	11,0		100,0

(1) Representada por títulos públicos.

Notas Explicativas**c) Recursos de emissão de títulos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
Títulos e valores mobiliários – País:						
- Letras financeiras	3.626.966	31.546.653	26.224.822	47.076.765	108.475.206	71.691.563
- Letras de crédito imobiliário	551.705	10.068.278	8.927.415	7.408.176	26.955.574	20.223.220
- Letras de crédito do agronegócio	534.493	2.839.570	4.368.997	1.373.232	9.116.292	7.642.250
Subtotal	4.713.164	44.454.501	39.521.234	55.858.173	144.547.072	99.557.033
Títulos e valores mobiliários – Exterior:						
- Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidas do exterior	10.583	460.930	253.162	2.333.455	3.058.130	3.272.230
- MTN <i>Program Issues</i> (1)	2.461.922	145.083	-	178.649	2.785.654	6.221.382
- Custo de emissões sobre captações	-	-	-	(28.666)	(28.666)	(16.440)
Subtotal	2.472.505	606.013	253.162	2.483.438	5.815.118	9.477.172
Certificados de operações estruturadas	28.445	154.336	229.368	33.019	445.168	512.343
Total geral em 2016	7.214.114	45.214.850	40.003.764	58.374.630	150.807.358	
%	4,8	30,0	26,5	38,7	100,0	
Total geral em 2015	4.601.838	20.055.363	28.481.507	56.407.840		109.546.548
%	4,2	18,3	26,0	51,5		100,0

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

Notas Explicativas**d) Despesas com operações de captações no mercado e atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Depósitos de poupança	6.712.509	6.450.258
Depósitos a prazo	8.769.262	9.757.937
Captações no mercado aberto	26.796.681	23.572.895
Recursos de emissão de títulos	23.064.403	13.030.064
Outras despesas de captação	528.674	486.384
Subtotal	65.871.529	53.297.538
Despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	21.395.550	16.038.504
Total	87.267.079	69.336.042

17) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**a) Obrigações por empréstimos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
No País - Outras Instituições	4.624	-	-	2.831	7.455	15.984
No Exterior	3.307.552	9.876.176	6.620.203	2.354.029	22.157.960	32.116.235
Total geral em 2016	3.312.176	9.876.176	6.620.203	2.356.860	22.165.415	
%	14,9	44,6	29,9	10,6	100,0	
Total geral em 2015	4.593.361	10.582.367	9.900.105	7.056.386		32.132.219
%	14,3	32,9	30,8	22,0		100,0

b) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016	2015
Do País	994.954	4.619.556	5.597.057	24.819.020	36.030.587	38.203.163
- FINAME	621.598	3.137.758	3.483.826	13.904.590	21.147.772	25.650.393
- BNDES	373.088	1.481.798	1.945.353	10.914.430	14.714.669	12.409.395
- Tesouro nacional	-	-	166.565	-	166.565	133.028
- Outras instituições	268	-	1.313	-	1.581	10.347
Do Exterior	-	-	-	-	-	2.502
Total geral em 2016	994.954	4.619.556	5.597.057	24.819.020	36.030.587	
%	2,8	12,8	15,5	68,9	100,0	
Total geral em 2015	1.008.437	5.767.458	5.271.083	26.158.687		38.205.665
%	2,6	15,1	13,8	68,5		100,0

Notas Explicativas**c) Despesas de operações de empréstimos e repasses**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Empréstimos:		
- No País	827.124	455.461
- No Exterior	(10.999.400)	24.585.669
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior	5.741.209	(12.897.876)
Subtotal de empréstimos	(4.431.067)	12.143.254
Repasses do País:		
- BNDES	1.032.792	769.167
- FINAME	661.503	825.788
- Tesouro nacional	12.377	7.292
- Outras instituições	131	1.461
Repasses do Exterior:		
- Obrigações com banqueiros no exterior (Nota 11a)	152.497	2.349.502
- Outras despesas com repasses do exterior	4.470	119
Subtotal de repasses	1.863.770	3.953.329
Total	(2.567.297)	16.096.583

18) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses; e para processos originários de bancos adquiridos, com características peculiares, a apuração e a reavaliação do saldo necessário é realizada periodicamente, baseando-se na atualização do histórico de perda recente.

Notas Explicativas

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos e não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Organização.

Vale registrar a existência de expressiva quantidade de ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90.

Embora o Bradesco tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisadas cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o andamento de todos os processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III - Obrigações legais – provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Organização, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- PIS e Cofins – R\$ 2.320.261 mil (2015 – R\$ 2.115.466 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento;
- IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito – R\$ 1.913.208 mil (2015 – R\$ 1.880.905 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96, que só se aplicam às perdas provisórias;
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.385.456 mil (2015 – R\$ 1.080.640 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;
- INSS de Autônomos – R\$ 901.171 mil (2015 – R\$ 1.794.380 mil): discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos, instituída pela Lei Complementar nº 84/96, e regulamentações/alterações

Notas Explicativas

posteriores à alíquota de 20,0% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso I, artigo 22, da Lei nº 8.212/91, com nova redação contida na Lei nº 9.876/99;

- INSS - Contribuição ao SAT - R\$ 374.620 mil: em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos – Febraban, desde abril/2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07; e
- PIS – R\$ 339.767 mil (2015 – R\$ 325.932 mil): pleiteia a compensação dos valores indevidamente pagos a maior nos anos-base de 1994 e 1995 a título de contribuição ao PIS, já compensados, provisionados quando da concessão da liminar, correspondentes ao excedente ao que seria devido sobre a base de cálculo constitucionalmente prevista, ou seja, receita bruta operacional, como definida na legislação do Imposto de Renda – conceito contido no artigo 44 da Lei nº 4.506/64, nele não incluídas as receitas financeiras.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Provisões segregadas por natureza

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Processos trabalhistas	5.101.732	3.048.442
Processos cíveis	5.003.440	4.202.950
Subtotal (1)	10.105.172	7.251.392
Provisão para riscos fiscais (2)	8.187.238	8.112.925
Total	18.292.410	15.364.317

(1) Nota 20b; e

(2) Classificada na rubrica “Outras obrigações – fiscais e previdenciárias” (Nota 20a).

V - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	2016		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.048.442	4.202.950	8.112.925
Atualização monetária	454.045	409.236	705.036
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	876.816	1.310.333	(1.236.705)
Saldo oriundo de Instituição adquirida (3)	1.684.370	544.997	703.967
Pagamentos	(961.941)	(1.464.076)	(97.985)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.101.732	5.003.440	8.187.238

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais;

(2) No exercício de 2016, ocorreram reversões de provisões relativas: i) ao processo de INSS de autônomos, da controlada Bradesco Saúde, no montante de R\$ 1.081.528 mil; ii) ao processo de Pis – EC 17, no montante de R\$ 242.242 mil; compensados iii) pela constituição de provisão para contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, no montante de R\$ 215.668 mil; e

(3) HSBC Brasil (Nota 35f).

Notas Explicativas**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2006 a 2013, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no montante de R\$ 5.894.504 mil (2015 – R\$ 5.194.055 mil); b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 3.999.185 mil; c) ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 2.398.185 mil (2015 – R\$ 1.910.629 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; d) Autuações de IRPJ e CSLL, relativas às glosas de despesas e exclusões de 2007 a 2012 sobre receitas de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal, no montante de R\$ 1.653.942 mil (2015 – R\$ 908.915 mil) e) Autuações e glosas de compensações de PIS e Cofins, relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas, no montante de R\$ 1.317.238 mil; f) Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 760.436 mil (2015 – R\$ 1.200.403 mil); e g) Autuação de IRPJ e CSLL, cujo total monta em R\$ 459.962 mil (2015 – R\$ 421.035 mil), sobre lucro de empresas controladas domiciliadas no exterior, relativo aos anos calendários de 2008 e 2009.

d) Outros assuntos

- I - Em 31 de maio de 2016, o Bradesco tomou conhecimento do indiciamento de três membros de sua Diretoria Executiva, pela Polícia Federal, no âmbito da chamada “Operação Zelotes”. Em 28 de julho de 2016, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra os três membros da Diretoria Executiva e um ex-membro de seu Conselho de Administração, que foi recebida pelo Juiz da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. A Administração conduziu criteriosa avaliação interna nos registros e documentos relacionados ao assunto e não encontrou evidências de qualquer ilegalidade praticada pelos seus representantes. Os Executivos do Bradesco já apresentaram as defesas prévias no processo criminal, apontando os fatos e as evidências que demonstram a sua inocência. O Bradesco está cooperando com as autoridades e os órgãos reguladores competentes, prestando as informações solicitadas, no Brasil e no exterior.

Por conta das notícias veiculadas na mídia, quando do indiciamento na “Operação Zelotes”, uma ação coletiva (*Class Action*) foi ajuizada na Corte Distrital Americana de Nova York, em 3 de junho de 2016. Em 1º de setembro de 2016, o Bradesco compareceu, espontaneamente, aos autos da *Class Action* e acordou com a parte autora um prazo para a apresentação do pedido de extinção do processo até 21 de dezembro de 2016. Em 21 de outubro de 2016, o Autor Líder apresentou o aditamento da Petição Inicial, indicando como réus o Bradesco e três membros de sua Diretoria Executiva. Segundo a demanda, investidores que adquiriram *American Depositary Shares* (“ADS”) preferenciais do Bradesco, entre 30 de abril de 2012 e 27 de julho de 2016, teriam sofrido perdas provocadas pelo Bradesco em razão de suposta violação à lei de mercado de capitais norte-americana, conforme comunicado ao mercado em 31 de maio, 8 de junho e 28 de julho de 2016. Considerando que a demanda está em uma fase preliminar, não é possível por ora fazer uma classificação de risco e, ainda, não há elementos para sustentar uma avaliação do valor do respectivo risco.

- II - As empresas, subsidiárias integrais do Banco Bradesco S.A., BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, bem como dois de seus Administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada “Operação Greenfield” da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a

Notas Explicativas

administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Enseada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça Federal determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores dessas empresas. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R\$104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal. Adicionalmente, as avaliações internas indicam não ter havido ilegalidades na condução das citadas atividades, conforme comunicado ao mercado em 20 de setembro de 2016. Até o momento, não há nenhuma indicação de que as apurações poderão resultar na responsabilização das referidas empresas.

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	2016	2015
No País:				
CDB Subordinado:				
2016 (1)	6	-	-	1.129
2019	10	20.000	56.200	48.919
Letras Financeiras:				
2016 (1)	6	-	-	194.398
2017	6	8.630.999	11.075.463	10.479.463
2018	6	8.262.799	9.875.551	9.449.037
2019	6	21.858	33.402	29.859
2017	7	40.100	95.872	84.064
2018	7	141.050	293.357	256.191
2019	7	3.172.835	3.423.463	3.366.282
2020	7	1.700	2.612	2.351
2022 (2)	7	4.305.011	5.050.633	4.393.265
2023 (4)	7	1.359.452	1.522.243	-
2018	8	50.000	112.038	97.531
2019	8	12.735	25.212	22.230
2020	8	28.556	49.498	43.541
2021	8	1.236	1.896	1.710
2023 (2)	8	1.706.846	2.015.625	1.733.383
2024 (4)	8	136.695	143.415	-
2021	9	7.000	11.813	10.214
2024 (2)	9	4.924	5.806	4.977
2025 (4)	9	400.944	417.641	-
2021	10	19.200	37.191	32.823
2022	10	54.143	91.314	81.225
2023	10	688.064	1.011.423	921.434
2025 (2)	10	284.137	342.886	293.445
2026 (4)	10	361.196	392.886	-
2026 (2)	11	3.400	4.001	3.432
2027 (4)	11	47.046	48.566	-
Perpétua (3)	-	5.000.000	5.015.870	5.016.437
CDB Vinculados à Operação de Crédito:				
2016 (1)	1	-	-	1.160
Subtotal no País			41.155.877	36.568.500
No Exterior:				
2019	10	1.333.575	2.486.489	2.978.569
2021	11	2.766.650	5.341.661	6.398.386
2022	10	1.886.720	3.644.838	4.364.895
Custos de emissões sobre captações			(17.802)	(27.414)

Notas Explicativas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	2016	2015
Subtotal no Exterior			11.455.186	13.714.436
Total geral (5)			52.611.063	50.282.936

- (1) Operações de dívidas subordinadas vencidas em 2016;
- (2) Novas emissões de letras financeiras em outubro, novembro e dezembro de 2015, referente a dívidas subordinadas;
- (3) Novas emissões de letras financeiras em dezembro de 2015, referente a dívidas subordinadas, registradas na rubrica "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital", que em novembro de 2016, foram autorizados pelo Bacen para compor o capital nível I;
- (4) Novas emissões de letras financeiras de janeiro a dezembro de 2016, referente a dívidas subordinadas, registradas na rubrica "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital"; e
- (5) Inclui o montante de R\$ 14.959.571 mil, referente a dívidas subordinadas registradas na rubrica "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital".

20) OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para riscos fiscais (Nota 18b IV)	8.187.238	8.112.925
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 34f)	3.277.050	2.840.341
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.130.286	2.781.104
Impostos e contribuições a recolher	1.528.980	1.378.280
Total	15.123.554	15.112.650

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Operações com cartão de crédito	23.717.936	19.100.529
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 18b IV)	10.105.172	7.251.392
Obrigações com cessão de crédito	8.761.827	7.519.809
Credores diversos (1)	7.522.742	5.573.546
Provisão para pagamentos a efetuar	6.997.168	5.610.317
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.452.568	1.077.236
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	326.466	120.068
Outras (2)	5.849.875	3.213.907
Total	64.733.754	49.466.804

- (1) Inclui provisão para passivos contingentes, originários de obrigações por cessão de créditos, no montante de R\$ 628.517 mil (2015 - R\$ 558.010 mil) (Nota 29); e
- (2) Em 31 de dezembro de 2016, inclui provisão para garantias prestadas, englobando avais, fianças, cartas de crédito e *standby letter of credit*, a qual foi destacada da provisão excedente, no montante de R\$ 3.060.990 mil, dos quais (i) R\$ 604.623 mil refere-se, inicialmente, a parcela específica, em conformidade com a Resolução nº 4.512/16, que em janeiro de 2017, será alocada a uma conta específica e (ii) R\$ 2.456.367 mil refere-se a parcela excedente, que passará a compor a provisão excedente sobre a carteira de créditos (2015 - R\$ 694.184 mil) (Notas 10g e 29).

Notas Explicativas**21) OPERAÇÕES DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO****a) Provisões técnicas por conta**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Seguros (1)		Vida e Previdência (2)		Capitalização		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Passivo circulante e exigível a longo prazo								
Provisão matemática de benefícios a conceder	912.764	854.988	184.594.056	143.706.976	-	-	185.506.820	144.561.964
Provisão matemática de benefícios concedidos	210.855	187.100	8.989.482	7.747.615	-	-	9.200.337	7.934.715
Provisão matemática para capitalização	-	-	-	-	6.534.916	6.082.665	6.534.916	6.082.665
Provisão de IBNR	2.770.507	2.540.044	1.264.116	1.096.961	-	-	4.034.623	3.637.005
Provisão de prêmios não ganhos	4.265.157	4.206.016	574.544	362.409	-	-	4.839.701	4.568.425
Provisão complementar de cobertura	-	-	899.117	947.576	-	-	899.117	947.576
Provisão de sinistros a liquidar	4.645.467	4.198.342	1.682.146	1.426.709	-	-	6.327.613	5.625.051
Provisão de excedente financeiro	-	-	554.505	506.504	-	-	554.505	506.504
Provisão para sorteios e resgates	-	-	-	-	867.088	720.968	867.088	720.968
Outras provisões	2.053.440	1.354.524	2.423.843	1.805.176	100.154	89.850	4.577.437	3.249.550
Total das provisões	14.858.190	13.341.014	200.981.809	157.599.926	7.502.158	6.893.483	223.342.157	177.834.423

Notas Explicativas**b) Garantias das provisões técnicas**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Seguros		Vida e Previdência		Capitalização		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Total das Provisões Técnicas	14.858.190	13.341.014	200.981.809	157.599.926	7.502.158	6.893.483	223.342.157	177.834.423
(-) Carregamento de comercialização – garantia estendida	(237.104)	(287.330)	-	-	-	-	(237.104)	(287.330)
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(947.159)	(934.252)	(41.191)	(32.094)	-	-	(988.350)	(966.346)
(-) Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	(16)	(2.318)	-	-	-	-	(16)	(2.318)
(-) Direitos creditórios	(1.068.329)	(934.747)	-	-	-	-	(1.068.329)	(934.747)
(-) Provisão de prêmios não ganhos – Seguro Saúde (3)	(1.182.152)	(1.089.006)	-	-	-	-	(1.182.152)	(1.089.006)
(-) Provisões do convênio DPVAT	(465.567)	(325.149)	-	-	-	-	(465.567)	(325.149)
Total a ser coberto	10.957.863	9.768.212	200.940.618	157.567.832	7.502.158	6.893.483	219.400.639	174.229.527
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL)	-	-	168.337.785	128.864.259	-	-	168.337.785	128.864.259
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	7.164.637	6.077.310	23.273.027	18.159.359	3.473.852	1.001.796	33.911.516	25.238.465
Títulos públicos	5.882.012	5.488.115	14.187.009	13.078.481	4.967.324	6.168.945	25.036.345	24.735.541
Ações	2.325	1.911	1.728.856	1.123.289	-	37.138	1.731.181	1.162.338
Títulos privados	93.287	106.660	169.440	176.214	43.636	43.319	306.363	326.193
Total das garantias das provisões técnicas	13.142.261	11.673.996	207.696.117	161.401.602	8.484.812	7.251.198	229.323.190	180.326.796

(1) A linha de "Outras provisões" de Seguros refere-se, basicamente, às provisões técnicas da carteira de "saúde individual";

(2) A linha de "Outras provisões" de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a "Provisão de resgates e outros valores a regularizar" e "Provisão de despesas relacionadas"; e

(3) Dedução prevista no artigo 4º da Resolução Normativa ANS nº 392/15.

Notas Explicativas**c) Prêmios retidos de seguros, contribuições de planos de previdência e títulos de capitalização**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Prêmios emitidos	34.417.607	30.924.255
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	31.457.223	28.484.814
Receitas com títulos de capitalização	5.863.210	5.506.969
Prêmios de cosseguros cedidos	(70.862)	(88.612)
Prêmios restituídos	(470.582)	(215.478)
Prêmios emitidos líquidos	71.196.596	64.611.948
Prêmios de resseguros	(306.265)	(344.199)
Prêmios retidos de seguros, planos de previdência e capitalização	70.890.331	64.267.749

22) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Banco Bradesco BBI S.A.	16.436	14.107
Outros (1)	432.373	380.971
Total	448.809	395.078

(1) Representada, basicamente, por participação minoritária na controlada "Odontoprev".

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)**a) Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016 (1)	2015
Ordinárias	2.776.801.011	2.524.364.555
Preferenciais	2.776.800.721	2.524.364.292
Subtotal	5.553.601.732	5.048.728.847
Em tesouraria (ordinárias)	(4.575.045)	(3.669.932)
Em tesouraria (preferenciais)	(17.141.588)	(15.583.262)
Total em circulação	5.531.885.099	5.029.475.653

(1) Considera bonificação de ações de 10%.

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2015	2.520.694.623	2.508.781.030	5.029.475.653
Aumento de capital social com emissão de ações - bonificação de 10% (1)	252.436.456	252.436.429	504.872.885
Aumento das ações em tesouraria - bonificação de 10%	(415.913)	(1.558.326)	(1.974.239)
Ações adquiridas e não canceladas	(489.200)	-	(489.200)
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2016	2.772.225.966	2.759.659.133	5.531.885.099

(1) Beneficiou os acionistas inscritos nos registros do Bradesco em 15 de abril de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2016, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 8.000.000 mil, elevando-o de R\$ 43.100.000 mil para R\$ 51.100.000 mil, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo

Notas Explicativas

169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 504.872.885 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 252.436.456 ordinárias e 252.436.429 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 22 de junho de 2016, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários relativos ao primeiro semestre de 2016, no valor de R\$ 1.002.000 mil, sendo R\$ 0,172525087 por ação ordinária e R\$ 0,189777596 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 18 de julho de 2016.

Em reunião do Conselho de Administração de 30 de setembro de 2016, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio extraordinários relativos ao terceiro trimestre de 2016, no valor de R\$ 3.317.000 mil, sendo R\$ 0,571123466 por ação ordinária e R\$ 0,628235813 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá em 8 de março de 2017.

Em reunião do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2016, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio complementares relativos ao quarto trimestre de 2016, no valor de R\$ 1.491.000 mil, sendo R\$ 0,256721461 por ação ordinária e R\$ 0,282393608 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá em 8 de março de 2017.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	15.083.578	
(-) Reserva legal	754.179	
Base de cálculo ajustada	14.329.399	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais, intermediários e complementares pagos e/ou provisionados	6.975.782	
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.046.367)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em dezembro de 2016	5.929.415	41,38
Juros sobre o capital próprio (líquido)/dividendos acumulados em dezembro de 2015	5.266.519	32,25

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo ajustada.

Notas Explicativas

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor pago/ provisionado bruto	IRRF (15%)	Valor pago/ provisionado líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,211702	0,232873	1.068.764	160.315	908.449
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,767707	0,844478	4.054.200	608.130	3.446.070
Dividendos intermediários pagos	0,172629	0,189892	912.000	-	912.000
Total acumulado em 31 de dezembro de 2015	1,152038	1,267243	6.034.964	768.445	5.266.519
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	1.165.782	174.867	990.915
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (1)	0,172525	0,189778	1.002.000	150.300	851.700
Juros sobre o capital próprio extraordinários provisionados (2)	0,571123	0,628236	3.317.000	497.550	2.819.450
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados (2)	0,256721	0,282394	1.491.000	223.650	1.267.350
Total acumulado em 31 de dezembro de 2016	1,207367	1,328106	6.975.782	1.046.367	5.929.415

(1) Pagos em 18 de julho de 2016; e

(2) A serem pagos em 8 de março de 2017.

d) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2016, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 4.575.045 ações ordinárias e 17.141.588 ações preferenciais, com efeito da bonificação de ações de 10%, no montante de R\$ 440.514 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 19,34962, R\$ 24,55863 e R\$ 27,14350, e por ação PN é de R\$ 19,37456, R\$ 26,98306 e R\$ 33,12855, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 29,14 por ação ON e R\$ 29,00 por ação PN.

24) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de cartão	6.251.963	5.875.060
Conta corrente	6.030.640	4.941.947
Operações de crédito	2.811.105	2.800.128
Cobrança	1.777.515	1.573.818
Administração de consórcios	1.278.753	1.040.109
Administração de fundos	1.079.653	1.084.767
Underwriting/Assessoria financeira	733.530	540.879
Serviços de custódia e corretagens	618.750	546.272
Arrecadações	373.639	382.427
Outras	621.859	515.563
Total	21.577.407	19.300.970

Notas Explicativas**25) DESPESAS DE PESSOAL**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	8.322.222	6.448.507
Benefícios	3.660.775	3.028.181
Encargos sociais	2.891.467	2.433.394
Participação dos empregados nos lucros	1.467.868	1.318.839
Provisão para processos trabalhistas	762.804	964.302
Treinamentos	165.940	135.336
Total	17.271.076	14.328.559

26) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros	5.034.120	4.302.276
Depreciação e amortização	2.387.664	2.092.010
Comunicação	1.653.055	1.427.682
Processamento de dados	1.612.454	1.219.706
Propaganda, promoções e publicidade	1.124.659	966.625
Manutenção e conservação de bens	1.060.856	925.931
Serviços do sistema financeiro	1.047.654	873.664
Aluguéis	1.027.561	887.393
Segurança e vigilância	736.547	606.292
Transportes	719.842	631.082
Água, energia e gás	384.069	339.266
Materiais	321.509	315.135
Viagens	174.772	157.723
Outras	1.059.887	896.909
Total	18.344.649	15.641.694

27) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à Cofins	4.458.019	3.290.382
Contribuição ao PIS	736.351	545.489
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	656.841	565.259
Despesas com IPTU	88.595	72.149
Outras	391.845	318.466
Total	6.331.651	4.791.745

Notas Explicativas**28) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Outras receitas financeiras	2.509.127	1.846.560
Reversão de outras provisões operacionais (1)	1.893.425	497.134
Receitas de recuperação de encargos e despesas	275.503	253.067
Resultado na venda de mercadorias	4.005	1.654
Outras	1.044.700	948.292
Total	5.726.760	3.546.707

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, inclui: (i) reversão de provisão para contingência fiscal (Nota 18b (v)) e (ii) reversão de provisão sobre o processo de INSS de Autônomos da controlada Bradesco Saúde (Nota 18b (v)).

29) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Outras despesas financeiras	5.957.445	4.990.706
Despesas com perdas diversas	1.852.244	1.771.312
Despesas com descontos concedidos	1.537.672	1.379.058
Despesas com comissão de empréstimos e financiamentos	1.018.046	1.316.942
Amortização de intangível	951.115	892.277
Amortização de ágio (Nota 15a)	897.494	130.116
Outras (1)	4.757.655	2.560.528
Total	16.971.671	13.040.939

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, inclui: (i) provisão para garantias prestadas, englobando avais, fianças, cartas de crédito e *standby letter of credit*, a qual foi destacada da provisão excedente (Nota 10h); e (ii) provisão para passivos contingentes, originários de obrigações por cessão de créditos – FCVS (Nota 20b).

30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos (1)	(515.053)	(387.252)
Constituição/reversão de provisões não operacionais (2)	(418.585)	(189.939)
Outros	112.543	64.929
Total	(821.095)	(512.262)

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, inclui: (i) resultado positivo na alienação das ações do Banco CBSS S.A. (Nota 13); e (ii) despesas por análise de recuperabilidade de ativos – *impairment* (Notas 13 e 15); e

(2) Representado, basicamente, por provisão para perdas com bens não de uso (BNDU).

Notas Explicativas**31) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)**

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro – R\$ mil							
	Controladores (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal chave da administração (3)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos								
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	483.199	223.874	-	-	483.199	223.874
Aplicações no mercado aberto	-	-	550.280	-	-	-	550.280	-
Valores a receber de ligadas	-	-	1.185	2.428	-	-	1.185	2.428
Outros ativos	-	-	4.943	8.849	-	-	4.943	8.849
Passivos								
Depósitos à vista e de poupança	30	24	5.991	4.220	18.645	12.044	24.666	16.288
Depósitos a prazo	1.354.229	114.221	56.937	43.216	67.949	57.385	1.479.115	214.822
Captações no mercado aberto	-	637.903	398.549	970.906	14.759	17.806	413.308	1.626.615
Recursos de emissão de títulos	5.755.615	184.368	-	-	808.768	698.594	6.564.383	882.962
Instrumentos financeiros derivativos	20.681	-	-	-	-	-	20.681	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.770.149	1.279.382	-	-	-	-	1.770.149	1.279.382
Outros passivos	-	-	13.704	24.811	-	-	13.704	24.811

	Exercício findo em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Controladores (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal chave da administração (3)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receitas de intermediação financeira	-	-	57.234	27.338	-	-	57.234	27.338
Despesas de intermediação financeira	(1.109.250)	(78.813)	(99.048)	(27.764)	(108.333)	(88.344)	(1.316.631)	(194.921)
Receita de prestação de serviços	-	-	360.286	337.070	-	-	360.286	337.070
Despesas em operações com derivativos	(20.681)	-	-	-	-	-	(20.681)	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas, operacionais	(2.391)	(2.160)	(224.444)	(246.504)	-	-	(226.835)	(248.664)

(1) Cidade de Deus Cia. Cial. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., Titanium Holdings S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 2; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

Notas Explicativas**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 474.500 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 268.100 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução nº 3.921/10 do CMN, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	441.592	309.864
Total	441.592	309.864

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida	251.250	311.670
Total	251.250	311.670

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução nº 3.989/11 do CMN, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
• Ações ordinárias	0,69%	0,61%
• Ações preferenciais	1,13%	1,06%
• Total de ações (1)	0,91%	0,83%

(1) Em 31 de dezembro de 2016, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,83% de ações ordinárias, 1,17% de ações preferenciais e 2,00% do total de ações.

Notas Explicativas**32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Apresentamos o balanço patrimonial por moedas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016			2015
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)	Estrangeira (1) (2)
Ativo				
Circulante e realizável a longo prazo	1.148.507.298	1.078.748.005	69.759.293	92.852.434
Disponibilidades	14.518.120	12.432.471	2.085.649	8.084.653
Aplicações interfinanceiras de liquidez	177.635.629	175.233.300	2.402.329	2.367.697
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	440.010.105	425.210.658	14.799.447	18.097.363
Relações interfinanceiras e interdependências	59.006.812	59.006.812	-	-
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	312.642.352	274.858.513	37.783.839	50.248.336
Outros créditos e outros valores e bens	144.694.280	132.006.251	12.688.029	14.054.385
Permanente	31.099.817	31.056.509	43.308	75.249
Investimentos	7.038.394	7.035.047	3.347	18.031
Imobilizado de uso e de arrendamento	7.722.638	7.696.815	25.823	27.864
Intangível	16.338.785	16.324.647	14.138	29.354
Total	1.179.607.115	1.109.804.514	69.802.601	92.927.683
Passivo				
Circulante e exigível a longo prazo	1.078.238.708	1.002.913.130	75.325.578	95.930.231
Depósitos	234.235.678	216.367.179	17.868.499	27.757.219
Captações no mercado aberto	241.978.931	234.726.047	7.252.884	4.141.520
Recursos de emissão de títulos	150.807.358	144.992.240	5.815.118	9.477.172
Relações interfinanceiras e interdependências	7.089.003	4.050.957	3.038.046	2.502.757
Obrigações por empréstimos e repasses	58.196.002	35.650.666	22.545.336	32.619.633
Instrumentos financeiros derivativos	13.435.679	13.111.489	324.190	1.300.208
Provisão técnica de seguros previdência e capitalização	223.342.157	223.341.504	653	946
Outras obrigações:				
- Dívidas subordinadas	52.611.063	41.155.877	11.455.186	13.714.436
- Outras	96.542.837	89.517.171	7.025.666	4.416.340
Resultados de exercícios futuros	477.185	477.185	-	-
Participação minoritária nas controladas	448.809	448.809	-	-
Patrimônio líquido	100.442.413	100.442.413	-	-
Total	1.179.607.115	1.104.281.537	75.325.578	95.930.231
Posição líquida de ativos e passivos			(5.522.977)	(3.002.548)
Derivativos - posição líquida (2)			(45.398.980)	(28.479.120)
Outras contas de compensação líquidas (3)			(371.674)	(449.906)
Posição cambial líquida (passiva)			(51.293.631)	(31.931.574)

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês; e

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação.

Notas Explicativas**VaR Modelo Interno – Carteira *Trading***

A Carteira *Trading* é composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Prefixado	20.704	16.514
IGP-M / IPCA	416	524
Cupom cambial	64	1.117
Moeda estrangeira	224	937
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	3.230	6.468
Outros	2	31
Efeito correlação/diversificação	(1.892)	(7.575)
VaR (<i>Value at Risk</i>)	22.748	18.016

Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade

A Carteira *Trading* também é acompanhada diariamente por análises de sensibilidade, que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre nossas posições. Além disso, é realizada, trimestralmente, análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, seguindo as determinações da Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 foi utilizado um cenário de R\$ 3,28, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi aplicado um cenário de 11,55%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 foi utilizado um cenário de R\$ 4,06, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi utilizado um cenário de 14,42%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 foi utilizado um cenário de R\$ 4,87, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi utilizado um cenário de 17,30%. Os cenários para os demais fatores de risco também representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Notas Explicativas**Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading***

		Em 31 de dezembro - R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> (1)					
		2016			2015		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(1.074)	(293.350)	(568.367)	(867)	(321.946)	(627.934)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(26)	(3.723)	(7.174)	(53)	(8.834)	(16.217)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(224)	(437)	(30)	(1.312)	(2.592)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(106)	(2.649)	(5.297)	(276)	(6.898)	(13.796)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.464)	(11.649)	(24.751)	(530)	(7.281)	(14.747)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	(19)	(39)	-	(2)	(3)
Total sem correlação dos fatores de risco		(2.672)	(311.614)	(606.065)	(1.756)	(346.273)	(675.289)
Total com correlação dos fatores de risco		(2.058)	(295.900)	(574.058)	(1.357)	(333.171)	(649.489)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Notas Explicativas

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras considerando também a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

Análise de Sensibilidade – Carteiras *Trading* e *Banking*

		Em 31 de dezembro - R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)					
		2016			2015		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(8.994)	(2.466.388)	(4.786.687)	(5.027)	(1.920.630)	(3.739.629)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(9.255)	(1.224.208)	(2.264.187)	(7.930)	(1.395.457)	(2.613.957)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(455)	(49.446)	(93.726)	(581)	(81.873)	(150.673)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(867)	(21.663)	(43.327)	(5.054)	(132.492)	(264.983)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(14.817)	(370.420)	(740.841)	(12.054)	(301.354)	(602.707)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.786)	(15.940)	(32.801)	(1.260)	(51.310)	(101.025)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(1)	(28)	(55)	(454)	(11.353)	(22.706)
Total sem correlação dos fatores de risco		(36.175)	(4.148.093)	(7.961.624)	(32.360)	(3.894.469)	(7.495.680)
Total com correlação dos fatores de risco		(26.893)	(3.691.157)	(7.090.253)	(17.879)	(3.218.376)	(6.181.241)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Notas Explicativas**Apresentamos o balanço patrimonial por prazos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Circulante e realizável a longo prazo	639.222.377	94.444.398	62.727.968	352.112.555	-	1.148.507.298
Disponibilidades	14.518.120	-	-	-	-	14.518.120
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	172.625.845	2.481.056	1.748.334	780.394	-	177.635.629
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (1) (2)	310.106.869	4.602.473	1.447.474	123.853.289	-	440.010.105
Relações interfinanceiras e interdependências	58.228.558	-	-	778.254	-	59.006.812
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	28.869.221	68.362.432	49.429.285	165.981.414	-	312.642.352
Outros créditos e outros valores e bens	54.873.764	18.998.437	10.102.875	60.719.204	-	144.694.280
Permanente	426.677	2.080.126	2.483.565	18.215.841	7.893.608	31.099.817
Investimentos	-	-	-	-	7.038.394	7.038.394
Imobilizado de uso	106.187	530.927	637.112	5.593.198	855.214	7.722.638
Intangível	320.490	1.549.199	1.846.453	12.622.643	-	16.338.785
Total em 2016	639.649.054	96.524.524	65.211.533	370.328.396	7.893.608	1.179.607.115
Total em 2015	535.909.486	97.020.248	61.882.653	317.823.248	6.272.276	1.018.907.911
Passivo						
Circulante e exigível a longo prazo	579.723.025	135.748.296	79.310.100	283.457.287	-	1.078.238.708
Depósitos (3)	138.447.935	15.556.399	9.463.928	70.767.416	-	234.235.678
Captações no mercado aberto (1)	157.475.125	48.696.972	7.627.058	28.179.776	-	241.978.931
Recursos de emissão de títulos	7.214.114	45.214.850	40.003.764	58.374.630	-	150.807.358
Relações interfinanceiras e interdependências	7.089.003	-	-	-	-	7.089.003
Obrigações por empréstimos e repasses	4.307.130	14.495.732	12.217.260	27.175.880	-	58.196.002
Instrumentos financeiros derivativos	12.428.600	534.525	279.662	192.892	-	13.435.679
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (3)	188.213.731	4.985.634	1.686.836	28.455.956	-	223.342.157
Outras obrigações:						
- Dívidas subordinadas	426.665	3.904.856	7.068.023	41.211.519	-	52.611.063
- Outras	64.120.722	2.359.328	963.569	29.099.218	-	96.542.837
Resultados de exercícios futuros	477.185	-	-	-	-	477.185
Participação minoritária nas controladas	-	-	-	-	448.809	448.809
Patrimônio líquido	-	-	-	-	100.442.413	100.442.413
Total em 2016	580.200.210	135.748.296	79.310.100	283.457.287	100.891.222	1.179.607.115
Total em 2015	507.400.521	104.262.422	61.106.990	256.836.256	89.301.722	1.018.907.911
Ativos líquidos acumulados em 2016	59.448.844	20.225.072	6.126.505	92.997.614		
Ativos líquidos acumulados em 2015	28.508.965	21.266.791	22.042.454	83.029.446		

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;

(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e

(3) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

Notas Explicativas**Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:**

Base de cálculo - Índice de Basileia	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Conglomerado Prudencial	
	2016	2015
Patrimônio de referência nível I	78.762.886	77.506.951
Capital principal	73.747.016	77.506.951
Patrimônio líquido	100.442.413	88.906.644
Minoritários/Outros	60.615	-
Ajustes prudenciais (1) (2)	(26.756.012)	(11.399.693)
Capital complementar (3)	5.015.870	-
Patrimônio de referência nível II	22.363.950	25.318.399
Dívidas subordinadas (Resolução CMN nº 4.192/13)	9.803.498	5.805.384
Dívidas subordinadas (anteriores a Resolução CMN nº 4.192/13)	12.560.452	19.513.015
Patrimônio de referência (a)	101.126.836	102.825.350
- Risco de crédito	589.977.243	556.440.558
- Risco de mercado	15.767.767	18.670.132
- Risco operacional	50.443.507	37.106.557
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b)	656.188.517	612.217.247
Índice de Basileia (a/b)	15,4%	16,8%
Capital nível I	12,0%	12,7%
- Capital principal	11,2%	12,7%
- Capital complementar	0,8%	-
Capital nível II	3,4%	4,1%

(1) A partir de janeiro de 2016, o fator aplicado sobre os ajustes prudenciais passou de 40% para 60%, conforme cronograma de aplicação das deduções dos ajustes prudenciais, definido no Art.11 da Resolução nº 4.192/13 do CMN;

(2) Em 2016, inclui os efeitos dos ágios gerados na aquisição do HSBC Brasil (Nota 15 a); e

(3) Em novembro de 2016, o Bacen autorizou a utilização de Letras Financeiras para compor o Capital Complementar – Nível I.

a) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores, que são monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade, medir a suficiência de capital em relação a exposição aos riscos. A tabela acima demonstra a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme normas do Bacen. Durante o período, o Bradesco cumpriu todos os requerimentos mínimos regulatórios.

Notas Explicativas**b) Valor de mercado**

O valor contábil, líquido das provisões para desvalorização, dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Carteira	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Lucro/(prejuízo) não realizado sem efeitos fiscais					
	Valor contábil	Valor de mercado	No resultado		No patrimônio líquido	
	2016		2016	2015	2016	2015
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 3e,3f e 8)	440.010.105	441.262.826	192.859	(8.250.063)	1.252.721	(1.389.530)
- Ajuste de títulos disponíveis para venda (Nota 8bII)			(1.059.862)	(6.860.533)	-	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8c item 4)			1.252.721	(1.389.530)	1.252.721	(1.389.530)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil (Notas 2, 3g e 10) (1)	391.571.591	386.424.584	(5.147.007)	(4.294.403)	(5.147.007)	(4.294.403)
Investimentos (Notas 3j e 13) (2)	7.038.394	29.941.914	22.903.520	18.017.813	22.903.520	18.017.813
Ações em tesouraria (Nota 23d)	440.514	630.423	-	-	189.909	(55.369)
Depósitos a prazo (Notas 3n e 16a)	103.137.867	102.614.734	523.133	590.981	523.133	590.981
Recursos de emissão de títulos (Nota 16c)	150.807.358	151.328.401	(521.043)	(155.402)	(521.043)	(155.402)
Obrigações por empréstimos e repasses (Notas 17a e 17b)	58.196.002	58.030.726	165.276	660.480	165.276	660.480
Dívidas subordinadas (Nota 19)	52.611.063	53.436.791	(825.728)	530.218	(825.728)	530.218
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			17.291.010	7.099.624	18.540.781	13.904.788

(1) Inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de créditos; e

(2) Inclui, basicamente, a mais-valia das participações em controladas, coligadas e de controle compartilhado (Cielo, Odontoprev e Fleury).

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, investimentos, dívidas subordinadas e ações em tesouraria baseiam-se em cotação de preços de mercado na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;
- Operações de crédito prefixadas foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com as de mercado na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses foram calculados mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e nossas taxas praticadas no mercado para o mesmo produto, na data do balanço.

Notas Explicativas**33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Banco Alvorada S.A. (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases (relativos aos ex-empregados do Baneb).

O Bradesco patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição definida, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Bradesco patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A., tendo solicitado a retirada de patrocínio em março de 2016, em tramitação.

Com a aquisição do HSBC Bank Brasil S.A., (atual Kirton Bank Brasil S.A.) o plano de previdência aberto, que era oferecido aos funcionários daquela Instituição, na modalidade de contribuição definida, foi descontinuado. A partir de outubro de 2016, os funcionários transferidos podem aderir ao Plano de Previdência oferecido aos funcionários do Bradesco.

O Kirton Bank Brasil S.A., Kirton Capitalização S.A., Kirton Corretora de Seguros S.A., Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a Kirton Seguros S.A. patrocinam um plano de benefício definido, denominado APABA, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., e a Kirton Administração de Serviços para Fundos de Pensão Ltda. patrocina a seus funcionários o Plano de Benefícios Kirton Prev, ambos administrados por meio do MultiBRA – Fundo de Pensão.

O Banco Losango S.A., Kirton Bank Brasil S.A. e a Credival – Participações, Administração e Assessoria Ltda. patrocinam três planos de previdência a seus funcionários, que são: Plano de Benefícios Losango I – Parte Básica, Plano de Benefícios Losango I – Parte Suplementar e Plano Losango PREVMAIS, todos administrados pelo MultiBRA – Instituidor – Fundo Múltiplo.

O Bradesco assumiu as obrigações do Kirton Bank Brasil S.A. com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A.

De acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuarial, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas demonstrações contábeis a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos, com base no CPC 33 (R1):

Notas Explicativas

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Taxa nominal de desconto	11,1% a.a.	12,7% a.a.
Taxa nominal de retorno mínimo esperado dos ativos	11,1% a.a.	12,7% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	4,8% a.a.	5,0% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	4,8% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de inflação	4,8% a.a.	5,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS	AT 2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefício e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
(iv) Obrigações com benefícios projetados:		
No início do exercício	1.162.005	1.182.761
Saldo oriundo de instituição adquirida	761.119	-
Custo do serviço corrente	(1.077)	(579)
Custo de juros	181.595	133.385
Contribuição do participante	2.831	2.590
Ganho/(perda) atuarial	182.762	(58.529)
Benefícios pagos	(147.842)	(97.623)
No encerramento do exercício	2.141.393	1.162.005
(v) Ativos do plano pelo valor de mercado:		
No início do exercício	1.047.782	1.070.636
Saldo oriundo de instituição adquirida	883.858	-
Rendimento esperado	307.728	64.011
Contribuições recebidas:		
Empregador	33.515	8.168
Empregados	2.831	2.590
Benefícios pagos	(147.842)	(97.623)
No encerramento do exercício	2.127.872	1.047.782
(vi) Posição financiada:		
Planos deficitários	(130.293)	(131.849)
Plano superavitário	116.772	17.626
Saldo líquido	(13.521)	(114.223)

Notas Explicativas

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço	(1.077)	(579)
Custo de juros sobre obrigações atuariais	181.595	133.385
Rendimento esperado dos ativos do plano	(174.937)	(120.960)
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	5.581	11.846

As obrigações acumuladas de planos de previdência estão incluídas na rubrica "Outras obrigações", no balanço patrimonial.

Em 2016, em decorrência de planos oriundos da aquisição do HSBC Brasil, registramos um passivo de planos de saúde, seguro de vida e pecúlio, no valor de R\$ 498.591 mil, sendo: (i) saldo assumido de R\$ 453.768 mil; (ii) custo de juros e serviços de R\$ 23.288 mil; (iii) ganho atuarial de R\$ 34.674 mil; e (iv) benefícios pagos de R\$ (13.139) mil.

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (11,1% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

Taxa de desconto	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
12,1% a.a.	Aumento de 1 p.p.	redução	(338.533)
10,1% a.a.	Redução de 1 p.p.	aumento	385.452

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas com contribuições efetuadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$ 584.438 mil (2015 – R\$ 606.342 mil).

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 3.826.715 mil (2015 – R\$ 3.163.517 mil).

Notas Explicativas**34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	27.159.678	9.113.165
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(12.221.855)	(4.100.924)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e de controle compartilhado	749.327	668.646
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	604.577	149.178
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2)	-	2.341.220
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	3.139.102	2.305.334
Outros valores (3)	(4.245.890)	6.819.279
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(11.974.739)	8.182.733

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas, e do ramo segurador, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e (iii) de 9% para as demais empresas (Nota 3h);

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e

(3) Inclui, basicamente: (i) a variação cambial de ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior; (ii) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (iii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(8.805.368)	(7.330.298)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições temporárias	(2.211.854)	12.223.614
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(647.282)	(127.191)
Prejuízo fiscal	(883.018)	(65.173)
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	234.730	276.139
Prejuízo fiscal	338.053	731.741
Ativação de crédito tributário - Lei nº 13.169/15:		
Base negativa de contribuição social	-	422.853
Adições temporárias	-	2.051.048
Total dos ativos fiscais diferidos	(3.169.371)	15.513.031
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(11.974.739)	8.182.733

Notas Explicativas**c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	R\$ mil				
	Saldo em 31.12.2015	Saldo oriundo de instituição adquirida (1)	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.012.539	3.938.976	14.357.877	16.493.157	25.816.235
Provisões cíveis	1.849.816	207.352	1.199.341	1.048.501	2.208.008
Provisões fiscais	2.582.217	317.416	726.341	590.579	3.035.395
Provisões trabalhistas	1.288.565	684.917	572.535	438.188	2.107.829
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	442.287	109.501	37.614	74.063	515.339
Provisão para desvalorização de bens não de uso	382.672	3.301	307.115	153.868	539.220
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	6.648.651	-	156.230	1.920.634	4.884.247
Ágio amortizado	240.052	-	253.927	12.477	481.502
Outros	3.118.766	437.156	2.868.875	1.960.242	4.464.555
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	40.565.565	5.698.619	20.479.855	22.691.709	44.052.330
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	5.765.368	787.878	572.783	1.530.300	5.595.729
Subtotal (2) (3)	46.330.933	6.486.497	21.052.638	24.222.009	49.648.059
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda (3)	2.983.663	32.120	393.369	2.101.610	1.307.542
Contribuição social - Medida Provisória nº 2.158-35/01	113.783	-	-	113.783	-
Total dos créditos tributários (Nota 11b)	49.428.379	6.518.617	21.446.007	26.437.402	50.955.601
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34f)	2.840.341	3.592	1.317.231	884.114	3.277.050
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	46.588.038	6.515.025	20.128.776	25.553.288	47.678.551
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 32)	45,3%				47,1%
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	4,6%				4,0%

(1) HSBC Brasil (Nota 35f);

(2) Em dezembro de 2015, por estar enquadrado na condição estabelecida pelo Art.1º, inciso I da Resolução nº 3.059/02 do CMN, com alterações introduzidas pela Resolução nº 4.441/15 do CMN, o Bradesco protocolou junto ao Bacen, solicitação de autorização para manutenção do estoque e de constituição de novos créditos tributários; e

(3) Os créditos tributários das empresas financeiras e equiparadas, e do ramo segurador foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3h). No que diz respeito aos efeitos temporários produzidos pela adoção da Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20%, os respectivos créditos tributários, em setembro de 2015, foram constituídos com base na expectativa de sua realização da época.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017	6.005.452	3.861.883	143.796	311.665	10.322.796
2018	6.542.629	4.725.917	774.369	607.424	12.650.339
2019	6.018.052	3.835.014	447.326	208.304	10.508.696
2020	4.943.868	2.700.623	114.751	227.996	7.987.238
2021	1.681.380	1.097.956	1.162.066	767.302	4.708.704
Após 2021	1.506.341	1.133.215	287.344	543.386	3.470.286
Total	26.697.722	17.354.608	2.929.652	2.666.077	49.648.059

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Notas Explicativas

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 46.240.611 mil (2015 - R\$ 41.463.906 mil), sendo: R\$ 41.150.573 mil (2015 - R\$ 36.157.502 mil) de diferenças temporárias; R\$ 5.090.038 mil (2015 - R\$ 5.195.823 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social; e (2015 - R\$ 110.581 mil) de crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35.

e) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2016, não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 14.102 mil (2015 – R\$ 17.344 mil), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

f) Obrigações fiscais diferidas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.027.777	415.911
Superveniência de depreciação	381.118	597.233
Atualização de depósitos judiciais e outros (1)	1.868.155	1.827.197
Total	3.277.050	2.840.341

(1) Inclui, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 132.681 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL de acordo com a Lei nº 13.169/15.

As obrigações fiscais diferidas das empresas dos segmentos financeiro e de seguros foram constituídas considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 11.727/08 e Lei nº 13.169/15 (Nota 3h).

35) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2016 atingiram R\$ 756.488.583 mil (2015 – R\$ 550.283.806 mil).

6. Recursos de Consórcios

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	581.688	485.083
Obrigações do grupo por contribuições	29.474.653	23.659.786
Consortiados – Bens a contemplar	25.901.634	21.213.015
Créditos à disposição de consorciados	5.488.351	4.617.600

	Em unidades	
	2016	2015
Quantidade de grupos administrados	3.700	3.590
Quantidade de consorciados ativos	1.334.286	1.194.004
Quantidade de bens a contemplar	610.666	567.892

- c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

Notas Explicativas

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo normas emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*. Conforme requerido pela Resolução do CMN, o Bradesco divulgou em seu *website*, em 7 de março de 2016, suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2015 e 2014, preparadas de acordo com o IFRS. O lucro líquido e o patrimônio líquido relativos às demonstrações contábeis divulgadas em IFRS não foram, substancialmente, diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

- d) No exercício de 2016, não ocorreram alterações significativas nas regras de recolhimento compulsório.
- e) Em janeiro de 2016, o Bradesco firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., a Caixa Econômica Federal e o Itaú Unibanco S.A., visando a criação de uma gestora de inteligência de crédito ("GIC"), que desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias, de pessoas físicas e jurídicas que autorizarem expressamente a sua inclusão no banco de dados, conforme exigido pelas normas aplicáveis.
- f) Em agosto de 2015, o Bradesco celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com o HSBC Latin America Holdings Limited para aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S.A. ("HSBC Bank") e HSBC Serviços e Participações Ltda. ("HSBC Serviços"). Em junho de 2016, ocorreu a aprovação final dos órgãos reguladores e cumprimento das formalidades legais. Com a conclusão da aquisição, em 1º de julho de 2016, o Bradesco assumiu todas as operações do HSBC Brasil, incluindo varejo, seguros e administração de ativos, bem como todas as agências e clientes.

Apresentamos abaixo, a composição dos valores da aquisição do HSBC Bank e HSBC Serviços:

	R\$ mil
Pagamento ao HSBC Latin America Holding Limited, líquido do ajuste pós fechamento (1)	15.665.367
Custo incorrido na aquisição, relativo ao <i>hedge</i> de moeda estrangeira (2)	1.623.103
Custo total da aquisição	17.288.470

(1) Considera o recolhimento de IOF e retenção de IR; e

(2) Contratado com objetivo de proteção dos efeitos da variação cambial do compromisso firme (Nota 8d).

As demonstrações contábeis do HSBC Bank e HSBC Serviços foram, na data da aquisição, ajustadas aos critérios contábeis adotados pelo Bradesco.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2016, o Bradesco, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do HSBC Brasil.

O valor do investimento, registrado pelo Bradesco, inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 4.221.787 mil, conforme segue:

	R\$ mil
Patrimônio líquido adquirido (I)	7.639.301
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (II)	1.655.708
Intangíveis adquiridos (III)	3.771.674
Ágio na aquisição dos investimentos "HSBC Bank" e "HSBC Serviços"	4.221.787
Total dos valores adquiridos	17.288.470

I) Considera o somatório dos patrimônios líquidos do HSBC Bank e HSBC Serviços, ajustados aos critérios contábeis do Bradesco;

II) Refere-se à alocação dos seguintes valores justos: (i) operações de crédito, líquido de PDD, de R\$ 1.133.985 mil (prazo entre 1 a 5 anos); (ii) instrumentos de dívidas, de (R\$ 64.701 mil) (prazo até 1 ano); (iii) ativos fixos, de R\$ 573.061 mil (prazo até 25 anos); e (iv) títulos e valores mobiliários, de R\$ 13.363 mil (prazo de 34 anos), totalizando R\$ 1.655.708 mil; e

III) Refere-se à alocação dos seguintes intangíveis: (i) relacionamento com clientes, de R\$ 1.799.226 mil (prazo de 6 anos); (ii) *core deposits*, de R\$ 1.601.970 mil (prazo de 6 anos); (iii) *Value of Business Acquired* "VOBA" (Seguros), de R\$ 316.278 mil (prazo entre 2 a 28 anos); (iv) acordos de não competição com os vendedores, de R\$ 29.068 mil (prazo de 2 anos); (v) *softwares*, de (R\$ 70.387 mil) (prazo até 5 anos); e (vi) outros intangíveis, de R\$ 95.519 mil (prazo entre 2 a 5 anos), totalizando R\$ 3.771.674 mil.

Em julho de 2016, ocorreu a cisão total da HSBC Serviços, com versão de parcelas do patrimônio para HSBC Bank e Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda. (Credival), subsidiária integral do HSBC Bank.

Em outubro de 2016, houve a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária da cisão parcial do HSBC Brasil, mediante absorção de parcelas do seu Patrimônio por empresas da Organização, possibilitando avanço com a integração de plataformas operacionais e tecnológicas, resultando na substituição da marca HSBC na sua rede de atendimento, que passou a ser Bradesco. Desta forma, o Bradesco passou a operar com uma plataforma unificada (agências, ATMs e sistemas), a qual todos os clientes passam a ter acesso. O Bradesco agrega, a partir de agora, aos produtos e serviços já oferecidos aos clientes do HSBC Brasil, uma rede de atendimento de amplitude nacional, uma plataforma tecnológica de ponta e um portfólio de produtos e serviços ainda mais amplo.

- g) Em outubro de 2016, a Bradesco Seguros S.A. ("Bradesco Seguros") e a Swiss Re Corporate Solutions Ltd. ("Swiss Re Corso") firmaram negócio pelo qual: (i) a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A ("Swiss Re Corporate Solutions Brasil") assumirá as operações de seguros de P&C (*Property and Casualty*) e de transportes da Bradesco Seguros ("Seguros de Grandes Riscos"), passando a ter acesso exclusivo aos clientes Bradesco para explorar a comercialização dos Seguros de Grandes Riscos; e (ii) a Bradesco Seguros passará a deter participação acionária de 40% na Swiss Re Corporate Solutions Brasil e os demais 60% de participação acionária permanecerão com a sua controladora Swiss Re Corso. A transação está sujeita à aprovação das autoridades competentes e demais condições contratuais usuais para este tipo de transação.
- h) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Para mais informações, favor contatar:

Diretoria Executiva

Alexandre da Silva Glüher

Diretor Executivo Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Tel.: (11) 3684-4011

Fax.: (11) 3684-4630

diretoria.executiva@bradesco.com.br

Departamento de Relações com o Mercado

Carlos Wagner Firetti

Tel.: (11) 2194-0922

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Vermelho - 3º andar

Osasco-SP

Brasil

www.bradesco.com.br/ri



Bradesco

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Perspectivas do Bradesco para 2017

Este *guidance* contém declarações prospectivas, as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em expectativas e premissas da Administração e em informações disponíveis no mercado até a presente data.

	"Pró-forma" ⁽¹⁾	Publicado
Carteira de Crédito Expandida	1 a 5%	1 a 5%
Margem Financeira de Juros	-4 a 0%	3 a 7%
Prestação de Serviços	7 a 11%	12 a 16%
Despesas Operacionais (Despesas Administrativas e de Pessoal)	-1 a 3%	10 a 14%
Prêmios de Seguros	4 a 8%	6 a 10%
Despesas de PDD (Inclui as Receitas com Recuperação de Crédito)	R\$ 21,0 bi a R\$ 24,0 bi	R\$ 21,0 bi a R\$ 24,0 bi

(1) Inclui a incorporação do HSBC Brasil durante todo período de análise para favorecer a comparabilidade.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Companhia: BANCO BRADESCO S.A.					Posição em 29/12/2016 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	1.321.818.229	47,6022	668.597	0,0241	1.322.486.826	23,8131
Fundação Bradesco	473.179.116	17,0404	0	0,0000	473.179.116	8,5202
Ações em Tesouraria	4.575.045	0,1648	17.141.588	0,6173	21.716.633	0,3910
NCF Participações S.A.	233.823.874	8,4206	61.975.695	2,2319	295.799.569	5,3263
Outros	743.404.747	26,7720	2.697.014.841	97,1267	3.440.419.588	61,9493
Total	2.776.801.011	100,00	2.776.800.721	100,00	5.553.601.732	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES					Posição em 29/12/2016 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nova Cidade de Deus Particip. S.A	3.471.820.356	45,1803			3.471.820.356	45,1803
Fundação Bradesco	2.566.968.222	33,4051			2.566.968.222	33,4051
Lia Maria Aguiar	496.778.330	6,4648			496.778.330	6,4648
Outros	1.148.802.124	14,9499			1.148.802.124	14,9499
Total	7.684.369.032	100,00			7.684.369.032	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 29/12/2016 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	138.036.211	46,3016	315.902.805	100,0000	453.939.016	73,9282
BBD Participações S.A.	160.087.583	53,6984	0	0,0000	160.087.583	26,0718
Total	298.123.794	100,00	315.902.805	100,00	614.026.599	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: NCF PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 29/12/2016 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundação Bradesco	284.607.387	25,1288	1.009.413.289	100,0000	1.294.020.676	60,4116
Cidade de Deus - Cia. Cial de Participações	846.292.071	74,7216	0	0,0000	846.292.071	39,5093
Nova Cidade de Deus Particip. S.A.	1.694.413	0,1496	0	0,0000	1.694.413	0,0791
Total	1.132.593.871	100,00	1.009.413.289	100,00	2.142.007.160	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação: BBD PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 29/12/2016 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
NCD Participações Ltda	0	0,0000	71.514.058	53,8223	71.514.058	23,1379
Tesouraria	81.642.850	46,3337	16.042.503	12,0738	97.685.353	31,6055
Lázaro de Mello Brandão	12.821.000	7,2761	0	0,0000	12.821.000	4,1482
Outros	81.742.449	46,3902	45.314.050	34,1039	127.056.499	41,1084
Total	176.206.299	100,00	132.870.611	100,00	309.076.910	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 29/12/2016						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	2.028.821.219	73,0633	62.644.292	2,2560	2.091.465.511	37,6596
Administradores						
Conselho de Administração	18.938.416	0,6820	28.269.861	1,0181	47.208.277	0,8500
Diretoria	82.302	0,0030	3.141.051	0,1131	3.223.353	0,0580
Conselho Fiscal	2.398	0,0001	190.906	0,0069	193.304	0,0035
Ações em Tesouraria	4.575.045	0,1648	17.141.588	0,6173	21.716.633	0,3910
Outros Acionistas	724.381.631	26,0869	2.665.413.023	95,9886	3.389.794.654	61,0378
Total	2.776.801.011	100,00	2.776.800.721	100,00	5.553.601.732	100,00
Ações em Circulação	724.384.029	26,0870	2.665.603.929	95,9955	3.389.987.958	61,0413

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/12/2015 (12 meses atrás)						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	1.844.382.928	73,0633	56.949.357	2,2560	1.901.332.285	37,6596
Administradores						
Conselho de Administração	15.179.982	0,6013	24.254.704	0,9608	39.434.686	0,7811
Diretoria	138.825	0,0055	2.497.496	0,0989	2.636.321	0,0522
Conselho Fiscal	30.471	0,0012	443.758	0,0176	474.229	0,0094
Ações em Tesouraria	3.669.932	0,1454	15.583.262	0,6173	19.253.194	0,3813
Outros Acionistas	660.962.417	26,1833	2.424.635.715	96,0494	3.085.598.132	61,1163
Total	2.524.364.555	100,00	2.524.364.292	100,00	5.048.728.847	100,00
Ações em Circulação	660.992.888	26,1845	2.425.079.473	96,0669	3.086.072.361	61,1257

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Bradesco em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2f, 31, 4 e 25, o Bradesco revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e adiantamentos, avaliando a estimativa de perda por redução ao valor recuperável de suas operações (impairment), que totaliza o valor de R\$ 24.628.692 mil em 31 de dezembro de 2016. A determinação do impairment de empréstimos e adiantamentos é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre garantias. O Bradesco divide suas análises de impairment entre análises individualizadas, para clientes com exposições consideradas “individualmente significativas” e análises coletivas, para os demais clientes. Devido à relevância dos empréstimos e adiantamentos e o nível de incerteza para a determinação do impairment relacionado, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2f, 3.1, 4 e 25.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação a efetividade operacional dos controles internos relacionados à aprovação e registro dos empréstimos e adiantamentos, à avaliação das metodologias, índices e premissas utilizados pelo Bradesco no cálculo de impairment coletivo e às avaliações da adequação do impairment para empréstimos e adiantamentos analisados individualmente. Com base em uma amostra, avaliamos o impairment de empréstimos e adiantamentos considerados individualmente, inspecionamos as documentações e as premissas que suportam a decisão do Bradesco quanto ao valor recuperável das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias. Nós também testamos a suficiência dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Bradesco para mensurar as perdas por impairment das carteiras de empréstimos e adiantamentos avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas incorridas mas não identificadas. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 2f, 3.1, 4 e 25, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Valor justo de instrumentos financeiros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2f, 3.4, 20a, 20c e 21 os instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 16.755.442 mil (ativo) e R\$ (13.435.678) mil (passivo), os títulos disponíveis para venda totalizam R\$ 113.316.103 mil e os títulos para negociação totalizam R\$ 196.384.404 mil. Esses instrumentos, mensurados a valor justo são relevantes para as demonstrações contábeis consolidadas do Bradesco. Para os instrumentos financeiros que são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado estão disponíveis, existe um nível maior de objetividade na determinação dos valores justos (nível 1 na hierarquia de valor justo). No entanto, quando os preços ou parâmetros de mercado não são observáveis (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo), a

determinação dos valores justos está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma, consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos implementados pelo Bradesco para mitigar o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas decorrente de incertezas na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo). Para uma amostra de instrumentos financeiros cujos parâmetros para mensuração do valor justo não são observáveis, classificados nos níveis 2 e 3, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Bradesco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos o valor das operações. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas incluídas nas notas explicativas nº 2f, 3.4, 20a, 20c e 21. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2m e 37, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado nas demonstrações contábeis consolidadas monta R\$ 8.187.238 mil, R\$ 5.003.440 mil e R\$ 5.101.732 mil, respectivamente. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem grau de complexidade elevados, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativas a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional do Bradesco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos do Bradesco, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo o Bradesco. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que o Bradesco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos ativos

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 45.739.810 mil (nota explicativa nº 17c) e ágio na aquisição de investimentos no valor de R\$ 4.945.313 mil (nota explicativa nº 29a) cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras. Uma vez que exigem o exercício de julgamento, tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança do Bradesco. Conforme descrito nas notas explicativas nº 2k e 4, face às alterações que ocorrem no ambiente econômico ou regulatório nos seus mercados de atuação, o Bradesco avalia continuamente as premissas e estimativas de lucros tributáveis, rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que ágio e ativos intangíveis estão alocados, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável dos ativos disponibilizados pelo Bradesco. Adicionalmente avaliamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de lucros tributáveis no que se refere aos créditos tributários. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela companhia nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Aquisição do controle do HSBC Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 2a, em agosto de 2015, o Bradesco celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com o HSBC Latin America Holdings Limited para aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S.A. e HSBC Serviços e Participações Ltda. (em conjunto “HSBC Brasil”), operação esta concluída em 1º de julho de 2016, após a aprovação dos órgãos reguladores, cumprimento das formalidades legais e efetivo pagamento no montante de R\$ 17.288.470 mil. Com a aquisição, o Bradesco assumiu as operações do HSBC Brasil, incluindo varejo, atacado, seguros e administração de ativos. A norma contábil requer a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos para fins da determinação do Ágio por expectativa de rentabilidade futura bem como dos ativos intangíveis identificáveis. Tal mensuração envolve o julgamento do Bradesco

e inclui a projeção de fluxos de caixa futuros, cálculo de taxas de desconto e definição de vida útil para os ativos identificados. Posteriormente, em 7 de outubro de 2016, o Bradesco realizou a migração de toda a rede de atendimento e das operações do HSBC Brasil para as estruturas operacionais do Bradesco. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de registro contábil da aquisição, bem como a complexidade do processo de migração das operações do HSBC Brasil, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de mensuração, reconhecimento e divulgação dessa transação de acordo com as regras contábeis aplicáveis. Analisamos também, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência da metodologia utilizada para a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos, intangíveis identificados bem como das premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa, taxas de desconto e estimativas de vida útil. Realizamos também, testes nos controles relativos à aquisição do HSBC Brasil. Adicionalmente avaliamos os controles relativos à migração das operações para os sistemas Bradesco que consideraram a análise daqueles controles gerais relacionados à governança de migração, inspeção do plano de migração e das regras de migração de dados e obtenção de evidências de execução de testes de migração de dados. Envolvermos nossos especialistas em Tecnologia da Informação ("TI") para análise das interfaces de migração e executamos a inspeção/reexecução em base de testes das conciliações contábeis e operacionais dos saldos e dados migrados. Também fez parte de nossos procedimentos a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas descritas na nota explicativa nº 2a.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o reconhecimento, mensuração e divulgações dos ativos e passivos relacionados à aquisição do HSBC Brasil no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões técnicas de seguros e previdência

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2o e 35, o Bradesco possui passivos relacionados a contratos de seguros e previdência denominados Provisões Técnicas, no valor de R\$ 215.840.000 mil. Face às incertezas e subjetividade inerentes aos contratos de seguros e previdência, o teste de adequação de passivos e o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas envolvem um alto grau de julgamento. O Bradesco continuamente avalia as metodologias e premissas, que incluem, entre outras, expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxas de juros. Devido à relevância e incerteza envolvidas, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas teriam no valor das Provisões Técnicas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados às Provisões Técnicas. Com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, efetuamos a avaliação das metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas e no teste de adequação de passivos. Também avaliamos a consistência dos dados e razoabilidade das premissas, tais como sinistralidade, taxas de juros, longevidade, mortalidade e tempo de permanência. Adicionalmente efetuamos o recálculo das provisões técnicas considerando a metodologia, premissas e dados. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas notas explicativas nº35.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O Bradesco possui uma estrutura tecnológica para condução de seus negócios, bem como, planos de investimentos contínuos para aprimoramento e manutenção do gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos relevantes, desenvolvimento de novos programas, e controles automatizados e/ou com componentes automatizados em processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Bradesco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e dentro da sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função dos elevados níveis de investimentos e da elevada dependência do Bradesco em seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, bem como da importância dos controles de acesso e sobre o gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

O desenho, implementação e efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação tempestiva de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados, com base em amostragem, durante nossa auditoria, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas extraídas de um determinado sistema consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho, implementação e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos testes de controles acima descritos, nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações

contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 24 de fevereiro de 2017
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual do Bradesco em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 8, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis Individuais é de R\$ 32.398.464 mil, o Bradesco classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Bradesco aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão excedente). A classificação das operações de crédito em níveis de risco bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolve premissas e julgamentos do Bradesco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Bradesco quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Bradesco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais, descritas nas notas explicativas nº 3g e 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

- Valor de mercado de instrumentos financeiros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3e, 3f, 6 e 28b, os instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 15.712.465 mil (ativo) e R\$ (12.250.534) mil (passivo), os títulos disponíveis para venda totalizam R\$ 144.986.047 mil e os títulos para negociação totalizam R\$ 130.438.461 mil. Esses instrumentos, mensurados a valor de mercado, são relevantes para as demonstrações contábeis individuais do Bradesco. Para os instrumentos financeiros que são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado estão disponíveis, existe um nível maior de objetividade na determinação dos valores de mercado. No entanto, quando os preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma, consideramos a mensuração a valor de mercado desses instrumentos financeiros como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos implementados pelo Bradesco para mitigar o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais decorrente de incertezas na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros. Para uma amostra de instrumentos financeiros cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, com o suporte técnico de nossos profissionais com conhecimento em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Bradesco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos o valor das operações. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis individuais descritas nas notas explicativas nº 3e, 3f, 6 e 28b.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

- Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3o e 16, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado nas demonstrações contábeis individuais monta R\$ 2.834.266 mil, R\$ 3.368.287 mil e R\$ 4.515.662 mil, respectivamente. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem grau de complexidade elevados, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativa a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional do Bradesco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos do Bradesco, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo o Bradesco. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que o Bradesco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

- Valor recuperável dos ativos

As demonstrações contábeis individuais incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 39.204.602 mil (nota explicativa nº 30) e ágio na aquisição de investimentos no valor de R\$ 8.881.478 mil (nota explicativa nº 11) cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportadas por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras. Uma vez que exigem o exercício de julgamento, tais estimativas são preparadas e revisadas internamente de acordo com a estrutura de governança do Bradesco. Conforme descrito nas notas explicativas nº 3h, 3l e 3m, face às alterações que ocorrem no ambiente econômico ou regulatório nos seus mercados de atuação, o Bradesco avalia continuamente as premissas e estimativas de lucros tributáveis, rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que o ágio e os ativos intangíveis estão alocados, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa. Devido à relevância das estimativas de rentabilidade futura efetuadas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis individuais, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável dos ativos disponibilizados pelo Bradesco. Adicionalmente avaliamos, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças

corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de lucros tributáveis no que se refere aos créditos tributários. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela companhia nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

- Aquisição do controle do HSBC Brasil

Conforme descrito na nota explicativa nº 31d, em agosto de 2015, o Bradesco celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com o HSBC Latin America Holdings Limited para aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S.A. e HSBC Serviços e Participações Ltda. (em conjunto "HSBC Brasil"), operação esta concluída em 1º de julho de 2016, após a aprovação dos órgãos reguladores, cumprimento das formalidades legais e efetivo pagamento no montante de R\$ 17.288.470 mil. Com a aquisição, o Bradesco assumiu as operações do HSBC Brasil, incluindo varejo, atacado, seguros e administração de ativos. A norma contábil requer a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos para fins da determinação do Ágio por expectativa de rentabilidade futura bem como dos ativos intangíveis identificáveis. Tal mensuração envolve o julgamento do Bradesco e inclui a projeção de fluxos de caixa futuros, cálculo de taxas de desconto e definição de vida útil para os ativos identificados. Posteriormente, em 7 de outubro de 2016, o Bradesco realizou a migração de toda a rede de atendimento e das operações do HSBC Brasil para as estruturas operacionais do Bradesco. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de registro contábil da aquisição, bem como a complexidade do processo de migração das operações do HSBC Brasil, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados ao processo de mensuração, reconhecimento e divulgação de transações dessa natureza de acordo com as regras contábeis aplicáveis. Analisamos também, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência da metodologia utilizada para a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos, intangíveis identificados bem como das premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa, taxas de desconto e estimativas de vida útil. Realizamos também, testes nos controles relativos à aquisição do HSBC Brasil. Adicionalmente avaliamos os controles relativos à migração das operações para os sistemas Bradesco que consideraram a análise daqueles controles gerais relacionados à governança de migração, inspeção do plano de migração e das regras de migração de dados e obtenção de evidências de execução de testes de migração de dados. Envolvermos nossos especialistas em Tecnologia da Informação ("TI") para análise das interfaces de migração e executamos a inspeção/reexecução em base de testes das conciliações contábeis e operacionais dos saldos e dados migrados. Também fez parte de nossos procedimentos a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis individuais descritas na nota explicativa nº 31d.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o reconhecimento, mensuração e divulgações dos ativos e passivos relacionados à aquisição do HSBC no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

- Provisões técnicas de seguros e previdência registradas em empresas controladas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3j e 11, o Bradesco detém participações societárias em empresas controladas do ramo de Seguros e Previdência. Essas controladas possuem passivos relacionados a contratos de seguros e previdência denominados Provisões Técnicas, no valor de R\$ 215.839.999 mil, que podem afetar o resultado apresentado nas demonstrações contábeis individuais de forma relevante. Face às incertezas e subjetividade inerentes aos contratos de seguros e previdência, o teste de adequação de passivos e o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas envolvem um alto grau de julgamento das investidas. As investidas do Bradesco continuamente avaliam as metodologias e premissas, que incluem, entre outras, expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência e taxas de juros. Devido à relevância do resultado destas investidas, ao nível de julgamento envolvido nessas estimativas e ao eventual impacto que mudanças nas premissas teriam no valor das Provisões Técnicas e, consequentemente, no resultado das demonstrações contábeis individuais do Bradesco, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as controladas, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das controladas. Realizamos reuniões com os respectivos auditores responsáveis pelas controladas e efetuamos a avaliação e revisão do trabalho realizado que considerou, entre outros aspectos, os assuntos destacados acima que podem afetar o resultado das demonstrações contábeis individuais do Bradesco de forma relevante. Avaliamos também as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria das controladas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelo auditor das controladas, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento nas investidas e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

- Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O Bradesco possui uma estrutura tecnológica para condução de seus negócios, bem como, planos de investimentos contínuos para aprimoramento e manutenção do gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos relevantes, desenvolvimento de novos programas, e controles automatizados e/ou com componentes automatizados em processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Bradesco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e dentro da sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função dos elevados níveis de investimentos e da elevada dependência do Bradesco em seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, bem como da importância dos controles de acesso e sobre o gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

O desenho, implementação e efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação tempestiva de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados durante nossa auditoria, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, sempre que planejamos confiar em informações específicas extraídas de um determinado sistema consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis individuais. Nas áreas em que pelo nosso julgamento existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chaves para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho, implementação e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos testes de controles acima descritos, nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Bradesco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

O Bradesco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 1º de fevereiro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 1º de fevereiro de 2017
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios internacionais de contabilidade – (International Financial Reporting Standards – IFRS)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2016, emitido em 2 de fevereiro de 2017, analisamos também as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com princípios internacionais de contabilidade.

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pelos auditores independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas financeiras do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de Compliance.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações contábeis das empresas que compõem a Organização Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua aderência aos princípios contábeis aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna (Departamento de Inspeção Geral) aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete, avaliar a qualidade e a efetividade das Auditorias Interna e Independente e a suficiência dos sistemas de controles internos e analisar as demonstrações contábeis, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com os princípios internacionais de contabilidade.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 23 de fevereiro de 2017

MILTON MATSUMOTO
(Coordenador)

OSVALDO WATANABE

PAULO ROBERTO SIMÕES DA CUNHA
(Especialista Financeiro)

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Governança Corporativa e Responsabilidades

O Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. optou por um Comitê de Auditoria único para o Conglomerado Financeiro, inclusive para o Grupo Bradesco Seguros.

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Atualmente, é composto por um conselheiro e dois membros, indicados a cada ano pelo Conselho de Administração, que leva em consideração os critérios constantes na legislação e regulamentação aplicáveis.

Responde à Administração das dependências e empresas ligadas pela definição e implementação de procedimentos que assegurem a qualidade dos processos visando à coleta de dados e informações para o preparo das demonstrações contábeis e relatórios financeiros das empresas que compõem a Organização Bradesco, com observância às práticas contábeis adotadas no País, editadas pelas autoridades supervisoras responsáveis: Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS), assim como das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e daquelas emitidas pela US Securities Exchange Commission (SEC) e pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX), por ser listada na New York Stock Exchange.

A Administração, é também, responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a

salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a mitigação a níveis aceitáveis dos fatores de risco da Organização Bradesco.

A KPMG Auditores Independentes está responsável por auditar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua aderência às normas aplicáveis. Avalia, na extensão necessária à execução de seus trabalhos, a qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, produzindo relatórios de recomendações sobre procedimentos contábeis e controles internos, sem prejuízo de outros relatórios que, também, é incumbida de preparar, como os das revisões limitadas das informações trimestrais requeridas pela CVM.

A Auditoria Interna (Departamento de Inspeção Geral) tem como atribuições aferir a qualidade e aderência dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e o cumprimento das políticas e dos procedimentos definidos, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

O Comitê de Auditoria tem entre suas principais atribuições: a) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas e relatórios da Administração; b) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, incluindo a verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, a suficiência do sistema de controles internos e a avaliação e monitoramento dos riscos da Organização; c) recomendar à Administração, quando aplicável, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito do exercício de suas funções.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria estão aquelas requeridas pela Lei Americana Sarbanes-Oxley para as Companhias registradas na U.S. Securities and Exchange Commission e listadas na Bolsa de Valores de Nova York.

O Comitê de Auditoria forma suas opiniões e julgamentos por meio de informações recebidas da Administração, das apresentações efetuadas pelas diversas diretorias das áreas de negócio, contabilidade, tecnologia e controle, além dos resultados dos trabalhos da Área de Riscos Integrados/Controles Internos, das Auditorias Interna e Independente, do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados.

O Comitê de Auditoria disponibiliza seu regimento no site www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa.

Atividades relativas ao exercício de 2016

O Comitê participou de 247 reuniões com o Conselho de Administração, com os executivos das áreas de negócio, tecnologia da informação, de controle e de gestão de riscos, com os auditores internos e independentes, com o Conselho Fiscal e com o Banco Central do Brasil. As reuniões, devidamente formalizadas em Atas, foram assim divididas:

- 184 Instituições sob jurisdição do Banco Central do Brasil;
- 43 empresas da área de Seguros, Previdência e Capitalização; e
- 20 empresas da área de Saúde.

Com relação à educação continuada, o Comitê participou de congressos, seminários e cursos que somaram no exercício 228 horas.

O programa de trabalho do Comitê de Auditoria para o exercício de 2016 teve como foco os principais processos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Dentre os aspectos considerados relevantes, destacamos:

- Redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos: carteira de empréstimos e adiantamentos (incluindo avais, debêntures etc.), avaliando a estimativa de perda por redução ao valor recuperável de suas operações (impairment);
- Valor justo de instrumentos financeiros: instrumentos financeiros derivativos, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação mensurados a valor justo;
- Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Valor recuperável dos ativos: ativos relativos a créditos tributários, ágio na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil indefinida, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento estabelecidos pela Administração;
- Provisões: passivos relacionados a contratos de seguros denominados provisões técnicas;
- Aperfeiçoamento nos sistemas de controles internos decorrentes dos projetos nas áreas de Tecnologia e de Gestão de Riscos, do Conglomerado Financeiro e do Grupo Segurador;
- Cumprimento de normas e atendimento ao consumidor: Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC/Ouvidoria) e Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Créditos tributários - Circular Bacen no 3.776, de 30.12.2015; e
- Acompanhamento da aquisição e integração do controle acionário do HSBC Brasil.

Gerenciamento de Riscos e Sistema de Controles Internos

O Gerenciamento Estratégico de Riscos e do Sistema de Controles Internos na Organização Bradesco é exercido por Unidades Independentes das áreas comerciais. Durante o exercício de 2016, acompanhamos os trabalhos do DCIR - Departamento Integrado de Riscos, na avaliação da aderência do Sistema de Controles Internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes a que está exposta a Organização.

Complementadas as avaliações quando das reuniões com diversas áreas de negócios e controle, com as auditorias independente e interna, para acompanhar os principais processos, bem como o comprometimento da Administração na atuação para a mitigação dos riscos e no aperfeiçoamento contínuo dos controles internos associados.

Em decorrência, o Comitê de Auditoria julga que as atividades exercidas no Gerenciamento de Riscos e no de Controles Internos são adequados ao porte e complexidade da Organização e estão estruturados de modo a garantir a eficiência de suas operações, das informações que geram os relatórios financeiros, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Auditoria Independente

O planejamento dos trabalhos de auditoria independente para o exercício de 2016 foi discutido com a KPMG Auditores Independentes e, no decorrer do exercício de 2016, as equipes de auditoria encarregadas dos serviços apresentaram os resultados e principais conclusões ao Comitê de Auditoria.

Os pontos relevantes registrados no relatório acerca do estudo e a avaliação dos Sistemas Contábil e de Controles Internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações contábeis e respectivas recomendações para aprimoramento desses sistemas, e devidas mitigações dos riscos, foram discutidos com o Comitê, que solicitou acompanhamento das implementações de melhorias nas áreas responsáveis.

Avaliamos, também, a efetividade quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e procedimentos internos.

Com base no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados realizados, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos pelas equipes foram adequados aos negócios da Organização.

Auditoria Interna

O Comitê tomou conhecimento do planejamento dos trabalhos para o exercício de 2016 e solicitou a inclusão de temas abrangidos na agenda deste Comitê, de forma a compatibilizar e completar o seu "Plano Anual de Auditoria e Inspeção".

No decorrer do exercício de 2016, em reuniões ordinárias trimestrais, as equipes encarregadas da execução dos trabalhos cronogramados reuniram-se com este Comitê de Auditoria e reportaram as principais conclusões na visão de processos, riscos inerentes e residuais, além de aspectos referentes a cumprimentos de dispositivos legais/normativos e regulamentos e procedimentos internos do conglomerado.

O Comitê de Auditoria, em função do acompanhamento dos trabalhos e avaliação da efetividade de seus resultados, julga que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê e às necessidades e exigências da Organização e dos Órgãos Reguladores.

Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco S.A.

O Comitê reuniu-se, previamente, com as áreas de Contadoria Geral, de Planejamento, Orçamento e Controle, de Inspeção Geral e com a Auditoria Independente (KPMG) para avaliação das demonstrações contábeis mensais, trimestrais, semestrais e anual. Nessas reuniões, foram avaliados os aspectos de preparação dos balancetes e balanços individuais e consolidados, as notas explicativas e os relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis.

Foram, também, examinadas se as práticas contábeis relevantes adotadas pelo Bradesco na elaboração das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive, com aquelas editadas pelas autoridades supervisoras responsáveis: Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS). O Comitê revisou, também, os procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, confeccionadas de acordo com as normas emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

Antes das divulgações das Informações Trimestrais (ITRs) e dos balanços semestrais e anual, o Comitê reuniu-se com a KPMG para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração dos números a serem divulgados.

O Comitê realizou reuniões semestrais com o Conselho de Administração da Organização Bradesco e com o Conselho Fiscal, ocasiões em que apresentou o resultado dos trabalhos de suas atividades e as respectivas recomendações a serem endereçadas aos executivos.

Conclusão

Com base nos trabalhos, avaliações, revisões e discussões acima mencionados, e considerando o contexto e o escopo de suas atribuições, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017

MILTON MATSUMOTO
(Coordenador)

OSVALDO WATANABE

PAULO ROBERTO SIMÕES DA CUNHA
(Especialista Financeiro)

Parecer do Conselho Fiscal

Banco Bradesco S.A.

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e, com base: (i) no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 1º de fevereiro de 2017; (ii) no estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários, elaborado pela Administração do Bradesco, seguindo determinações estabelecidas pela Instrução nº 371/02, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Resolução nº 3.059/02, do Conselho Monetário Nacional; e Circular nº 3.171/02, do Banco Central do Brasil, cujos valores estão demonstrados nas respectivas Notas Explicativas; (iii) nas reuniões com os Auditores Independentes; (iv) nos relatórios do Comitê de Auditoria do Bradesco; (v) nas análises de documentos e, substancialmente, nas informações recebidas; e (vi) nas reuniões periódicas com os administradores e gestores de áreas do Bradesco, concluíram que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Bradesco durante o exercício de 2016, corroborando com o julgamento do Comitê de Auditoria, de que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios, esses estruturados com observância das normas internas e externas a que se sujeitam e suportados por sistemas que geram os relatórios financeiros, visando a garantir eficiência operacional.

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal opinam que os referidos documentos examinados estão em condições de serem apreciados e aprovados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária do Bradesco.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017

Luiz Carlos de Freitas

Domingos Aparecido Maia

José Maria Soares Nunes

Ariovaldo Pereira

João Carlos de Oliveira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Luiz Carlos Trabuco Cappi, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Alexandre da Silva Glüher, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Alexandre da Silva Glüher
Diretor Executivo Vice-Presidente e
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Luiz Carlos Trabuco Cappi, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Alexandre da Silva Glüher, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Alexandre da Silva Glüher
Diretor Executivo Vice-Presidente e
Diretor de Relações com Investidores